



ORALIDADES

Revista de História Oral

Ano 5 – Nº 9 – Jan.Jun./2011

Núcleo de Estudos em História Oral – USP
Laboratório de Estudos sobre a Intolerância – USP
NEHO / LEI – USP

Núcleo de Estudos em História Oral – NEHO/USP
Laboratório de Estudos sobre a Intolerância – LEI/USP

Av. Prof. Lineu Prestes, 338, Cidade Universitária
CEP 05508-900 – São Paulo, SP, Brasil
Tel.: (11) 3091-3701 (ramal 238) Fax: (11) 3091-3150
Site: www.fflch.usp.br/dh/neho
E-mail: neho@usp.br

Coordenador do NEHO/USP

José Carlos Sebe Bom Meihy

Docentes

Alfredo Oscar Salun, Andrea Paula dos Santos, Fabíola Holanda, Júlio César Suzuki, Juniele Babêlo de Almeida, Leland McCleary, Lourival dos Santos, Maurício Barros de Castro, Samira Adel Osman, Sara Albieri, Suzana Lopes Salgado Ribeiro, Zilda Marcia Gricoli Iokoi

Pesquisadores

Archimedes Barros Silva, Cassia Milena Nunes Oliveira, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, Fernanda Paiva Guimarães, Glauber Cícero Ferreira Biazo, Gustavo Esteves Lopes, João Mauro Barreto de Araujo, Leandro Seawright Alonso, Márcia Nunes Maciel, Marcel Diego Tonini, Marcela Boni Evangelista, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Natanael Francisco de Souza, Ricardo Sorgon Pires, Thomas Machado Monteiro, Vanessa Generoso Paes, Vanessa Paola Rojas Fernandez, Xênia de Castro Barbosa

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. João Grandino Rodas
Vice-reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretora: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini
Vice-diretor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Departamento de História

Chefe: Profa. Dra. Sara Albieri
Vice-chefe: Profa. Dra. Márcia Regina Barros da Silva

Programa de Pós-Graduação em História Social

Coordenador: Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva
Vice-coordenadora: Profa. Dra. Gabriela Pellegrino Soares

Oralidades: Revista de História Oral

Número 9 Jan.-Jun./2011

ISSN 1981-4275

Site: www.oralidades.com.brE-mail: oralidades.neho@gmail.com**Editor**

José Carlos Sebe Bom Meihy

Comissão Editorial

Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, Fabíola Holanda Barbosa, Juniele Rabêlo de Almeida, Marcel Diego Tonini, Marcela Boni Evangelista, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Maurício Barros de Castro, Suzana Lopes Salgado Ribeiro, Vanessa Generoso Paes

Coordenadoras do Dossiê

Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Marcela Boni Evangelista

Conselho Editorial

Anita Waingort Novinsky (LEI-USP), Cláudia Moraes de Souza (LEI-USP), Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, Hélio Braga da Silveira Filho (LEI-USP), Júlio César Suzuki (USP), Leland McCleary (USP), Márcia Nunes Maciel (UFAM), Maurício Barros de Castro (NEHO-USP), Renate Brigitte Viertler (LEI-USP), Renato da Silva Queiroz (LEI-USP), Samira Adel Osman (UNIFESP), Sara Albieri (USP), Suzana Lopes Salgado Ribeiro (NEHO-USP), Zilda Marcia Gricoli Ilokoí (LEI-USP)

Conselho Consultivo

Alessandro Portelli (Università La Sapienza di Roma), Alberto Lins Caldas (Universidade Federal de Alagoas-UFAL), André Castanheira Gattaz (FIB-BA), Aurora Ferreira (Universidade Agostinho Neto, Angola), Dante Marcello Claramonte Gallian (Unifesp), Dolores Pla Brugat (Instituto Nacional de Antropología e Historia, México), Jacqueline Ellis (Jersey City University, EUA), Lucília de Almeida Neves (UNB), Michael LaRosa (Rhodes College, EUA), Mary Marshall Clark (Columbia University, EUA), Steven Buttermann (Universidade de Miami, EUA), Yara Dulce Bandeira de Ataíde (UNEB-BA), Yvone Dias Avelino (PUC-SP)

Consultores ad hoc

Alfredo Oscar Salun (UNIABC), Andréa Paula dos Santos (UFABC), Cleusa Maria Gomes Graebin (Centro Universitário La Salle), Flávia Moreira Manzano Lodovici (PUC-SP), Heloisa Helena Pacheco Cardoso (UFU), José Miguel Arias Neto (UEL-PR), Lourival dos Santos (UFMS), Márcia Regina Barros da Silva (USP), Maria da Conceição Francisca Pires (Fundação Casa de Rui Barbosa), Maurício Cardoso (USP), Rejane Penna (Centro Universitário La Salle)

Produção Executiva

Antonio Henrique Ribeiro da Silva Junior, Cassia Milena Nunes Oliveira, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, José Carlos Sebe Bom Meihy, Juniele Rabêlo de Almeida, Marcel Diego Tonini, Marcela Boni Evangelista, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Vanessa Generoso Paes, Vanessa Paola Rojas Fernandez

Revisão

Marcel Diego Tonini, Marcela Boni Evangelista, Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Tradução

Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, Elizabeth Macdonald, Marcela Boni Evangelista

Diagramação

Dorys Marinho

Imagem da capa

Rubens Aniz

Solicita-se permuta

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Oralidades : Revista de História Oral / Núcleo de Estudos em História Oral do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. — Ano 1, n. 1 (jan./jun. 2007). — São Paulo : NEHO, 2007 -

Semestral.

ISSN 1981-4275

1. História oral. 2. Oralidade. I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. Núcleo de Estudos em História Oral.

21ª. CDD 907.2

Sumário

EDITORIAL	11
LINHA & PONTO	
De vítima a testemunha	17
<i>Mara Selaibe</i>	
DOSSIÊ	
Trauma social na II Guerra Mundial: discussão das representações de algozes e vítimas	31
<i>Ana Maria Dietrich</i>	
“E o destino da gente começou a mudar”: as vítimas da ditadura militar chilena (1973-1990)	47
<i>Vanessa Paola Rojas Fernandez</i>	
Mulheres detentas e suas vivências acerca da violência no cárcere	59
<i>Zeyne Alves Pires Scherer</i>	
<i>Edson Arthur Scherer</i>	
<i>Jaqueline Rodrigues Stefanini</i>	
<i>Sílvia Antunes Cocenas</i>	
Repercussões do homicídio entre jovens de periferia da cidade de Salvador	75
<i>José Eduardo Ferreira Santos</i>	
<i>Ana Cecília de Sousa Bastos</i>	
História oral de homens que praticaram violência sexual contra crianças e adolescentes	95
<i>Edleide de Almeida Xavier</i>	
<i>Climene Laura de Camargo</i>	
<i>Normélia Maria Freire Diniz</i>	
<i>Nadirlene Pereira Gomes</i>	

Os nós e desafios do Direito no trabalho de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes	109
<i>Ludmila Nogueira Murta</i>	
As muralhas da prisão e a vida na cidade: o dito e o feito!	129
<i>Sandra Maria Patrício Vichiatti</i>	
PROVOCAÇÕES	
Aportes teóricos à História Oral: os conceitos de “perpetrador” e “vítima”	155
<i>Gustavo Esteves Lopes</i>	
HISTÓRIA ORAL DE VIDA OU ENTREVISTA	
Entrevista com Sérgio Adorno	173
<i>Marcela Boni Evangelista</i>	
TRADUÇÃO	
Entre os discursos sobre o tráfico e o agenciamento sexual: brasileiras profissionais do sexo na Espanha	189
<i>Adriana Piscitelli</i>	
RESENHAS	
Revolucionários e intelectuais: memórias da barricada	219
<i>Maurício Cardoso</i>	
Um passo na direção certa	227
<i>Jennifer Rosenberg</i>	
Capoeira na roda do mundo	233
<i>José Carlos Sebe Bom Meihy</i>	
NORMAS EDITORIAIS	237

Contents

FOREWORDS	11
LINE & POINT	
From victim to witness	17
<i>Mara Selaibe</i>	
DOSSIER	
Social trauma in World War II: discussion of the representations of executioners and victims	31
<i>Ana Maria Dietrich</i>	
“And our destiny began to change”: the victims of the Chilean Military Dictatorship (1973-1990)	47
<i>Vanessa Paola Rojas Fernandez</i>	
Women detainees and their experiences about violence in prison	59
<i>Zeyne Alves Pires Scherer</i> <i>Edson Arthur Scherer</i> <i>Jaqueline Rodrigues Stefanini</i> <i>Silvia Antunes Cocenas</i>	
Repercussions of homicide among young people from the outskirts of Salvador	75
<i>José Eduardo Ferreira Santos</i> <i>Ana Cecília de Sousa Bastos</i>	
Oral history of men who committed sexual violence against children and teenagers	95
<i>Edleide de Almeida Xavier</i> <i>Climene Laura de Camargo</i> <i>Normélia Maria Freire Diniz</i> <i>Nadirlene Pereira Gomes</i>	

The difficulties and challenges of Law in the work with cases of sexual violence against children and teenagers	109
<i>Ludmila Nogueira Murta</i>	
The prison's great walls and life in the city: the said and the done (!)	129
<i>Sandra Maria Patrício Vichiatti</i>	
ESSAYS	
Theoretical contributions to Oral History: the concepts of "perpetrator" and "victim"	155
<i>Gustavo Esteves Lopes</i>	
LIFE STORY OR INTERVIEW	
Interview with Sérgio Adorno	173
<i>Marcela Boni Evangelista</i>	
TRANSLATION	
Between trafficking discourses and sexual agency: Brazilian female sex workers in Spain	189
<i>Adriana Piscitelli</i>	
REVIEWS	
Revolutionaries and intellectuals: memories from barricade	219
<i>Maurício Cardoso</i>	
A step in the right direction	227
<i>Jennifer Rosenberg</i>	
Capoeira in the wheel of the world..	233
<i>José Carlos Sebe Bom Meihy</i>	
PUBLISHING RULES	237



Editorial





*do rio que tudo arrasta se diz que é violento,
mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem*

Brecht

O dossiê deste número, intitulado *vítimas e perpetradores*, buscou fermentar debates que se abrem como delta em mar de questões outras. Desaguadouro de rio caudaloso fala-se da constituição de tópicos de pesquisas expressos em projetos que merecem o caminho da abrangência capaz de explicar relações, vínculos, liames, que acontecem no convívio de pessoas e grupos. Mais do que simplificar disputas na ordem *dominadores e dominados, poderosos e submissos*, se consideradas em conjunto, as razões das partes ganham foros de significação que tornam complexos e dinâmicos os esforços de subjugação e da conseqüente luta libertária. Diz-se também da necessidade de esclarecimentos dos vínculos – objetivos e subjetivos – de personagens que agem em contextos comuns e sempre mutantes. Evocando graduações e mudanças em processos, foi assim que se procurou considerar os textos selecionados, atentos tanto à dinâmica das alterações de comportamentos como em suas radicalizações.

Valorizando a eterna constituição de memórias, identidades e comunidades, buscou-se qualificar a complexidade plural dos perfis sociais dos grupos arrolados em pesquisas com entrevistas. Diríamos que a superação do estático e a agilização do movimento transformador de status de dominação se constituíram em motivo dos trabalhos selecionados. Sob esta perspectiva, aliás, logra sentido a graduação de etapas orientadoras da qualificação dos grupos abordados por projetos que se afunilam de “comunidade de destino”, “colônia” e se organizam principalmente em “redes”. Sim, “redes” implicam pluralidade e novamente recobra-se a acepção das diferenças. Sobretudo, análise em história oral demanda reconhecimento das variações e confrontos. Para fugir das constatações óbvias, limitadas porque únicas capazes de isolar uma árvore e esquecer-se de toda a floresta, clamam-se pelos exames das relações em que as partes se dão comuns. E como são sutis os jogos sociais: mutantes, argutos, perspicazes e sempre um explicando o outro.

Juntos esses aspectos possibilitam discutir questões afeitas à percepção democrática porque aspirante da abrangência desejável em história

oral. Ao se definir *quem é quem* em plano de estudos com entrevistas, ao mesmo tempo, busca-se entender a inscrição de tipos sociais que dialogam em processos comuns e explicar suas condutas como sujeitos de situações de fundo histórico. Por certo isso implica iluminar o conceito de *história viva* e admitir o fadário da história oral em abordar aspectos políticos do procedimento em campo. O que dá significado à pesquisa em história oral é, mais do que a constatação ou registro do fato, a perspectiva da transformação.

Respondendo ao desafio mais contundente de quantos se aventuram na seara da história oral – por que fazer entrevistas –, buscou-se na proposta deste dossiê contemplar ângulos que tangem, em primeiro lugar, a concepção de *projeto* em sentido amplo. Questionando a validade de planos de trabalho que apenas tocam em personagens “penalizados” pelas injustiças sociais, pretendeu-se questionar desde logo a eficácia do dimensionamento dado apenas pela percepção – por vezes paternalista – dos considerados vítimas. Em complemento, a proposta visou ferir o sentido vitimizador que sensibiliza grande parte dos trabalhos com colaboradores que emprestam sua experiência. Dizendo de outra forma, em exame largo sobre temas abrangidos pelos oralistas de diversas procedências, nota-se a dominação de trabalhos sobre os “sem voz”, “silenciados”, “sem lugar”, “despossuídos”. É verdade que no campo da disciplina História já se superou o debate sobre “dar voz aos vencidos”, mas em história oral ainda persiste a tendência “fracionalizadora”. Antes de mais nada é válido reconhecer de maneira respeitosa a importância da inscrição de grupos ágrafos, de agredidos por tiranias diversas, de desrespeitados de toda sorte, mas não sem enredá-los em tramas que os explicam e os subtraem de aniquilamentos absolutos. Valoriza-se antes de nada mais o *caráter vivo* de grupos que jamais são apenas passivos.

A tendência paternalista de localização do “outro” como vítima inevitável deve ser superada pela certeza de que os tais “derrotados” têm sim falas e expressões que vão além de silêncios e esquecimentos. O que muito justifica a história oral é exatamente o reconhecimento da propriedade da resposta: *quando, de quem, como* e principalmente *por que* desenvolver projetos. A complexidade do assunto exige revisões e é a isto que este dossiê se propôs.

O dossiê é aberto com o texto de Mara Selaibe que, pela perspectiva psicanalítica, valoriza a alteração do conceito de “vítima” para “testemu-

nha”. Trata-se da alteração de agente passivo para a capacitação regenerativa do ser traumatizado. Em seguida, Ana Maria Dietrich reflete sobre as formas de constituição de uma memória coletiva acerca das representações de “vítimas e algozes” e a banalização do mal no Nazismo. Também na linha dos dilemas políticos nacionais, Vanessa Paola Rojas Fernandes explorou o caso da ditadura chilena instalada em 1973, e analisa a formação de conceitos como “vítimas” e “perpetradores” mostrando a dinâmica da memória que qualifica agentes de situações pretéritas. Em estudo realizado na Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, SP, Zeyne Alves Pires Scherer, Edson Arthur Scherer, Jaqueline Rodrigues Stefanini e Silvia Antunes Cocenas apresentam resultados de pesquisas atentas à projeção de histórias de mulheres que passaram por cárcere e suas relações frente ao mundo “de fora”. José Eduardo Ferreira Santos e Ana Cecília de Souza Bastos mostram a complexidade das experiências de jovens na periferia de Salvador, de quantos têm que tratar de relações com drogas, violência e controle de poder em comunidades pobres. Partindo de números estatísticos, Edleide de Almeida Xavier, Climene Laura de Camargo, Normélia Maria Freire Diniz e Nadirlene Pereira Gomes retraçam perfis de agressores sexuais de crianças, verificando os argumentos dados pelas narrativas dos próprios agentes e mostrando traumas carregados pela própria história pessoal. “Os nós e desafios do Direito no trabalho de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes”, de Ludmila Nogueira Murta, enquadra agressões contra crianças em situações ligadas ao Direito. Ao examinar a conveniência da participação de menores agredidos, a autora aponta caminhos desejáveis para o trato legal envolvendo jovens. Questões sobre o teor discursivo derivado de pessoas que de diversas formas viveram o antigo presídio Carandiru são abordadas por Sandra Maria Patrício Vichiatti, por meio do cruzamento de textos memorialísticos e de outras fontes, para mostrar a fragmentação narrativa como forma possível de reconstrução de experiências traumáticas. Em uma visita à origem dos termos “vítimas” e “perpetradores”, Gustavo Esteves Lopes enlaça reflexões que abordam aspectos gerais da vida bandida: jogos, drogas, álcool, violência doméstica e política. Com ênfase na valorização da história oral, este artigo expressa tendências conceituais do NEHO. O dossiê progride com esclarecedora entrevista concedida pelo professor Sérgio Adorno à Marcela Boni Evangelista, na qual o sociólogo apresenta razões de seu

envolvimento com o tema da violência e sua atuação em favor da causa da justiça social. A tradução do artigo da pesquisadora Adriana Piscitelli sob o título “Entre os discursos sobre o tráfico e o agenciamento sexual: brasileiras profissionais do sexo na Espanha” permite análises sobre um dos mais graves problemas da sociedade globalizada, ou seja, o fluxo de prostitutas, e, em particular no nosso caso, o envolvimento de mulheres brasileiras nesse mercado. Por fim, três resenhas pertinentes ao tema são arroladas, sendo a primeira sobre o filme de Silvio Tendler “Utopia e barbárie”, de autoria de Maurício Cardoso, outra escrita por Jennifer Rosenberg a respeito do documentário “Weapon of war” e a última sobre o livro “Mestre João Grande: na roda do mundo” assinada por José Carlos Sebe Bom Meihy.

O conjunto de textos aqui apresentados, mais do que responder sobre definições e conceitos em torno da vitimização ou da perpetração, quis ferir a possibilidade de ampliar olhares e escutas, estimular o desafio da prática tolerante ao pesquisador e, acima de tudo, pretendeu ser um campo de discussão onde posições podem e devem ser confrontadas.

A Comissão Editorial



Linha & Ponto





De vítima a testemunha

Mara Selaibe*

RESUMO: Este texto introduz ideias de como – no bojo da vivência traumática – o sujeito fica acossado na posição de vítima passiva. Em seguida, discute as condições da narrativa em promover uma mudança do lugar de vítima para a posição de testemunha sob a condição de que alguém legitime, com sua escuta isenta, o testemunho em questão. Com alguns exemplos, a autora aborda a importância da fala dirigida à alteridade na promoção e na elaboração das experiências violentas.

PALAVRAS-CHAVE: Trauma, Vítima, Narrativa, Testemunha.

ABSTRACT: This text introduces ideas concerning the subject who – in the middle of the traumatic experience – finds himself in the victim position. After, it discusses the narrative conditions in providing a change from the position of victim to this of witness, though it will only be possible if there is someone available to listen to the person. Giving some examples, the author treats the importance of speaking to another in elaborating violent experiences.

KEYWORDS: Trauma, Victim, Narrative, Witness.

* Psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto *Sedes Sapientiae* onde integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Intolerância; é pesquisadora do módulo “Educação, Infância e Cidadania”, do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância (LEI-USP). Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP; autora do livro *Ensaio clínico sobre o sentido* (2003, EDUSP e Casa do Psicólogo) e de artigos publicados. E-mail: selaibe@terra.com.br.

No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha; não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável.
(BENJAMIN, 1994, p. 198).

O vácuo de palavras que sucede a uma brutalidade vivida indica a impossibilidade de integração afetiva do acontecimento. Nessas circunstâncias o relato e a partilha das cenas vistas, sofridas e protagonizadas não será alcançado. O silêncio acompanha por longo tempo, muitas vezes para sempre, o cotidiano dos envolvidos em situações de ameaça a suas vidas: ameaças físicas e/ou psíquicas não apenas advindas da guerra. Não é permitida a expressão daquilo que, dada sua violência, não pôde ser devidamente incluído psiquicamente. Buracos de sentido resultam da ausência de inscrição psíquica derivada do terror – resta o susto e a intensidade obscura, sem nome nem contorno; invasão incompreensível de vazios subjetivos inomináveis; deles deriva o silêncio – reflexo daquilo que não tem registro e se configura como fonte de muito sofrimento individual e social.

Um grande risco subsequente à vivência traumática – seja experimentada numa cena de vida pessoal seja partilhada por um grupo ou uma comunidade humana – é o do fechamento emudecido e ancorado na chaga que, então, purgará feito ferida infeccionada na carne, contaminando o que possa haver de vital e de experimental. Escreve Maria Cristina M. Soto, a propósito do que se passou na Espanha, com a Guerra Civil:

Apesar das variantes discursivas, UCD, PSOE e PCE tinham um denominador comum: liderar um processo de transição pacífico baseado na reconciliação dos espanhóis. Todos abandonaram posições combativas e se distanciaram do passado evitando, sobretudo o PCE, menções ao seu desempenho durante a guerra que poderiam suscitar inúmeras controvérsias. Nem sequer foram resgatadas as conquistas políticas da Segunda República que afinal era o exemplo mais próximo de uma vivência pluripartidária e democrática. Foi nesse momento que o fenômeno da amnésia coletiva se tornou mais tangível. No entanto, foi uma falsa impressão: era justamente o fantasma da guerra na mente de todos que explicava a obsessão pelo consenso, os pactos econômicos e políticos, o diálogo sensato, a reconciliação sem cobranças e o silêncio. (SOTO, 2011, p. 225).

Costuma-se, de fato, ponderar: *o melhor é não olhar para trás; o tempo se encarrega. Agora é esquecer, não tocar no assunto para não recrudescer a dor e o ódio.* E assim se sustentam indefinidamente os lugares de vítima e perpetrador: a vítima seguirá passivamente numa posição estereotipada, melancolicamente submetida. O coletivo terá de arcar com as conseqüências de um silêncio estabelecido defensivamente.

Os processos e estados emocionais presentes num momento assustador são diversos daqueles que têm lugar em estado de relativo equilíbrio ordinário. Nestes uma semiótica pode ser criada e partilhada pelo sujeito do acontecimento. Naqueles dá-se a quebra psíquica que lança cada sujeito para o lugar de assujeitado e desamparado. O trauma atinge o

...eu do sujeito. Um eu que, não podendo modificar a excitação externa, modifica-se a si mesmo para suportá-la. O choque equivale à aniquilação do sentimento de si, da capacidade de resistir, agir e pensar com vistas à defesa do si mesmo, e é a força desse choque, da excitação “insuportável”, que determina o grau e a profundidade da decomposição do eu. (UCHITEL, 2001, p. 78-79).

A não fala precisa ser escutada

A escolha ética de se escutar um ruído no silêncio de quem não pode falar permite a configuração de um espaço de reconhecimento da dor bruta indizível e de cumplicidade na busca de uma movimentação psíquica na direção da retomada da palavra e de sua inserção na rede de pensamento. A ruptura no eu causada pelo trauma interrompe o fluxo da vida interior também por impedir o luto necessário para que ele transcorra.

As vivências brutas, na forma de repetição compulsiva de imagens e sonoridades oriundas da cena traumática, comumente se apoderam do psiquismo e a pessoa se vê compelida a fazer uso de suas defesas disponíveis para prosseguir a vida. Ela pode buscar cindir a parte de si mesma que sofre num esforço de eliminar sua agrura tornando-se insensível à custa de uma espécie de amputação psíquica; também pode ocorrer que as cenas traumáticas insistam em se reapresentar nos seus sonhos e pesadelos acabando por gerar uma reatividade ao sono; entretanto, a insônia, povoada de imagens e ideias obsessivamente atormentadoras fazem-na recair no mesmo, obrigando-a a contundência

daquilo que lhe é insuportável e lhe causa dor emocional. No limite, a repetição pode chegar a ser a própria iniciativa de retorno à cena traumática, ainda que aparentemente modificada, numa busca do sujeito de dominar aquilo que lhe domina. Não há meios de o sujeito encontrar o alívio que deseja se permanecer isolado e cercado pelo traumatismo.

A mudança necessária exigirá não o apagamento puro e simples ou a exclusão do vivido, mas sua inclusão psíquica por um caminho de retomada da experiência emocional e sua concomitante elaboração. A presença da alteridade é uma demanda jamais dispensada nesse percurso. A alteridade é que permite ao sujeito se apropriar da experiência e alocá-la na rede simbólica transmissível que inclui a todos humanos.

[...] o que se ausenta não é simplesmente o relato do vivido, mas ocorre a pulverização da própria experiência como um acontecimento compreensível. O que aconteceu na Grande Guerra mostra a relação inseparável entre experiência e relato [...] chamamos experiência ao que pode ser posto num relato, algo vivido que não apenas se sofre, mas que se transmite. Existe experiência quando a vítima se transforma em testemunha [...] (SARLO, 2005, p. 31).

O lugar de testemunha é conquistado quando quem viveu um acontecimento narra-o para um outro, mas apenas se, nesse ato, aquele que ouve o testemunho reconhece-o como tal. Nesse cruzamento, quem escuta também se coloca no lugar de testemunha do relato, criando uma cadeia afirmativa do acontecido e subjetivamente vivido. Quem escuta se faz testemunha do efeito da violência perpetrada contra o sujeito que agora sustenta sua própria narrativa testemunhal. Isso cria um tecido com condições necessárias efetivas para a elaboração: o reconhecimento, para além do si mesmo, de que o vivido da ordem do enlouquecimento e da ameaça de morte pode, a partir de então, e com ajuda, ser reconhecido justamente como algo capaz de enlouquecer e matar e que necessita ser psiquicamente contido e elaborado. Sem a elaboração, o trabalho de ordem psíquica, a fala talvez recaia sobre si mesma num sistema de repetição pura e simples.

O recurso da narrativa oral dirigida a uma alteridade constitui um movimento reparador e uma chance de saída da posição estereotipada de vítima passiva. A alteridade precisa estar imbuída de confiança e pronta a reconhecer a legitimidade da busca de criação de sentido pela inserção do traumático na cadeia de representações psíquicas. Como

escreve o psicanalista Jacques André (2009, p. 14), “foi acontecimento traumático só se transforma em abertura – e não simplesmente em recalque – se encontrar alguém para ouvi-lo.”.

Trauma

O efeito traumático é produzido pelo excedente de angústia não passível de simbolização e não representável por meio da palavra. Sendo transbordadas as defesas, uma angústia automática, catastrófica, avassala o eu, impondo um estado de estupor, paralisia, inermidade, desvalimento e desamparo. Impõe-se um padecimento impossível de suportar, incompreensível, impensável e indizível.
(FUKZ, 2010, p. 143).

Para se discutir a constituição do traumático e seu enfrentamento, bem como a elaboração da vivência, transformando-a numa experiência capaz de ser reconstruída pela memória, é importante abordar o plano subjetivo visando ampliar o entendimento do tipo de sofrimento acarretado pela invasão do trauma e suas conseqüências espalhadas em todas as esferas de convivência.

A rede simbólica não é solipsista; o inconsciente não é solipsista; o eu se forja pela via das identificações e a sexualidade infantil é o traumático psíquico por excelência. E ela é o traumático psíquico por excelência na medida em que irrompe no corpo do bebê, exigindo ser satisfeita sem que ele o possa fazer sozinho a cada insistência, sem que ele encontre as ferramentas para lhe conferir um sentido, nomear-lhe e significar-lhe. A sexualidade infantil (FREUD, 1905) (estritamente diferente da sexualidade genital do adulto) é a primeira a invadir desde dentro do corpo o eu incipiente e causar-lhe um excesso desestruturante. Esse efeito desestruturador não será catastrófico, do ponto de vista da construção do psiquismo, apenas quando no encontro com o outro, este seja capaz de ofertar seus recursos psíquicos e lingüísticos para processar e nomear tal demanda. Dessa ordem de entendimento decorrem duas afirmativas. A primeira diz que o trauma é constitutivo do humano; a segunda diz que entramos para a vida humanizada pelas mãos e palavras de alguém.

Ao nascer um bebê, necessariamente algum adulto capaz de auxiliar o pequeno eu – ainda apenas corporal – a ganhar uma conformação psíquica, irá operar junto dele como um intérprete (AULAGNIER, 1990) cuidando e amparando (LAPLANCHE, 2001, p. 112-113) na medida das suas possibilidades. Nessa trajetória cresce a rede de ajuda e constituição do eu: do outro, adulto primordial, cuja função é materna, até o mundo de relações que podem vir a ser estabelecidas ao longo de uma vida. Esse percurso multi identificatório responde pela formação do eu e tem como correlato sua diferenciação do não eu. Essa lógica levou Freud a afirmar que toda psicologia é social (FREUD, 1973, p. 2563).

O trabalho psíquico é sempre um trabalho da cultura: sua base encontra-se na construção subjetiva mais íntima e estruturante oriunda da rede humana singular, historicamente datada. Apoiado e sustentado nessa rede o corpo nascente e pulsante percorre seu trajeto humanizador. O aspecto dinâmico da psique deixa entrever essa condição. O outro ocupa um lugar irredutível na vida do sujeito; o outro deve ser entendido como um *sine qua non* para a existência humana, sob a consequência indubitável da impossibilidade de humanização.

Não encontramos todos os dias uma infinidade de eus impossibilitados frente a suas sexualidades, paralisados pela invasão de traumas que, por certo, já experimentaram. Cada qual desenvolve seus meios de forjar seu equilíbrio instável e levar a vida. A própria neurose é um recurso humano; e o sintoma é uma formação de compromisso que, até certo ponto, atende ao sujeito psíquico.

A compreensão que se possa alcançar sobre a ocorrência histórica e social de um evento da realidade considerado traumatogênico é importante (por exemplo: guerra, guerrilha, tortura, estupro, violência perpetrada por crimes comuns, vivências repetidas de privação, desemprego prolongado, perda e/ou desaparecimento de pessoas amadas, tragédias causadas pela natureza). Ela fornece as circunstâncias que irão corroborar na eclosão de um trauma – cuja paridade sempre estará na sexualidade infantil de cada um de nós, de modo singular (FREUD, 1905). Também por isso, pessoas diferentes reagem de maneiras distintas diante de uma mesma situação externa limite.

Narrativas

Um psicanalista, Sándor Ferenczi, contemporâneo de Freud, criou um conceito denominado identificação com o agressor o qual descreve o movimento em que a vítima – desesperada pela condição à qual está submetida – se coloca inconscientemente do lado do agressor, na esperança de retomar o controle sobre o que está vivendo.

... Este medo, quando atinge o seu ponto culminante, obriga a vítima a apresentar-se automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer esquecendo-se completamente de si mesma, e a identificar-se totalmente ao agressor. Por identificação, podemos dizer introjeção do agressor, este desaparece como realidade externa e se torna intrapsíquico. (FERENCZI, 1992, p. 352).

Esse conceito permite-nos entender também a ativação da culpa: se o agressor foi introjetado à vítima, ela agora se percebe como ativa, na condição de seu próprio agressor: passa a ser o destinatário de toda série de violências contra si mesma; ela se considera perpetrador e vítima, ao mesmo tempo. A primeira entre essas violências é retirar ou diminuir a responsabilidade do agressor minimizando a intensidade de seu sofrimento. Então, irá desculpá-lo com argumentos que justifiquem as razões por ele ter agido como tal. Nesse movimento, capciosamente, a vítima se coloca como responsável pelo ocorrido e merecedora de mais agressão. Esse sistema tem efetividade e duração.

Uma maneira de enfrentar as consequências psíquicas do acontecimento violento e de mecanismos como esse é criar condições favoráveis à sua narrativa em alguma forma expressiva. No caso da oralidade, a recuperação da fala proferida diante de outro disposto a escutá-la explicita o vivido e constitui chance de uma experiência reparadora simbólica. Ao falar para alguém que não faz *a priori* qualquer julgamento sobre seu discurso e que acolhe sua narrativa como manifestação de sua verdade psíquica, a vítima é convocada a sair de seu lugar passivo e a ocupar uma posição ativa de fato. Ouvir-se e ser ouvido multiplica os sentidos do que é dito e dessa maneira introduz um interrogante capaz de interferir deslocando a palavra e promovendo novos sentidos.

Marcelo Viñar, psicanalista uruguaio, desenvolve há décadas um trabalho no qual a psicanálise está sempre relacionada ao universo social e

político, em especial um projeto com crianças e jovens marginalizados, na cidade de Montevidéu, e que denominou Grupo de Palavras. Neles, os participantes têm a chance de proferir *palavras subjetivantes*, algo tão essencial a uma vida digna quanto o alimento (SELAIBE, 1996). Segundo Viñar (2009, p. 112), esses jovens mostram-se “disponíveis e ávidos de interlocução, o que é suficiente para legitimar a continuidade da experiência.”. O autor postula como base de seu modo de ação terapêutica que essas crianças são carentes também de modelos identificatórios positivos diante da dor do próximo, exatamente porque refletem e projetam a extrema miséria humana de que foram vítimas. O Grupo de Palavras é, pois, um dispositivo cujo objetivo encontra-se em criar artificialmente as condições para outros modelos identificatórios por oferecer um cuidado ao ouvir e permitir que toda palavra tenha lugar nessa escuta atenta e testemunhal. Falar e ser escutado é considerado, na vida dessas crianças e jovens “um processo faltante de humanização, que precocemente deveriam prover uma família suficientemente sadia e a escola.” (VIÑAR, 2009, p. 113).

Em outra ocasião, o mesmo psicanalista ao comentar sobre a importância das narrativas de sobreviventes do holocausto, recolhidas por Steven Spielberg, afirma sua importância:

Sobretudo quando aquele que testemunha sabe que seu testemunho é escutado. Aqueles que recolheram os depoimentos contam que o que fazia bem aos que narravam sua história era quando se lhes dizia: “Esta fita cassete que você está gravando será escutada nas Nações Unidas, na Suíça.” Não pode haver um fechamento entre as vítimas; é necessário que o testemunho transcenda o grupo dos que sofrem, que haja uma comunidade de escuta que seja sensível e que liberte a vítima do seu lugar de sofrimento. [...] Acredito que se deva buscar o que Roberto Antel chama de “invenção de uma máquina que permita contar o horror para dele se poder sair!” (VIÑAR, 2000, p. 104).

Viñar ainda se detém sobre uma experiência acontecida na África do Sul, idealizada e sustentada por uma comissão de reconciliação pós-*apartheid*. Tratava-se de que os torturadores poderiam ser anistiados apenas se confessassem integral e detalhadamente seus crimes. Muitos torturadores narraram suas ações espúrias por horas inteiras. Esse fato permitiu que a sociedade toda se inteirasse do ocorrido naquele longo período, e impediu que ela se dividisse entre os que tinham torturadores e vítimas na família e os que se sentiam distantes por não

terem *nada a ver com isso*. Essa partilha entre todos teve como derivativo uma maior distensão que permitiu melhores condições de convivência entre as comunidades negra e branca. Escreve Viñar:

Penso ser necessária a mediação de um terceiro. É necessário que a sociedade possa falar do nunca-mais, que a imprensa possa publicar, que possam existir peças de teatro e periódicos, que haja um exorcismo dos tempos de terror e que todos possam vê-lo. Isso distende a vítima. Quando o coletivo social acolhe, amortiza e serve de testemunha, a vítima se sente menos isolada. Quando a vítima é segregada, necessita de um lamento perpétuo até a sua morte, como se estivesse aprisionada numa memória sacrificial, num gemido perpétuo. (VIÑAR, 2000, p. 103).

Numa sociedade como a brasileira há muito a ser narrado, considerando-se as práticas de violências espalhadas pelo tecido social. A tragédia de genocídio cotidiano dos chamados meninos do tráfico, por exemplo, foi radicalmente cartografada e ganhou expressão pública em um documentário (MV BILL, 2006) e num livro que expõe os bastidores da feitura do filme (MV BILL, 2006). No livro pode-se ler e reler as falas proferidas pelos *falcões* e suas chefias. Não são narrativas lineares nem tampouco histórias contadas *sobre* o vivido. Trata-se de crianças e jovens menores de idade – todos do sexo masculino –, oriundos de famílias desorganizadas, em geral marcadas pela ausência paterna precoce, que têm registrados momentos traumatizantes acompanhados muitas vezes em tempo real. Nesse percurso, com sete anos de duração, as testemunhas são vitimizadas diretamente pelo tráfico de drogas (em várias regiões e cidades brasileiras) e pela estrutura social e familiar. As suas vidas parecem nada valer e dos dezessete garotos acompanhados ao longo do período, apenas um ainda estava vivo quando o projeto terminou. Suas famílias (ou o que há delas), sim, permaneceram; a sociedade, sim, permanece. E é a elas que essas narrativas reunidas e levadas a público ajudam a criar algum sentido diante de mortes tão insanas e ajudam também a desculpabilizar os garotos.

Os trabalhos dedicados a dar voz a pessoas e a grupos vítimas de violências traumáticas colaboram em, pelo menos, duas direções: com aqueles diretamente envolvidos nas situações, que podem passar de vítimas passivas para a posição de testemunhas ativas, e com a sociedade mais ampla, porque esta pode retomar para si as histórias que acontecem em seu bojo e, portanto, lhe dizem respeito.

Narrar a vivência traumática é uma chance de elaboração à qual todos têm direito. Para isso é preciso haver pessoas e instituições decididas a escutar e referendar a passagem da posição de vítima do mal à de testemunha de um mal estar em certo sentido sempre parte da civilização (FREUD, 1930).

Referências bibliográficas

ÁNDRE, Jacques. O acontecimento e a temporalidade: o *après-coup* no tratamento. In: CONGRÈS DE PSYCHANALYSTES DE LANGUE FRANÇAISE, 67., 2009, Paris. **Relatórios...** Paris: Sociedade Psicanalítica de Paris; Associação Psicanalítica da França, 2009.

AULAGNIER, Piera. **Um intérprete em busca de sentido**. São Paulo: Escuta, 1990.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 [1930].

FALCÃO: meninos do tráfico. Produção: MV Bill; Celso Athayde. Rio de Janeiro: Central Única das Favelas, 2006.

FERENCZI, Sándor. Confusão de língua entre o adulto e a criança. In: _____. **Obras completas: Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1933].

FREUD, Sigmund. O mal estar na civilização. In: _____. **Obras completas**. v. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1930].

_____. Tres ensayos para una teoria sexual. In: _____. **Obras completas de Sigmund Freud**. Tomo II. Madri: Biblioteca Nueva, 1973 [1905].

_____. Psicologia de las masas y analisis del yo. In: _____. **Obras completas de Sigmund Freud**. Tomo III. Madri: Biblioteca Nueva, 1973 [1921].

FUKS, Mario Pablo. Trauma e dessubjetivação. in **Tolerância**: Revista do LEI/USP, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 143-156, jan./jun. 2010.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean Bertrand. **Vocabulário da psicanálise**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MV BILL; ATHAYDE, Celso. **Falcão: meninos do tráfico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado**: cultura de la memoria y giro subjetivo. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

SELAIBE, Mara. **Ensaio clínico sobre o sentido**. São Paulo: Edusp/Casa do Psicólogo, 2003.

_____. A fome de zero a seis. **UOL**, São Paulo, 1996. Disponível em: http://www2.uol.com.br/aprendiz/ncolunas/coluna_livre/id310504.htm. Acesso em: 31 maio 2004.

SOTO, Maria Cristina Martínez. Os silêncios falam. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). **Guerra Civil Espanhola: 70 anos depois**. São Paulo: EDUSP, 2011.

UCHITEL, Myriam. Quatro concepções do trauma: S. Ferenczi, D. Winnicott, M. Khan e J. Laplanche. In: _____. **Neurose traumática**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

VIÑAR, Marcelo. **Mundos adolescentes y vértigo civilizatório**. Montevideo: Trilce, 2009.

_____. Uma utopia sem lugar de chegada. **Percurso**, São Paulo, n. 25, jul./dez. 2000.





Dossiê





Trauma social na II Guerra Mundial: discussão das representações de algozes e vítimas

Ana Maria Dietrich*

RESUMO: Pretendemos explicar o fenômeno do trauma social ligado ao nazismo e à II Guerra Mundial (1942-45) analisando as representações de possíveis atores do processo que são definidos a posteriori como *vítimas* e *algozes*. Objetivamos também discutir porque a II Guerra Mundial constitui-se em um evento memorialístico em potencial e elucidar como seu impacto social ainda ecoa no tempo presente, mais de 70 anos após o seu início, e interfere na elaboração de memórias, em especial as traumáticas. Em um segundo momento, verificaremos como se deu a elaboração narrativa do trauma no imediato pós-guerra, pela análise de entrevistas de uma rede caracterizada como algoz: os prisioneiros de guerra do Tribunal de Nuremberg.

PALAVRAS-CHAVE: Vítimas, Perpetradores, Nazismo, II Guerra Mundial, Trauma social.

ABSTRACT: It is aimed to analyze the phenomenon of social trauma related to Nazism and World War II (1942-45) examining the representations of possible actors of the process which are *a posteriori* defined as victims and executioners. It is also intended to discuss the reasons why World War II consists in a potentially memorial event and to elucidate how its social impact still echoes in the present time, over 70 years after its beginning, and interferes in the elaboration of memories,

* Professora do Bacharelado em Ciências e Humanidades da Universidade Federal do ABC (UFABC) e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e pela *Technische Universität Berlin*.

specially the traumatic ones. In a second moment, it is verified how the narrative elaboration immediately after war takes place, through the analysis of interviews from a network characterized as executioners: the war prisoners of Nuremberg Trials.

KEYWORDS: Victims, Perpetrators, Nazism, World War II, Social trauma.

Ao se iniciar a análise do trauma social¹ ligado ao nazismo e à II Guerra Mundial, faremos uma reflexão dos caminhos da(s) memória(s) relativos a eles, destacando o componente político inerente a tal percurso, sendo que a sua elaboração em particular se configura de caráter voluntário, eleita no seio da sociedade em detrimento de outras, por meio de batalhas da memória. Encontra-se imersa em jogos de poder que influenciaram o que se deve ser lembrado ou esquecido. Ao mesmo tempo, tal dialética entre o lembrar e o esquecer está calcada na dinâmica do tempo e do espaço, fazendo-se necessária uma análise que inclua os marcos de temporalidade e de historicidade que tangenciam as narrativas orais (JELIN, 2001, p. 97).

Entendemos que – na linha de interpretação de Pierre Nora (1993) – a memória contém os atributos de *afetiva* e *mágica*. No campo da afetividade, o acontecimento histórico da II Guerra Mundial é por si só um evento em potencial para ser rememorado – por suas dimensões tanto temporais, com a duração de seis negros anos - e espaciais – seu grande palco foi o continente europeu. Porém, os conflitos foram de escala mundial, marcando negativamente a história de vida de milhões de seres humanos.

São estimados 60 milhões de mortos, sendo seis milhões de judeus nos campos de extermínio nazistas e mais outros cinco milhões de ciganos, homossexuais, eslavos e demais minorias. 55 milhões de pessoas deixaram de nascer (PADROS, 2005, p. 230). Além disso, foram mortos milhares de civis em cidades bombardeadas, sendo também muito expressivo o número de feridos. O acontecimento atingiu uma quantidade muito maior de pessoas se pensarmos no percentual de famílias segregadas por separações e lutos e o grande contingente de pessoas que migrou de um país a outro em função do conflito. Isso sem falar nas consequências econômicas como a falta de mão de obra no imediato pós-guerra e consequente incentivo à imigração de outros povos em países europeus. (Ibidem, p. 229-231).

¹ Para o conceito de trauma social, utilizamos Anna Freud (1970, p. 2) que afirma, com base nas obras de Sigmund Freud, que: “um ‘trauma’ ou ‘acontecimento traumático’ significa originalmente um evento (externo ou interno) de uma magnitude com a qual o ego do indivíduo não consegue lidar, ou seja, um súbito influxo de excitação tão maciço que é capaz de romper a barreira de estímulo que o ego normalmente possui”. Com relação aos traumas especificamente sociais, segundo a autora, existe uma diversidade de fatores que podem ser atribuídos como potencialmente traumáticos em nossas sociedades contemporâneas: guerras, abusos e crueldades do poder legal ou das organizações criminosas, fanatismos e terrorismos.

Também não foi menor a proporção de mudanças na esfera política quanto à rediscussão de valores democráticos e éticos que se deram no imediato pós-guerra, quando houve a criação da Organização das Nações Unidas, a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e a elaboração de códigos de ética médica. O sistema capitalista também se encontrou em crise, uma vez que se constatou que o nazismo, muito mais do que um caminho de desvio (*Sonderweg*), teria nascido dentro de seu cerne².

A partir dessas reflexões podemos afirmar que a II Grande Guerra estabeleceu a configuração de inúmeros traumas que interferiram diretamente na elaboração de uma *memória coletiva*. Segundo Maurice Halbwachs, a coletividade é parte intrínseca da memória, sendo que ninguém pode se lembrar a não ser em sociedade, sendo o homem um ser social, que nunca estaria só, nem mesmo em pensamento. O depoimento de uma testemunha só ganha sentido dentro do grupo ao qual pertence. “A rememoração pessoal está situada na encruzilhada das redes de solidariedade múltiplas em que estamos envolvidos.” (DUVIGNAUD, J. apud HALBWACHS, 1990, p. 12). Enquanto pela *memória histórica* se daria a *reconstrução* de fatos a partir do presente; a *memória coletiva* faria a *recomposição* do passado.

Assim, a partir do conceito de *memória coletiva* de Halbwachs (1990), a II Guerra mundial constitui-se em um evento memorialístico em especial. Seu grande impacto social ainda ecoa no tempo presente, mais de 70 anos após o seu início, e interfere na elaboração de memórias em especial as traumáticas. A comoção ligada ao acontecimento foi tamanha a ponto de os psicólogos da época terem enfrentado dificuldades em prestar auxílio profissional às pessoas envolvidas nessas tragédias, pois até eles mesmos não conseguiam digerir a grande dose de terror que tal acontecimento proporcionara. (FREUD, 1970). Análises históricas também dão grande dimensão ao acontecimento. O historiador Eric Hobsbawm (1995) conceitua e estabelece o balizamento temporal do sé-

² Para uma análise mais apurada sobre as correntes interpretações dos fascismos, ver: SILVA, 2005, p. 111-164. Para ele, o nazismo seria um tipo de fascismo. Ele procura configurar um paradigma do fascismo, por meio de elementos balisares – o anticomunismo, antiliberalismo e o corporativismo entre outros. Dessa maneira se estabelecem os fascismos como a-históricos, diferenciando de outras interpretações que acreditam que os diversos tipos de fascismo, incluindo o nazismo, findaram com o fim da II Guerra Mundial.

culo XX pelos marcos das duas grandes guerras, iniciando-se em 1914 com a Primeira e terminando em 1991, com o fim da União Soviética. Destaca que o “curto” século XX foi marcado principalmente pela configuração e consequências das duas grandes guerras.

Memória dos algozes e trauma de guerra

Mesmo com tantos estudos sobre nazismo, poucos ainda se debruçaram sobre a chamada *Memória dos Algozes*, ou seja, a memória daqueles que perpetraram as ações consideradas crimes de guerra e contra a humanidade. No contexto específico da II Guerra Mundial, ao observar a história da população alemã no pós-guerra, percebe-se que na atualidade há uma abertura maior tanto na mídia quanto no meio acadêmico para discutir temáticas que envolvam esta página traumática relacionada ao regime nazista e aos crimes por ele perpetrados.

Da perspectiva das vítimas do regime nazista, esta preocupação é muito anterior. Principalmente a partir dos anos 1960, foram várias as tentativas de recuperação da memória das vítimas do holocausto com projeto de História Oral e também ações memorialistas como a criação de museus, centros de pesquisa e monumentos. Nesta mesma direção, em alguns campos de concentração foram montados centros de visitação tornando-se possível hoje visitar *in loco* locais onde milhões de vítimas (judeus, homossexuais e ciganos) foram exterminadas em nome da ideologia de pureza racial no regime nazista. Um bom exemplo é o ex-campo de concentração de Dachau (Alemanha), que hoje funciona como museu. Dachau foi o primeiro campo de extermínio alemão, onde 30 mil pessoas foram mortas. Em 1965 foi transformado e inaugurado como centro de visitação.

Os eventos ligados a tal passado influenciaram uma política pública na Alemanha, suscitando diversas medidas de proteção do Estado de Direito, como o asilo político garantido pela Lei Fundamental estabelecida no pós-guerra³, pagamento de indenizações e julgamento de crimes da Alemanha nazista por tribunais jurídicos constituídos nas últimas décadas. A partir da década de 1980, apareceram tendências de

³ Disponível em: <http://www.magazine-deutschland.de/pt/artikel-po/artigo/article/analyse-zuwanderung-und-integration-in-deutschland.html>. Acesso em: 1 abr. 2011.

vitimização do povo alemão ou tentativas de se elaborar uma “outra história” em que, por ter tido cidades bombardeadas e mortes de civis inocentes, este também se configura como vítima.

Após o fim da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim, configurou-se um cenário efervescente de produção cultural, historiográfica e memorialista relacionada ao nazismo, com a abertura de diversos arquivos, em especial aqueles que ficavam localizados na República Democrática Alemã (Alemanha Oriental). Nesse contexto, aumentou-se a preocupação de investigar a visão dos chamados perpetradores de tais crimes. Foi marcante, dentro da indústria cultural, a exibição do filme *A queda! As últimas horas de Hitler* (2003), de Oliver Hirschbiegel, que mostrou um lado “humanizado” do ditador alemão Adolf Hitler, e a publicação na França do livro *As Benevolentes* (Objetiva, 2007), de Jonathan Littell, que contou uma história fictícia de um carrasco alemão. Nesta mesma direção, encontra-se a polêmica em torno do escritor alemão Günther Grass, um importante representante do Teatro do Absurdo, que, após ter ganhado o Prêmio Nobel de Literatura em 1999, declarou ter participado da Juventude Hitlerista e ter lutado na Waffen-SS durante a II Guerra. Publicações sobre a memória de pessoas ligadas diretamente ao grande *staff* nazista, como a secretária de Hitler, Traudl Junge, trazem novas visões sobre o ditador alemão.

Para fundamentar esta análise, começamos por analisar o conceito de “algozes/ perpetradores” e, mais especificamente, o que aqui chamamos de “memória dos algozes”. Ao discutir a representação do perpetrador pretendemos entender sua lógica, mesmo que perversa ou cruel. Neste sentido, faz-se necessário o desenvolvimento de uma nova abordagem metodológica, que leve em conta também as perspectivas éticas e de defesa de direitos humanos inerentes à questão. Para isto, nos fundamentamos nas reflexões de Hannah Arendt sobre a banalidade do mal. O nazismo – para a autora – tem seu foco na transformação humana de indivíduos a partir do impacto desta ideologia. A seu ver, o indivíduo, por estar desarticulado politicamente, se tornaria atomizado. Após a destruição de todos os seus laços com a sociedade, comunidade e família que o circundam, este tornar-se-ia desprovido de identidade, visto como apenas um número na massa. Por ser facilmente manobrável, seria capaz de *perpetrar* as piores atrocidades (ARENDR, 1997, p. 527).

A representação mais convincente do *algoz* nazista foi, na opinião de Arendt, o funcionário do aparelho nazista, Eichmann, um dos tenentes chefe da SS, responsável pela identificação e transporte de judeus para os campos de concentração, grande responsável pela chamada “Solução Final”. Eichmann não é o que o senso comum chamaria de pessoa má ou perversa, porém era um indivíduo desprovido de laços de comunidade, que lhe permitia fazer o mal de modo “banal”, ou seja, burocraticamente, sem pensar nas consequências que se dariam. O que espantava no caso de Eichmann era que ele fugia dos estereótipos de monstro e parecia, aos olhos leigos, uma pessoa aparentemente normal.

Para Arendt, a essência do terror, que daria vazão a inúmeras atitudes algozes, seria justamente uma desarticulação da capacidade de pensar e refletir associada ao isolamento do indivíduo, que teria seus laços de solidariedade com seus semelhantes rompidos. Com isso, tal indivíduo não conseguiria medir as consequências de seus atos na sociedade e interpretar a realidade, distinguindo o certo do errado, o verdadeiro do falso. Como não se sentiria pertencente a um grupo ou comunidade, teria seus atos automatizados, culminando na desumanização radical na qual não haveria limites para a violência (ARENDR, 1997, p. 527).

A barbárie dos atos antissemitas do regime nazista, que culminou no extermínio em massa, trouxe a necessidade da busca e punição de culpados, mais concretamente efetuada com a criação dos tribunais internacionais, como o Tribunal de Nuremberg (1945-1946). Fez-se necessário punir e extirpar da humanidade o *mal* do nazismo para que as sociedades pudessem voltar à normalidade anterior e crescessem economicamente sob a égide do capitalismo e do neoliberalismo.

A construção de tal representação/categoria do *algoz* diz respeito, principalmente, ao momento histórico que se seguiu à queda do regime nazista, quando se deu a imediata configuração da Guerra Fria. É o momento quando os Estados Unidos, os maiores vitoriosos da II Guerra Mundial, difundem ao mundo o “*american way of life*” e sua ideologia de consumo. Com o *boom* da ciência e da tecnologia, houve grande difusão de uma parafernália de eletrodomésticos, toda a sorte de produtos fabricados, roupas, televisões, calçados. A indústria cultural se expandiu nesse contexto e o cinema ajudou a difundir valores e hábitos dessa ideologia. No caso da filmografia hollywoodiana, mostrar que houve inimigos durante a guerra e que esses inimigos foram vencidos

por “heróis americanos” era interessante para o apoio às ações políticas, econômicas, sociais e culturais norte-americanas efetuadas durante a Guerra Fria. Nesse sentido, foi elaborada uma filmografia sobre a II Guerra na qual o alemão aparece sempre como o algoz, o inimigo, o perpetrador, o demônio a ser vencido, execrado. A representação dos chamados algozes é elaborada a partir dessa teia sociocultural.

Após a queda do muro de Berlim, realidades praticamente desconhecidas pelo mundo ocidental referentes aos regimes comunistas vieram à tona, assim como diversas práticas violentas realizadas nos campos de concentração de desnazificação da Alemanha oriental. Isso fez com que grupos anteriormente identificados como algozes passassem a reivindicar a condição de vítimas – criando-se categorias: as primeiras eram vítimas do regime nazista, as segundas, do regime comunista. Criou-se uma disputa sobre a categoria, um grupo querendo se valer mais do que outro de tal qualificação. Com a descoberta de que alguns campos de concentração soviéticos de desnazificação funcionaram no mesmo lugar dos antigos campos de extermínio nazista, a questão memorialística se complicou ainda mais, criando-se os chamados campos de “duplo memorial”. Todas essas mudanças fizeram com que a memória do nazismo e da II Guerra voltasse a ser revisitada por tais grupos que se encontravam ansiosos por dar sua versão da História e, se possível, obter uma absolvição coletiva (PLATO, 2000).

A lógica perversa dos algozes – narrativas dos prisioneiros de Nuremberg

As narrativas dos acusados de crime de guerra julgados pelo Tribunal de Nuremberg, que foram compiladas pelo psiquiatra dos prisioneiros, Leon Goldensohn (2005), trazem aspectos para a análise de uma memória coletiva em específico, caracterizado a priori⁴ como *algoz*. O grupo em análise – dos acusados de crimes de guerra relacionados ao nazismo – passou por experiências em comum caracterizando uma marca em suas trajetórias e fazendo com que se configurasse como uma “comunidade de destino” (MEIHY, 2005). Todos tiveram seu passado

⁴ Como dito anteriormente, o conceito de algoz, vítima e testemunha pretende ser problematizado a partir dos resultados da pesquisa.

ligado às atividades partidárias no regime nazista, ocupando posições de destaque. Porém, a experiência que deixa uma marca inegável em suas narrativas é a de que se transformaram em criminosos de guerra sendo julgados pelo Tribunal de Nuremberg e tendo, portanto, uma experiência diferente de outras dezenas de líderes que conseguiram fugir para outros países ou mesmo se esconder da justiça, e diferente ainda de milhares de nazistas ou simpatizantes que não foram sequer julgados.

Seu julgamento, por todo o caráter particular ao qual estava circunscrito, de ser um tribunal internacional, filmado, amplamente documentado e divulgado para diversas nações no mundo, deu uma intensa visibilidade às histórias de vida desses 24 réus em particular. Dessa maneira, suas narrativas se encontram fortemente influenciadas por essas circunstâncias – estarem presos e sendo julgados por um tribunal internacional – de serem provavelmente condenados e terem suas vidas expostas ao público.

Suas narrativas caminham entre dois polos em particular. O primeiro deles é a retórica de defesa com a tentativa de se provar a todo custo sua inocência – se necessário culpabilizando outros indivíduos. O mais citado por eles, que na ocasião já se encontrava morto e por isso impossível de articular qualquer defesa ou elaborar outra versão, era o líder do governo nazista Adolf Hitler. Nas entrevistas, prevalece a versão de que só ele – Hitler – sabia das atrocidades, da “Solução Final” (como era chamada nos documentos oficiais do partido a ordem para extermínio de judeus e demais minorias nas câmaras de gás) e no último caso, teria sido o único mandatário das execuções em massa.

Estes argumentos seriam até lógicos se lembrarmos da estruturação do Partido Nazista, em que o líder máximo se encontrava no epicentro do poder e tinha a autoridade superdimensionada e a quem a obediência teria que ser total e irrestrita. Segundo Arendt (1989, p. 424), toda ordem emanava do líder e a responsabilidade por todos os atos e crimes seriam dele, o que facilitava o fato de ninguém, nem mesmos os líderes mais próximos na hierarquia de Hitler, se responsabilizar pelos seus atos. No entanto, depoimentos dos réus como Rudolf Hoess confirmam que eles sabiam muito mais do que queriam. Hoess explicou em detalhes quantas experiências foram necessárias para aumentar a capacidade de mortandade nos campos de Auschwitz.

O segundo polo de seus discursos caminha pela argumentação de estarem apenas cumprindo ordens e, por viverem em uma sociedade totalitária (ARENDT, 1989), não teriam liberdade para desobedecer tais medidas. Já esse segundo argumento, mesmo levando-se em conta o caráter de *terror* e a intensa propaganda na qual se baseava o movimento nazista, poderia ser refutável pela existência de movimentos de resistência na sociedade e também pelo fato de estudos afirmarem que ninguém era obrigado a matar. Se a pessoa se negasse a fazê-lo, seria apenas transferida de local (SERENY, 2007).

O psiquiatra norte-americano Leon Goldensohn tinha 34 anos na época do Tribunal de Nuremberg e suas ligações com sua pátria são evidentes: havia sido oficial do exército americano. Para realizar as entrevistas, conviveu sete meses junto aos prisioneiros de Nuremberg. Entrevistou 21 deles e também testemunhas de defesa e de acusação. Para os prisioneiros, Goldensohn, apesar de sua origem, era visto como possível canal de defesa.



Um de seus entrevistados foi Hermann Wilhelm Göring (*ilustração ao lado*). Sua trajetória de vida, principalmente o fim trágico por suicídio, tem relação direta com o tribunal. Foi um dos principais líderes do nazismo, marechal do Reich e comandante da *Luftwaffe* (Forças Aéreas) e chegou a ocupar a posição de segundo homem do partido. Foi preso na Áustria em maio de 1945, encarcerado e julgado no Tribunal de Nuremberg. Defendeu-se muito, mas as provas, testemunhos e evidências contra seus crimes o condenaram à morte. Foi o único nazista de alto escalão que teve ligação direta com as execuções em massa,

comprovado por documentos oficiais que mostram sua autorização por memorando para a “Solução Final”. Na véspera de sua execução, matou-se com uma cápsula de veneno. Mesmo assim, enforcaram seu cadáver. Observa-se nesse ato o caráter propagandístico com que se configurava o tribunal e a necessidade de mostrar a punição mesmo em um caso excepcional como esse quando o acusado já se encontrava morto. Em sua entrevista ficam evidentes dois elementos do seu discurso: uma tentativa de inculpação das vítimas e o silêncio sobre determinados fatos da época. Em um determinado momento, afirmou:

Que os judeus deviam ser evacuados da Alemanha estava claro. [...] Mas não que deveriam ser exterminados. Assumo a responsabilidade pelo que aconteceu na Alemanha nacional-socialista, mas não por coisas que eu ignorava como os campos de concentração e atrocidades.

Em consonância com essas declarações, temos a de Walter Funk, chefe do Departamento de Imprensa e presidente do *Reichsbank*, que foi condenado à prisão perpétua pelo tribunal.

É verdade, porém, que havia uma porcentagem exagerada de judeus no direito, no teatro e na vida econômica e cultural de nosso Reich. [...] Mas, eu não era radical. Não imaginei os assassinatos em massa ou os programas de extermínio.



Junto à questão de mostrar que de alguma forma os judeus também tinham alguma culpa pelos castigos que sofreram, os entrevistados encaminham sua narrativa para negativas e silêncios ligados à discussão em torno da intencionalidade e participação efetiva ou não nos planos de Hitler. No depoimento de Walter Funk, ele não chega a negar que era antissemita, apesar de tentar amenizar o fato (“não era radical”), porém diz não saber sobre os programas de extermínio.

Também na mesma direção, encontra-se a narrativa de Fritz Sauckel por (*ilustração ao lado*), um dos responsáveis pela organização do emprego sistemático no trabalho escravo de milhões de homens e meninos:

Você tem que entender que na Alemanha a palavra “desempregado” tem um sentido diferente do que tem nos EUA. Na Alemanha, significa que um homem não consegue encontrar trabalho em nenhuma profissão. Na Turíngia, havia 1,7 milhão de pessoas, das quais 500 mil estavam desempregadas em 1932, quando Hitler subiu ao poder.

Assim, Fritz usou de argumento bem comum na época: justificar as atrocidades pela situação econômica alemã, que fez com que “alguma medida tivesse que ser tomada”.

A segunda polarização dessa retórica da inocência – construída pelos acusados pelos crimes de guerra – perpassa a maioria das narrativas, das quais destacamos algumas aqui. Wilhelm, general, marechal de campo, chefe do estado maior do Comando das Forças Armadas, afirmou que “apenas cumpria as ordens de Hitler. Não tinha nenhuma ideia dos planos gerais de Hitler”. Segundo ele, as ordens em questão limitavam sua ação para assuntos militares. Já Ribbentrop, ministro do exterior (1938-1945), chegou a questionar a própria ação do tribunal. Segundo ele, “o povo alemão não ia perdoar por condenar seus maiores líderes”. Quanto ao discurso, valia-se de versão semelhante, adensando a questão de cumprir ordens relacionando-a diretamente com o fato do regime nazista se configurar em um governo ditatorial, sem espaço para dissensões ou conflitos de interesses:

Agora o tribunal me acusa de conspiração. Ora, como é possível uma conspiração em um governo ditatorial? Somente um homem tomava as decisões cruciais. Era o *Führer*. Em todos os meus contatos com ele, nunca discuti os extermínios ou algo do gênero.

Rudolf Hoess, tenente general da SS a partir de 1942, e comandante do campo de concentração de Auschwitz, confessou publicamente a

participação no extermínio em massa nesse campo, evidenciando inclusive algumas práticas. Seu depoimento era preciso na topografia da indústria de morte, mas mesmo assim, considerava-se inocente pelo mesmo argumento citado pelos outros – o cumprimento de ordens aliado à justificativa de que o povo alemão fazia isso em autodefesa, contra a conspiração judaica de dominação mundial:

O número exato de mortos pelas câmaras de gás não dá saber. Estimo que 2,5 milhões de judeus – incluindo mulheres e crianças. Recebi ordens [...] Eu não podia, tinha que aceitar as ordens. Diziam que se os judeus não fossem exterminados aquela altura, o povo alemão seria exterminado para sempre pelos judeus.

Ao analisar esses exemplos de narrativas dos criminosos de guerra do Tribunal de Nuremberg, deve-se levar em conta as circunstâncias particulares em que elas foram elaboradas – um tribunal montado pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial no imediato pós-guerra. Tais circunstâncias facilitaram uma espécie de polarização nas narrativas elaboradas com intuito consciente/inconsciente de construção de uma retórica da inocência.

Por fim, ressalta-se que as narrativas orais foram elaboradas dentro de um contexto simbólico/cognitivo específico e são pontuadas subjetivamente por tais categorizações no discurso. Levando em conta reflexões recentes do historiador alemão Alexander von Plato (2000), consideramos que a variável “trauma” gerou grande influência na performance das entrevistas. A representação da categoria de algozes na contemporaneidade, associada ao movimento do nazismo, varia entre os diversos grupos que viveram o fenômeno e também entre suas marcas de temporalidade e historicidade. Ao mesmo tempo, pensamos nessa categoria como algo socialmente e politicamente construído.

A própria existência desse tribunal pautado por ações imediatistas teve o intuito de mostrar que o mundo se encontrava por fim desnazificado e liberto do fantasma da II Guerra. Marca-se, no pós-guerra, a ausência de discussões profundas no seio das sociedades europeias e americanas sobre o processo de redemocratização. Tal discussão – deveria passar – indiscutivelmente pelas memórias pessoais e políticas. Assim, torna-se pungente a afirmação de Elizabeth Jelin ao se referir a acontecimentos traumáticos:

O sofrimento traumático pode privar a vítima do recurso da linguagem, de sua comunicação e isso pode impedir o testemunho ou permitir o fazer “sem subjetividade”. Mas também “os outros” podem encontrar um limite na possibilidade de compreensão daquilo que entra no mundo corporal e subjetivo de quem padece. As vias traumáticas, silenciadas muitas vezes para evitar o sofrimento de quem tem padecido, podem não ser escutadas ou negadas por decisão política ou por falta de uma trama social que as queira receber. (JELIN, 2001, p. 96, grifos meus).

Assim, por vivermos hoje em um diferente momento, marcado pelo fim da URSS e da Guerra Fria, pela queda do Muro de Berlim e a unificação alemã, vislumbra-se a possibilidade de se criar a tal *teia social* à qual Jelin se refere, e de tais indivíduos – sejam eles rotulados de vítimas ou de algozes – terem suas histórias de vida ouvidas e sua memória política repensada. Mesmo no âmbito da América Latina, o século XXI fervilha de discussões sobre um passado autoritário, quer seja pela abertura de arquivos, pela revisão de leis como a da Anistia ou pelo pagamento de indenizações às famílias de desaparecidos políticos.

Referências bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. **As origens do totalitarismo, anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 e 1997.
- BENZ, Wolfgang; GRAML, Hermann; WEIß, Hermann (Org.). **Enzyklopädie des nationalsozialismus**. 4. ed. Munique: DTV, 2001.
- DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo tropical? O Partido Nazista no Brasil**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- _____. **Caça às suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política**. São Paulo: Imprensa Oficial/FAPESP/Humanitas, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LAMBERT, Ângela. **A história perdida de Eva Braun**. São Paulo: Globo, 2007.

LEON, Goldensohn. **As entrevistas de Nuremberg**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FREUD, Anna. Foreword. In: NAGERA, Humberto. **Basic psychoanalytic concepts on metapsychology, conflicts, anxiety and other subjects**. Londres: George Allen and Unwin, 1970.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. España; Argentina: Siglo XXI, 2001.

LEVI, Primo. **Se isto é um homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

LITTELL, Jonathan. **As benevolentes**. Rio de Janeiro: Objetiva/Alfaguara, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PADROS, Enrique Serra. Capitalismo e prosperidade e Estado de bem estar social. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. **O século XX**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PLATO, Alexander von. Traumas na Alemanha. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (Org.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC-FGV, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 3 v.

SERENY, Gitta. **O trauma alemão: experiências e reflexões, 1938-2000**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os fascismos. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. **O século XX**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WELZER, Harald. et al. **Opa war kein nazi: nationalsozialismus und holocaust im familiengedächtnis**. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 2002.



“E o destino da gente começou a mudar”: as vítimas da ditadura militar chilena (1973-1990)

Vanessa Paola Rojas Fernandez*

RESUMO: Este artigo analisa o tema “vítimas e perpetradores” no contexto da ditadura militar chilena (1973-1990), analisando brevemente o processo histórico que culminou no regime ditatorial e ressaltando a importância da história oral no processo de captação de diferentes vozes e versões, embora as “vítimas” tenham tido aqui tratamento analítico em especial.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura militar chilena, História oral, História oral de vida.

ABSTRACT: This article examines the theme of “victims and perpetrators” in the context of the Chilean military dictatorship (1973-1990), briefly reviewing the historical process that culminated in the dictatorship and stressing the importance of oral history in the process of raising voices and different versions, although “victims” have had special analytical treatment here.

KEYWORDS: Chilean military dictatorship, Oral history, Oral history of life.

* Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-LEI-USP). E-mail: vanessist@yahoo.com.br.

Introdução: traçado histórico

O Chile destacou-se entre seus vizinhos latino-americanos por sua histórica estabilidade política e democrática a contar dos anos 1930, sendo este processo rompido em 1973, quando houve o golpe militar que instaurou uma ditadura no país. Governava o país nesta data o presidente Salvador Allende Gossens, constitucionalmente eleito em 1970 com uma proposta de governo socialista sob a coalizão esquerdista Unidade Popular (UP). Allende ficou no poder até 11 de setembro de 1973, data em que foi deflagrado o golpe e quando ocorreu a sua morte.

Apesar da perplexidade que a eleição de um presidente declaradamente marxista poderia provocar naquele contexto (SADER, 1992), deve-se ter cautela para não confundir o início do governo da Unidade Popular no Chile com o princípio de um governo socialista, pois o que houve foi a proposta a ser institucionalizada através de uma transição democrática e pacífica ao longo do mandato presidencial, o que foi chamado de “experiência chilena” ou “via chilena ao socialismo” (AGGIO, 2002).

O desenrolar do processo, no entanto, revelou que não seria tão simples assim. O primeiro ano de governo do presidente Allende pode ser considerado relativamente calmo – a Unidade Popular começou a colocar em prática suas propostas, com o início da nacionalização de empresas e da grande mineração, com a continuidade da reforma agrária já iniciada no governo anterior e com a estatização de bancos, além de um programa de reativação da economia por meio do congelamento de preços e aumento dos salários. Durante o segundo e o terceiro ano de governo, no entanto, a burguesia e a oposição reagiram, levando o país ao caos – iniciaram a estratégia de asfixia econômica, deixando de investir e canalizando a produção para o mercado negro, provocando o desabastecimento generalizado, para o qual contribuíram as greves de caminhoneiros e de outros setores – o que culminou na chamada “crise de outubro” em 1972. Esta crise foi uma paralisação quase integral das atividades do país (AGGIO, 2002).

Neste contexto, o Chile estava dividido entre aqueles que eram favoráveis à continuidade do governo esquerdista e aqueles que queriam o seu fim. As mobilizações de ambos os lados bem como os seus confrontos e enfrentamentos acirravam as tensões. Em meio a todas as agitações sociais, o governo encontrava-se num impasse, pois seu

programa estava paralisado sem o apoio do Legislativo e do Judiciário. A própria esquerda apresentava fraturas ideológicas entre aqueles que queriam um enfrentamento armado e os que pretendiam prosseguir sem uma guerra civil, sendo esta a posição do próprio presidente Allende.

Na tentativa de reestruturação ministerial, o presidente chileno nomeou ministro o general Augusto Pinochet Ugarte, que era o comandante-em-chefe do Exército desde agosto de 1973, pensando a participação de militares no gabinete como um fator legitimador do governo – o que ele já havia feito anteriormente e com destaque para o general Carlos Prats como ministro do Interior. Paralelamente, preparava-se a convocação de um plebiscito no qual o governo se comprometeria a entregar a presidência para seu substituto legal, o democrata-cristão Eduardo Frei, que era o presidente do Senado. Esta tática não chegou a se concretizar, pois Allende havia contado ao então ministro Pinochet – sobre quem ele desconhecia a postura golpista – sua intenção de anunciar a consulta à população chilena em 11 de setembro de 1973, e o golpe, que já vinha sendo planejado há tempos, foi antecipado para este dia.

O período que se iniciou com a queda de Allende, a ditadura militar (1973-1990), pode ser considerado o período mais cruel da história chilena. O próprio golpe militar foi extremamente violento: o palácio presidencial chileno, localizado no centro de Santiago, amanheceu cercado por tropas do Exército e da Aeronáutica, enquanto tropas da Marinha já haviam se rebelado na cidade de Valparaíso e as rádios informavam que um golpe de fato estava em andamento. Depois de se negar a abandonar o palácio presidencial, que sofreu o bombardeio, e seguir o caminho do exílio, o então presidente resistiu, morrendo heroicamente.

Perpetradores e vítimas da Ditadura Militar Chilena

A ofensiva golpista foi arrasadora e assumiu o controle do país em poucos dias. A repressão que se seguiu foi brutal: o Congresso Nacional foi fechado por tempo indeterminado; as fronteiras e os aeroportos foram fechados, ninguém podia entrar nem sair do país; as “forças le-gais” tinham autorização para fuzilar qualquer pessoa que reagisse às suas ordens ou que fosse encontrada com armas, nas ruas ou dentro de suas próprias residências. O toque de recolher no dia seguinte ao golpe era a cada 24 horas: ninguém podia sair.

Milhares de pessoas foram presas no Estádio Nacional de Santiago, depois que as delegacias, presídios e quartéis ficaram cheios de detidos políticos, sendo que muitas foram assassinadas. Nas fábricas ocupadas e nos bairros pobres, as “*poblaciones*”, ocorreram fuzilamentos em massa; a caravana da morte impôs torturas indescritíveis e covardes a inúmeros opositores; as embaixadas estrangeiras rapidamente ficaram lotadas de pessoas em busca de asilo para partirem ao exílio (COGGIOLA, 2001).

Apesar da participação de outros militares na ditadura – o general Sergio Arellano, o almirante Patrício Carvajal, o comandante-em-chefe da Força Aérea Gustavo Leigh, o coronel Nilo Floody, o comandante José Toríbio Merino no comando da Marinha e o general César Mendoza no comando dos Carabineiros, entre outros – esta assumiu a personificação de Pinochet. Ele, que foi um dos articuladores do golpe, integrou a Junta Militar que foi constituída para governar o país como comandante-em-chefe do Exército até 1974, quando se fez nomear “chefe supremo da nação”, reduzindo a Junta a um setor legislativo do governo (MUÑOZ, 2010).

Devido a essa conjuntura, os militares são considerados os *perpetradores* de um regime autoritário, repressivo e cruel, que trouxe inúmeras consequências às vidas dos cidadãos que vivenciaram este regime, considerados *vítimas* do regime. Sem pretender generalizar todos os envolvidos, perpetradores e vítimas podem ser definidos em diferentes níveis, de acordo com os atos que empreenderam ou as consequências que sofreram, respectivamente. No caso dos perpetradores:

O chefe máximo não agiu sozinho. São muitos os que participaram de seus crimes e os permitiram. A começar pelas centenas de militares e funcionários de primeiro ou quarto escalão que executaram as ordens do general, os homens que apertaram o gatilho ou apertaram o torniquete. Os que compravam o material com que esses horrores se perpetraram, os que alugavam os porões, os que pagavam os salários desses agentes e datilografavam relatórios. A estes se somam, menos visíveis, outros milhares que negavam esses excessos, sabendo que eram verdadeiros, ou o justificavam como um mal inevitável para salvar o país das hordas marxistas. (DORFMMAN, 2002, p. 130).

E no caso das vítimas:

Basta visitar o Cemitério Geral de Santiago do Chile, basta visitar o Muro da Memória e começar a ler os 4 mil nomes cuidadosamente

cinzelados na superfície desse monumento, homens e mulheres mortos entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1990, vítimas das forças de segurança que serviram ao general Augusto Pinochet. Ao lado de quase mil nomes dessas vítimas, não se vê gravada nenhuma data de falecimento, são os mortos sem sepultura, os desaparecidos da ditadura. [...] Mas sempre haverá vítimas cujos dados jamais serão gravados na superfície desse muro. [...] Esses nomes e os de tantos outros permanecerão ocultos para sempre, na bruma do medo e do esquecimento. [...] O Memorial chileno não inclui os nomes dos que, após o golpe militar, perderam seus trabalhos e lares, suas pensões e seus seguros previdenciários, num total avaliado em mais de um milhão de pessoas. [...] E o muro não fez menção aos exilados políticos ou expatriados por motivos econômicos – quase um milhão, cerca de um décimo da população do Chile no momento do golpe. [...] Sim, de fato, esse muro não rememora as centenas de milhares de chilenos que foram torturados e sobreviveram. (DORFMMAN, 2002, p. 7-9).

Evidências da História Oral

Em pesquisa realizada anteriormente com o tema “Dilemas da Construção de Identidade Imigrante: História Oral de Vida de Chilenos em Campinas”,² na qual se procurou abordar a questão emigratória/imigratória chilena ocorrida durante as três últimas décadas do século XX e o processo de adaptação cultural por meio da captação e análise de sete histórias de vida, observou-se trechos nas narrativas desses chilenos enquanto *vítimas* do regime ditatorial.

As entrevistas foram realizadas entre os anos 2008 e 2010, sendo quatro chilenos e três chilenas residentes na cidade de Campinas/SP, a saber: Alejandro Hormazábal, Berta Rosas Morales, Herminda Mercedes Caamaño, Luís Carlos Eleodoro Merino Román, Marianne Fernandez Hazeldine, Osvaldo Oyanedel e Pedro Francisco Rojas Velden.

Por se tratar de um trabalho de história oral de vida, ainda que o tema central da pesquisa não fosse a ditadura militar chilena, e sim o processo migratório empreendido por seus conterrâneos, as narrativas inevitavelmente contemplaram eventos, percepções e opiniões sobre o referido período ditatorial, quando os narradores versavam sobre suas vidas na época anterior à emigração. Além disso, embora os entrevistados não tenham sido perseguidos pelo governo de seu país de origem

e não sejam, portanto, exilados políticos, podem ainda ser considerados vítimas do mesmo, devido às consequências e violências indiretas que sofreram, cada qual em graus de intensidade variáveis.

O golpe militar de 1973 foi elemento fundamental na(s) causa(s) da saída de milhares de chilenos de seu país de origem, após ficarem desempregados e sem perspectivas de recolocação profissional no mercado de trabalho nacional, mesmo entre aqueles que não o apontaram diretamente como motivo central:

Até que um belo dia foi o Golpe Militar e o destino da gente começou a mudar, porque meu marido sim era muito engajado na política partidária e por conta disso ele foi demitido de seu emprego, foi um exonerado político mesmo. Enquanto eu continuei no Chile, ele viajou para outros países, Equador, Peru, procurando um lugar onde pudesse trabalhar. (Berta).

Depois veio o Golpe Militar e aí eu comecei a ter problemas. Mesmo sendo democrata-cristão, pelo fato de ser dirigente sindical e militante. Até que um dia, depois de duas ou três tentativas de pessoas que eu nunca tinha visto na minha vida e que queriam que eu fizesse parte da nova Central de Trabalhadores que Pinochet estava formando, eu dizendo que não, que ia pensar, que não, que ia pensar... Até que um dia uma pessoa me disse: “é melhor que você renuncie a *Huachipato*, se retire, já que não quer colaborar com o governo.”. Aí eu me retirei. (Luís).

Meu marido foi um dos primeiros que ficou desempregado no Chile depois do Golpe Militar. (Herminda).

Depois do Golpe eu fiquei sem trabalho, todo mundo ficou sem trabalho na casa de meu irmão, era superdifícil... Não tinha nem como procurar trabalho nessa época, porque muita coisa fechou, os comércios todos fechados, o que funcionava à noite antes já não podia funcionar mais, muita gente sem trabalho, uma pobreza muito grande no país, tudo muito limitado... (Marianne).

É claro que nem todos os chilenos ficaram desempregados após o golpe, mas ainda existiram aqueles que não suportaram as circunstâncias nas quais estavam obrigados a viver e decidiram sair do país:

Ainda era ditadura no Chile e eu estava cansado daquela situação. Eu não queria mais viver obrigado a fazer as coisas, não gosto que ninguém me imponha regras, por exemplo, o toque de recolher que havia. [...] Estava cansado de tanta coisa que se passava. (Osvaldo).

Antes de saírem do Chile, porém, presenciaram situações de autoritarismo e de repressão da ditadura militar, que foram lembradas

em suas narrativas, como o toque de recolher, a censura, o medo coletivo e o *allanamiento*:

Por anos, o chileno não pôde andar até às dez horas da noite na rua! Nos primeiros meses era até às oito horas! Quando você tinha que sair para trabalhar nessa hora, te davam um salvo-conduto, você saía com seu salvo-conduto e atrás de cada árvore tinha um *carabiniero*, um militar, uma patrulha... (Osvaldo).

Tinha o toque de recolher que eles não deixavam gente na rua, não havia desculpa, depois de alguns meses a pessoa que era pega na rua porque passou do horário ia presa, mas no começo era morte mesmo, era morte na certa! E se você precisasse, por exemplo, ir à noite levar alguém num pronto socorro, você tinha que sair com uma bandeira branca avisando que era uma emergência. (Marianne).

Lembro das pessoas com aquele medo do exército entrar na sua casa procurando algo, que isso era muito comum, eles entravam na sua casa de madrugada procurando alguma coisa, pegavam os homens e iam embora e nunca mais você via, entendeu? (Alejandro).

E não podia falar nada, imagine, hoje você diz: "sou de esquerda", "ah, não, sou de direita", naquela época se você falasse, já era perseguido. Não podia falar absolutamente nada, não podia falar nem no ônibus porque não se sabia quem estava ao seu lado. Então, me diga, que vida é essa? (Osvaldo).

Lembro um dia que eu estava no ônibus, já tinham passado par de anos, e o motorista começou a xingar os militares, "*esos militares hijos de puta...*", e de repente se levantaram dois caras que estavam de passageiros, um já desceu com o motorista pra baixo e o outro pegou o comando do ônibus e continuou... Nossa, nós ficamos paralisados! (Marianne).

Allanar significa entrar nas *poblaciones* e tirar as pessoas pra fora de suas casas, *allanavan* as casas, revistavam tudo. Um *allanamiento*, essa era uma palavra assim normal na cabeça do pobre lá. (Osvaldo).

Apesar de toda a força e repressão dos militares chilenos, as lutas sociais decorrentes não deixaram de existir e este tema também foi abordado nas histórias de vida:

Só que eu não terminei a faculdade, faltaram dois anos para eu terminar e por causa do Golpe de Estado que houve em 1973 eu perdi toda a minha documentação, as faculdades foram incendiadas pelos estudantes e pessoas de esquerda, que eram contrários ao Golpe. Os estudantes de esquerda queimaram muitas universidades naquela época no Chile. (Pedro).

Se às quatro e meia da tarde ia ter protesto na grande avenida, já às duas e meia passavam os militares ameaçando com suas armas e munições,

só de olhar... Depois já não havia ônibus, de repente não tinha água... Foi um desastre! Se eu tinha que ir pra padaria de madrugada, me paravam dez vezes os militares no percurso! Tinha que andar com a luz do carro acesa, a 30, 40 quilômetros por hora, senão eles atiravam e pronto. (Osvaldo).

Lembro da época do *Sí* ou do *No*, que foi a época que o Pinochet fez aquele plebiscito, colocou que *Sí* era para ele ficar ou *No* para ele sair. E era protesto direto, era violento o negócio, aquele cheiro de pneu queimado, o cheiro daquela bomba, você saía pra rua e sentia aquela pimenta ardida, o pessoal desligava a força e você via o helicóptero do exército em cima com um foco de luz procurando alguém fazendo alguma coisa... (Alejandro).

O corpus documental do qual foram extraídos estes trechos foi especialmente elaborado para a pesquisa citada, através de entrevistas feitas segundo os procedimentos de história oral do Núcleo de Estudos em História Oral da USP (NEHO/USP). A breve análise de tais entrevistas neste artigo buscou evidenciar que história oral e memória estão intimamente ligadas, uma vez que as narrativas produzidas nas entrevistas são baseadas nas memórias pessoais de seus narradores.

Embora as entrevistas tenham sido realizadas individualmente com cada entrevistado, suas memórias evocadas são também memórias coletivas (HALBWACHS, 2006) e essas memórias coletivas ou experiências comuns são elementos constituidores de identidades, vinculando algumas pessoas a outras na construção de uma identidade comum a partir da comunidade de destino da qual fazem parte (MEIHY; HOLANDA, 2007).

Sendo construções, elaborações, seleções e impressões pessoais de seus narradores, as memórias não são capazes de evocar os fatos em si, mas uma versão dos fatos, o que gerou um debate historiográfico a respeito da validade das mesmas como fonte histórica (RIBEIRO, 2007). Beatriz Sarlo, baseada nos relatos de ex-presos políticos, perseguidos e exilados da ditadura argentina, ressaltou a “guinada subjetiva” ocorrida entre os anos 1970 e 1980. Para ela, o trabalho com memória de perseguidos políticos (o “dever da memória”) democratizou os atores da história a partir dos relatos dessas vítimas, mas também chamou a atenção para os problemas advindos da “primeira pessoa” como reconstituição do passado recente: “Já não é possível prescindir de seu registro, mas também não se pode deixar de problematizá-lo. A própria idéia de verdade é um problema.” (SARLO, 2007, p. 117).

Considerações finais

Neste artigo, procurou-se abordar o tema “vítimas e perpetradores” no contexto da ditadura militar chilena (1973-1990), analisando trechos de histórias de vida de chilenos emigrantes/imigrantes que se mostraram vítimas do Estado ditatorial em que viviam. Embora não tenha sido este o tema central da pesquisa de mestrado desenvolvida, as histórias de vida desses chilenos, que versaram sobre a experiência anterior à emigração e a vida atual no Brasil, inevitavelmente abordaram o tema da ditadura militar chilena.

Fugindo de generalizações, considera-se como vítimas desse contexto os cidadãos chilenos que sofreram quaisquer consequência ou violência da ditadura em suas vidas. No limite estariam aqueles que foram assassinados, que tiveram entes queridos desaparecidos ou que foram torturados, mas também aqueles que se assustaram com o regime imposto, aqueles que presenciaram histórias de atrocidades e que sentiram a liberdade pessoal atingida pelos abusos do poder.

Como perpetradores, aponta-se os militares e aqueles que contribuíram para a manutenção da ditadura. No limite estariam aqueles militares de alto escalão que comandaram o golpe e posteriormente o país, mas também qualquer autoridade que tenha executado as ordens daqueles e os delatores existentes, além das pessoas que presenciaram atos de atrocidade do regime e foram coniventes, não por medo, mas por cumplicidade ideológica.

Neste artigo, optou-se pela análise das memórias de algumas vítimas, já que, infelizmente, não há relato de algum perpetrador no conjunto estudado, que possa apresentar a sua versão.

É muito comum entre os pesquisadores de história oral desenvolver trabalhos de grupos com os quais costumam ter afinidades, mas se reconhece aqui a necessidade de também se ouvir outras narrativas e versões divergentes, integrando-as no projeto para que este ganhe uma dimensão mais plural (MEIHY, 2005). Assim sendo, em uma pesquisa que tenha como tema central a ditadura militar chilena, seria interessante ouvir as diferentes vozes existentes, apesar das dificuldades óbvias decorrentes de se lidar com setores em conflito. Não foi o caso deste artigo, resultado de uma investigação com outras preocupações e limites.

Referências bibliográficas

- AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo**: a experiência chilena. São Paulo: Annablume, 2002.
- ARTIGAS, José del Pozo (Coord.). **Exiliados, emigrados y retornados**: chilenos en América y Europa, 1973-2004. Santiago de Chile: RIL, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- COGGIOLA, Osvaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.
- DORFMAN, Ariel. **O longo adeus a Pinochet**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- FERNANDEZ, Vanessa Paola Rojas. **Dilemas da construção de identidade imigrante**: história oral de vida de chilenos em Campinas. Dissertação (Mestrado em História Social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. **Brasil fora de si**: experiências de brasileiros em Nova York. São Paulo: Parábola, 2004.
- _____; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.
- MUÑOZ, Heraldo. **A sombra do ditador**: memórias políticas de Chile sob Pinochet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **Tramas e traumas**: identidades em marcha. Tese (Doutorado em História Social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- SADER, Emir. **Chile (1818-1990)**: da independência à redemocratização. São Paulo: Brasiliense, 1991. Coleção Tudo é História, v. 136.
- _____. **Cuba, Chile, Nicarágua**: socialismo na América Latina. São Paulo: Atual, 1992.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

Entrevistados

Berta Rosas Morales, 61 anos, emigrante/imigrante chilena que veio para o Brasil em 1978, onde reside há 33 anos. Entrevistas realizadas em janeiro e maio de 2008, Campinas – SP.

Herminda Mercedez Caamaño, 62 anos, emigrante/imigrante chilena que veio para o Brasil em 1975, onde reside há 36 anos. Entrevista realizada em maio de 2008, Campinas – SP.

Alejandro Hormazabal, 37 anos, emigrante/imigrante chileno que veio para o Brasil em 1997, onde residiu durante 13 anos, até retornar ao Chile. Entrevistas realizadas em outubro de 2008 e outubro de 2010, Campinas – SP.

Luis Eleodoro Merino Román, 66 anos, emigrante/imigrante chileno que veio para o Brasil em 1975, onde reside há 36 anos. Entrevista realizada em março de 2009, Campinas – SP.

Osvaldo Oyanedel, 44 anos, emigrante/imigrante chileno que veio para o Brasil em 1986, onde reside há 25 anos. Entrevistas realizadas em agosto de 2009, Campinas – SP.

Marianne Fernandez Hazeldine, 55 anos, emigrante/imigrante chilena que veio para o Brasil em 1978, onde reside há 33 anos. Entrevista realizada em outubro de 2009, Campinas – SP.



Mulheres detentas e suas vivências acerca da violência no cárcere*

Zeyne Alves Pires Scherer**

Edson Arthur Scherer***

Jaqueline Rodrigues Stefanini****

Silvia Antunes Cocenas*****

RESUMO: O estudo foi realizado na Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto (SP) com o objetivo de descrever as experiências de um grupo de mulheres aprisionadas acerca da violência no ambiente da penitenciária. Utilizamos o método da história oral temática. As categorias descritivas foram: “Relatos da violência na prisão” e “Privações do cárcere”. O cárcere pode ser entendido como a representação de um local de exclusão, que abriga uma multiplicidade de atos violentos. Isto tem reflexo direto na perspectiva de vida e nos relacionamentos interpessoais futuros dos que passam por esta experiência. É necessário desenvolver intervenções que priorizem uma reintegração social de qualidade para estas pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres, Prisões, Violência, Políticas públicas.

*Este trabalho recebeu apoio técnico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP Projeto Regular n° 2007/07052-5).

** Enfermeira, Professora Doutora da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP, Centro Colaborador da OMS para o desenvolvimento da pesquisa em Enfermagem, líder do GREIVI (Grupo de Estudos Interdisciplinar sobre Violência). Correspondência: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo; Av. Bandeirantes, 3900, CEP: 14040-902, Ribeirão Preto-SP, Brasil; telefone: (16) 3602-3404; e-mail: scherer@eerp.usp.br.

*** Médico Psiquiatra, Professor Doutor do Centro Universitário Barão de Mauá, médico psiquiatra do HC-FMRP-USP, Líder do GREIVI. E-mail: eascherer@hcrp.fmrp.usp.br.

**** Enfermeira, Professora do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, Ribeirão Preto-SP, integrante do GREIVI. E-mail: jaqueline.rstefanini@sp.senac.br.

***** Terapeuta Ocupacional, mestranda em Enfermagem Psiquiátrica pela EERP-USP, integrante do GREIVI. E-mail: silcocenas@yahoo.com.br.

MULHERES DETENTAS E SUAS VIVÊNCIAS ACERCA
DA VIOLÊNCIA NO CÁRCERE

ABSTRACT: The study was realized in the Female Penitentiary of Ribeirão Preto (SP) to describe the experiences of a group of women imprisoned about violence in the penitentiary environment. We use the method of thematic oral history. The descriptive categories were: “prison violence reports” and “prison privations”. The jail can be understood as the representation of a place of exclusion, which houses a multiplicity of violent acts. This influences directly the perspective of life and future interpersonal relationships of those who pass through this experience. It is necessary to develop interventions that prioritize a good quality social reintegration for these people.

KEYWORDS: Women, Prisons, Violence, Public policies.

Introdução

O conceito de violência apresentado pela OMS (WHO, 1996) revela a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. Assim sendo, a violência pode ser considerada como um dispositivo de excesso de poder e os atos violentos como a expressão da imposição das necessidades e interesses de um indivíduo em detrimento de outro.

A violência apresenta vínculo estreito com as estruturas sociais, econômicas e políticas, assim como com os estados interiores dos sujeitos, presente nas relações dialéticas entre vítimas e agressores, e entre os aspectos coletivos, objetivos e subjetivos. É considerada, portanto, um fenômeno social que nasceu com a sociedade, tornando difícil determinar suas causas e emitir algum sentido para qualquer ato violento (MINAYO, 2000, 2005).

No Brasil, a problemática da violência assume proporções grandiosas no perfil epidemiológico do país, já que foi apontada como uma das três principais causas de mortalidade (doenças cardiovasculares; violências e acidentes; neoplasias). O crescimento pode ser evidenciado pelo agravamento dos problemas sociais, como a pobreza, o desemprego, o aumento das desigualdades, o uso e contrabando de armas, a organização do crime, a impunidade e a arbitrariedade policial, que podem aparecer como causas e/ou efeitos da violência. Este aumento é, também, favorecido pela ausência ou omissão de políticas públicas direcionadas para o enfrentamento destes problemas sociais. A violência nasce e se alimenta das questões sociais e pode, portanto, ser desconstruída por um projeto social que envolva a todos (MINAYO, 2000, 2005).

Na situação específica da população carcerária feminina, a problemática da violência pode tomar dimensões diversas. Estas mulheres podem ter sido vítimas ou perpetradoras (incluído o motivo de sua reclusão) ao longo de suas vidas, ou seja, trazem um histórico anterior ao cárcere. Na condição de aprisionadas, acabam por ser expostas a novas situações propiciadas pelo ambiente prisional, continuando o ciclo que marca suas vidas. Esta vivência pode induzi-las a naturalizar ou desenvolver

maior tolerância à violência e, desta forma, influenciar sua percepção acerca dela dentro da prisão.

A penitenciária é caracterizada como um estabelecimento oficial no qual são abrigadas pessoas condenadas à pena de reclusão ou detenção. Nela são oferecidos trabalhos remunerados ou não que concorrem tanto como medidas para a reeducação e readaptação social dos detentos quanto na progressão de suas penas. Segundo a literatura, a população carcerária feminina tende a ser jovem, de baixo nível socioeconômico e educacional, com história de prostituição e uso abusivo de álcool e drogas ilícitas (SOARES, 2002; MIRANDA; MERÇON-DE-VARGAS; VIANA, 2004). O convívio, portanto, de mulheres com histórias de vida diversas e envolvimento com diferentes delitos em ambiente restrito, como é o prisional, pode facilitar a ocorrência de conflitos ou agressões.

Comportamentos violentos, tanto os de natureza física quanto psicológica, que podem ocorrer por meio da ameaça, são comuns dentro das prisões e chegam a fazer parte destas instituições (GUEDES, 2006). Tais agressões podem ser praticadas tanto pelas autoridades (policiais, agentes penitenciárias), quanto pelas próprias internas, segundo o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CEJIL, 2009). Conforme afirma o relatório “O Brasil Atrás das Grades” produzido por uma Organização Não-Governamental estrangeira, esta situação entre os presos pode ser determinada por vários fatores, tais como as péssimas condições das prisões, ineficiência da supervisão, abundância de armas e ausência de classificação de presos.

A relevância do presente estudo é a de oferecer às mulheres encarceradas um espaço de atenção para que possam falar de suas histórias, refletindo sobre as circunstâncias que viveram e vivem na atual condição. Frente a estas considerações, o objetivo deste estudo foi descrever as experiências de um grupo de mulheres aprisionadas acerca da violência no ambiente da penitenciária.

Método

Trata-se de um estudo qualitativo no qual utilizamos o método da história oral temática (MEIHY, 1996, p. 41), a fim de recuperar as experiências

vivenciadas por 15 detentas da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto (SP).

A história oral proporciona o entendimento dos aspectos subjetivos que, muitas vezes, são ignorados ou dificultados pela lógica da documentação escrita. Na história oral temática a objetividade é direta, uma vez que se limita ao tema a ser discutido. Entretanto, a essência deste método é a busca do discurso com a realidade de quem presenciou um acontecimento (MEIHY, 1996, p. 14, 41). Assim, por meio da história oral temática foi possível compreender e descrever as experiências de cada uma das mulheres entrevistadas no que concerne ao seu envolvimento com a violência no ambiente prisional.

A seleção das participantes foi aleatória, utilizando a lista oficial (ordem alfabética) fornecida pela penitenciária. O critério de seleção foi a progressão aritmética de razão 20 a partir da primeira detenta citada na referida lista. Quando alguma das selecionadas não aceitou participar do estudo foram selecionadas as mulheres em posição imediatamente posterior ou anterior até atingir a amostra proposta de 15 respondentes. Esta composição da amostra constituiu uma faixa numérica que poderia ter sido ampliada para baixo ou para cima, atendendo aos objetivos propostos e aos ditames do campo (TURATO, 2003, p. 367). As participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para a coleta de dados foi utilizada a entrevista temática, que aborda especificamente a participação do entrevistado no tema escolhido. As entrevistas foram realizadas no “Núcleo de Segurança e Disciplina – Parlatório”, que se constitui de uma sala que possui um banheiro, bancos de alvenaria e uma grade que separa o entrevistador das entrevistadas. É utilizado para as detentas receberem cartas, atendimentos psicológicos, jurídicos e sociais, constituindo-se, portanto, como um local onde é esperado o sigilo.

Cada história oral foi submetida a um processo realizado em três etapas: transcrição ou transformação dos dados gravados para a forma escrita; textualização da narrativa, por meio da omissão das questões da entrevista e a transcrição, ou a finalização do texto (MEIHY, 1996). Para tanto, as entrevistas foram lidas exaustivamente para absorver o ritmo da narrativa e a intenção do narrador, e orientar o trabalho de sua edição, sem desconsiderar a busca da subjetividade das mulheres.

A seleção e apresentação de trechos das narrativas foram utilizadas como medida para que as descrições se tornassem mais reais, ou seja, para oferecer uma visão representativa dos conteúdos estudados e fundamentar a discussão. As letras entre parênteses ao final das falas servem para identificar as entrevistas transcritas.

A pesquisa foi autorizada pela Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo (secretário administrativo em Pirajuí (SP), secretário adjunto, juiz corregedor de execução e pela diretora de reabilitação da Penitenciária de Ribeirão Preto); aprovada pelo Comitê de Ética da EERP/USP (Protocolo nº 0739/2006), atendendo às orientações inerentes ao protocolo de pesquisa contido na resolução 196/96 CNS.

Resultado e discussão

A partir da análise das narrativas das detentas foi possível construir duas categorias: “Relatos da violência na prisão” e “Privações do cárcere”.

Relatos da violência na prisão

As mulheres do nosso estudo se reportam à violência, enquanto detentas, como sendo sofrer agressões físicas (brigas), psicológicas (opressão, intimidação da parte de outras mulheres encarceradas) e privações da liberdade.

Aqui dentro tem de tudo, tem discussão, xingamento e agressão física também, aqui dentro é horrível, é um inferno. (B).

A gente escuta neste lugar muitas coisas. Aqui tem muita tortura psicológica. Quando vejo, abaixo a cabeça principalmente pela religião que eu sigo hoje. Tenho que me afastar de tudo que é errado, do que pode me atrapalhar. (A).

Não vou embora, eu não tenho nada. Nada pode fazer aqui, tudo que faz dá castigo. Eu nem saio da cela. (E).

Ah, eu acho que a violência física é a mais grave delas e a psicológica também. Aqui dentro existem várias... principalmente dessa maneira, psicológica. Opressão, não ter liberdade de expressão entre nós mesmas, essas coisas. (P).

A prisão pode ser configurada como instituição opressora e limitante, logo, é considerada como um local propício para o desenvolvimento de

relacionamentos conflituosos e hostis entre as confinadas. O ambiente prisional coloca em contato íntimo pessoas das mais variadas origens e personalidades, o que torna a convivência difícil. Ao adentrar o universo do cárcere a presa precisa, portanto, submeter-se a um processo de aprendizado das normas de convivência deste local e de ajustamento às condições de restrição de espaço físico e liberdade própria impostas pelo sistema penitenciário.

Neste período de adaptação cria-se uma segunda prisão, onde a interna passa a ser cativa em uma “sociedade das cativas”, da qual depende a sua sobrevivência enquanto integrante deste sistema. A cidadã perde qualquer valorização da vida humana, revoga-se o livre-arbítrio e começam os castigos corporais, morais e psicológicos. Nesta totalidade, são praticamente obrigadas a aprender a conviver com condições de privação e forçadas a viver em uma atmosfera de sentimentos como a opressão 24 horas por dia, irritação, inveja, raiva, ódio, desespero, vícios, doenças e falta de esperança. Uma vez condenadas, algumas acabam cometendo outros crimes na prisão. É um período bastante doloroso, pois há perda de papéis que antes desempenhavam na sociedade, e perda da identidade com o passar do tempo (GOFFMAN, 1996; DOUGLAS; PLUGGE; FITZPATRICK, 2009).

Você não tem espaço para dormir direito. Ter que conviver com pessoas que você não conhece, pessoas ignorantes. Você fala uma coisa a pessoa não entende, leva para outro lado. (G).

Cheguei na cadeia fui rejeitada porque era uma madame. Eu não entendia a linguagem delas, eu entrei em choque. Não consigo até hoje ficar em turminhas, em rodinha, sempre fui de ficar isolada. Vieram em duas e chegamos “às vias de fato” na agressão. Depois eu não pude voltar para a cela. Queriam-me “linchar” porque segundo elas jamais poderia ter levado isso lá para frente. Porque o que acontece dentro da cela tem que ficar na cela. Mas até então eu tinha que ter uma forma de defesa. A menina diz que queria me pegar com estilete a noite. Eu pensava nas minhas filhas e no que poderia acontecer comigo. Então fui passada para outra cela por ter feito esta denuncia da agressão. Hoje eu vejo que no mundo do crime é assim, você tem que ser cega, surda e muda. Eu sou uma pessoa que não admito injustiça. Mas infelizmente aqui você tem que fingir que não estava vendo aquela injustiça. Terrível, mas se você faz a justiça, “coloca seu pescoço a prêmio” ou você se cala pra se defender. Neste lugar a gente tem que ser muda, surda, cega, praticamente não ver nada. Ninguém fala nada do que se passa, do que acontece lá

MULHERES DETENTAS E SUAS VIVÊNCIAS ACERCA
DA VIOLÊNCIA NO CÁRCERE

dentro porque tudo é muito sigiloso. Porque tem uma lei lá dentro também. Tem a lei que a gente tem que cumprir da polícia e tem a lei lá dentro também. (N).

A gente está dentro da violência, são 24 horas... nada você pode, não pode falar... não é pelos policiais ou pelas agentes. Não posso falar mesmo... eles estão fazendo o serviço deles e eu tenho que fazer a minha parte... mas, é pelas presas. A gente é muito visada pelas presas... se você conversar, falar bom dia você já está "correndo com a polícia", então você é cobrada pelas presas, não pela polícia. Tudo que for fazer tem que fazer em função delas. Se precisar de um atendimento médico eu tenho que pedir pra quem? Pra agente penitenciária. Se precisar de um advogado ou quaisquer outras coisas têm que pedir pras agentes. Então, pra nós fica muito difícil porque as presas cobram demais da gente. Você não pode falar, não pode pedir um atendimento médico. Isso pra mim é violência. Fico aborrecida, assustada. Então já fui espancada, fiquei toda roxa, fiquei 5 dias internada. Aqui a gente não pode falar, a gente tem que ver e ficar quieta. Se você participar com as presas de algum ato, você fica mal vista pela polícia, vai te prejudicar. Se não participa daquilo, fica mal vista por elas. Então você não sabe pra onde vai. Eu me tranco na cela, fico na minha cama, finjo que estou dormindo. (F).

Eu não fui do crime. Estou aqui de laranja. Então para mim o que eu vim conhecer do crime foi aqui na cadeia. A gente nunca sabe quem é quem de verdade. Então a gente acaba convivendo com pessoas e vivendo as histórias delas. As presas sofrem também. Somos todas iguais, o mesmo sofrimento. As presas deveriam pensar assim. Mas elas querem ser melhor do que a outra. Difícil viver aqui. Se não tiver a cabeça no lugar, só vai "comendo" cadeia. Tem que ficar quieta, prestar atenção no que fala e no que faz. (O).

As detentas do nosso estudo denunciaram práticas de castigo, humilhação e torturas individuais praticadas pelas demais encarceradas e pelos funcionários. Para estes o uso da força física parece ser o instrumento de autoridade e poder (TAVARES; MENANDRO, 2004; CEJIL, 2009).

Tanto as presas como as funcionárias tratam a gente como se fosse cachorro, lixo. Vivemos como se fosse lixo aqui dentro. Jogadas. Mas tem que viver, né? Já vi muita gente apanhando aí que nem cachorro. Batendo a cabeça das presas na grade. Tem muita coisa que a gente vai vendo e aprendendo. Brigas, né? Quando não é no banheiro é lá no meio do pátio. Aí, depois de você ter apanhado, ainda vai pro castigo e fica de 10 a 30 dias. (O).

Quando fui presa e estava com três meses de cadeia na Comarca, me agrediram violentamente. Eu estava com furúnculos pelo corpo todo e eu apanhei bastante, me chutaram e onde pegava o chute o furúnculo estourava. Aí eu caí, caiu a foto dos meus filhos no chão, foi muito triste, foi muito violento. (R).

Na Comarca onde eu estava, tive um problema sério de hérnia de disco e desvio na coluna. Tinha uma moça na mesma cela que eu que estava com a boca com pus por causa de uma tesourada que levou do marido. Então nós duas estávamos mal. Uma tinha dinheiro pra comprar injeção e a outra não. Eles não quiseram socorrer, não quiseram levar pro médico. Aí a gente acabou fazendo o que não devia, meteu fogo na cadeia. A polícia veio e bateu. Então eu sofri esse tipo de abuso, eles bateram, porque eles não pensam, eles batem mesmo. É, diz que no Código Penal, não sei se é verdade, que a partir do momento que você é réu preso, você não pode apanhar, eles não podem te por a mão porque você é preso do Juiz, mas isso não acontece. Na realidade a gente apanha. Se de repente você aqui desacata uma autoridade, dependendo da forma que você desacatou, se foi com palavras ou com agressão, eles batem. Isso acontece muito, em tudo quanto é cadeia, não é em uma nem duas, é em todas. Mas é difícil isso ir pra fora, nunca vai. (M).

Uma vez aqui, eu apanhei aqui dentro, a menina me catou. Tenho muita marca no pescoço, de arranhado. Fui me defender por briga. Carregaram-me para o castigo porque eu estava me defendendo. Queriam que eu deixasse a menina me matar? Não vou morrer na cadeia, não. Estou respondendo uma sindicância porque eu me defendi. Aqui você tem que apanhar e ficar quieta, entendeu? (Q).

A natureza dos atos violentos inclui as ações resultantes de uma relação de poder entre a vítima e o agressor, como a intimidação e a opressão (DAHLBERG; KRUG, 2006). As mulheres deste estudo denunciaram o que parece ser o estabelecimento de uma forma de hierarquia de poder no cárcere, na qual algumas exercem domínio sobre outras. Foi criado, portanto, um poder paralelo, mimetizando as ameaças que caracterizam o crime organizado e reproduzindo formas de violência pré-encarceramento. A lei do silêncio, “ser surda e muda” na prisão para evitar problemas parece ser a forma de atuação dentro de grupos criminosos, em que o silêncio pode salvar vidas e “falar demais” pode condenar pessoas.

Às 4 horas da tarde eu fui presa (em São Paulo), aí fui espancada das 4 da tarde até as 5:30 da manhã, eu e minha irmã. Minha filha foi deixada no local pelos policiais... Já fui espancada pelas presas em São Paulo, então tem vários tipos de violência, é um conjunto. Acordo agradecendo a

MULHERES DETENTAS E SUAS VIVÊNCIAS ACERCA
DA VIOLÊNCIA NO CÁRCERE

Deus, porque você não sabe se até a noite vai deitar na cama novamente. Cada uma que chega, elas acham que tem que julgar. Tudo aqui é julgado. Elas não te respeitam de você não gostar do ato, de você ter uma religião. Aqui elas fazem o próprio mundo. Se oferecem um curso, elas fazem de tudo pra acabar com ele. (F).

Aqui dentro já me bateram, humilharam. Da parte das agentes não. Da parte das presas por pressão psicológica, falam que vão matar a gente, fazer estas coisas. Isto acontece quando elas não querem a gente morando na cela. Elas se sentem donas, entendeu? Só fica quem elas querem. Lá dentro tem de tudo que a senhora pode imaginar. Quando há briga, eles vão lá acudir, quem está errado é punido. Já fui vítima delas aqui dentro. Agrediram-me por duas vezes. De discussão foram muitas vezes. Até um serviço que arrumei aqui elas me pressionaram porque eu trabalhava com as agentes. Elas não gostam da polícia por isso eu era muito pressionada. Mas mesmo assim eu insisti pra trabalhar, não ligava. (G). Eu fico no meu canto olhando, observando mais, saber o que conversar porque as palavras aqui têm peso. Falar menos e ouvir mais pra não sofrer as consequências. (O).

As circunstâncias de agressões físicas e psicológicas (a opressão, a falta de liberdade de expressão e até mesmo a censura) não favorecem a interrupção da violência, mas reforçam-na e tem efeitos diretos na vida destas mulheres e daqueles que as cercam. Como meio de evitar e se defender dos castigos, as presas acabam por fazer a opção de ficarem isoladas em suas celas, evitando contato com as demais companheiras e mesmo com as agentes penitenciárias e policiais.

Aqui a gente é xingada, humilhada, tem tortura psicológica. Tem que ser do jeito que eles querem e acabou. A gente não tem direito a nada. Tiram o contato com nossa família, o atendimento é horrível. Este lugar não desejo nem pro meu pior inimigo. (A).

Vir pra cá é castigo, não pode reclamar. Eu não falo, não saio da cela, fico quietinha pra não arrumar confusão, porque eu quero ir embora logo. É, aqui só por Deus mesmo, aqui se não tiver cabeça firme a senhora faz alguma coisa... Como já tentaram me matar aqui dentro... o fato de viver aqui dentro pode gerar violência sim, senhora. A vida aqui dentro não serve nem pra cachorra, aqui é péssimo pra viver. (O).

Privações do cárcere

A privação de liberdade decorrente do encarceramento é motivo constante de queixa das detentas e diz respeito à perda de contato com seus

familiares e do conforto e prazeres da vida fora da prisão. No que se refere à manutenção dos vínculos familiares durante o período de encarceramento, há indicativos de que a violência praticada contra a mulher presa ultrapassa os limites da pena de reclusão, atingindo sua família e, em especial, seus filhos nascidos nas unidades prisionais. O distanciamento da família é um dos aspectos negativos mais incidentes nas vidas das mulheres presas (CEJIL, 2009). Seus companheiros usualmente as abandonam. Na situação contrária, as mulheres tendem a não abandonar os parceiros encarcerados. Esta diferença pode ser devida ao tradicional papel feminino de cuidadora. Nos relatos das mulheres do nosso estudo vemos que as mesmas percebem esta condição de afastamento, de abandono como um dos aspectos mais dolorosos do encarceramento. Reclamam, também, das perdas decorrentes da ausência de liberdade, do isolamento provocado pelo aprisionamento e do direito à cidadania.

Nem sentimento eu tenho mais neste lugar. Não tenho visita, não recebo carta, não tenho um sedex, não tenho nada. Nada pode fazer aqui. Tudo que você faz aqui dá castigo. É da cela para o serviço, do serviço para a cela. (E).

Minha mãe vem me ver de vez em quando porque é difícil, vai fazer um ano que eu estou aqui e ela veio só duas vezes porque não pode vir. E o meu menino ela não pode trazer porque ela não aguenta andar, é assim que funciona a coisa aqui dentro, a gente aqui dentro mais morre do que vive... Eu errei por vender drogas... a gente tem que ficar aqui pra aprender... eu tenho um filho de 1 ano lá fora, ele começou a andar e eu não vi! (Q).

Esse lugar pra mim é uma violência, estar nesse lugar, viver aqui... tantas perdas estando nesse lugar! Há seis meses eu perdi minha mãe e depois de 1 mês meu irmão. Tudo isto aconteceu comigo estando dentro deste lugar... foi uma lição, nunca mais vou esquecer deste lugar, das coisas que eu vivo, que eu vejo... tudo o que eu vou fazer lá fora, vou lembrar, no que comer, vestir, tudo isto tem valor depois que a gente cai aqui dentro. Só quem passa por aqui sabe o que é este lugar. (R).

Acho que a sociedade aí fora tinha que ver que não é porque a gente está aqui dentro que a gente não tem direito de sair, de se ressocializar na sociedade. Mostrar que a vida não é só este mundo aqui do crime, não é só porque estamos aqui dentro que somos marginais. Nós pagamos e estamos pagando um preço alto que é estar muito longe da família. Tem um ano e meio que não vejo minhas duas filhas. (A).

O acesso a condições de vida adequadas para a manutenção de sua saúde (física, mental, social e espiritual) é considerado como direito inalienável da mulher que se encontra em situação de reclusão dentro de uma instituição prisional (DOUGLAS; PLUGGE; FITZPATRICK, 2009; CARVALHO et al., 2006). Portanto, é esperado que o cárcere possa oferecer uma estrutura adequada e que atenda a esta prerrogativa. O que é observado na realidade das prisões acaba, no entanto, por ser uma condição bastante diferente daquela preconizada pela legislação e pelos direitos humanos.

A violência institucional, exercida muitas vezes nesses locais, é manifestada pelas circunstâncias insalubres de moradia nas prisões (condições precárias de higiene, convívio com insetos, vermes e ratos), superlotação das celas, uso indiscriminado de drogas, pela violência entre os internos, falta de acesso a serviços de melhor qualidade e até mesmo pela negligência cometida pelos profissionais que nelas trabalham. Algumas detentas acabam por apresentar, como resposta a esta situação, mudanças de comportamento que podem incluir o início ou o aumento do uso de cigarros, uma alimentação empobrecida e uma procura por medicamentos psicotrópicos (DOUGLAS; PLUGGE; FITZPATRICK, 2009).

Eu já fui duas vezes pro castigo... além de ficar dez dias isolada, eles vão lá e dão comida quando querem, dão água quando querem... se a gente pedir, começar a gritar, aí sim eles dão na hora que querem. Um papel higiênico a gente precisa implorar pra eles, pedir até pelo amor de Deus pra dar um papel higiênico pra gente ir ao banheiro. Tomamos banho sempre na água gelada. Agora eles tão dando uma de cortar a água também. Tem que esperar eles ligarem a água pra gente tomar um copo de água, tomar um banho e isso não é o pior. Isso aqui é uma violência brava. Como é que se diz, é falta de cuidados humanos. (O).

Ali dentro a senhora vê, ali na parte do muro dois papéis higiênicos, um, dois pacote de bolacha, isso é uma vergonha, não tem como. Na comida daqui a senhora acha cabelo, acha perna de barata, acha tudo. Aqui é assim, você vai morrendo aos poucos, é duro aqui dentro, fazer o que a gente errou, tem que pagar, não tem que pagar? Eu admito, eu errei, eu tenho que pagar, então... eu acho que eu to pagando até demais. (Q).

Outra situação que muitas vezes apresenta complicações diz respeito ao atendimento médico das mulheres encarceradas na rede de saúde (postos de saúde e hospitais públicos). O maior obstáculo enfrentado

pelo sistema prisional é a falta da escolta policial necessária para a condução e acompanhamento das detentas até os locais de assistência. Consultas ou retornos agendados e mesmo situações de emergência ficam prejudicadas pela ausência ou atraso da escolta policial. Esta que é de responsabilidade da polícia, falha sob alegações de falta de pessoal, de veículos e de recursos para atender as solicitações da administração penitenciária. As mulheres presas, conseqüentemente, não conseguem realizar tratamento médico de forma adequada e, muitas vezes, perdem suas vagas nos serviços de saúde. Em decorrência desta realidade, o sistema prisional, local de concentração dos indivíduos excluídos e marginalizados da sociedade, passou a ser considerado como um problema de saúde pública (CEJIL, 2009; CARVALHO et al., 2006).

Eu tenho problema de saúde. Tenho duas hérnias de disco na coluna, fibromialgia, sou hipertensa e tudo mais. Demorei um ano e quatro meses pra conseguir um exame de tomografia, por quê? Não foi por causa do SUS, nem por causa da casa, foi por causa da escolta. Eu consegui duas vezes o exame, mas não tinha escolta pra me levar, porque a gente depende de uma. A polícia militar tem que fazer escolta da gente, mas não é sempre que eles estão disponíveis, é quando eles querem, você entendeu? Então quer dizer, é muita falta de vontade. Acho que eles deveriam ter um pouquinho mais de força de vontade. Teve um episódio que aconteceu com uma presa, em que o oficial falou assim: "ah, não quero nem saber, vocês são um lixo". A gente pode ser lixo pra sociedade, porque na realidade nós somos, entendeu? Mas só que nós somos seres humanos, também. E até lixo é reciclável, né? Acho que a gente merece pelo menos ser tratada dignamente como ser humano. (J). A gente aqui dentro mais morre do que vive. Como eu falei pra senhora eu tenho problema de hipertensão, tenho problema de diabetes, lógico que eles têm que vir aqui pra dentro pra ver minha diabete como tá. Aí fica demorando, vira e mexe tem que me carregar desmaiada daqui de dentro, tenho problema nas vistas que eu não enxergo, é assim. Só carregam a gente daqui quando a gente já tá morta. E quando alguém cai no pátio, a gente ajuda e ainda é difícil por pra dentro. Aqui é uma cadeia péssima, péssima, péssima! (Q).

Considerações finais

O cárcere, entendido como a representação de um local de exclusão, fechado, abriga não somente uma multiplicidade de atos violentos, mas pessoas com diferentes histórias de vida e de conflitos. Neste estudo,

as detentas mostraram que convivem com situações de agressão (interpessoal, privação, institucional) dentro da prisão, prosseguindo, portanto com o ciclo assinalado em suas vidas. Para elas a violência parece ser natural, o que as fez desenvolver maior tolerância à mesma. Estes achados nos trazem o questionamento acerca da perspectiva de vida e de relacionamentos interpessoais dos que passam por esta experiência e do que fazer para melhorá-la.

À comunidade científica cabe enfrentar estas e outras barreiras (limites do próprio sistema prisional, como morosidade burocrática, poderes paralelos e falta de privacidade do sentenciado) no sentido de desenvolver estudos acerca desta população, em especial, no que se refere ao tema “violência”, sua prevenção e profilaxia. Este estudo contribui, portanto, como estímulo e referência para implementar outras pesquisas com populações de instituições prisionais, dentre as quais as que busquem estabelecer estratégias que priorizem uma reintegração social de qualidade para estas pessoas e a quebra de paradigmas relacionados às mesmas.

Referências bibliográficas

- CARVALHO, Márcia Lazado de; et al. Perfil dos internos no sistema prisional do Rio de Janeiro: especificidades de gênero no processo de exclusão social. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 61-71, abr./jun. 2006.
- CEJIL – Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional. **Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil**. 2007. Disponível em: <http://carceraria.tempsite.ws/fotos/fotos/admin/formacoes/1e7c1adcc532892d8c4316152bfb0c3c.pdf>. Acesso em: 13 out. 2009.
- DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violence a global public health problem. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 277-292, abr./jun. 2006.
- DOUGLAS, Nicola; PLUGEE, Emma; FITZPATRICK, Ray. The impact of imprisonment on health: what do women prisoners say? **Journal of Epidemiology & Community Health**, Londres, v. 63, n. 9, p. 749-754, set. 2009.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva; 1996.

GUEDES, Marcela Ataíde. Intervenções psicossociais no sistema carcerário feminino. **Revista Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 26, n. 4, p. 558-569, dez. 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência como indicador de qualidade de vida. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 13, p. 159-165, 2000. Número especial, parte I.

_____. Violência: um velho-novo desafio para a atenção à saúde. **Revista Brasileira Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 55-63, jan./abr. 2005.

MIRANDA, Angélica Espinosa; MERÇON-DE-VARGAS, Paulo Roberto; VIANA, Maria Carmen. Saúde sexual e reprodutiva em penitenciária feminina, Espírito Santo, Brasil. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 255-260, 2004.

SOARES, Barbara Musumeci. Retrato das mulheres presas no estado do Rio de Janeiro. **Boletim Segurança e Cidadania**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 1-8, jul. 2002.

TAVARES, Gilead Marchezi; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Atestado de exclusão com firma reconhecida: o sofrimento do presidiário brasileiro. **Revista Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 86-99, jun. 2004.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis: Vozes, 2003.

WHO – World Health Organization. **Global consultation on violence and health**. Violence: a public health priority. Geneva: WHO/EHA/SPI/POA. 2, 1996.



Repercussões do homicídio entre jovens de periferia da cidade de Salvador*

José Eduardo Ferreira Santos**

Ana Cecília de Sousa Bastos***

RESUMO: O presente artigo trata do fenômeno da violência que tem atingido os jovens da periferia de Salvador, tendo, como tema central o homicídio entre jovens. O estudo foi sendo construído a partir da inserção etnográfica do pesquisador no contexto, e de sua interlocução com jovens da área. Reuniu-se um conjunto expressivo de dados, como entrevistas, descrições etnográficas e grupos focais, buscando-se apontar e identificar recorrências, códigos, processos culturais e significados em torno do homicídio entre jovens e suas repercussões, que são analisados sob o prisma dos processos semióticos envolvidos em tais eventos. Por trás de cada homicídio há uma história de exclusão que leva os jovens à marginalização.

PALAVRAS-CHAVE: Homicídio entre jovens, Repercussões do homicídio, Violência, Juventude.

* Agradecemos a CAPES, pelo apoio financeiro dado ao primeiro autor na realização da pesquisa, como bolsista. Este artigo é uma parte da tese de doutorado intitulada: "Cuidado com o vão: repercussões do homicídio entre jovens de periferia", do primeiro autor, orientada pela segunda autora. Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, 2008.

** Professor da Faculdade Parque e doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia.

*** Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Bahia e doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília, tendo realizado estágio pós-doutoral pela *Clark University*.

REPERCUSSÕES DO HOMICÍDIO ENTRE JOVENS DE PERIFERIA
DA CIDADE DE SALVADOR

ABSTRACT: The present article treats of the violence phenomenon that has been achieving young of the periphery of Salvador, considering as central theme the homicide among young. The study was being constructed from the researcher ethnographic insertion in the context, and from his interlocution to the young people of the area. An expressive data joint was reunited, such as interviews, ethnographic descriptions and focal groups, searching for pointing and identifying recurrences, codes, cultural processes and meanings over the homicide among young and its repercussions, that are analyzed by the prism of the semiotic processes involved in such events. Behind each homicide there is an exclusion history that takes young to marginalization.

KEYWORDS: Homicide among young people, Homicide repercussions, Violence, Youth.

1. Introdução

Este artigo tem como objeto de estudo as repercussões do homicídio entre jovens, reconhecendo tratar-se de problema que se agrava no Brasil contemporâneo. Estudando a trajetória de jovens de uma favela de Salvador (SANTOS, 2005; SANTOS; BASTOS, 2005), identificamos algumas formas de violência e exclusão que os vitimam. Particularmente, chama a atenção o grande número de jovens assassinados por seus pares, configurando-se um crescente número de homicídios.

Nas últimas décadas, no Brasil, a população jovem vem apresentando altos índices de vitimização e/ou perpetração da violência. Isto configura importante campo de interesse para estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento, devido à grande variedade de situações e de questões relacionadas à saúde e proteção dessa parcela da população, por ser o Brasil um país cuja população jovem, de 15 a 25 anos, soma cerca de 34,1 milhões, ou 20,1% do total da população segundo dados do Censo 2000, do IBGE (apud ABRAMO; BRANCO, 2005).

Soares aponta, de forma mais incisiva, a atual situação de violência que aflige a juventude brasileira e suas repercussões de modo mais amplo:

Está em curso no Brasil um verdadeiro genocídio. A violência tem se tornado um flagelo para toda a sociedade, difundindo o sofrimento, generalizando o medo e produzindo danos profundos na economia. Entretanto, os efeitos mais graves de nossa barbárie não se distribuem aleatoriamente. Como tudo no Brasil, também a vitimização letal se distribui de forma desigual: são, sobretudo, os jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos, que têm pago com a vida o preço de nossa insensatez coletiva. O problema alcançou um ponto tão grave que já há um *déficit* de jovens do sexo masculino na estrutura demográfica brasileira. Um *déficit* que só se verifica nas sociedades que estão em guerra. Portanto, apesar de não estarmos em guerra, experimentamos as consequências típicas de uma guerra. Nesse caso, uma guerra fratricida e autofágica, na qual meninos sem perspectiva e esperança, recrutados pelo tráfico de armas e drogas (e por outras dinâmicas criminais), matam seus irmãos, condenando-se, também eles, a uma provável morte violenta e precoce, no círculo vicioso da tragédia (SOARES, 2004, p. 130-131).

O homicídio entre jovens se configura como o fato gerador das repercussões no contexto, nas famílias e na trajetória de desenvolvimento

dos outros jovens. É uma espécie de extermínio, cujas conseqüências podem ser entendidas no âmbito de uma inaceitável prática que destrói vidas e surge dos conflitos humanos, de acordo com Cruz-Neto e Minayo (1994).

Procurando analisar as repercussões desses homicídios no contexto de desenvolvimento de jovens da periferia veremos que estão relacionados a fatores sociais situados na contemporaneidade. Os autores ainda alertam para o cuidado que os pesquisadores devem ter na utilização dos termos que são delimitados para analisar o fenômeno do extermínio, pois podem esconder histórias de pessoas que estão em condição de pobreza e mesmo as suas vidas são identificadas como supérfluas. Esta observação mostra sua pertinência quando identificamos que no senso comum a morte de jovens e outras pessoas envolvidas no tráfico são descaracterizadas da cidadania que lhes deveria ser conferida.

Os casos analisados apontam para o estabelecimento de relações complexas entre homicídios e o tráfico de drogas, que vêm se estruturando de forma capilar nas periferias da cidade de Salvador, Bahia, tal qual acontece em outras grandes cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro e São Paulo, dentre outras.

Com o estabelecimento do tráfico organizado, as formas de interação e resolução de conflitos entre jovens estão se modificando pela entrada de uma nova lógica, estabelecendo outros códigos. Fatores como a falta de oportunidades de ingresso no mercado de trabalho fazem parte deste universo, além de questões ligadas à construção social da masculinidade, aspecto considerado como fator presente nas situações de violência (CECCHETTO, 2004; NOLASCO, 2001; ZALUAR, 2004; KODATO; SILVA, 2000; SANT'ANNA; AERTS; LOPES, 2005; SOUZA, 2005).

Assim, com as condições inadequadas de sobrevivência geradas pela pobreza e a falta de alternativas econômicas nas famílias, os jovens são muitas vezes empurrados para situações de delinquência, fenômeno que se agrava quando estes são associados à marginalidade. Essa associação culmina com a morte e a impossibilidade de chegar à vida adulta e realizar seus projetos de vida relacionados à inserção social, direitos elementares, aspectos também identificados por Kodato e Silva (2000): "Desprovidos de condições dignas de sobrevivência, não assistidos em seus direitos elementares, não reconhecidos na singularidade de suas

demandas, não tiveram os adolescentes a possibilidade de atingir a vida adulta.” (p. 513).

Os autores ainda acentuam outro aspecto do homicídio entre jovens, que se caracteriza pela mediação de outros adultos – elemento não abordado neste estudo – mas apontam também para o aumento dos homicídios relacionado com a falta de alternativas sociais e econômicas, o que vem gerando uma população marginal, com possibilidades de ser vítima e/ou perpetradora da violência.

Com certeza, neste processo onde adolescente mata adolescente, existe a mediação de adultos, seja através das quadrilhas, seja através das instituições que desvirtuam seu papel. O aumento no número de adolescentes que assumem a autoria dos homicídios é assustador. Mais do que isto, é indicativo de que anos de políticas e práticas institucionais e sociais mal conduzidas e evadidas de equívocos, geraram e repetiram, em determinados segmentos populacionais, como mecanismo de sobrevivência e canal de ascensão social, uma geração de adolescentes submetidos à vitimização e/ou à propensão à infração e ao delito. (KODATO; SILVA, 2000, p. 514).

Durante estudo realizado anteriormente, Santos (2005), identificou que inúmeros jovens de uma favela soteropolitana foram assassinados, particularmente por envolvimento em trajetórias de marginalização, uso de drogas ou posse de armas. Esses assassinatos juntam-se a tantos outros que sistematicamente têm dizimado vidas nessa favela, fenômeno que se repete nas periferias das grandes cidades do Brasil.

Quando identificados os contextos e as dinâmicas de desenvolvimento presentes na periferia, a pesquisa de cunho etnográfico que temos realizado aponta situações onde a violência irrompe na dinâmica contextual, mudando algumas formas de interação da juventude. Assim, a violência presente no cotidiano se traduz em mecanismos de retração e inoperância que podem modificar as trajetórias de outros jovens, impedindo o protagonismo e atitudes de socialização.

Nestes anos, em especial, há o surgimento de novas formas de expressão da violência, ocorrendo mudanças substantivas no âmbito das relações proximais dos jovens, conduzindo a mecanismos de exclusão social, tais como o que temos denominado desterro (SANTOS; BASTOS, 2005). Esse processo se torna mais complexo quando ocorrem os homicídios.

REPERCUSSÕES DO HOMICÍDIO ENTRE JOVENS DE PERIFERIA
DA CIDADE DE SALVADOR

Uma descoberta deste estudo foi a fratura social e psicológica que a morte de um jovem causa aos outros jovens e ao contexto da periferia. Individualmente, o assassinato provoca reações diversas, marcadas pela perda das expectativas, chegando até a mudança de trajetórias de outros jovens, no intuito de perpetrar vinganças e ingressar em caminhos pautados pela marginalização.

O que pretendemos indicar é que, apesar do avanço considerável na direção de uma proteção mais efetiva à infância e à juventude – enquanto conquistas da sociedade civil numa integração com o poder público, desde a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1999) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) –, a infância e a juventude das periferias parecem estar ainda mais vulneráveis diante da proteção conquistada, pois recorrentemente seus direitos, apesar de garantidos por lei, não são ainda efetivamente respeitados. Há um desnível entre a realidade e as leis, que existem após uma longa caminhada de luta, mas não são cumpridas.

Identificamos, a partir das repercussões do homicídio entre jovens, categorias que podem orientar o entendimento dos seus contextos de desenvolvimento, promovendo o desvelamento dos processos culturais, semióticos e os códigos neles presentes.

Pretendemos, nesse sentido, mapear campos, explorar como as fronteiras do risco são construídas como um cinturão de códigos em constante elaboração “abre/fecha portais”, com retorno ou não. São novos códigos em confronto com tarefas desenvolvimentais tradicionalmente colocadas para os jovens, tomando a perspectiva deles mesmos.

O estudo pode contribuir para o entendimento de como se dão as formas de agregação e expressão desta parcela da população e revelar, também, especificidades das situações de risco e exclusão às quais estão expostas nos espaços onde habitam, e quais são as compreensões do próprio jovem, o que ele vislumbra, como ele próprio identifica possibilidades e barreiras e que leitura faz dos portais/estruturas de oportunidades, podendo orientar ações preventivas e favorecer o acionamento das possibilidades de suporte e orientação a eles, contribuindo para a promoção da saúde, redução de danos e orientação para o estabelecimento de projetos de vida.

2. Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo foi a etnografia, que sintetiza um trabalho realizado ao longo de mais de uma década na periferia da cidade de Salvador, sem perder a capacidade de estranhamento, identificando fenômenos construídos cotidianamente, assim como a capacidade de olhar, descrever e analisar o contexto e suas dinâmicas (JACOBSON, 1991; LAPLANTINE, 2000; GHASARIAN, 2004; PEIRANO, 1995; BOUMARD, 1999).

2.1. *Corpus de análise*

O corpus de análise se constituiu de um conjunto de dados que surgiram a partir de uma relação direta dos pesquisadores com a realidade contextual da juventude da periferia. Tais dados foram sistematizados a partir de textos etnográficos e entrevistas, particularmente sobre a violência contextual.

Em relação às técnicas, utilizamos entrevistas individuais e grupos focais grupais com vinte e um (21) participantes, contendo, como material de análise, a descrição do contexto, as repercussões do homicídio nos jovens e as trajetórias de jovens que foram assassinados.

2.2. Procedimentos

Para encontrar os jovens em seus contextos de desenvolvimento foram utilizadas diferentes técnicas e ferramentas metodológicas de pesquisa que valorizaram a escuta e a descoberta do cotidiano, dentre elas, entrevistas individuais, grupos focais e a observação participante.

Dentre os procedimentos metodológicos utilizados para a realização das entrevistas, constaram tópicos-guia, aplicados, no primeiro momento, nos grupos focais e, posteriormente, adaptados para uma melhor compreensão por parte dos sujeitos nas entrevistas individuais, valorizando o espaço da interlocução com os informantes, de modo que puderam desvelar o seu contexto de desenvolvimento.

As entrevistas individuais foram momentos em que se identificaram questões que envolvem as dinâmicas de desenvolvimento dos jovens e são utilizadas “quando o objetivo da pesquisa é para explorar em

profundidade o mundo da vida do indivíduo e se refere a experiências individuais detalhadas, escolhas e biografias pessoais” (GASKELL, 2003, p. 78).

A participação dos informantes foi viabilizada mediante assinatura do termo de consentimento informado, resguardando a identidade dos participantes, dentro dos procedimentos vigentes da ética na pesquisa. O termo descreve os objetivos, a metodologia e os procedimentos da pesquisa.

A análise dos dados foi realizada a partir da organização do material coletado, enfocando aspectos que convergem ou apontam discrepâncias sobre as dinâmicas de desenvolvimento da juventude da periferia, os processos psicossociais das repercussões do homicídio entre jovens. Neste sentido, a abordagem de análise temática seguiu uma estrutura que se baseia no olhar antropológico proposto por Oliveira (2000) e Laplantine (2000), em que o trabalho do antropólogo está ligado a *olhar, ouvir, escrever*, em constantes idas e vindas do registro etnográfico e da análise na elaboração do texto etnográfico (MARCUS; CUSHMAN, 2003).

A partir da constituição do *corpus* textual em que foram agrupados os dados, foi realizada a análise temática, na perspectiva proposta por Gaskell (2003).

3. O homicídio de/entre jovens de periferia de Salvador, Bahia

No Brasil contemporâneo o fenômeno da violência entre os jovens assume maiores proporções, dadas as complexas dinâmicas da desigualdade social, do crime organizado e do tráfico de drogas, fatores presentes quando analisamos os homicídios ocorridos entre eles (KODATO; SILVA, 2000; ZALUAR, 2004; SANT’ANNA; AERTS; LOPES, 2005). Na periferia de Salvador, a violência assume dimensões similares, vitimando jovens do sexo masculino, negros e pardos, na faixa etária entre as duas primeiras décadas de vida (ESPINHEIRA, 2004).

Diante dos dados que apresentam o aumento significativo da violência que os atinge (SOARES, 2004), surgiu a necessidade de aprofundar aspectos do desenvolvimento humano tomando por referência noções

que valorizem os processos, as interações e o tempo, numa dimensão dialógica, culturalmente situada, nos domínios da vida cotidiana (VALSINER, 2007; ROSSETTI-FERREIRA et al., 2004; BERGER; LUCKMANN, 1985; GOFFMAN, 1988).

A questão do desenvolvimento humano nesta pesquisa está situada no campo das interações dos sujeitos e dos processos desencadeados pela ação da violência, e pretende mostrar a incidência de tal fenômeno no cotidiano, mostrando rupturas e reestruturações das redes de significados existentes no cotidiano dos jovens, das famílias e mesmo da periferia.

A juventude, como um período socialmente reconhecido por suas particularidades é aqui analisada tomando por referência seus espaços de inserção e mesmo de marginalização presentes no contexto da periferia (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Assumimos uma concepção de violência que, “como fenômeno complexo, multifacetário e resultante de múltiplas determinações articula-se intimamente com processos sociais que se assentam, em última análise, numa estrutura social desigual e injusta” (MACEDO et al., 2001, p. 516). A juventude da periferia sofre cotidianamente com a ocorrência de eventos violentos, que muitas vezes começam a fazer parte do contexto, criando um ciclo contínuo de mortes e outros danos e repercussões. Neste cenário particular, assumimos a definição de Minayo:

[...] violência pode ser definida, para efeitos operacionais, pelo uso da força com vistas à exclusão, ao abuso e ao aniquilamento do outro, seja este outro um indivíduo, um grupo, um segmento social ou um país. A violência contra a criança e o adolescente constitui-se em todo ato ou omissão de pais, parentes, outras pessoas e instituições capazes de causar danos físico, sexual e/ou psicológico à vítima. (MINAYO, 2002, p. 95).

A violência pode direcionar a trajetória de desenvolvimento dos jovens, deixando marcas no corpo e na memória; marcas que são difíceis de superar e ganham força com o passar do tempo, gerando uma nova forma de conceber-se no ambiente, ou seja, relacionando-se com a realidade de forma diferente, vivenciando uma experiência destituidora de laços, com significados socialmente controversos.

No meio das solicitações contextuais, e mesmo nas relações mais próximas entre eles, tem emergido nas entrevistas uma noção de violência

que pode ser percebida de vários modos e como o acúmulo de experiências que paralisam ou indicam novos rumos às ações dos jovens. Por exemplo, nas entrevistas, a violência está relacionada ao contexto, com repercussões individuais, nas famílias e nas relações com pessoas da comunidade. Situações como essas vão “minando” as suas certezas e as suas buscas, pois é necessário defender-se deste ambiente que vai se tornando hostil.

4. Resultados

4.1. A expiação e a inversão da sociabilidade

Durante as entrevistas, vários homicídios de jovens foram descritos e analisados, sendo possível perceber que há uma inversão da sociabilidade na juventude da periferia porque fatores como o consumo de drogas geralmente criam uma relação de dependência e necessidade do recurso financeiro para utilizá-la. Há, por isso, uma percepção do outro enquanto consumidor, e aqui o caráter expiatório, ou mesmo de cobrança diante daqueles que não conseguem honrar seus compromissos com o tráfico se estabelece.

Na marginalidade a cobrança aparece em relação direta com a violência, e o uso da força para fazer com que o sujeito devedor pague o que deve e o *preço* geralmente cobrado, relacionam-se com intimidação, morte e *expiação*. As mortes dos jovens envolvidos em trajetórias de marginalidade analisadas nesta pesquisa apontam, por suas características, para a configuração de *expiação* e apresentam uma função punitiva, de modo que há símbolos e códigos presentes que fazem parte do universo da marginalidade e do tráfico que podemos apreender.

As mortes mostraram-se com funções específicas: delimitar espaços, acerto de contas e impedir que outros envolvidos no tráfico quebrem os códigos que norteiam tal universo, fato que recorrentemente vem acontecendo no espaço urbano, muitas vezes, à vista de todos, o que, por sua vez, traz danos psicossociais a essas pessoas que têm seu cotidiano modificado por este evento.

No tráfico as relações se invertem e não há resolução pacífica para quem quebra tais códigos. Geralmente a expiação tem a ver com as dívidas do tráfico ou com situações em que o jovem inserido na

marginalidade traz algum risco ao monopólio e poderio de outros traficantes na área.

Os jovens que ingressam no tráfico e têm potencial de liderança e inteligência prática na abertura e *gestão* das bocas de fumo são alvos da expiação, assim como aqueles que possuem dívidas com algum traficante.

Assim, aspectos da socialização são colocados em xeque. Por esse motivo, os vínculos preestabelecidos de território e relações não são considerados. O que vale, neste sentido, é que a *ordem* do tráfico não seja quebrada. Além disso, a lógica do tráfico sobrepõe-se aos vínculos e à pertença a espaços e territórios comuns.

A entrada da funcionalidade e da mudança de comportamento provocada pelo consumo de drogas provoca uma quebra dos parâmetros socialmente aceitos do vínculo, e da sociabilidade. Por funcionalidade entendemos a percepção do outro como consumidor.

Assim, surge outra socialização, diferente da comumente aceita e difundida, e que aponta para uma socialização inversa, marcada por uma funcionalidade, onde aquele que não corresponde ao esperado é assassinado, sem respeitar qualquer vínculo com o passado, o contexto e as relações estabelecidas.

Esse processo está atuando neste momento, aumentando os conflitos entre os jovens, e se faz acompanhar por consistências culturais, assim como aspectos econômicos e sociais. Poderíamos afirmar que quando a funcionalidade sobrepõe-se à socialização os jovens podem tornar-se vítimas do homicídio.

Feffermann, analisando as relações entre o tráfico de drogas e a violência, também identifica a modificação das formas de resolução de conflitos. Para a autora, “violência e tráfico de drogas não são equivalentes, embora haja associação entre eles. A caracterização desse tráfico como um mercado ilegal conduz ao uso da violência como forma de resolução de negócios e conflitos.” (FEFFERMANN, 2006, p. 35). Falando da juventude contemporânea, situada nas periferias de Salvador, Espinheira descreve suas relações com a violência:

A juventude é uma rebelião constante. A juventude pobre, por seu lado, luta duplamente para viver a intensidade que a sua condição requer. A sensação de que está desperdiçando a vida por não poder realizar cer-

REPERCUSSÕES DO HOMICÍDIO ENTRE JOVENS DE PERIFERIA
DA CIDADE DE SALVADOR

tos desejos no tempo requerido pelo prazer inquieta os jovens e os lança para a concretização, a todo custo, do que deseja, e isso leva a situações de risco, inclusive daquele que pode levá-los à morte ou a matar. A violência banalizada pela frequência de ocorrências de cadáveres nas ruas, jovens seqüestrados em suas residências e desaparecimentos. (ESPINHEIRA, 2004, p. 21).

Nas repercussões do homicídio de jovens, uma das características é a perplexidade ou letargia social, que indica a banalização da morte, pois muitas vezes não é sequer noticiada nos jornais, o que coloca um véu de encobrimento sobre a gravidade da violência na periferia. A frequência com que eles são assassinados em Salvador parece não trazer indignação à população. Fato interessante, contrariando esse dado, ocorreu quando alguns deles, em diferentes bairros da cidade foram assassinados por policiais, o que gerou uma comoção popular, com protestos e manifestações (CARTA CAPITAL, 2008).

A violência por agentes externos, nesse sentido, parece ainda ser percebida como uma anormalidade, enquanto que a morte entre pares parece seguir uma espécie de linha da normatividade esperada, ou seja, são códigos que já estão estabelecidos e diante dos quais não há muita coisa o que fazer.

Espinheira, enfocando a violência no Subúrbio Ferroviário de Salvador, parte do princípio da sociabilidade para chegar à violência e suas expressões. Para ele,

as formas mais elementares de sociação estão relacionadas com o processo coletivo de adaptação do ser humano ao meio natural e ao meio que ele próprio construiu e constrói continuamente. Sobreviver é o primeiro e mais geral imperativo, de tal modo que é tomado pelo senso comum como absolutamente natural que gestos extremos sejam expressos por pessoas que estão em situação limite. (ESPINHEIRA, 2004, p. 30).

Então, diante da violência e do tráfico mudam as formas de sociabilidade de aceitas no senso comum, instaurando uma lógica diferente.

4. 2. As repercussões do homicídio entre jovens

As repercussões do homicídio entre jovens são o conjunto de consequências que atinge as pessoas e suas relações na periferia. O homicídio afeta diretamente a estrutura das famílias, tanto por

estabelecer uma ruptura com a qual é difícil lidar como, principalmente, por alterar a sua configuração familiar, criando um vazio nas relações e permanecendo o filho morto no imaginário e nas lembranças, que são permeadas entre dor e sentimento de injustiça. Em alguns casos, há certa conformação por parte da família, por entender que este foi um caminho escolhido por ele, quando ingressa na trajetória de marginalidade. Se entendermos a família como estrutura que contém ciclos e transições, podemos perceber que a irrupção do homicídio a reconfigura, gerando novas respostas e adaptações.

O mesmo vazio pode ser identificado em um espaço de tempo de duração menor no bairro, que logo após o homicídio refaz suas redes, como se aquele jovem não fizesse parte do universo socialmente aceito.

Nos jovens as repercussões, a depender da aproximação com a vítima, podem ser duradouras ou transitórias. São duradouras quando faz parte da rede de relações e estes se sentem na iminência de vingá-lo ou mesmo de ingressar em trajetória semelhante, motivados por sentimentos de injustiça e de inconformismo diante da situação.

Este dado é paradigmático, pois na lógica dos adultos, a partir da expiação, ninguém deveria se atrever a seguir o mesmo caminho, já que se sabe o fim que resultará. Em alguns jovens o mecanismo não é esse, pois após a morte de outros, eles podem ingressar na marginalidade. Já a transitoriedade das repercussões do homicídio vai ocorrer em relação àqueles que não fazem parte efetivamente da rede de relações e percebemos que há aceitação da morte como se ela fizesse parte das escolhas da vítima.

Há repercussões como o desterro, com muitas particularidades, a depender dos níveis. Por exemplo, é importante salientar que as repercussões do homicídio atuam, interferindo em níveis diferentes, nos jovens, nas famílias e no contexto, gerando consequências para a saúde, a integridade física e psicológica dos sujeitos.

Cruz Neto, Moreira e Sucena (2001) identificaram os fatores de riscos aos quais os envolvidos no tráfico no Rio de Janeiro estão expostos, de acordo com as posições exercidas e variam desde prisões, brigas, punições e torturas até a morte, quando há quebra de códigos estabelecidos.

Entre os jovens do círculo de amizade e nas famílias, em particular nas mães, essas fraturas parecem se fixar por mais tempo, enquanto

que na periferia existe uma ruptura e logo depois um refazer das relações cotidianas.

5. O homicídio alterando o desenvolvimento dos jovens

No decorrer desta pesquisa, um jovem da periferia de Salvador foi assassinado por outros do seu ciclo de amizades. Sua morte causou enorme consternação entre eles, principalmente pela brutalidade e perplexidade, devido, dentre outras coisas, à proximidade que tinham com ele e pelo sentimento de injustiça. Para indicar alguma forma de enfrentamento, tivemos que encontrar alguns momentos para discutir o assunto. Assim surgiu a percepção de que a morte violenta de um jovem afeta as relações dos outros mais próximos e, de certa maneira, de todo um bairro.

Esta percepção foi uma descoberta, pois faz sentido se pensarmos que os fatos, geralmente relacionados à violência, que os acometem, são propulsores de situações diversas. Ou seja, tal como ocorre em uma família, onde existe reconfiguração de relações após a morte ou chegada de um membro, também no bairro acontece. Isso indica que o homicídio atinge o protagonismo de outros jovens, da sua família em particular e da estrutura de relacionamentos dentro do bairro. Se a morte estiver relacionada ao tráfico é um demarcador do impedimento quanto aos movimentos de expansão dos outros jovens.

Podemos notar que limites de caráter semiótico regulam esse tipo de relações também em outros contextos sociais, acompanhados de regras e penalidades, regulando aberturas e fechamentos de passagens. Trata-se, portanto, de limites semióticos, designados como *portais*.

Assim, a morte é um vaticínio sobre como as relações da juventude são modificadas quando aparecem em cena os dois elementos de mudança de comportamento e quebra de vínculos sociais: as armas de fogo e as drogas, não só o seu uso, mas o tráfico. Há na juventude das favelas uma relação direta de aproximação dos meninos aos eventos que acontecem com outros de sua faixa etária. A sua rede de relacionamentos está diretamente ligada aos pares externos à família, e tudo o que acontece a estes pares toca-o de alguma maneira, ou seja, o coloca *irmanado* ao outro. Por isso, qualquer evento que acontece a um deles é

percebido pelos outros, interferindo na sua rede de relacionamentos e socialização, gerando adaptações ou não à nova situação.

Alguns vislumbram possibilidades até então não efetivadas, como o ingresso na marginalidade para promover uma vingança diante da morte de um amigo, o que seria uma forma de retratar a violência sofrida, mesmo que gerando uma nova violência, que daí pode vir a tornar-se como que um motocontínuo de violência, ou mesmo a mudança de projetos de vida.

A atmosfera de letargia social também pode ser considerada uma dessas repercussões. Há uma força irrompida com o homicídio que faz com que os jovens percebam que no contexto ocorre um momento de estagnação, tristeza, perplexidade e impotência, que podemos denominar de letargia social.

Outros, no entanto, não demonstram mudanças na sua rede de relacionamento e no seu contexto de desenvolvimento, continuando a percorrer sua trajetória sem o envolvimento em situações de marginalização. Com a crescente inserção dos jovens no tráfico de drogas e em outras atividades ilícitas, estamos assistindo a uma vitimização contínua de vidas. Com isso, as histórias pessoais vão sendo sufocadas, instaurando-se a letargia social, que pode indicar pontos de parada da trajetória de um indivíduo.

Uma dor por dentro. Perder alguém assim. Antes eu achava que era normal morrer, todo mundo morre um dia, mas é bom a gente viver, saber viver, e morrer por alguma coisa que faz sentido, não morrer assim, desse jeito, baleado por alguém por causa de drogas, de tráfico. (R., 18 anos, sexo masculino).

Outra expressão do homicídio entre jovens é que há essa “dor por dentro”, essa inexplicabilidade e perplexidade. A dor se relaciona em sentido estrito à falta causada pelo homicídio. Com a morte as expectativas são colocadas em xeque, de modo que viver, agora, é na memória, onde persistem perdas com as quais a pessoa tem que conviver por toda uma vida, irreversivelmente.

Interessante notar que essa “dor por dentro” amplia a noção de dor fisicamente perceptível. O jovem parece se colocar diante de um fato inexplicável, cuja melhor definição está relacionada com algo para além da percepção visível, que transforma e age no plano de constituição da

sua subjetividade, trazendo sentimentos como tristeza, raiva, inconformismo e a perda inicial de significados que eram atribuídos àquela amizade que era constitutiva de suas relações com o lugar.

Nesse momento, mesmo o refazer-se pode levá-los a caminhos ou descaminhos, como a entrada em um processo de marginalização, como ocorreu com um entrevistado que, alguns meses após o assassinato do amigo, ponderou seriamente a possibilidade de engajar-se em uma trajetória de marginalidade para poder vingar aquela – pois a “morte é o indizível, o irracional. A dor é a da nossa morte sem palavras. Sem explicação. Explicar a morte é torná-la vivível.” (RABINOVICH, 2006).

Outro ponto relacionado à morte e à dor, é que, para o jovem R, há uma morte que é natural, que faz parte da vida de qualquer pessoa e, em contraste com isso, ele considera que a morte do seu amigo não faz parte do ciclo normal da vida de qualquer pessoa, porque nela há presença da violência.

A ecologia do desenvolvimento humano é afetada com a morte, provocando mudanças inesperadas e imprevistas que podem redirecionar o curso do desenvolvimento. Os eventos externos provocam e fazem com que haja a internalização de fatores como o medo e a sensação de impunidade, que aparecem em contraposição à socialização porque há uma desestruturação de laços afetivos, perspectivas, gerando instabilidades psíquicas e convivência com a falta que o tempo restitui.

6. Considerações finais

O estudo aponta inicialmente para os efeitos provocados pela violência na vida dos jovens. Sua percepção diante da vida, seus projetos estabelecidos vão se modificando.

A divulgação dos dados e das histórias pessoais dos jovens assassinados parecem não provocar a sociedade brasileira. O desenvolvimento humano em contexto e as formas de proteção à juventude precisam também ser considerados em uma perspectiva longitudinal.

Se, por um lado, a violência irrompe a qualquer instante, o outro lado da história é que esses sujeitos, quando acompanhados e orientados nos momentos de passagem (dos 13 aos 19 anos), podem se inserir no mercado de trabalho e estabelecer projetos de vida.

Nessas considerações finais, dialogamos com alguns autores que escreveram sobre a juventude em situações de guerra ou de tráfico, constatando a semelhança de códigos. Bill e Athayde (2006) empreenderam um mapeamento com jovens de todas as regiões do Brasil, enfocando o tráfico de drogas, enquanto Feffermann (2006) analisou o cotidiano deles no tráfico em São Paulo e Beah (2007) apresenta o seu relato sobre a guerra em Serra Leoa. Os autores situam suas análises nas situações de vulnerabilidade envolvendo crianças e jovens, na década de 2000, o que pode indicar que na atualidade as situações de violência, guerra e tráfico têm se intensificado de modo capilar, arrastando milhares de vidas com suas práticas predatórias e de cooptação. Isso mostra que esses fenômenos relacionados à violência se estendem por muitas partes do mundo e não se situam como um fenômeno típico do Brasil.

A narrativa-testemunho de Beah (2007) mostra que é possível verificar semelhanças em relação aos meninos-soldados da África e os falcões – meninos do tráfico, das favelas brasileiras, constituindo-se em consistências culturais encontradas em toda parte, gerando diferentes formas de violência. Em ambos os estudos constatamos que a juventude passa por mudanças substanciais, em situações consideradas peculiares pela emergência da violência e das repercussões trazidas para o cotidiano.

Está se constituindo no mundo contemporâneo uma gama de situações que estão colocando em risco a juventude, comprometendo sua sociabilidade e reduzindo as expectativas de vida. Essa tendência, por sua vez, afeta as estruturas comunitárias, os processos de construção de identidade e a própria configuração da vida social. Apesar da distância geográfica que separa os fatos relatados em Serra Leoa, na África, e nas favelas brasileiras, em especial as de Salvador e do Rio de Janeiro, tem-se a mesma exposição da juventude a situações que não favorecem o seu desenvolvimento, socialização e protagonismo.

Ao analisar um fenômeno local, como as repercussões do homicídio entre jovens, começamos a identificar que é necessário direcionar a análise, saindo do local para o global. Constatamos, não sem surpresa, que esta etnografia pôde revelar estruturas e processos que são encontrados em outras partes do mundo, tratando-se, pois, de processos e mecanismos que se apresentam de forma mais ampla e disseminada do que, a um primeiro exame, era possível identificar.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Apresentação. In: ____; ____ (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005. p. 7-17.
- BASTOS, Ana Cecília de Sousa; ALCÂNTARA, Miriã Alves Ramos; SANTOS, José Eduardo Ferreira. Novas Famílias Urbanas. In: LORDELO, Eulina da Rocha; CARVALHO, Ana Maria Almeida; KOLLER, Sílvia Helena (Org.). **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador: EDUFBA, 2002. p. 99-135.
- BEAH, Ishmael. **Muito longe de casa**: memórias de um menino-soldado. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BILL, MV; ATHAYDE, Celso. **Falcão**: os meninos do tráfico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- BOUMARD, Patrick. O lugar da etnografia nas epistemologias construtivistas. **PSI**: Revista de Psicologia Social e Institucional, Londrina, v. 1, n. 2, nov. 1999. Disponível em: <http://www2.ccb/psicologia/revista/texto1v1n22.htm>. Acesso em: 26 de set. 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, 1999.
- ____. **Lei 8069/1990**: Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Senado Federal, 1990.
- CARTA CAPITAL. **Salvador**: a revolta da periferia: parentes, vizinhos e amigos de quatro jovens negros executados pela polícia saem às ruas e inflamam o debate sobre o preconceito. São Paulo, 06 de janeiro de 2008.
- CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.
- CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. **Nem soldados nem inocentes**: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- ____; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Extermínio: violência e banalização da vida. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p.199-212, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESPINHEIRA, Gey. Pesquisa: Sociabilidade e violência: criminalidade na vida cotidiana do Subúrbio Ferroviário de Salvador. In: _____ (Coord.). **Sociabilidade e violência:** criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia/Universidade Federal da Bahia, 2004. p. 17-75.

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas arriscadas:** o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis: Vozes, 2006.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; _____ (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p.64-89.

GHASARIAN, Christian. Sur lês chemins de l'ethnographie réflexive. In: _____ (Dir.). **De l'ethnographie à l'anthropologie réflexive.** Paris: Armand Colin, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

JACOBSON, David. **Reading ethnography.** Albany: State University of New York Press, 1991.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

KODATO, Sergio; SILVA, Ana Paula Soares da. Homicídio entre adolescentes: refletindo sobre alguns fatores associados. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 507-515, 2000.

MACEDO, Adriana C. et al. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 515-522, 2001.

MARCUS, George; CUSHMAN, Dick. Las etnografias como textos. In: REYNOSO, Carlos (Ed.). **El surgimiento de la antropologia posmoderna.** Barcelona: Gedisa, 2003. p. 171-213.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência e criança. In: WESTPHAL, Márcia Faria (Org.). **O significado social e para a saúde da violên-**

cia contra crianças e adolescentes. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 95-114.

NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan a Homer Simpson:** banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo.** 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

RABINOVICH, Elaine Pereira. **Comunicação pessoal** em 24 abr. 2006.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde et al. (Org.). **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANT'ANNA, Ana; AERTS, Denise; LOPES, Marta Júlia. Homicídios entre adolescentes no Sul do Brasil: situações de vulnerabilidade segundo seus familiares. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 120-129, 2005.

SANTOS, José Eduardo Ferreira. **Travessias:** a adolescência em Novos Alagados: trajetórias pessoais e estruturas de oportunidade em um contexto de risco psicossocial. Bauru: Edusc, 2005.

_____; BASTOS, Ana Cecília de Sousa. Pertencimento e “desterro” na trajetória de adolescentes da favela de Novos Alagados, Salvador, Bahia. In: CASTRO, Lucia Rabello de; CORREIA, Jane (Org.). **Juventude contemporânea:** perspectivas internacionais. Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ, 2005. p. 253-277.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, Regina; VANUCCHI, Paulo (Org.). **Juventude e Sociedade:** trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p. 130-159.

VALSINER, Jaan. **Culture in minds and societies.** New Delhi: Sage, 2007. ZALUAR, Alba. **Integração perversa:** pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.

História oral de homens que praticaram violência sexual contra crianças e adolescentes*

Edleide de Almeida Xavier**
Climene Laura de Camargo***
Normélia Maria Freire Diniz****
Nadirlene Pereira Gomes*****

RESUMO: A violência sexual contra crianças e adolescentes é um grave problema de saúde pública e se manifesta por uma relação de poder que se exerce pelo adulto sobre a vítima. Uma das grandes preocupações quanto ao abuso sexual infantil são as repercussões desta violência no desenvolvimento das vítimas. O fato deste fenômeno vir a ser reproduzido ou não dependerá de a vítima encontrar em sua vida, um adulto que a ajude a superar o trauma sofrido. Para a abordagem do objeto de estudo foi coletada a história oral dos sujeitos que estavam

* Recorte da dissertação de mestrado da Edleide de Almeida Xavier, apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da UFBA, orientada pela Prof. Dra. Climene Laura Camargo. A pesquisa teve financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

** Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia. Coordenadora e professora do Centro Universitário Jorge Amado. Correspondência: Rua Bernardo Spector, n. 323, Edifício Cidade de Athenas, Apto. 104, Vila Laura, CEP: 40270-220, Salvador-BA. E-mail: edleide.xavier@hotmail.com.

*** Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo e pós-doutora em Sociologia pela *Université Bene Descartes*, Paris V, Sorbonne. Professora Associada da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. E-mail: climenecamargo@hotmail.com.

**** Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de São Paulo. Professora Adjunta da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Líder do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Qualidade de Vida. Pesquisadora da GEM. E-mail: normelia@lognet.com.br.

***** Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia. Professora Adjunta da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Qualidade de Vida. E-mail: nadirlenegomes@hotmail.com.

— HISTÓRIA ORAL DE HOMENS QUE PRATICARAM VIOLÊNCIA SEXUAL —
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

cumprindo pena entre o período de 2008 e 2009. Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo que propiciou a compreensão da formação identitária dos sujeitos. Cabe à sociedade através deste contexto, fortalecer a opinião pública para que o Estado venha a garantir os direitos destas vítimas evitando repetições da violação nas gerações seguintes.

PALAVRAS-CHAVE: Violência sexual infanto-juvenil, Agressor, História Oral, Enfermagem.

ABSTRACT: The sexual violence against children and adolescents is a serious problem of public health and it is manifested by a relation of power that is imposed on children by adults. One of the greatest concerns about the children sexual abuse is the repercussions of this violence in the development of victims. This phenomenon can be reproduced or not depending on the victim to have or not an adult who can help them to overcome the trauma. In order to approach the object of study, an oral history of those who were doing their time between 2008 and 2009 was collected. It was used the technique of data analysis which contributed to the understanding of the identity formation of the convicts. Based on this context, it is hoped from the society to strength the public opinion so that the State guarantees the rights of the victims and avoids repetitions of violation in future generations.

KEYWORDS: Infant-youthful sexual violence, Aggressor, Oral History, Nursing.

Introdução

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência se caracteriza como o uso de força física ou poder, em ameaça contra si própria, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado e privação. Esta definição associa a intencionalidade com a realização do ato, independente do resultado produzido: dessa forma, estão excluídos os incidentes não intencionais (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2002).

Desde a década de 80, o número alarmante de casos de violência infanto-juvenil vem chamando a atenção da comunidade científica brasileira. Nessa época foram localizados 126 artigos sobre esta temática em diversas áreas profissionais, que apontaram para a necessidade de maior sensibilização dos profissionais, principalmente aqueles que atuam nos cenários da saúde, no atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência (SOUZA, 2002, p. 202).

De todas as formas de expressão da violência, a sexual é uma das mais complexas, até porque desencadeia manifestações físicas e psicológicas importantes. Esta prática tem o homem como principal autor e encontra-se ancorada nas relações desiguais de poder entre masculino e feminino, o que contribui para a agressão doméstica.

Estudo mostra que 71,5% dos agressores que praticam violência sexual familiar contra crianças e adolescentes são pais biológicos e 11,1% são padrastos (SAFIOTI, 1987). Esta tendência também foi verificada em estudos realizados pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA, 2002).

Fatores como as desigualdades econômicas, sociais e culturais, a disseminação das drogas, o desemprego ou mesmo os efeitos perversos da cultura de massa, podem contribuir para elevar os índices de violência em suas diversas formas. Contudo, apenas estes fatores não a explicam, o que aponta para a necessidade de novos estudos que contribuam para melhor compreensão acerca da temática.

Apesar de criticar a brutalidade sofrida, o indivíduo que foi agredido na infância tende a reproduzi-la, perpetrando-a, ao trazer dentro de si

uma memória de opressão que o leva a agir de tal forma. Deste modo, a violência se constitui num grande desafio tanto para a sociedade quanto o Estado, principalmente a sexual, pois além da dificuldade quanto à sua identificação, seja quanto à sua prática ou concepção, há lacunas nos estudos e pesquisas sobre o tema em questão, sobretudo no que tange ao conhecimento sobre o significado dela para os agressores (MARTINS, 2010).

Diante do exposto, esta pesquisa teve como objetivo analisar a história de vida dos sujeitos que abusaram sexualmente de crianças e adolescentes, procurando compreender a manifestação dessa violência durante a sua formação identitária desde a infância até a sua fase adulta.

Metodologia

Tipo de estudo e sujeitos

Para abordagem do objeto estudado foi realizada uma pesquisa qualitativa através da história oral. Por meio desta metodologia é possível investigar experiências particulares, compreender a sociedade através do indivíduo que nela vive, dos grupos sociais e de outros fenômenos relatados por aqueles que vivenciaram algum fato.

Através deste método foi possível analisar a história de vida dos agressores sexuais infanto-juvenis a partir do registro das narrativas de experiências de vida vindas de diferentes classes sociais.

Os sujeitos deste estudo são indivíduos do sexo masculino, que foram julgados, condenados e cumpriam pena numa Penitenciária do Município de Salvador, entre junho de 2008 e janeiro de 2009, por terem praticado violência sexual contra crianças e adolescentes do sexo feminino.

Em 2007, foram feitos contatos com os juízes das Primeira e Segunda Vara Criminal Especializada na Infância e Juventude para obtenção de acesso aos processos de detentos, registrados na Delegacia de Reapreensão aos Crimes contra Crianças e Adolescentes (DERCA). De posse da autorização, em junho de 2008, foi solicitada à Vara de Execuções Penais, permissão para identificação dos presos. Neste levantamento foram encontrados 3.600 processos, que foram analisados individualmente e separados de acordo com o crime, que correspondiam aos códigos

217 e 218, segundo o Código Penal¹ brasileiro relacionados às agressões sexuais.

Dos processos analisados, cento e quarenta e cinco que haviam sido julgados, foram relativos a crimes sexuais. Cinquenta e sete não se encontravam na Vara de execuções penais, pois alguns estavam sob posse de outras comarcas; outros se encontravam no Ministério Público ou estavam sendo consultados pelos próprios advogados de defesa dos detentos. Este fato impossibilitou a inclusão destes sujeitos na pesquisa, restando então 88 processos para consulta. Após análise deste material, identificamos setenta e nove processos correspondendo a crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes; nove deles compreendiam outras faixas etárias. Destes, 16% se relacionavam com crimes sexuais contra crianças e adolescentes do sexo masculino e 84%, do sexo feminino, o que indica que este último é, de fato, mais vulnerável a este tipo de violência.

Diante das dificuldades de acesso a todos os agressores que cumpram os processos, foi feita a opção por uma amostra intencional composta por cinco indivíduos/detentos. Para preservar o anonimato destas pessoas, foram atribuídos a elas pseudônimos bíblicos: Mateus, João, Pedro, Tiago e Tomé, sobre quem os relatos serão apresentados nesta ordem.

Estes cinco sujeitos encontravam-se na faixa etária de 25 a 61 anos. Quatro deles eram negros e um branco; três cursaram o primeiro grau incompleto e dois eram analfabetos; todos eram do sexo masculino. Conviviam com as vítimas e praticaram abuso sexual contra crianças e/ou adolescentes (na faixa etária de 2 a 12 anos), sendo condenados à pena por estupro, que variou de 8 a 21 anos.

Foi observado nos processos que Mateus praticou atos libidinosos em uma menina de 7 anos, filha de um amigo e vizinho; João estuprou suas filhas de 6, 7 e 12 anos; Pedro violentou sua enteada de 12 anos; Tiago agrediu sexualmente suas filhas de 2 e 6 anos; e Tomé estuprou uma menina de 6 anos, filha da sua companheira.

¹ Crime de sedução e corrupção de menores. Se uma jovem entre 14 e 18 anos for levada a manter relações sexuais ela está sendo vítima dos crimes de sedução e corrupção de menor. No caso de menor de 14 anos, o crime passa a ser o de estupro ou atentado violento ao pudor, pois se considera que houve violência.

Coleta dos materiais

O projeto desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Faculdade de Tecnologia e Ciências-FTC que o aprovou sob o número 0646-2008. Dentre outros aspectos éticos, os envolvidos tiveram os seus direitos garantidos e a liberdade de continuarem ou desistirem da participação no processo a qualquer momento.

Optou-se pela entrevista semiestruturada, guiada por um formulário com questões abertas que foram realizadas com perguntas do tipo: “Fale como foi a sua infância e a sua adolescência.” ou “Fale sobre a sua vida antes de vir para a prisão, sobre os motivos que os levaram para a prisão e, por fim, sobre sua vida após a prisão.”. Enfim, perguntas de esclarecimento, de complementação, entre outras, relativas ao contexto da história de vida do sujeito, obtendo descrições aproximadas do objeto em estudo (MINAYO, 1996).

A realização das entrevistas ocorreu entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009 e se deu por aproximações sucessivas, dos sujeitos da pesquisa, seguindo a orientação de Daniel Bertaux, qual seja: “[...] há um momento em que as entrevistas acabam por se repetir, seja em seu conteúdo, seja na forma pela qual se constrói a narrativa.” (ALBERTI, 2005, p. 36-37). Isso significa que as entrevistas foram encerradas quando se percebeu ter atingido um ponto de saturação nas histórias de vida dos sujeitos.

Análise dos materiais

Dentre as técnicas de análise de conteúdo, foi escolhida a do discurso, que se inscreve “[...] na sociologia do discurso e procura estabelecer ligações entre a situação (condições de produção) na qual o sujeito se encontra e as manifestações semântico-sintáticas da superfície discursiva.” (BARDIN, 1977, p. 213).

Palavras e expressões do emissor foram importantes na compreensão dos discursos, sendo percebidas as conexões entre estes e o exterior, entre as condições e os processos de produção ou os mecanismos que produzem determinado discurso a partir de determinadas condições (BARDIN, 1977).

Assim, foi revisto cada enunciado, palavra, frase, expressão, e estabelecidas dependências funcionais ente elas, extraíndo os elementos que desem-

penharam papel importante na sua interpretação. Em seguida, procedeu-se a representação das proposições e a sua classificação, sendo estabelecido o sistema de dependência entre os enunciados dos discursos e a análise automática, a partir do momento em que o conjunto deles foi codificado e categorizado.

Resultados e discussão

A história de vida dos sujeitos agressores de violência sexual contra crianças e adolescentes é permeada por situações de violência física, psicológica e sexual.

Com relação à violência sofrida pelos agressores na infância, vale ressaltar que todos os sujeitos foram vítimas de violência física:

[...] Eu fui criado num ritmo severo mesmo, num ritmo duro também. [...] Apanhei muito da minha família. Continuei nessa vida até 11 anos. (Mateus).

Eu tive muito sofrimento. Apanhava muito dos outros [...] A violência que sofri foi de taca, de pancada [...] Já apanhei muito (João).

Usava álcool e droga forte. Meu pai não gostava então... apanhei muito, muito. (Pedro).

[...] eu apanhava bastante de minha mãe e de meu pai também. Meu pai batia muito mesmo. (Tiago).

Minha mãe me dava lapada. [...] ficava em casa. Ficava batendo na gente. Chegava da rua e ela ficava batendo. A gente apanhava muito. Minha mãe não dava sossego. (Tomé).

Um pai perverso como modelo pode ser responsável pela repetição, por parte de seus filhos, de seus comportamentos, uma vez que enquanto não se aprende o novo, a tendência é a reprodução do que já é conhecido e/ou vivenciado.

A violência psicológica foi observada através de situações como: não vivência em uma família estruturada, infância sem brincadeiras, uso de álcool e outras drogas, preconceito e negligência da família, do patrão ou do Estado.

Na realidade brasileira, estas crianças são frutos principalmente de uma violência considerada social onde os mais desprotegidos e marginalizados da sociedade compõem o grupo de crianças que fazem parte de uma infância vítima de violência, que se encontram em situação de

— HISTÓRIA ORAL DE HOMENS QUE PRATICARAM VIOLÊNCIA SEXUAL —
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

risco pessoal e social, ou que de alguma forma tenham seus direitos básicos omitidos.

Nenhuma oportunidade foi dada a estes sujeitos durante a sua infância e apesar de a sociedade frequentemente conclamar para a proteção das crianças e o fortalecimento da saúde familiar, percebe-se que milhares de crianças em todo o mundo experimentam a violência de maneira regular comprometendo irremediavelmente seu comportamento quando adulto. (FREITAG; LAZORITZ; KINI, 1998).

Em relação à não vivência em uma família estruturada, fragmentos dos discursos de todos eles ilustram esta situação:

Só tinha mãe. Não conheci meu pai. Não conheci vô nem primo. Eu não conheci nada disso. Se eu tive avô, eu não conheci. (João).

Sempre morei com meu pai. Minha mãe não. Logo que nasci, ela me deu pra minha vó porque não tinha condições de me criar e nem meu pai também. (Pedro).

... Perdi a minha mãe quando eu tava com 13 anos. (Tiago).

O art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) afirma que desde o nascimento a criança depende do ambiente para sobreviver (BRASIL, 1990). Neste sentido, a família é o primeiro grupo social em que ela é inserida, sendo a sua matriz de identidade. Portanto, “[...] a esta matriz cabe a tarefa essencial de transmitir a herança cultural do grupo a que pertence o indivíduo e prepará-lo para sua posterior incorporação na sociedade.” (FERRARI, 2002, p. 25).

Na formação de sua personalidade, a criança necessita de uma figura afetiva estável para, a partir dela, construir a sua própria identidade, o que não ocorreu com os sujeitos desta pesquisa, uma vez que o ambiente onde cresceram foi opressivo. Estes vivenciaram, quando crianças, atos de violência intrafamiliar. Já que a família, principalmente na realidade atual brasileira, é a responsável pela educação da criança, e esta responsabilidade é compartilhada com a escola, torna-se complexa a compreensão da experiência dos detentos com seus parentes, sendo a sua história familiar comprometida pela ausência de interação entre eles, quando crianças, com o seu grupo.

Quanto à infância sem brincadeiras, sem amigos, todos denotam certo sofrimento ao falar sobre ela, justificando, de certa forma, o uso de álcool e outras drogas, além de atitudes violentas:

Não tive prazer. Não podia jogar uma bola, que era coisa de malandro; não podia ir pra uma festa, que era malandragem; eu gostava muito de tocar pandeiro e não podia tocar, que meu pai não deixava, que era só malandragem e não queria saber disso. Pra empinar uma arraia, jogar agulha, tinha que esperar uma hora que ele tivesse trabalhando pra poder eu sair escondido... não tinha ousadia de brincar. (Mateus).

Não fui criado brincando. Eu nunca tive tempo de brincar. Eu não tive infância. Eu não tive amigo de brinquedo. (João).

O que se observa é que os sujeitos não tiveram seus direitos básicos respeitados pela família e/ou pelo trabalho e/ou pelo Estado, uma vez que nenhum deles traz uma imagem positiva dessa etapa do seu desenvolvimento, deixando claro o quanto esta foi sofrida, sem perspectivas, sem direito de viver dignamente.

Apesar de a sociedade brasileira conclamar a proteção às crianças e aos adolescentes, assim como defender o fortalecimento da saúde familiar, milhares deles sofrem com a violência de maneira regular, tornando suas vidas, irremediavelmente, alteradas.

Situações de preconceito e/ou de negligência familiar, trabalhista ou governamental foram sentidas por todos os entrevistados quando crianças,

Só tive direito a dois anos de escola, dos seis aos oito anos. Tive que trabalhar [...] era só trabalho. (Mateus).

Eu pedi aos meus criador [patrões] que queria estudar mas eles dizia que nêgo não estuda, que estudo era luxo e era só pra gente branca e rica e nêgo tinha que trabalhar. (João).

Desde dez anos mais ou menos, eu ia pra rodoviária engraxar sapato, vender geladinho pra ajudar meu pai. Eu arrumava um trabalho, pra alimentar um dia, dois. (Pedro).

Eu fui criado trabalhando pra alimentar eu e meus irmãos desde pequeno. (Tomé).

A situação de opressão na infância e na adolescência é tão variada quanto os meios e modos de violentar estes grupos. A infância e a adolescência pobres configuram violação social/psicológica mais ampla; a explorada pode ser vista no trabalho infantil escravo; a torturada, através das instituições; a fracassada é aquela em que a criança é vítima da violência escolar; e, enfim, a vitimizada ocorre quando esta agressão se concretiza no ambiente doméstico (AZEVEDO, 1997).

— HISTÓRIA ORAL DE HOMENS QUE PRATICARAM VIOLÊNCIA SEXUAL —
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Chama a atenção o fato de que foi por meio do mercado informal de trabalho que os sujeitos desta pesquisa, desde crianças, sobreviveram. Não foi uma inserção voluntária nem prazerosa, pois realizavam trabalho braçal, repetitivo, desinteressante e desestimulante. Enfim, foram obrigados a trabalhar sob situações de coerção, sendo vítimas de relações de trabalho caracterizadas pela exploração e/ou expropriação do seu corpo e da sua mente e pela cobrança em relação à sobrevivência de suas famílias.

Assim, fica evidente nos discursos que cada uma das crianças foi provedora ou coprovedora da sua família em detrimento do direito de brincar, de interpretar e enxergar o mundo, de se integrar na sociedade e de construir o seu próprio conhecimento. Como brincar é parte determinante do desenvolvimento infantil saudável, pode-se concluir que estes homens tiveram seu desenvolvimento comprometido.

Há um aspecto disseminado pelo senso comum que é: “Melhor trabalhar do que ficar vagabundo.”. O valor atribuído ao princípio educativo do trabalho contribui para a naturalização dessa ideia no seio das famílias pobres e justifica o estímulo dos pais à exigência do trabalho das crianças como veículo da construção da sociabilidade e suporte fundamental de pertencimento.

Quanto à violência sexual sofrida por eles quando crianças, a história de vida tópica revela situações de receio/medo de se aproximar de mulheres, atração por mulheres mais velhas, constrangimento, testemunho de ato de violência sexual, busca de apoio familiar:

Eu era pequeno. Eu vi na hora que ela tava derramando sangue. Eu lembro isso. Eu tava com oito anos mais ou menos. Eu vi um cidadão jogando ela na parede. Eu não tava em casa. Eu tava brincando fora. Ele derrubou ela no pé de uma parede. Eu vi e caí em cima chorando. Ele era estranho. (João).

[...] tive outra namorada mais velha [...] ela aproveitava de mim em muitas coisas, de me bater [...] falava pra meu pai: quem manda nele sou eu. Eu já morava com ela. Várias vezes me forçou outros tipo de sexo com ela. [...] as irmãs dela zombavam de mim. (Pedro).

Fica claro, com estes fragmentos de discursos, que os entrevistados têm consciência do que é ter infância; de que a brincadeira deveria ter feito parte dela; de que a ausência de brincadeira e de um amigo contribuiu para ela fosse infeliz; de que quando crianças eles vivenciaram

uma infância pobre, opressora; que nessa fase sofreram a violência intrafamiliar; e que o trabalho infanto-juvenil expropria corpo e mente. Enfim, a formação da identidade dessas pessoas foi permeada por histórias de exclusão, violação e coerção, sinalizando para o fato de que as raízes do comportamento agressivo começam na infância e estão alicerçadas na relação de afeto entre pais e filhos, o que é de extrema importância na formação da personalidade dos filhos, futuros pais (PAIVA, 1999).

Considerações finais

A partir da história oral de vida dos detentos, pode-se inferir que aqueles que agrediram sexualmente crianças e adolescentes, foram vítimas de algum tipo de violência na infância.

Esta análise foi possível porque a história de vida de cada sujeito revelou experiências de brutalidade quando criança. Na experiência familiar dos entrevistados ficou claro a ausência de interação entre seus pais/parente e eles quando criança, além da existência de um conjunto de vivências comuns, tais como: maus tratos, constrangimento, rejeição, trabalho infantil forçado, uso de álcool e outras drogas. Ficou evidente o não atendimento a necessidades básicas no que diz respeito à saúde, alimentação, esporte, lazer, dignidade, liberdade, convivência familiar, uma vez que nenhum deles teve, na infância, os seus direitos respeitados nem pela família nem pelo Estado.

Estes resultados fornecem elementos essenciais à compreensão do abuso sexual contra crianças e adolescentes para a equipe de saúde e de enfermagem atuar, em particular, junto a estes grupos que foram abusados sexualmente, no sentido também de prevenir que, mais tarde, se tornem abusadores.

Diante de uma temática tão atual e com consequências graves para a sociedade brasileira, cabe aprofundar a discussão em relação à história de vida de homens que praticam violência sexual, bem como analisar o contexto no qual estes se encontram inseridos.

O estudo oferece subsídios para se pensar ações políticas de prevenção e combate à violência em geral e, especificamente, à violação sexual

— HISTÓRIA ORAL DE HOMENS QUE PRATICARAM VIOLÊNCIA SEXUAL —
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

contra crianças e adolescentes de todos os sexos e etnias, sobretudo no sentido de evitar que esta prática se repita por gerações.

Estas ações devem ser pensadas não somente punindo os agressores, mas também mobilizando a sociedade e cuidando de quem já foi vitimado. Isoladas, no entanto, estas ações não conseguiriam erradicar esse fenômeno da nossa sociedade. Deve-se lançar mão de estratégias no sentido de contribuir para a conscientização dos agressores sobre a violência sexual infanto-juvenil como uma violação dos direitos humanos das crianças e adolescentes e para responsabilizá-los pela violência cometida.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). **Abuso sexual: mitos e realidades**. 3. ed. Rio de Janeiro: Autores & Agentes & Associados, 2002. Coleção criança carinho.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA MUNDIAL. **Declaração de Helsinque: princípios éticos para as pesquisas médicas em seres humanos**. Edimburgo: 2000. Disponível em: <http://www.fhi.org/NR/rdonlyres/ef7frmjdm3vagvafs52siaoxeeff6hlpmrindqrsfocbcksptyau4awbkab6guzhox5pvtpa6uu3h/declarecaodehelsinkipo.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2010.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Incesto ordinário: a vitimização e suas conseqüências psicológicas. In: _____; _____ (Org.). **Infância e violência doméstica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BECKER, Howard Saul. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRASIL. Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

_____. Ministério da Saúde. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Resoluções Idol Conselho Nacional de Saúde**, Brasília, DF, 16 out. 1996. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/1996/Reso196.doc>. Acesso em: 14 out. 2010.

_____. Ministério da Saúde. Resolução nº 251, de 07 de agosto de 1997. Aprova normas de pesquisa envolvendo seres humanos para a área temática de pesquisa com novos fármacos, medicamentos, vacinas e testes diagnósticos. **Resoluções Idol Conselho Nacional de Saúde**, Brasília, DF, 23 set. 1997. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/1997/Reso251.doc>. Acesso em: 14 out. 2010.

COSTA, Maria Conceição Oliveira; SOUZA, Ronald Pagnoncelli de (Org.). **Adolescência: aspectos clínicos e psicossociais**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA Marcelo Rasga. Trabalho infanto-juvenil: motivações, aspectos legais e repercussão social. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 437-441, abr./jun. 1998.

FERRARI, Dalka C. A.; VECINA, Tereza C. C. (Org.). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora, 2002.

FREITAG, Raelene; LAZORITZ, Stephan; KINI, Narendra. Psychosocial aspects of child abuse for primary care pediatricians. **Pediatric Clinics of North America**, Philadelphia, v. 45, n. 2, p. 391-402, apr. 1998.

MARTINS, Christine Baccarat de Godoy; JORGE, Maria Helena Prado de Mello. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 246-155, abr./jun. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002.

PAIVA, José Roberto. **As origens da violência: um ensaio sobre a psicopatologia do comportamento agressivo**. 01 maio 1999. Disponível em: [Wwuarsdfbz\ http://2000.www.prosex.org.br/violencia.html](http://2000.www.prosex.org.br/violencia.html). Acesso em: 19 out. 2010.

— HISTÓRIA ORAL DE HOMENS QUE PRATICARAM VIOLÊNCIA SEXUAL —
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

RELATÓRIO da Delegacia Especial da Criança e do Adolescente, 2002, 2003 e 2004. Disponível em: http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&rlz=1T4SKPB_pt-BRBR378BR379&tbs=clir%3A1%2Cclirtl%3Aen&q=Relat%C3%B3rio+da+Delegacia+Especial+da+Crian%C3%A7a+e+do+Adolescente%2C+2002%2C+2003+e+2004.&btnG=Pesquisar&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gsrfai=. Acesso em: 14 out. 2010.

SAFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

Os nós e desafios do Direito no trabalho de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes

Ludmila Nogueira Murta*

RESUMO: O presente trabalho busca apontar e debater quatro desafios enfrentados pelo Direito no trabalho de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. O primeiro é a tentativa de conciliar o tempo do Judiciário com o tempo da vítima, uma vez que esta precisará depor em fases processuais que podem não coincidir com o seu tempo pessoal para falar sobre a violência sofrida. O segundo está em definir o depoimento no processo criminal como um direito ou dever da vítima, comparando a normativa internacional com a rotina nos processos criminais. O terceiro está em realizar o depoimento da vítima oferecendo condições adequadas para o exercício deste direito pelas crianças e adolescentes. E o quarto desafio está no modo de recepção do discurso da vítima, sem considerar exageradamente ou desconsiderar por completo a sua peculiar fase de desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Violência sexual, Crianças e adolescentes, Desafios, Atendimento interdisciplinar, Direitos Humanos.

* Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade de São Paulo e professora do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus avançado de Sabará-MG.

OS NÓS E DESAFIOS DO DIREITO NO TRABALHO DE CASOS
DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

ABSTRACT: The present work seeks to identify and discuss four difficulties and challenges faced by Law during the work with cases of sexual violence against children and adolescents. The first challenge is the attempt to manage the time of the Judiciary and the time of the victim, since the victim will need to testify in phases of the trial that may not match with her/his personal time to talk about the violence experienced. The second challenge is to define de testimony as a victm's right or duty, contrasting the international law with the routine of criminal trial. The third challenge lies in make the victm's testimony offering appropriate conditions for children and adolescents to exercise this right. And the fourth challenge lies in how the victim's speech will be received, without regarding too much or completely disregarding the victm's distinctive stage of development.

KEYWORDS: Sexual violence, Children and adolescents, Challenges, Interdisciplinary support, Human Rights.

Introdução

O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes é, sabidamente, multifacetado. Seu enfrentamento demanda ações multisetoriais e multidisciplinares articuladas, exigindo ainda olhar e tratamento diferenciados por parte dos profissionais que atuam no atendimento e acolhimento, de qualquer ordem e em qualquer setor, das vítimas deste tipo de violência. Esta exigência surge de dois aspectos: da dinâmica peculiar¹ que permeia os casos de violência sexual e do momento especial de desenvolvimento em que se encontram as vítimas desse fenômeno

Especificamente para o campo do Direito são estes dois aspectos que criam todos os embaraços. Primeiramente, é importante identificar quais são estes pontos de embaraço trazidos pela prática do atendimento para, então, passar a analisá-los de forma detalhada e apontar possíveis soluções. Analisar criticamente os impactos destes pontos diferenciais na atuação do Direito e identificar os entraves gerados é uma iniciativa de suma importância, pois somente através da problematização da prática será possível alterar e melhorar o cenário de atendimento que envolve os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

A dinâmica peculiar que permeia os casos de violência sexual e o momento especial de desenvolvimento em que se encontram as vítimas desse fenômeno geram entraves em diversos momentos do atendimento quando há a intervenção da lei, independente de qual ator integrante do Sistema de Garantia de Direitos² seja o responsável por esta intervenção. Pode-se dizer que estes entraves podem surgir desde a entrada do caso no Sistema de Garantia de Direitos, passando pelo início do processo criminal de responsabilização do agressor apontado, pelos serviços especializados de atendimento às vítimas, até as ações (ou inações) desenvolvidas em prol da vítima após o sentenciamento. A seguir serão

¹ O objetivo deste trabalho não é abordar os aspectos que compõem o fenômeno do abuso sexual. Desta forma, para compreender o que vem a ser a dinâmica peculiar que envolve os casos de violência sexual, recomenda-se a leitura do texto *Violência sexual contra crianças e adolescentes: danos secundários*, escrito por Karin Koshima.

² Entende-se por Sistema de Garantia de Direitos o conjunto articulado de pessoas e instituições que atuam para efetivar os direitos de crianças e adolescentes. Compõem este sistema, dentre outros: a família, sociedade civil organizada, Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares, Ministério Público, Defensoria Pública, Judiciário e Polícia Civil.

elencados e tratados brevemente alguns destes pontos de embaraço que tocam diretamente o campo do Direito.

1. O tempo do Direito x o tempo da criança ou adolescente

O primeiro ponto controverso diz respeito ao tempo: como lidar com o tempo do Direito, consubstanciado basicamente nos diversos prazos e atos processuais regidos pela lei, frente ao tempo da criança ou adolescente vítima, que corresponderia ao período – variável – necessário para compreensão e tratamento da violência sofrida?

Sabe-se que o tempo para elaboração da violação varia de acordo com o sujeito, e nem sempre a criança ou adolescente estará pronto para falar sobre a violência em um momento prematuro, muito próximo ao da ocorrência da violação. Se para o adulto a elaboração de violências também demanda tempo, de certo que para as crianças e adolescentes a situação não poderia ser diferente. É, por óbvio, ainda mais complexa, uma vez que nem sempre a violação sexual será perfeitamente compreendida por eles como uma violência, ou mesmo como um ato errado. O crime sexual pode ocorrer de maneira que, para a criança ou adolescente, não pareça algo ilegal, mas sim algo permitido, normal, parte integrante de um jogo ou mesmo de demonstração de cuidado ou afeto. Há ainda as questões relacionadas à dinâmica específica do abuso sexual, especialmente no abuso intrafamiliar. Em razão da “síndrome do segredo”³ a criança ou adolescente pode precisar de um tempo maior e um trabalho específico para conseguir quebrar o segredo familiar e relatar as situações abusivas. Assim, o tempo necessário para elaboração por parte da criança ou adolescente pode ser ainda maior que o do adulto.

A revelação da violação de ordem sexual geralmente ocorre pela própria criança ou adolescente vítima, que relata para pessoa de confiança⁴ a

³ Não será abordada neste trabalho a conceituação e características da síndrome do segredo. Para tanto, recomenda-se a leitura de Furniss (1993), especialmente o capítulo 2 que trata da síndrome do segredo.

⁴ Segundo Furniss (1993, p. 184): “A Pessoa de Confiança é muitas vezes uma importante figura de apego no ‘mundo do meio’, entre o lar que está perto demais e o mundo externo desconhecido no qual a criança não ousa confiar. Geralmente é alguém da escolha, da creche, do clube de jovens ou do grupo da igreja, dos ambientes médicos e terapêuticos. A Pessoa de Confiança pode ser a senhora que serve o almoço na escola. Se é esse o caso, essa senhora é a pessoa mais importante para a criança durante todo o processo de revelação.”

violência sofrida, ou, mais raramente, por um terceiro, que testemunha o crime praticado ou suspeita da sua ocorrência a partir da observação de alguns sinais⁵ físicos ou comportamentais da criança ou adolescente. Diante da revelação ou suspeita, a pessoa de confiança, o terceiro ou até mesmo a própria criança ou adolescente vítima aciona um dos canais de recebimento de denúncia⁶. O recebimento desta informação sobre a ocorrência de um fato delituoso ou da mera suspeita por um destes canais de denúncia dará início à atuação de um dos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Dependendo do canal utilizado, poderão ser disparadas tanto as ações de caráter protetivo⁷ quanto as de responsabilização do agente violador. E é justamente neste ponto que se pode identificar o primeiro descompasso entre o tempo da lei – e da atuação de seus operadores – e o tempo da vítima.

As ações de caráter protetivo serão mais comumente⁸ articuladas pelo Conselho Tutelar. Este órgão ajuisdicional, definido como o órgão “*encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente*”⁹, geralmente recebe as comunicações de violação ou suspeita de violação de direitos¹⁰ e, a partir da ciência, convoca os responsáveis legais e a criança ou adolescente envolvidos para

⁵ A literatura especializada elenca algumas situações que podem apontar para a ocorrência de uma violência sexual, tais como doenças sexualmente transmissíveis, mudanças extremas e súbitas no comportamento, dentre outros minuciosamente tratados por Karin Koshima, op. cit.. De certo que a identificação de um ou mais destes sinais apontados não torna certa a ocorrência da violência sexual, servindo apenas como indicativos que podem sustentar a suspeita da ocorrência de uma violação de ordem sexual, suspeita esta que, por si só, faz nascer a obrigação de sua comunicação Conselho Tutelar, conforme imposição legal do art. 19 da Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

⁶ O termo “denúncia” aqui é utilizado em seu sentido amplo, não jurídico estrito, referindo-se ao ato de dar ciência a terceiros sobre a ocorrência de um crime. Os canais de recebimento de denúncia seriam um dos Disque-Denúncia (como o Disque 100, de abrangência nacional, ou mesmo um dos serviços similares no âmbito estadual ou municipal), ou mesmo o Conselho Tutelar, Ministério Público ou Delegacias.

⁷ Tratamos aqui, especificamente, das medidas de proteção elencadas nos artigos 101 e 129 da Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

⁸ Todas as informações deste trecho (acerca do trâmite mais comum adotado pelo Conselho Tutelar diante do recebimento de um caso de violência sexual contra crianças ou adolescentes) advêm da observação na prática profissional de acompanhamento de casos no antigo Serviço Sentinela de Belo Horizonte, hoje incorporado ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, integrante dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS.

⁹ Conforme art. 131 da Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

¹⁰ Segundo a obrigação legal contida no art. 13 da Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

OS NÓS E DESAFIOS DO DIREITO NO TRABALHO DE CASOS
DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

uma escuta inicial. A ordem de escuta dificilmente varia: primeiramente a mãe, pai, guardião ou tutor (exceto quando um destes for o violador apontado, caso em que a escuta deste autor apontado somente ocorrerá, geralmente, em momento posterior, se ocorrer), e depois a criança ou adolescente vítima. Se houver a escuta da criança ou adolescente pelo Conselheiro Tutelar, já neste primeiro contato com o Sistema de Garantia de Direitos ela poderá ser questionada sobre os fatos comunicados. Estes questionamentos, quando feitos, serão utilizados para sustentar ou direcionar as próximas ações do Conselheiro Tutelar, sejam estas o encaminhamento simples para atendimentos que se façam necessários (tratamento de saúde, acompanhamento psicológico, dentre outros), a aplicação de medida de proteção¹¹ ou mesmo encaminhamento de *notitia criminis*¹² para iniciar a responsabilização do agente violador.

Pode ser que o tempo da escuta inicial de acolhimento no Conselho Tutelar não coincida com o tempo da vítima para falar sobre o assunto. Se a criança ou adolescente ainda não está pronto para falar com terceiros sobre a violação, mas a escuta inicial deste no Conselho Tutelar acontece, está instaurado o primeiro episódio de constrangimento desta vítima, causado pelo descompasso entre a ação desenvolvida e o tempo da criança ou adolescente.

A partir das primeiras informações colhidas, o que normalmente acontece é a aplicação, pelo Conselho Tutelar, da medida de proteção para encaminhamento da família para atendimento psicossocial (como o realizado nos CREAS¹³). Este atendimento psicossocial buscará, em geral, o fortalecimento da vítima e seu núcleo familiar, o estímulo e orientação para as providências judiciais necessárias para a responsabilização

¹¹ Conforme arts. 101 e 129 da Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

¹² É a notícia do crime. Segundo Távora (2009, p. 83): “É o conhecimento pela autoridade, espontâneo ou provocado, de um fato aparentemente criminoso. A ciência da infração penal pode ocorrer de diversas maneiras, e esta comunicação, provocada ou por força própria, é chamada de notícia do crime. Normalmente é endereçada à autoridade policial, ao membro do Ministério Público ou ao magistrado. Caberá ao delegado, diante do fato aparentemente típico que lhe é apresentado, iniciar as investigações. O MP, diante de notícia crime que contenha em si elementos suficientes revelando a autoria e a materialidade, dispensará a elaboração do inquérito, oferecendo de pronto denúncia. Já o magistrado, em face da notícia crime que lhe é apresentada, poderá remetê-la ao MP para providências cabíveis, ou requisitar a instauração do inquérito policial.”

¹³ Centro de Referência Especializado de Assistência Social, que possui o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, cuja normatização é feita através da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social.

do agente violador, a superação da situação de violência, o deslocamento do lugar de vítima e a articulação com os diversos atores da rede de atendimento e Sistema de Garantia de Direitos para efetivação dos direitos humanos até então não contemplados. A partir do trabalho desenvolvido por equipe multidisciplinar composta, em geral, por profissionais da área da Psicologia, Serviço Social e Direito, a criança ou adolescente e seu núcleo familiar serão acompanhados segundo suas necessidades, a partir de uma metodologia própria de atendimento que, via de regra, é baseada na escuta com a utilização de técnicas que buscam atingir os objetivos supracitados respeitando a fase de desenvolvimento de cada um dos atendidos.

Paralelamente ao atendimento psicossocial poderá ocorrer o início do processo de responsabilização criminal do agente violador. Sendo de ação penal pública incondicionada os crimes contra a dignidade sexual praticados contra criança ou adolescente¹⁴, a responsabilização geralmente será iniciada no âmbito policial, e normalmente será disparada: por iniciativa do responsável legal da criança ou adolescente, que procurará uma das Delegacias e registrará espontaneamente a ocorrência do crime de ordem sexual; por meio de *notitia criminis*, encaminhada em sua grande parte pelo Conselho Tutelar, ou por estabelecimentos de saúde, educação ou assistência social que tomaram conhecimento do caso; ou, ainda, por requisição do Ministério Público, quando o *Parquet* não dispuser de elementos suficientes para oferecer a denúncia¹⁵ em um primeiro momento. Em todas estas três situações, a autoridade policial avaliará as informações recebidas e, se for o caso, determinará a instauração de inquérito policial para investigação do crime noticiado. Esta investigação passará, obrigatoriamente, pelo depoimento do responsável legal e, dependendo da idade e grau de desenvolvimento da vítima, também pelo depoimento da criança ou adolescente.

Este é o momento no qual o descompasso entre o tempo do Direito, dos atos regidos pela legislação pátria, e o tempo da vítima pode ficar mais evidente. Quando há a necessidade do depoimento da vítima no inquérito policial – o que quase sempre acontece – este normalmente aconte-

¹⁴ Conforme previsão contida no art. 225 do Código Penal, com redação dada pela Lei nº 12.015/09.

¹⁵ O termo “denúncia” aqui é tratado em seu sentido jurídico estrito, designando a peça processual inicial acusatória redigida pelo Ministério Público, dirigida ao Juiz competente, que tem o objetivo de iniciar a fase judicial da responsabilização.

ce com certa celeridade. E se, neste momento, a criança ou adolescente ainda não está preparado para relatar para um terceiro a violência que sofreu?

O depoimento, por si só, já traz um desconforto. Há ainda o agravante do local onde este depoimento acontecerá e a pessoa que o realizará – o policial, figura representativa de poder e cercada de mitos, especialmente para os mais novos. A situação toma ainda maior relevância quando se trata de casos em que a violência foi cometida sem deixar marcas físicas¹⁶, pois neste caso a prova a ser produzida será o depoimento da vítima ou, embora raramente, de testemunhas. Se o depoimento ocorrer em um momento em que a criança ou adolescente ainda não se sente preparado para lidar com este ambiente policial e para falar sobre a violência sofrida, mais um ponto de sofrimento será criado.

Muitas perguntas lhe serão feitas, perguntas para as quais ela não terá condições de oferecer uma resposta. Estas perguntas, para instruir o inquérito policial, deverão buscar o detalhamento do crime investigado, e neste sentido poderão causar enorme constrangimento. E mais, além do constrangimento, gerará ainda um sentimento de angústia e culpa, pois será informado à vítima, via de regra, que ela precisará ser ouvida novamente acerca da situação, inclusive por um Juiz, e também que, caso não haja o esclarecimento satisfatório dos fatos ocorridos, o inquérito será arquivado ou a sentença será de absolvição, e o autor não será responsabilizado criminalmente. É certo que, caso a vítima não consiga relatar a violência sofrida em um primeiro momento, outras tentativas de escuta são agendadas, mas estas não são infinitas, dados os prazos legais para conclusão do inquérito policial. Aqui, o rito processual, a instrução probatória e os prazos para conclusão do inquérito policial, regulados pela legislação processual penal pátria, poderão se chocar frontalmente com o tempo da criança ou adolescente. E o resultado deste embate sempre será negativo para a vítima.

Salutar foi a mudança introduzida pela Lei 12.015/09 ao transformar os crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes em crimes de ação penal pública incondicionada. Antes desta alteração, alguns dos crimes eram considerados como de ação penal privada, e por este mo-

¹⁶ Como nos casos em que não há penetração anal ou vaginal, consistindo somente em carícias, estimulações e manipulações genitais.

tivo o responsável legal da vítima tinha o prazo de seis meses¹⁷ para dar início à responsabilização do agente violador. Este prazo decadencial favorecia a ocorrência de depoimentos de crianças e adolescentes de forma prematura em razão do prazo exíguo. Alterada a ação penal para pública incondicionada, tornou-se possível para o responsável legal aguardar o melhor momento para dar início ao processo de responsabilização, inclusive avaliando a condição da criança ou adolescente para acompanhar e participar deste processo, se for o caso. O problema é que o início pode ocorrer por ação de outros atores (por meio de *notitia criminis*) enquanto o responsável legal aguarda o melhor momento.

A fase seguinte do processo de responsabilização volta a criar mais uma possibilidade de embate. O depoimento da criança ou adolescente vítima poderá ocorrer – e normalmente ocorre – também na fase judicial. O problema aqui não é mais o depoimento em momento prematuro, mas sim, em momento tardio. Entre o início do inquérito policial até o depoimento na fase judicial do processo criminal, em geral, transcorre um longo período, que pode ser composto de anos, em média três¹⁸. Durante este período, a criança ou adolescente provavelmente passou – ou ainda passa – por acompanhamento especializado, onde tratou sobre a violência sofrida e recebeu um atendimento voltado, dentre outros objetivos, para a superação da violação e a saída do lugar de vítima.

Este acompanhamento pode ter obtido enormes progressos ou mesmo atingido seu objetivo, e a criança ou adolescente pode, inclusive, não mais querer falar sobre a violência que sofreu – porque já superou ou porque se cansou de repetir os fatos em várias instâncias. Depois de um longo período sem falar sobre o caso, a criança ou adolescente é novamente convocado a prestar informações que já foram prestadas em momento anterior. É, de certa forma, obrigado a reviver através da fala toda a situação que, no transcorrer do tempo, ela lutou para superar. Aqui, a len-

¹⁷ Conforme previsões contidas no art. 38 do Código de Processo Penal e art. 107, IV, do Código Penal.

¹⁸ Tempo médio detectado a partir da análise de casos, sem prisão em flagrante ou preventiva, acompanhados pelo antigo Serviço Sentinela do município de Belo Horizonte, hoje incorporado ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAAFI, no Centro de Referência de Assistência Social do município CREAS/BH.

tidão do Judiciário se choca com a condição atual da vítima, e coloca em risco todos os avanços conquistados. Mais uma vez, o tempo do Direito entra em descompasso com o tempo da criança e do adolescente, e mais uma vez o prejuízo recai unicamente para a vítima.

O que fazer com estes embates? O que pode ser feito para que o tempo do Direito possa ser mais adequado ao tempo da criança e do adolescente? Solução definitiva não parece existir. Entretanto, talvez dois recursos pudessem amenizar o embate entre os tempos: a flexibilização dos prazos de conclusão do inquérito, para possibilitar um tempo maior para o fortalecimento da criança ou adolescente que será ouvido no inquérito policial; e a utilização mais frequente da produção antecipada de prova¹⁹.

2. Direito à participação no processo x dever de participação

Prevê o artigo 12 da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil e incorporada ao ordenamento jurídico interno pelo Decreto Legislativo nº 28, que:

1. Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhes respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade. 2. Para esse fim, é assegurada à criança a oportunidade de ser ouvida nos processos judiciais e administrativos que lhes respeitem, seja diretamente, seja através de representante ou de organismo adequado, segundo as modalidades previstas pelas regras de processo da legislação nacional.

Fica clara, portanto, a existência de um *direito* da criança e do adolescente de participar nos processos que envolvam algum interesse seu. Mas será que se trata *sempre* de um *direito* de participar, ou este direito por vezes é apresentado como um *dever*?

Pensemos primeiro somente como um *direito*. Como um *direito*, ele poderá ser exercido ou não pelo seu titular. No caso do direito de participação nos processos, a quem cabe decidir se ele será ou não exercido?

¹⁹ Conforme art. 156 do Código de Processo Penal. Também é objeto de regulação mais específica e adequada ao público da criança e do adolescente no Projeto de Lei nº 4.126/2004 da Câmara dos Deputados, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, e Projeto de Lei nº 7.524/2006, de iniciativa da então Deputada Maria do Rosário.

O raciocínio jurídico mais puro aponta que a decisão caberia ao responsável legal, sendo a criança civilmente incapaz de exercer direitos da vida civil por si só, e sendo o adolescente relativamente incapaz de exercer direitos da vida civil sem a assistência do responsável legal. Entretanto, pode haver divergência entre a decisão do responsável e a vontade da criança ou adolescente. A controvérsia pode ser solucionada pelo Judiciário, mas as perguntas inevitáveis são: o Judiciário soluciona esse tipo de divergência? Essas controvérsias efetivamente chegam para a apreciação do Judiciário, ou efetivamente a solução é dada pela prevalência da vontade do responsável legal?

Pensando ainda como um *direito*, é importante voltar à situação do depoimento na fase policial. A convocação para o depoimento na delegacia em um momento ainda não propício para a criança ou adolescente, atropelando o tempo pessoal de elaboração da violação sofrida, é garantia ou mesmo exercício deste direito? O cumprimento dos prazos processuais para conclusão do inquérito policial, de modo a não ensejar o trancamento por meio de *habeas corpus* em razão do excesso de prazo, em confronto com o tempo da vítima, respeita este direito de participação?

Por outro lado, há os casos em que não há outras provas a serem produzidas a não ser o depoimento pessoal da vítima, em razão da violência praticada não ter deixado marcas físicas passíveis de serem analisadas por meio de prova pericial. Estas são as hipóteses que se enquadram na descrição feita por Cezar:

Tendo em vista que o abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes é – em regra – realizado às escondidas, sem qualquer testemunha presencial, e também não deixa, na maior parte dos casos, qualquer vestígio material – aquele capaz de ser apurado através de perícia médica – conclui-se que o depoimento da vítima em juízo é de extremo valor, eis que não é raro que seja a única prova possível de ser produzida. (CEZAR, 2007, p. 18).

Se o responsável legal, e até mesmo a criança ou adolescente, opta pelo não exercício do direito de participação da vítima – opção que estaria contemplada pelo texto normativo internacional citado anteriormente –, haverá apenas o relato do próprio responsável legal. Este relato é suficiente para uma eventual condenação do autor apontado? Situação mais alarmante é a apresentada por um grande número de

famílias que tentam poupar as vítimas deste depoimento. O que surge destes relatos é a informação de uma enorme pressão para que o depoimento aconteça, apesar das garantias dadas pela normativa internacional citada acima. E esta pressão é exercida de tal maneira que as famílias acabam cedendo por medo de que o processo não prossiga, não atinja uma sentença na fase judicial ou que os próprios membros da família sofram algum tipo de retaliação. Nestes casos, é mesmo possível dizer que o depoimento é tratado como um *deito*, ou assume o caráter de um *dever*?

3. Direito de participação x condições de exercício do direito de participação

Tomando o direito de participação nos processos efetivamente como um *deito* a partir da interpretação da previsão legal citada anteriormente, passamos agora a analisar as situações em que se opta pelo exercício deste direito.

Primeiramente, há que se pensar no depoimento realizado durante a instrução do inquérito policial. Ele será realizado nas dependências da delegacia que tenha atribuição para investigar deste tipo de crime²⁰, conduzido geralmente pelo Delegado responsável e um agente policial. Nem sempre as delegacias contam com estrutura adequada para o atendimento deste tipo de público; e nem sempre estes profissionais foram preparados para realizar a escuta de crianças e adolescentes. Muitas vezes têm dificuldades em fazer as perguntas de forma compatível com a capacidade de compreensão da vítima, comprometendo não apenas os dados a serem colhidos como também o próprio acolhimento da criança ou adolescente para aquele ato específico. Também não são raros os casos em que exigem da vítima uma precisão de informações que talvez não seria possível de ser obtida nem mesmo por um adulto²¹.

²⁰ As capitais, em geral, possuem Delegacias Especializadas que detêm atribuição de investigação de todos os crimes praticados contra crianças ou adolescentes.

²¹ As informações deste trecho acerca dos depoimentos realizados em delegacias foram obtidas através dos relatos de famílias atendidas pelo então Serviço Sentinela do município de Belo Horizonte, hoje incorporado ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, no Centro de Referência de Assistência Social do município – CREAS/BH.

Cenário semelhante pode ocorrer na fase judicial, quando do depoimento da criança ou adolescente perante o advogado, o autor apontado, o Promotor de Justiça e o Juiz de Direito. O primeiro problema ocorre, justamente, com a presença do autor, que com grande frequência causa medo e intimidação à vítima. Em seguida, os problemas na utilização da linguagem adequada e falta de preparo para inquirição de crianças e adolescentes se repetem com frequência, o que faz com que perguntas possam não ser compreendidas pela vítima justamente em razão da fase de desenvolvimento em que se encontra, além de transformar o momento da oitiva em algo igualmente violador. Como bem sintetiza Cezar:

A produção de tal prova, nas condições referidas, não é tarefa fácil no meio forense. A capacitação dos agentes que nele atuam – Juízes, Promotores de Justiça e Advogados – para inquirirem crianças e adolescentes traumatizados, quase sempre se mostra inexistente e insuficiente. Isso acaba por revitimizar as pessoas abusadas, o que pode nelas causar um dano psíquico secundário, o qual, em alguns casos, pode ser maior que o dano primário causado pelo abusador. (CEZAR, 2007, p. 18-19).

Este cenário violador permanece com o ambiente nada propício da sala de audiências. Prossegue Cezar:

Também os espaços físicos das salas de audiência não são projetados para deixarem crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, tranquilos, à vontade para falarem dos fatos ocorridos, das suas tristezas, sofrimentos e queixas, pois além de serem ambientes formais e frios, são projetados de maneira a criar uma subserviência entre a autoridade estatal e a testemunha. Além disso, guardam em seu interior diversas pessoas que necessitam participar daquele ato, todas elas estranhas e quase que sempre inamistosas à figura do depoente. (CEZAR, 2007, p. 19).

Há ainda a apresentação do mesmo relato mais de uma vez em vários espaços, o que causa na criança ou adolescente cansaço e desestímulo em falar mais uma vez sobre o assunto, além de reviver sentimentos de medo, vergonha, culpa e outros, gerando a revitimização. Finalmente, cabe destacar ainda a existência da garantia de proteção da criança e do adolescente contra o sofrimento durante o processo judicial, dada internacionalmente pela Resolução Ecosoc n° 2005/20²², aprovada pelas Nações Unidas.

²² Resolution 2005/20 – Guidelines on Justice in Matters involving Child Victims and Witnesses of Crime. Disponível em: <http://www.un.org/docs/ecosoc/documents/2005/resolutions/Resolution%202005-20.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2011.

OS NÓS E DESAFIOS DO DIREITO NO TRABALHO DE CASOS
DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Diante deste cenário, pergunta-se: um direito de participação exercido nestas condições, ou melhor, sem as condições mínimas necessárias, pode ser efetivamente considerado como exercido ou garantido? Um direito de participação exercido desta forma respeita a garantia contra o sofrimento durante o processo judicial, dada internacionalmente? Um depoimento composto por respostas a perguntas feitas de modo não compatível com a capacidade de compreensão e desrespeitando a fase de desenvolvimento em que se encontra aquela criança ou adolescente específico pode mesmo representar a efetivação do direito de participação e escuta? Não seria este um ato revitimizador ao invés de garantidor do exercício de um direito internacional e nacionalmente garantido?

De certo que não. Como bem assevera Cezar,

[...]a normativa processual vigente, criminal e civil, trata de forma geral a produção da prova realizada em Juízo, não criando, em momento algum, modelos diversos para inquirir crianças, adolescentes e adultos, circunstância esta que desconsidera por completo o comando presente nos artigos 227 da Constituição Federal e 4º, 5º e 6º do Estatuto da Criança e do Adolescente, os quais determinam a efetivação dos direitos referentes, entre outros, à dignidade e ao respeito, que restam desatendidos quando a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento não é observada adequada. (CEZAR, 2007, p. 65).

Há experiências em vários países de procedimentos diferenciados de oitiva²³ de crianças e adolescentes vítimas de crimes, que abrangem desde a capacitação de agentes específicos para realizar esta escuta até a implantação de salas especiais para este fim, inclusive nos Tribunais. No Brasil há a experiência iniciada no estado do Rio Grande do Sul inicialmente intitulada de “Depoimento Sem Dano”²⁴, baseada na utilização de uma sala especial anexa à sala de audiências, em que a criança ou adolescente será ouvido por um técnico do judiciário com formação em Psicologia ou Serviço Social. Da sala de audiências será possível ver tudo o que acontece nesta sala especial anexa, e as perguntas serão transmitidas pelo Juiz ao técnico por meio de ponto eletrônico. Destaca-se que a criança ou adolescente tem total ciência de todos estes pontos, e só será submetida a este depoimento diferenciado se assim o desejar. Esta experiência foi adotada em outros estados, e é objeto de

²³ Para conhecimento destas experiências mundiais, recomenda-se Santos e Golçalves (2009).

²⁴ Esta experiência é tratada minuciosamente por Cezar (2007).

dois Projetos de Lei em tramitação²⁵ no país. Atualmente, esta iniciativa não mais recebe o seu título original, sendo apenas referida como “sala especial”. O debate é intenso, e esta experiência vem sendo objeto de grandes contestações por parte dos Conselhos Federais de Psicologia e Serviço Social. Entretanto, não deixa de representar um avanço para a garantia do direito de participação nos processos e para se evitar – ou minimizar – a revitimização no ato da escuta.

4. O relato da criança ou adolescente vítima x o discurso ideal da vítima

Outro ponto que merece análise é a forma como o relato da criança ou adolescente vítima é recebido e utilizado nos diversos espaços. Sabe-se que o depoimento no âmbito policial e judicial passa por um rito próprio regulado por normas processuais rígidas, conduzido pela autoridade policial ou Juiz de Direito, que buscará por meio de perguntas sequenciais a elucidação do fato delituoso. Esta elucidação normalmente passa por questionamentos detalhados acerca das circunstâncias que permearam a prática da violência como, por exemplo, a especificação de data, hora, descrição do local e minúcias em relação à sequência de atos praticados. Não são raros os casos em que se exige do depoente informações extremamente qualificadas, especialmente quando a autoridade responsável pela condução da oitiva deseja obter um depoimento mais consistente, que possibilite o confronto de versões apresentadas para o crime através da comparação de detalhes e possíveis contradições. Sobre o assunto, afirma Cezar que:

Essa prática é duramente criticada por Volnovich (2005, p. 41) quando afirma que devemos estar atentos aos preconceitos adultomórficos, que aceitam como prova somente um discurso lógico como o do adulto, partindo da idéia de que existe uma simetria entre o adulto testemunha e a criança testemunha. (CEZAR, 2007, p. 65).

Fica claro que se para o adulto já é difícil lembrar todos os detalhes de uma cena de violência, para a criança ou adolescente esta dificuldade pode ser ainda maior, e pode gerar a desqualificação da acusação. Como bem aponta Cezar,

²⁵ Projeto de Lei nº 4.126/2004 da Câmara dos Deputados, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, e Projeto de Lei nº 7.524/2006, de iniciativa da então Deputada Maria do Rosário.

OS NÓS E DESAFIOS DO DIREITO NO TRABALHO DE CASOS
DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

[...] as normas processuais, em sendo observadas rigidamente, como de regra o são, ao exigirem da criança um discurso lógico, assim como um poderio de enfrentamento da realidade como o do adulto, colaboram indubitavelmente para que, em casos de abuso sexual, os acusados consigam desqualificar a acusação. (CEZAR, 2007, p. 65).

Surge ainda outra questão delicada, que é a da rotulagem do relato. Em razão do momento especial de desenvolvimento em que se encontra a criança ou adolescente, o seu relato geralmente receberá o rótulo de verdade absoluta, produto da imaginação fértil ou mera repetição do discurso de um terceiro, como será analisado a seguir.

A – Criança imagina: o discurso como fonte da imaginação infanto-juvenil

O relato da criança pode ser desqualificado sob o argumento de que “criança imagina coisas”. Esta desqualificação é muito comum nos casos em que o agressor possui uma reputação até então ilibada perante a sociedade e principalmente nos casos de violência sexual intrafamiliar, onde é grande a resistência para reconhecer que algum familiar próximo – especialmente o pai ou padrasto – pode efetivamente ter praticado algum ato sexual contra a criança ou adolescente sobre as quais detinha uma função de proteção e laços de afeto e confiança. Percebe-se na rotina do atendimento psicossocial que esta fala é corriqueiramente apresentada pela mãe ou madrastra, que se recusa a acreditar no relato da criança ou adolescente por medo ou até mesmo conivência. Rechaçar o relato da violência rotulando-o como algo da ordem da imaginação retira psicologicamente do adulto a obrigação moral de tomar providências como iniciar o processo de responsabilização e realizar atitudes protetivas, como retirar o agressor do lar ou se mudar com a criança ou adolescente para um local seguro, atos estes que fatalmente representam perdas materiais, financeiras e também afetivas.

O rótulo de relato imaginativo por vezes é apresentado de tal maneira que o discurso da criança ou adolescente vítima, especialmente se não é proferido exatamente da forma idealizada por cada um dos receptores deste discurso, acaba recebendo a mesma credibilidade atribuída ao discurso do louco descrito por Foucault – ou seja, não é acreditado e acaba sendo desconsiderado:

Desde os arcanos da Idade Média que o louco é aquele cujo discurso não pode transmitir-se como o dos outros: ou a sua palavra nada vale e não existe, não possuindo nem verdade nem importância, não podendo testemunhar em matéria de justiça [...] É curioso reparar que na Europa, durante séculos, a palavra do louco, ou não era ouvida, ou então, se o era, era ouvida como uma palavra verdadeira. Ou caía no nada – rejeitada de imediato logo que proferida; ou adivinhava-se nela uma razão crédula ou subtil, uma razão mais razoável do que a razão das pessoas razoáveis. De qualquer modo, excluída ou secretamente investida pela razão, em sentido estrito, ela não existia. (FOUCAULT, 1971).

O reflexo deste descrédito acontece em vários âmbitos. No atendimento psicossocial, o trabalho com a vítima e seu núcleo familiar torna-se ainda mais complexo, e dificulta o desenvolvimento das ações de proteção, promoção do núcleo familiar e superação da situação de violação de direitos. Por consequência, a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente também se torna mais difícil. No campo da responsabilização criminal do agente violador, a situação pode ser ainda pior. Sendo um abuso sexual cometido de maneira que não permita a prova pericial, toda a instrução e julgamento serão baseados nos depoimentos. Havendo a desqualificação do discurso da vítima, o resultado pode ser de duas ordens. Na primeira, a oitiva da criança ou adolescente será feita de forma superficial, pois desde o começo há indícios de que o relato é fruto da imaginação da vítima. Sendo assim, o esforço para coleta de um depoimento qualificado é enfraquecido, gerando um termo que será pouco útil para a devida instrução processual. O resultado provavelmente será o arquivamento do inquérito ou a absolvição do agressor apontado em razão da falta de provas. Outra possibilidade é a de que, diante da fala de um terceiro desqualificando o discurso da criança ou adolescente, a vítima passe por uma verdadeira sabatina em seu depoimento, onde a autoridade responsável fará um número muito maior de perguntas e buscará uma riqueza exacerbada de detalhes e testes para detectar possíveis contradições. Se estes detalhes e testes não são cumpridos de forma satisfatória – o que pode acontecer em razão da fase de desenvolvimento –, o termo de declarações poderá ficar confuso, e poderá também gerar o arquivamento do inquérito ou a absolvição do acusado, pela justificativa da inconsistência do depoimento. Em uma ou outra situação, é indubitável a ocorrência da revitimização.

B – Criança não mente

Por outro lado, o relato pode ser qualificado como verdade absoluta, sob o argumento de que “criança não mente”. Este rótulo de verdade absoluta geralmente surge nos casos em que o relato traz uma cena que carrega consigo um alto grau de horror. Contém geralmente descrições que causam enorme repulsa a quem ouve, repulsa tão forte que afasta ou minimiza eventuais questionamentos críticos acerca das informações prestadas pela criança ou adolescente. O problema deste rótulo é que ele pode culminar em sentenças condenatórias equivocadas, ou, por outro lado, em uma sentença de absolvição por falta de provas, em razão da instrução feita com questionamentos minimizados.

C – O discurso ideal da vítima

Como já dito anteriormente, parece que na rotina espera-se da vítima de violência um discurso minucioso, consistente, sem contradições, que consiga apontar claramente todo o desenvolvimento do crime praticado com riqueza de detalhes, discurso este acompanhado de um comportamento fragilizado, abalado e geralmente choroso – a este conjunto poderia ser dado o nome de “vítima ideal”. Por outro lado, sabe-se também que a criança ou adolescente vítima irá relatar os fatos que vivenciou de acordo com a fase de desenvolvimento em que se encontra, usando os termos que lhe são familiares e indicando as circunstâncias da forma que lhe é possível. Nem sempre a vítima conseguirá relatar os fatos em uma sequência cronológica perfeita, ou apontando detalhes que poderiam ser importantes. E o Direito acaba tendo uma enorme dificuldade de atuar diante destas “falhas” no discurso da vítima, destas incompatibilidades entre o que é esperado deste discurso e o que é possível de ser fornecido. É o que aponta Sanderson:

Essas imprecisões, pela falta de habilidade cognitiva para o pensamento abstrato, foram com frequência erradamente interpretadas como mentiras, e, assim, solaparam o testemunho da criança. [...] É fundamental que o testemunho das crianças não seja minado por uma falta de entendimento de sua capacidade cognitiva. [...] É chocante que isso possa ser reforçado em um sistema de justiça criminal que mina a credibilidade da criança como uma testemunha por meio de uma flagrante falta de entendimento de suas capacidades cognitivas. (SANDERSON, 2005, p. 230-231).

Entretanto, há também a possibilidade do depoimento da criança ou do adolescente ser consistente, adequado e rico em detalhes – ou

seja, próximo daquele esperado para o depoimento do adulto. O que se percebe é que quando isto acontece, ou quando a vítima relata com facilidade a violência sofrida, o sentimento que gera a quem escuta é o de descrença. Curiosamente surge este paradoxo: sempre se espera que o depoimento seja o ideal, que a vítima se comporte como a vítima ideal – adulta – e relate todos os fatos de forma completa e minuciosa; entretanto, se isso acontece com a vítima criança e adolescente, o depoimento é desacreditado, geralmente encarado como um discurso montado ou ensaiado, apontando para uma possível instrução ou mera repetição de um discurso proferido por um terceiro.

Quando, então, o discurso da criança ou adolescente vítima será recebido e analisado sem rótulos prejudiciais? Qual seria a fórmula a ser seguida para dar credibilidade ao discurso da criança, se a fórmula existente, quando aplicada, também não gera o efeito da credibilidade?

Conclusão

Crianças e adolescentes dispõem de normativas internacionais e nacionais que garantem uma série de direitos, direitos estes que deveriam ser respeitados e efetivados, primeiramente, pelo próprio sistema que opera tais normativas. A intervenção do Direito deveria zelar, primeiramente e como elemento norteador, pela efetiva proteção da criança e do adolescente vítima. Entretanto, o que se vê é que a intervenção da lei geralmente ocorre de maneira inadequada, compondo um verdadeiro paradoxo: em nome da efetivação de alguns dos direitos, outros tantos são desrespeitados. Percebe-se um tratamento inadequado e uma dificuldade de compreensão e transposição para a prática do conceito de criança e adolescente como sujeitos de direitos em uma fase especial de desenvolvimento. Tudo isso causado por dois fatores: falta de legislação nacional específica para adaptar especialmente a seara processual à possível participação da criança ou adolescente, e o despreparo ou desconhecimento dos operadores deste sistema em relação à temática e o público envolvido.

Apontar soluções específicas para cada um dos nós apontados neste trabalho demandará estudo mais aprofundado que inclua pesquisas de campo. Entretanto, é certo que todas as soluções demandarão alterações legislativas e projetos de capacitação específicos para todo o conjunto de atores do sistema de garantia de direitos.

Referências bibliográficas

CEZAR, José Antônio Daltoé. **Depoimento sem dano**: uma alternativa para inquirir crianças e adolescentes nos processos judiciais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

FOUCAULT, Michel. **L'Ordre du discours**. Tradução Edmundo Cordeiro com a ajuda para a parte inicial do António Bento. Paris: Gallimard, 1971. Disponível em: <http://www.unb.br/fe/tef/filosco/foucault/ordem.html>. Acesso em: 21 jan. 2011.

FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança**: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

KOSHIMA, Karin. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**: danos secundários. Disponível em: <http://www.caminhos.ufms.br/html/artigokarinkoshima.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2011.

SANDERSON, Christiane. **Abuso sexual em crianças**. São Paulo: M. Books, 2005.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; GONÇALVES, Itamar Batista (Coord.). **Depoimento sem medo (?)**: culturas e práticas não-revitimizantes: uma cartografia das experiências de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes. 2. ed. São Paulo: Childhood Brasil (Instituto WCF Brasil), 2009.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de direito processual penal**. 2. ed. Salvador: Podivm, 2009.

As muralhas da prisão e a vida na cidade: o dito e o feito(!)

Sandra Maria Patrício Vichiatti*

*tudo dito,
nada feito,
feito e deito*
(Paulo Leminski).

RESUMO: Este ensaio re-apresenta algumas palavras ditas e escritas sobre a ancestralidade, vida e morte do Complexo Penitenciário Professor Flamínio Fávero – o conhecido Carandiru. Acrescenta, então, mais algumas palavras para mostrar as distâncias entre o dito e o feito, desvelando assim flagrantes contradições presentes na realidade (prisional e urbana) brasileira. Analisadas sob a luz de teorias presentes no campo da Psicologia Social, estas contradições revelam alguns fatores psicossociais que condicionaram a construção, manutenção durante de cinco décadas e, finalmente, a desconstrução daquele presídio. Dentre estes fatores, discutem-se particularmente as atitudes de idealização das fronteiras que separam Cidade e Prisão, correspondentes à negação dos aspectos que as igualam. Tal procedimento contribui para criar e fortalecer imagens distorcidas, não apenas da Prisão e da Cidade, mas também dos seres humanos que as habitam, convertendo-os em vítimas ou em perpetradores de sofrimentos e violências cujas origens reais podem, assim, permanecer obscuras.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades, Prisões, Psicologia Social, Imaginário, Oralidade.

* Professora Doutora do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Contato: sandrapatricio@usp.br.

ABSTRACT: This essay re-introduces some words said and written about the ancestrality, life and death of Penitentiary Complex “Prof. Flaminio Fávero” - the notorious Carandiru. Adds, then some more words to show the distances between what is said and what is made, for thus unveiling glaring contradictions in reality (prisonal and urban) in Brazil. Analyzed in the light of current theories of social psychology, these contradictions reveal some psychosocial factors that conditioned the construction, maintenance during over five decades and, finally, the deconstruction of that prison. Among these factors, we discuss particularly the attitude of idealization of boundaries between the City and Prison, corresponding to the disavowal of the aspects that equate. This procedure contribute to create and strengthening distorted images, not just the Prison and the City, but also of the humans that inhabit, converting them into victims or perpetrators of violences and sufferings whose reals sources may thus remain obscure.

KEYWORDS: Cities, Prisons, Social Psychology, Imaginary, Orality.

O propósito deste ensaio é esclarecer, sob a luz de teorias presentes no campo da Psicologia Social, os fatores psicossociais implicados na construção, manutenção por mais de cinco décadas e, finalmente, na desconstrução da Casa de Detenção de São Paulo – o famigerado presídio *Carandiru*. Dentre suas premissas, inscreve-se a importância de escutar as *diferentes vozes* que contam sua história – único modo de compreender um *espaço* composto por oposições, que *só se explica em conjunto* (MEIHY, 2006). Uma outra, fundamental para que se possa escutar, de verdade, vozes que soam contraditórias entre si está enunciada, melhor do que eu própria poderia fazer, por Arthur Schopenhauer: “com cada pessoa com que tenhamos contato, não empreendamos uma valorização objetiva da mesma conforme valor e dignidade, não consideremos portanto a maldade da sua vontade, nem a limitação do seu entendimento, e a incorreção dos seus conceitos; porque o primeiro poderia facilmente ocasionar o ódio, e a última, desprezo; mas observemos somente seus sofrimentos, suas necessidades, seu medo, suas dores”. Estes cuidados são necessários quando o que se pretende é, em vez de escrever um bom panfleto, contribuir para que a humanidade encontre um modo de viver cujo equilíbrio não dependa da manutenção de uma quimérica oposição entre “vítimas” e “perpetradores”.

As considerações aqui apresentadas operaram-se sobre narrativas orais e escritas recolhidas durante o ano de 2002; portanto, algumas avaliações a respeito do sistema prisional paulista e brasileiro trazem as marcas daquele período. Não obstante, muito do que era dito àquela época sobre as nossas prisões, ainda hoje guarda (lamentavelmente, aliás) plena validade, posto que a realidade parece não ter se alterado muito desde então – ainda no início de 2011, a grande mídia veiculou frases constrangedoras de dois importantes representantes do poder judiciário: por exemplo, o jornalista Rogério Pagnan (Folha de São Paulo, 25 mar. 2011) informou que, durante o “I Seminário sobre Segurança Pública: uma visão do futuro”, promovido pela Faculdade de Direito da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Cezar Peluso, teria dito que algumas prisões brasileiras são comparáveis às “masmorras medievais” e que o sistema prisional atual, incontestavelmente, não apenas fracassa em ressocializar os presos como também “promove um ciclo de reprodu-

ção da criminalidade”. Na mesma matéria, o jornalista informa ainda que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, “também havia apontado o sistema prisional como um dos fatores do agravamento dos problemas de segurança no país” e que tal sistema apresentaria “situações absolutamente grotescas”. A tais evidências midiáticas podem ser acrescentadas as conclusões de diversos relatórios sobre direitos humanos no Brasil, produzidos por entidades nacionais e internacionais, como a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e a *Human Rights Watch* (além, claro, dos relatórios das inspeções nos presídios, feitas pelo Conselho Nacional de Justiça).

Para sermos sinceros, se o panorama fosse restrito às prisões, talvez bastasse “fitar e deitar” – mas o caso parece ser outro: se bem *escutadas*, estas narrativas põem em cena, em todos os seus detalhes, o espetáculo da vida contemporânea, dentro ou fora das prisões. Então, mesmo estando tudo dito, ainda é preciso dizer mais algumas palavras a respeito do Carandiru...

Nunca é demais fazer notar que a “matéria” deste ensaio são discursos: estudarei algumas declarações de funcionários e egressos que entrevistei diretamente, livros de memórias, matérias publicadas em jornais e revistas que trazem, também, declarações recolhidas pelos repórteres e, ainda, declarações inscritas no corpo de documentos oficiais¹. O leitor vai notar neste texto duas “negligências” que, desde já, devem ser justificadas: em primeiro lugar, não estão consideradas as diferenças entre as declarações orais a que tive acesso diretamente e aquelas que, já escritas, recolhi na imprensa ou nos documentos oficiais; em segundo lugar, não faço qualquer consideração das condições sócio-históricas e políticas de engendramento destes discursos – penso estar justificada pela circunstância de que, nos limites deste texto, pretendi tão somente traçar as distâncias entre o *dito* e o *feito*, não a distância entre os discursos ou entre as condições de suas enunciações (coisa que, sendo feita, também seria esclarecedora).

¹ Em 2002, a autora participou de um projeto de registro da memória da Casa de Detenção de São Paulo (Projeto *Os últimos meses do Carandiru*) que resultou na publicação do livro *Aqui dentro: páginas de uma memória: Carandiru*, organizado pela fotógrafa Maureen Bisilliat (BISILLIAT, 2003); no bojo deste projeto, realizou-se uma pesquisa sobre a história do (então chamado) Complexo Penitenciário Professor Flávio Fávero que resultou na cronologia apresentada no final do livro citado (VICHETTI; MASSOLA, 2003).

O dito e o feito: algumas notas sobre a ancestralidade, vida e morte do Carandiru...

*Oh! Se fosse pesada minha amargura, e numa balança pusessem
todos meus males...! \ *

*Mais pesados seriam que a areia dos mares;
por isso, minhas palavras deliram.*

(Jó 6, 2-3).

Era 11 de setembro de 1974; uma equipe de 12 juizes, liderada pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Márcio Martins Ferreira, apresenta ao Poder Judiciário o relatório de uma visita em correição geral feita à cadeia de Santos. Entre as conclusões do documento, a crueza de uma constatação:

A superpopulação carcerária do Estado todo, mormente em Santos e na Capital, atingiu tal ponto de saturação que se tornou ridícula hoje a pugna por uma recuperação do criminoso, individual ou socialmente falando, pois o que antes parecia difícil e duvidoso, agora se apresenta impossível, em virtude da precariedade de todo o sistema carcerário. Não se trata mais, realmente, de recuperação dentro de estabelecimentos carcerários do Estado, salvo poucas e honrosas exceções; trata-se, sim, na verdade, de uma questão de mera sobrevivência aos costumes da cadeia, que tudo permitem, da liderança do preso de pena mais longa à violência sexual, com uma selvageria e desumanidade inigüaláveis; duros costumes que tudo permitem... (SOUZA, 1983).

Nesta mesma data, a Casa de Detenção alcançava sua maioria, mas nenhum jornal tratou de lembrar seus 18 anos. Mesmo assim, inadvertidamente, o *Notícias Populares* trouxe-lhe um presente: em matéria de capa, publicou a fotografia de um bonito rapaz – *ex-manequim do Clodovil*, informava – preso no dia anterior, acusado de tráfico de entorpecentes... em sua chegada ao Carandiru, dois dias depois, este rapaz estranharia que os prisioneiros, em vez das clássicas listras horizontais das histórias em quadrinhos, vestissem calças azuis e camisas floridas. Cláudia, travesti presa no pavilhão 2, sucinta, logo tratou de instruir o rapaz sobre aquela singular região do mundo onde ele habitaria pelos próximos três meses: -- *o prato da casa*, ensinou, dando uma palmada no próprio traseiro; Júlio, o rapaz, custou um pouco a compreender... breve, porém, saberia que os homens vestidos alegremente já o aguardavam, desde quando viram sua foto no jornal; mais

que isto, já negociavam entre si a primazia de tê-lo confinado em suas próprias celas, à mercê de seus apetites.

Amadurecida precocemente pelo abandono, aos 18 anos a Casa de Detenção já estava podre. Neste mesmo ano, teve que responder à primeira grande acusação de sua história: a sindicância instaurada a partir da carta-denúncia de um preso, consignada ao Processo 10.993/74. Em verdade, nada de que a acusavam era novo – os desmandos, a corrupção, as atrocidades faziam parte do cotidiano do Carandiru desde sua meninice – apenas que agora haviam resolvido exigir-lhe responsabilidade. Mais alguns anos e, antes que chegasse aos 30, começariam a exigir sua morte.

Entretanto, em 11 de setembro de 1956, seu nascimento fora saudado sem alarde, mas com boas esperanças: acreditava-se, então, que a nova Casa de Detenção, instalada no terreno da Penitenciária do Estado, no Carandiru, representava o fim das condições abjetas, de promiscuidade e violência, a que se encontravam submetidos os prisioneiros da antiga Casa de Detenção, na Avenida Tiradentes.

Desesperador traço das instituições este de herdarem, como os humanos que as criamos à nossa própria imagem e semelhança, os lamentos e os ritos de seus ancestrais – e a Casa de Detenção de São Paulo brotara de estirpe nefasta: em 10 de março de 1837, a Assembleia Legislativa Provincial autorizara a construção da Casa da Correção, inaugurada incompleta em 7 de maio de 1852, ao lado do Jardim Público. Em 2 de julho de 1875, através da Lei Provincial n.º 2, foi convertida em prisão simples e depois, com o advento da república, recebeu a denominação de *Presídio Tiradentes*. Em 1904, um concurso público patrocinado pelo governo do Estado de São Paulo selecionou o projeto do engenheiro Samuel das Neves para a construção da Penitenciária do Estado, a ser instalada no bairro do Carandiru. O arquiteto Ramos de Azevedo foi designado responsável pela realização das obras, concluídas em 1919. Em 21 de abril de 1920, inaugurava-se a Penitenciária do Estado, trazendo a promessa de desafogar a antiga Casa da Correção – agora oficialmente chamada de *Cadeia Pública de São Paulo*, mas conhecida do povo como *A Porta do Inferno da Avenida Tiradentes*. Somente 18 anos depois, o decreto estadual 9.789, assinado por Ademar de Barros em 5 de dezembro de 1938, extinguiu a Cadeia Pública e criou a Casa de Detenção de São Paulo – que, contudo, seguiu funcionando

na mesma edificação. Diga-se de passagem, o mesmo gesto patético será repetido em 2001, através do Decreto 45.702, que extinguiu a Casa de Detenção Prof. Flamínio Fávero – nome com o qual a Casa de Detenção de São Paulo instalada no Carandiru, descendente por assim dizer da Porta do Inferno da Avenida Tiradentes, havia sido rebatizada em 1982 – e criou o “Complexo Penitenciário Prof. Flamínio Fávero” – *que, contudo, seguiu funcionando na mesma edificação!* Curioso traço da humanidade este, de entretermo-nos com palavras enquanto o tempo passa e nosso sangue se esvai...

Desde a criação oficial da Casa de Detenção de São Paulo, em 1938, passaram-se mais 18 anos até que a “Nova Casa de Detenção” fosse inaugurada no Carandiru, em 1956. Mesmo assim, São Paulo não podia, ainda, prescindir das vagas oferecidas pelo *Inferno da Tiradentes* e aquele presídio continuou funcionando: em 31 de dezembro de 1964, segundo relatório oficial do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (BRASIL, 1966), São Paulo dispunha de duas Casas de Detenção: uma, com sede à Avenida Cruzeiro do Sul, 2630 – Bairro de Santana, com capacidade para 2.000 presos, e outra com sede à Avenida Tiradentes, 441 – Bairro de Santa Ifigênia, com capacidade para 2.000 presos. Note-se, porém, que em 28 de fevereiro de 1964, o *juiz-corregedor permanente dos presídios, Valentim Alves da Silva*, havia declarado ao jornal *Folha de São Paulo* que aquele presídio seria demolido *dentro de um mês*. A reportagem publicava um breve histórico da edificação, e recordava o problema da superlotação deste presídio, que

chegou a comportar, em condições verdadeiramente desumanas, mais de 2 mil presos. Detentos chegaram a dormir até nos sanitários; outros nos batentes das janelas; outros ainda acorados ou mesmo de pé, perto das grades. Para poder dormir, os presos eram até amarrados, num espetáculo dos mais deprimentes. (FOLHA DE SÃO PAULO, 28 fev. 1964).

Na ocasião, quando os presos vinham sendo paulatinamente transferidos para a “nova” Casa de Detenção, ainda encontravam-se ali *cerca de 380 homens, havendo por isso, relativa disponibilidade de espaço* – o grifo é meu e expressa assombro, faltante ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores em dezembro daquele ano, quando afirma que o lugar teria capacidade para 2.000 presos! Ao que consta, aquele estabelecimento – que, diga-se de passagem, já fora um mercado de escravos –

tinha capacidade para abrigar, se pretendidas condições verdadeiramente humanas, no máximo 200 homens... Ora, diabos! Melhor deixar os ditos e voltar aos feitos...

Fato é que, em 16 de agosto daquele mesmo ano, eclodiu violenta rebelião na “nova” Casa de Detenção. Como a demolição da “velha” Casa de Detenção não havia, de fato, ocorrido em março (conforme anunciara o juiz-corregedor em fevereiro), e como era preciso, agora, aliviar a superlotação da “nova” e encontrar lugar para abrigar sua ala feminina, houve-se por bem reformar a “velha” mesmo, aquela que em 28 de fevereiro “não oferecia as mínimas condições exigíveis pela moderna técnica penitenciária” mas que agora, em 20 de agosto, exigiria apenas *30 dias de trabalho* para ficar *em condições de receber* detentos e detentas... ora, diabos, novamente!

Finalmente, em 1972, a “velha” Casa de Detenção de São Paulo acabou demolida – embora ainda hoje se possa ver na Avenida Tiradentes o sesquicentenário *Portal do Inferno* preservado como monumento histórico. Preservaram o portal, mas retiraram dele a inscrição que lembraria ao transeunte algo do que ali se passou; preservaram o portal, mas poucos anos depois, a poucos metros dali, demoliram por engano a primeira usina elétrica de São Paulo! Não se tratando, então, de puro apreço pela memória, tratar-se-ia de um *sintoma* de que São Paulo não poderia passar sem um *portal do inferno*?

O dito e o não feito: algumas notas sobre o fracasso do nosso sistema prisional...

*Não interrogastes os viandantes e ignorais os fatos que contam? Dizem que
O ímpio é poupado no dia da desventura e no
dia da ira se acha feliz.
Quem, diante dele, lhe reprova a conduta?
Quem lhe retribuirá o mal que fez?
Quando levado para o cemitério, guardam-lhe o sepulcro.
Leves lhe são os torrões do vale: arrasta o mundo todo atrás de si
e diante dele desfila inumerável multidão.
(Jó 21, 29-33).*

As obras da Casa de Detenção do Carandiru iniciaram-se em 1945, em terreno pertencente à Penitenciária do Estado. Ali, cada um a seu tempo, também viriam alojar-se a Penitenciária Feminina, o Centro de

Observações Criminológicas, o Hospital Central Penitenciário e a Escola Penitenciária. Os dois primeiros pavilhões – um deles reservado à administração – ficaram prontos apenas em 1956. Os jornais de setembro deste ano retratam uma São Paulo alarmada com a criminalidade. Falam da insuficiência do contingente e do aparato policial, da ousadia dos ladrões e dos traficantes de entorpecentes, do abandono da juventude pobre e da reação armamentista da população paulistana, obrigada a tentar defender-se por si mesma. O Diário *Última Hora* do dia 11 nada diz sobre a inauguração da Nova Casa de Detenção; em vez disso, dá destaque ao processo seletivo para a contratação de centenas de novos homens para a Força Pública. O *Estado* limita-se a uma reduzida nota. O *Jornal da Tarde* de 12 de setembro de 1956, porém, fazia-se discreto porta-voz das boas expectativas suscitadas pela Casa de Detenção recém-inaugurada, que neste segundo dia de funcionamento já recebera 100 dos 500 presos que poderia abrigar em seu pavilhão 2: *reduzir a superlotação da Casa de Detenção da Av. Tiradentes, onde vivem 1200 presos, em condições de promiscuidade e insalubridade, quando sua capacidade é para 250*. Nas palavras inaugurais de seu primeiro diretor, Fernando José Fernandes, o Carandiru constituía-se “um marco avançado na história das construções penais do Brasil”...

O professor Flamínio Fávero esteve presente na solenidade de inauguração. Era já veterano no *espinhoso e ingrato mister de cuidar da reeducação dos infratores da Lei Penal*, como ele próprio diria tempos depois, referindo-se ao trabalho do penitenciário. Catedrático de Medicina Legal, fora o primeiro titular do cargo de diretor-geral do Departamento de Presídios, criado em 1942, acumulando então o cargo de diretor da Penitenciária do Estado. Era, também, membro do Conselho Penitenciário do Estado desde sua criação em 27 de março de 1941, pelo Decreto 11.899 – função que seguiu cumprindo ainda por cerca de duas décadas. Pessoa que dedicou uma vida inteira e seus melhores esforços *em prol dos transviados da lei*, este professor acreditava que *o homem tem o instinto da sociabilidade nele impresso por Deus*, e por isto exortava a que tudo se fizesse, dentro e fora dos presídios, *para que esse instinto se aprimore em normas honestas e construtivas*. Em 20 de outubro de 1982, através da Lei nº 3556, a Casa de Detenção de São Paulo seria batizada com seu nome; descontada a boa intenção de homenagear Flamínio Fávero, quase chegou a ser uma heresia esta lembrança – menos de um ano depois, descoroçadas

as autoridades quanto à possibilidade de sanar os males que a empestavam, surgiria o primeiro plano para sua desativação.

Duas semanas depois da inauguração dos primeiros pavilhões, o *Última Hora* fala pela primeira vez sobre a nova Casa de Detenção em reportagem na página 11: *transportavam no tamanco o entorpecente, etc.*, contando como um prisioneiro pretendia fazer entrar maconha na cadeia. Prosseguiram as obras de construção, e em janeiro de 1960 foi inaugurado o pavilhão 8, com capacidade para 680 detentos. Em julho de 1961 inaugura-se o pavilhão 9, com mais 536 vagas. Em outubro de 1962, inaugura-se o pavilhão 5, totalizando 2.200 vagas.

Em 16 de agosto de 1964, como já foi dito, o caos instalou-se no pavilhão 2: como ensandecidos, os prisioneiros arrebentaram as portas gradeadas que isolavam o último andar e violentaram várias mulheres – nesta época, as mulheres ocupavam o quinto andar do pavilhão 2. Os resultados desta rebelião, para além dos mortos e feridos, desdobraram-se no tempo: as mulheres foram definitivamente afastadas da Casa de Detenção; as celas do pavilhão 2 foram *ajeitadas*, de maneira a ampliar sua área útil: derrubavam-se algumas paredes divisórias, transformando pequenas celas *individuais* (para 4 presos) em celas *coletivas*, que poderiam abrigar alguns mais – jeito perigoso, realizado sem qualquer critério de engenharia. O pavilhão bem poderia ter ruído, mas resistiu. Fato é que esta *reestruturação*², criteriosa ou não, mostrou-se providencial nos anos seguintes: em 1976 o pavilhão 2, construído para receber 500 presos, já abrigava 1.004. Não era, porém, o pavilhão mais superlotado: a Casa de Detenção, então com capacidade para abrigar 2.200 presos, já contava com 6.244! E estes números ainda haveriam de crescer, a despeito da eloquente argumentação de Renato Laércio Talli, na época o juiz corregedor dos presídios, em carta dirigida à Corregedoria Geral da Justiça em 17 de

² Não podendo esclarecer o sentido da palavra *reestruturação* neste contexto, resta-me assinalar as obscuridades que a cercam: em 2002, no *site* oficial da Secretaria de Administração Penitenciária (www.admpenitenciaria.sp.gov.br), sob o título “O fim do inferno”, o governador de São Paulo apresentava as etapas previstas para a completa desativação do Carandiru; um quadro informava: “Construída há 45 anos para 3.250 vagas. Reestruturada para 6.300 vagas. População atual: 7.200 presos.”. Jamais encontrei qualquer informação de outra reestruturação além da ocorrida em 1964. Em 2002, entrevistei Esmael Martins da Silva, diretor do Museu Penitenciário Paulista, que narrou o modo como foi dado “um jeitinho brasileiro” para conseguir a ampliação das vagas do pavilhão 2 naquela ocasião; é possível que, à medida que os demais pavilhões foram sendo inaugurados e superlotados, tenha-se recorrido novamente ao mesmo método...

agosto de 1976³, na qual sugeria, como medida provisória e acauteladora, a *fixação do efetivo da Casa de Detenção em SEIS MIL (6.000) detentos*. Hoje, traz inevitável dissabor pensar que em outubro de 1992, quando a notícia da morte de 111 presos chocou o mundo, mais de 7.000 homens habitavam a Casa de Detenção – amargurante traçado este, do labirinto onde a humanidade se encerra e onde presente e passado volta e meia se misturam, ensombrecendo as promessas do futuro...

Em maio de 1974, inaugura-se o pavilhão 6, inicialmente destinado à laborterapia. Em 1978 inauguram-se os pavilhões 4 e 7, ampliando a capacidade da casa para 3.250 presos. Em 1990, a construtora Construban-Sergen inicia as obras de uma nova casa de detenção, no terreno ao fundo, cujos esqueletos inacabados serão demolidos em 2002, depois de R.\$ 14 milhões terem sido consumidos. Ainda em 2002 serão implodidos os pavilhões 6, 8 e 9 do Carandiru, após a transferência dos presos para presídios construídos no interior do estado; em 2005, implodem-se os pavilhões 2 e 5. De tudo, hoje restam os pavilhões 4 e 7, transformados em centros culturais. O pavilhão 3, também projetado, jamais foi construído...

Dito e feito! O inevitável fracasso do Carandiru...

*Não é, acaso, uma luta a vida do homem sobre a terra?
E como os dias do mercenário não são, talvez, os seus dias?
Como o escravo que suspira pela sombra
E como o operário que espera o seu salário,
Assim eu partilhei meses de desilusão, e destinadas me foram noites penosas.*
(Jó 7, 1-3).

Pode ser útil, antes de enveredar em mais considerações sobre a vida e a morte da Casa de Detenção do Carandiru, oferecer dela uma descrição muito sucinta e objetiva – física, mesmo: constituía-se de um conjunto de prédios cercado por uma muralha, vigiada por guardas armados, que se abria em um grande portão na Avenida Cruzeiro do Sul; durante a maior parte do tempo de seu funcionamento, este lugar abrigava entre 7.000 e *mais de* 9.000 homens presos.

³ A carta encontra-se publicada na íntegra, no livro "A prisão" (SOUZA, 1977).

Em 1997, o Presidente do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional declarou à imprensa que “em cada plantão, trabalham 175 agentes distribuídos nos sete pavilhões. Nos pavilhões 7, 8 e 9, os mais lotados e perigosos, cada funcionário tem de vigiar, em média, 350 detentos.” (DIÁRIO POPULAR, 18 maio 1997, Caderno Já). Em 2002, entrevistei Alfonso, um dos psicólogos da Casa de Detenção – funcionário antigo, único remanescente dentre os primeiros profissionais contratados para a composição da Comissão Técnica de Classificação, prevista pela Lei de Execuções Penais de 1984. Alfonso contou-me que, num período de superlotação crítica quando o número de presos ultrapassava os 9.000 e, por isto mesmo, aumentava o absentéismo, adquiriu a *mania* de contar, a cada plantão, o número de funcionários presentes – lembra de um dia em que 60 funcionários compareceram para a guarda de mais de 9.000 homens! Claro que se pode duvidar da memória de Alfonso ou da exatidão de seus cálculos, ou pode-se preferir tomar como mais próximo do real os números oferecidos pelo presidente do sindicato – 175 funcionários; em todo caso, a desproporção será sempre assombrosa e é evidente que esse pequeno contingente de funcionários, mesmo somados aos guardas armados nas guaritas da muralha, não impediriam a saída da massa de milhares de homens, se eles assim o decidissem. Alfonso considerava que isto jamais aconteceu somente porque os prisioneiros *não falavam a mesma língua*⁴; a grande massa carcerária vivia dividida por miríades de pequenos interesses, desconfianças, fidelidades e rivalidades...

É inevitável a comparação com a sociedade brasileira não encarcerada: também *aqui fora* estamos todos mui conscientes de que, se uníssemos nossas forças individuais, poderíamos mudar os rumos da história de nossa nação... mas mudar em que sentido? O que se pode querer ou esperar? Para o prisioneiro do Carandiru, talvez a pergunta pudesse ser resumida em “o que fazer depois de alcançar a Avenida Cruzeiro do Sul?”. Se prosseguirmos neste pensamento, veremos que restaria ao hipotético fugitivo voltar para sua casa, ou para a casa de alguém conhecido – logo, de igual estrato social. Em seguida, deveria procurar meios para seu sustento, recursos para satisfazer suas necessidades e

⁴ A expressão é comum, e pude ouvi-la partindo de diferentes pessoas.

desejos, proteção contra seus medos, lenitivos para suas dores, enfim, deveria seguir vivendo *aqui fora*...

Desde sempre soubemos que a absoluta maioria daqueles homens, antes de chegar à Casa de Detenção, conheceu quase tão somente humilhação, miséria, subordinação, adversidades e frustrações na vida; mesmo assim continua sendo um fato difícil de enxergar, especialmente para a elite intelectual, que as condições de vida no Carandiru não eram muito diferentes das condições de vida em qualquer bairro pobre de São Paulo – olhando bem, o que haveria de melhor para o nosso fugitivo, *aqui fora*? – em outras palavras, é preciso suportar ver que aqueles homens já estavam habituados a viver, desde sempre, num *inferno* e, de qualquer modo, era assim que viveriam ao sair dali⁵. Claro que, a despeito de tudo, dignidade e liberdade, vocábulos tão caros às vanguardas ricas e cultas, continuam sendo ideais desejados por todos; mas, para a maioria dos brasileiros, presos ou não, expressam algo de cuja realidade jamais sentiram o sabor... compreensivelmente, seu poder de sedução não resulta forte o bastante para mobilizar ações que possam prejudicar satisfações mais imediatas, momentaneamente garantidas pela adaptação ao esquema de convivência estabelecido, seja naquela prisão, seja na sociedade não encarcerada.

Outro fato sobejamente sabido é que o regime econômico interno ao Carandiru assemelhava-se muito ao vigente no seu exterior: ainda na década de 60, havia-se instituído a propriedade privada das celas, mediante gastos efetuados pelo prisioneiro com sua conservação e melhoria; mais de trinta anos depois, falava-se em casos de “donos de cela” que, mesmo depois de libertados, continuavam recebendo o dinheiro do aluguel em seu domicílio *aqui fora*, pago pelos parentes do “inquilino”. Os patronatos, atividades industriais que exploravam a farta e pouco dispendiosa mão de obra disponível no lugar, também funcionaram desde longa data; na década de 70, seus administradores eram conhecidos como “capitalistas” e desta mesma época data uma grave denúncia

⁵ Se a afirmação parecer duvidosa, vide uma das conclusões da pesquisa “Dinâmica social, qualidade ambiental e espaços intra-urbanos em São Paulo: uma análise sócioespacial”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pesquisas em Políticas Públicas da FAPESP, sob a coordenação de Aldaíza de Oliveira Spozati (publicada em matéria na Revista Pesquisa FAPESP, n. 83, jan. 2003, p. 14-20): “Atualmente, dos mais de 10 milhões de habitantes da (cidade de São Paulo), em torno de 8,9 milhões vivem abaixo de um padrão desejável de vida.”.

sobre escusas sociedades entre presos e funcionários, no gerenciamento destes negócios⁶. Assim também sempre houve o comércio de artigos necessários – alimentos, drogas, informações e serviços – com certa licença à mordacidade, pode-se até falar em “importação” de artigos de luxo: em 1974, por exemplo, entravam embutidos em peças de carne de boi desde anéis até champanhe⁷; em 1996, celulares e roupas de grife⁸. Para sustentar tão intensa atividade econômica, instituíram-se moedas, taxas e casas de câmbio – na década de 70, os cigarros *Kent*, da Companhia Souza Cruz chegou a estabelecer-se como valor-padrão nas transações; conseqüentemente, tornou-se a marca mais “trocada” pela moeda oficial do Brasil no bar defronte ao presídio...

A estrutura social interna também alcançou grande complexidade e estabilidade: embora algumas designações possam ter-se alterado ao longo dos anos, de longa data havia pelo menos três *classes sociais* nítidas (*magnata*, *classe média* e *povaréu* ou *ralé*), diversas posições diferenciadas por graus de poder e prestígio social (por exemplo: *piranha*, *piolho*, *laranja*, *chuí*, etc.) e papéis sociais claramente definidos (*juiz de cela*, *faxina*, *abutre*, *advogado de cadeia*, etc.). Nota-se, também, relativa estabilidade na “geopolítica” dos pavilhões: o pavilhão dois, conhecido na década de 70 como *Casa da Banha* e *Hotel Jaraguá*, conservava ainda nos últimos tempos um caráter privilegiado – uma espécie de “bairro nobre”, enquanto o cinco sempre foi um pavilhão para a *ralé*. Não faltavam os ritos de interação (“proceder”) e um código de direito (“lei do cão”) bastante complexos e perenes, bem como a transmissão da memória coletiva sobre os episódios e personagens legendários, símbolos compartilhados e um rico sistema de comunicações, inclusive com o exterior⁹. Notavelmente, naquele lugar onde se manteve reunido durante quase cinco décadas alguns milhares de homens, sedimentou-se uma rede de relações e um modo de vida que reproduzia, numa peculiar escala interna, os valores e significados culturais externos e, conseqüentemente, a estratificação social existente fora.

⁶ Processo 10.993/74.

⁷ Conforme o relato de Júlio, o rapaz preso por porte de drogas em setembro de 1974.

⁸ Ver, como exemplo, a série de matérias publicadas pelo jornal Folha de São Paulo, no dia 16 de maio de 1996.

⁹ A descrição das relações sociais cotidianas no interior do Carandiru encontra-se detalhadas nos livros de Percival de Souza (1977, 1983), Drauzio Varella (1999) e Jocenir (2001).

Ao primeiro olhar, pode parecer que as relações sociais instituídas no Carandiru não diferiam de qualquer outro cárcere, ou pelo menos de qualquer outro cárcere paulista; de fato, algumas normas de preeminência, algumas regras de conduta, direitos e obrigações são válidas para quaisquer deles, mas basta lembrar das dimensões citadinas do Carandiru para notar que, lá dentro, o *status* de um indivíduo resultava em possibilidades de ação diferentes de qualquer outro presídio. A propriedade das celas, por exemplo, não poderia ser sustentada num lugar menor; da mesma forma, as bancas de comércio de gêneros alimentícios, roupas e outros artigos ou o ofício de “recortador”. Afinal, uma coletividade de 7.000 pessoas, cada qual com suas habilidades, recursos, interesses e necessidades, chega a constituir um verdadeiro “mercado” – e dada a impossibilidade de vigilância e controle, nada poderia impedir o vicejar da atividade econômica e até certa independência na produção de bens – uma anedótica comprovação disto é a destilação da “maria louca”. Se é verdade que as organizações criminosas como o PCC surgiram dentro do Carandiru – e renovada a licença para a mordacidade –, não seria despropositado dizer que a cidade-presídio soube bem articular sua vocação, recursos humanos especializados e facilidades disponíveis, para desenvolver uma estratégia apropriada para o intercâmbio comercial com mercados externos, estratégia que, inclusive, influenciou iniciativas semelhantes em todo o território nacional...

O dito e o feito(): mesmo fatigados, será preciso espantar-se com o fracasso do Carandiru...

*Se exclamo: “Esquecerei meu pranto, quero deixar meu ar triste e sorrir!”
estou aterrado com os meus sofrimentos,
sei que não me tens por inocente, serei tido por culpado;
para que, então, me fatigar em vão?
(Jó 9, 27-29).*

Há uma característica compartilhada pelas mais diferentes narrativas sobre a Casa de Detenção de São Paulo: um estilo crônico, talvez como resultado da dificuldade de compreender aquele lugar – na impossibilidade de uma síntese compreensiva, suas histórias só puderam ser contadas como fragmentos. Há, também, alguns lugares-comuns: a metáfora do inferno, as referências à inflexibilidade do código moral vigente lá

dentro, o reconhecimento de certo grau de solidariedade entre os presos, a demarcação de uma rígida fronteira entre o *dentro* e o *fora* do presídio e, coisa intrigante, a maioria dessas narrativas¹⁰, senão todas elas, deixa a sensação como que de um sopro de admiração pelo modo de vida peculiar àquela prisão, contrastando com certo ar de acusação à nossa sociedade... De outra parte, há um pequeno artigo de Manuel da Costa Pinto (1998), comentando o destino do Quartel da Luz, do Hospício do Juqueri e da Penitenciária do Estado, todos construídos pelo arquiteto Ramos de Azevedo, baseado num modelo europeu utópico de urbanização modernista. Embora a Casa de Detenção do Carandiru seja cerca de meio século mais nova que a Penitenciária do Estado, o autor parece não pretender discriminá-las; em sua interpretação, essas edificações são como “um emblema sombrio das metamorfoses sofridas pelas instituições disciplinares européias no contato com o imaginário antropofágico do Brasil” – a tese, em suma, é que o brasileiro, portador de uma identidade negativa, *macunaímica*, estaria sempre compelido a refletir e imitar um modelo civilizatório europeu pautado na racionalidade e disciplina, mas também a fazer fracassar esse modelo, ridicularizando-o em grotescas distorções, embora ao preço de tristeza e dor perpétuas.

Aqui, parece valer a máxima: *nem tanto ao mar, nem tanto à terra...* se a narrativa repetida e repetitiva dos detalhes cotidianos do Carandiru é insuficiente para compreender seus elementos condicionantes, uma interpretação demasiado ampla produz uma impressão de fatalismo inexorável, obnubilando mais que revelando as razões de seu destino. Aventuro-me, então, a sustentar o pensamento sobre alguns dos grandes e pequenos acontecimentos que compõem a história daquela instituição, na tentativa de delimitar algumas questões que, creio, podem orientar a busca pela compreensão dos motivos pelos quais logrou manter-se durante tanto tempo, a despeito de condições aparentemente insustentáveis e denunciadas como tal reiteradas vezes, bem como dos motivos mais profundos de sua dissolução. Dada a complexidade do

¹⁰ Alguns livros ilustrativos do que aqui é afirmado: de Percival de Souza, *A prisão* (1977), que versa unicamente sobre o Carandiru, e ainda *O prisioneiro da grade de ferro* (1983), que fala também de outros presídios; de Drauzio Varella, *Estação Carandiru* (1999); de 'Luizão' Wolfmann, *Portal do inferno... mas há esperança* (2000); de Hosmary Ramos, *Pavilhão 9: paixão e morte no Carandiru* (2001); de Jocenir, *Diário de um detento: o livro* (2001).

caso, mesmo a modesta tarefa de delimitar questões pertinentes já resulta difícil, mas, embora reconheça a insuficiência desse pequeno texto para dar cabo final dela, a necessidade de seu enfrentamento justifica a empreitada: parece-me absoluta, ainda, a incompreensão sobre a vida e a morte daquele lugar e, enquanto isso perdurar, não podemos sequer pretender evitar sua eterna reencarnação, alhures¹¹...

Desta história participaram milhões de seres humanos: presidiários, carcereiros, funcionários, policiais, pesquisadores, juristas, governantes, repórteres, os familiares, amigos e conhecidos de todas estas pessoas, os leitores e telespectadores de jornais no Brasil e no exterior... Fica, assim, assinalada como primeira questão: de que maneira todos e cada um destes grupos¹² pode ter conseguido assimilar esta história, no processo de construção de suas identidades? Claro que isto é assunto que exigiria muito mais atenção do que lhe pode ser dada aqui; contudo, pode-se antever traços de compromisso com a mentira, o engodo, a desvalorização do outro, a violência, a irresponsabilidade, a sabotagem, o fracasso, o delírio, a descrença.

Seria preciso analisar, até mais detidamente do que posso fazer aqui, uma coisa curiosa que transparece dos relatos sobre a vida no Carandiru: a óbvia reprodução interna do sistema social vigente, apontada acima, era mesmo de se esperar¹³; o curioso é que, sendo esperado e tão óbvio, tão pouco disto se fale; em vez disso, frequentemente se ouviu dizer, de ambos os lados da muralha, que *dentro* tudo era “estranho”, quando não “contrário”, em relação ao existente *fora*¹⁴. Evidentemente, trata-se de algo da ordem da *negatividade*...

¹¹ Em julho de 2005 foram implodidos os pavilhões 2 e 5 da Casa de Detenção de São Paulo, enquanto mantinha-se em andamento projetos culturais e esportivos planejados para ocupar aquele espaço; desde antes disso, já frequentava os noticiários o presídio de Hortolândia, na região de Campinas, alcunhado “Carandiru Caipira” e, como está dito acima, ainda em 2011 a situação do nosso sistema prisional não se alterou.

¹² Faço questão de sublinhar: *todos e cada um destes grupos*; a meu ver, trata-se de uma das razões para o absurdo de toda a história do Carandiru o fato de que, nas crises, sempre se recorreu à culpabilização de um dos grupos envolvidos: ora os presos, ora os funcionários, ora a polícia... É preciso admitir que nenhuma pessoa ou grupo que tenha presenciado esta história pode ter deixado de refletir e reverberar seus efeitos.

¹³ “A instituição é, em primeiro lugar, uma formação da sociedade e da cultura; segue-lhes a lógica própria.” (KAËS, 1989).

¹⁴ No livro *Estação Carandiru*, do médico Drauzio Varella (1999), encontra-se um trecho (p. 53-54) que serve bem para ilustrar esta demarcação da fronteira entre o *dentro* e o *fora* do

Pode ser proveitoso, nesse ponto, seguir a senda aberta por René Kaës¹⁵, quando discrimina três modalidades do negativo:

uma negatividade de *obrigação* que corresponde à necessidade da psique de produzir o negativo a fim de efetuar seu trabalho de ligação; uma negatividade *relativa*, que situa o negativo em relação a um possível; uma negatividade *radical*, que coincide com a categoria [...] daquilo que *não é* no espaço psíquico. (KAËS, 2002, grifos do autor).

Na argumentação do autor, estas formas do negativo estariam relacionadas com certas especificidades do vínculo intersubjetivo, particularmente com as alianças inconscientes às quais a negatividade oferece sustentação, desde a vida psíquica do indivíduo singular; em contrapartida, o estabelecimento das alianças inconscientes entre os membros de um grupo operaria modificações intrapsíquicas de tal ordem que resultariam num modo de pensar próprio do grupo, caracterizado *negativamente* pela sinergia de duas modalidades recalque: a) o *recalque comum* de porções da realidade intrapsíquica que, sendo realizado conjuntamente por todos os membros do grupo, promove a identificação de cada indivíduo com o princípio fundador do grupo, convertido, então, no ideal partilhado por todos os seus membros – trata-se, até aqui, da concepção freudiana sobre a *psicologia do grupo*; e b) o *recalque compartilhado* que, embora recaindo sobre porções singulares da realidade intrapsíquica de cada indivíduo, vem a contribuir para a ligação grupal porque, referindo-se ao fantasma comum, garante a construção de uma identificação cruzada entre os diferentes elementos do grupo.

presídio – e basta uma leve malícia para reconhecer na passagem também aquele sopro de admiração pelo modo de vida peculiar àquela prisão, contrastando com certo ar de acusação à nossa sociedade, já mencionado: “No plano Collor, no auge do congelamento, Xanto, um ladrão [...] fez a seguinte análise: - Isso jamais teria se sucedido entre nós. Já imaginou, uma mocinha chegar aqui e anunciar que a grana nossa, ganhada na luta, tinha congelado? Já era, doutor, não sobrava nem o pensamento na mente dela.”. Outro exemplo encontra-se à página 107 do livro de Jocenir (2001), ex-detento, comentando sua estadia no Carandiru: “Passei a entender que o que se conhece no mundo dos homens livres por dignidade, moral, bons costumes, deve ser deixado do lado de fora. Na prisão há um outro universo...”.

¹⁵ Sou grata à professora Maria Inês Assumpção Fernandes, do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP, que me apresentou o trajeto que sigo neste ensaio, por entre as ideias de René Kaës. Tais ideias encontram-se desenvolvidas pelo autor especialmente nos artigos: *Realidade psíquica e sofrimento nas instituições* (1989); *A negatividade: problemática geral* (2002); *O intermediário na abordagem psicanalítica da cultura* (2003) e *Une conception psychanalytique de l'institution* (1999).

De outra parte, Kaës assinala que a negatividade de obrigação sustenta a formação do pacto denegativo, mediante a defesa frente a tudo quanto poderia invalidar os valores fundadores do grupo, garantindo assim a organização do vínculo grupal. Neste sentido, a função do pacto denegativo é complementar ao contrato narcísico – este fundamentado na negatividade relativa, capaz de sustentar, simultaneamente, os projetos individuais e os coletivos, mediante a identificação do indivíduo com os princípios fundadores do grupo. Quanto à negatividade radical, tratando-se de tudo quanto escapa à simbolização, engendraria positivamente as formas de interação – talvez fosse melhor dizer *participação sincrética* – que transbordam todo o pensar consciente, das quais a atuação da violência oferece o índice mais claro.

Noutro momento, discutindo as dificuldades da construção identitária grupal nas sociedades industriais e pós-industriais, o mesmo autor oferece elementos para ampliar a compreensão do papel fundamental do negativo como sustentáculo do grupo. Antes de mais, evidencia-se do seu texto a admissão de que a construção da identidade se faz mediante dois processos concorrentes: o primeiro, calcado sobre as alianças inconscientes estabelecidas no interior do grupo, promove a emergência de suas representações definidoras – os mitos, crenças e interditos que garantem sua continuidade; o segundo refere-se às relações de alteridade que apresentam ao grupo as representações que dele são feitas, desde o seu exterior, instando-o a se posicionar frente a estas representações. Partindo desta constatação, Kaës assinala em seguida que, quando as representações identitárias mostram-se inconsistentes – em razão da fragilidade do contrato narcísico, que por sua vez encontra sua causa numa fraqueza do mito fundador do grupo – torna-se necessário para o grupo, na intenção de manter-se coeso, promover uma desvalorização do outro e, complementarmente, empreender um esforço de afirmação do próprio grupo mediante um fechamento ao exterior e uma busca de proteção nas relações internas.

Adotando o quadro conceitual proposto pelo autor podemos ver que, na demarcação empedernida de uma fronteira entre o *dentro* e o *fora* do Carandiru, realizada em conjunto por ambos os grupos (interno e externo ao presídio), estaríamos tratando de uma negatividade de obrigação, entendida como

aquilo que é do domínio da necessidade, para o aparelho psíquico, de efetuar as operações de rejeição (reject), de negação, de recusa (déní), de desmentido (désaveu), de renúncia e de apagamento, a fim de preservar um interesse maior da organização psíquica, do próprio sujeito ou dos sujeitos aos quais ele está ligado em um conjunto por um interesse maior. (KAËS, 2002).

Deve-se supor, portanto, a existência de um pacto denegativo cuja manutenção certamente exige expressivo dispêndio de energia de ambos os grupos, posto haverem tão evidentes semelhanças entre os dois lados da fronteira que ele vem demarcar. Evidencia-se, aqui, a primeira pergunta a fazer: qual o interesse, para os membros de ambos os grupos, em manter estas operações? Neste ponto, cumpre explicitar minha hipótese: parece-me que este pacto denegativo servia de reparo (*remendo*) às inconsistências das identidades construídas *dentro* e *fora* do Carandiru – a pergunta passa a ser: que inconsistências são estas? Vejamos até onde esta hipótese pode levar...

Fitar e deitar ou dizer e fazer: eis a questão...

*Lá os malvados cessam os tumultos, lá repousam os exaustos.
Os prisioneiros também estão tranqüilos, sem ouvir a voz do carcereiro.
Ali estão o pequeno e o grande, e o escravo, livre do seu patrão!*
(Jó 3, 17-19).

Geralmente, em nossa sociedade, para que um presídio qualquer fosse mantido, seria preciso sustentar a seguinte afirmação, de ambos os lados: *dentro* vivem aqueles que descumpriram o Código Penal, para que sejam reeducados e venham a se tornar cidadãos honestos e trabalhadores; *fora*, vivem os cidadãos de bem, cumpridores da lei. No caso do Carandiru, por razões históricas como se viu, desde os seus primeiros anos de funcionamento aquela afirmação geral alterou-se para: *dentro* vivem, em miséria e abandono, *em condições verdadeiramente desumanas*, aqueles que descumpriram o Código Penal Brasileiro; *fora*, vivem os cidadãos de bem, cumpridores da lei – que descumpridores da lei vivam *fora*, em miséria e abandono e outros, igualmente criminosos, vivam na riqueza e sejam até prestigiados *dentro* ou *fora* da muralha; enquanto outros ainda, trabalhadores honestos e cumpridores da lei vivam *fora*, mas igualmente na miséria, enquanto outros, igualmente

cumpridores da lei, trabalhadores ou ociosos, vivam *fora* e na riqueza – tudo isto precisa ser negado!

A identidade dos presidiários e a dos funcionários (os guardas, sejam policiais militares, sejam seguranças contratados por empresas terceirizadas, podem ser incluídos neste grupo) resultam particularmente insuficientes nestas condições, exigindo meticolosos cuidados para sua manutenção, desde adotar cores diferentes para as calças até as hostilidades e desvalorização mútua – processo que era preciso reforçar constantemente, uma vez que sempre subsistia a ameaça da indiferenciação básica entre os grupos que, inobstante, deviam manter-se diferenciados; naturalmente, este mesmo processo acaba por contribuir para uma inconsistência ainda maior das representações identitárias, como fica ilustrado nos casos de abuso de autoridade, convertendo o funcionário num *descumpridor da lei*. Mas, não importando quão difícil – em verdade, poder-se-ia dizer *impossível* – possa revelar-se o trabalho de sustentar a diferença entre os dois grupos, esta diferença precisa ser sustentada por razões pragmáticas: os *carcereiros* não podem libertar os *malandros* e, para que não o façam, não podem reconhecer a inexistência de razão para não o fazerem – caso contrário, ensandeceriam; de sua parte, a *malandragem* não pode reconhecer que não haja, de fato, razão para seu encarceramento – pois neste caso também não lhe restaria alternativa senão libertar-se ou ensandecer – exceto, talvez, a morte. De fato, os suicídios eram frequentes entre os presos, como são frequentes entre os policiais militares... é que a morte, passagem para o inferno, converte-se no último refúgio para aqueles que, como Jó, não podem compreender as razões de seus sofrimentos.

Revela-se, assim, que o pacto denegativo apontado cumpria a tarefa de subtrair à consciência de ambos os grupos (*dentro e fora*) o que havia de paradoxal nas representações recíprocas sobre suas respectivas identidades. Através de um chiste, que aliás é bastante comum entre funcionários de presídios, “Luizão” Wolfmann dá voz às ambiguidades dessas representações: “[...] inúmeras vezes eu dizia a eles que malandro era eu que usufruía da liberdade e entrava e saía da cadeia sem pedir ordem pra ninguém.” (WOLFMANN, 2000, p. 191).

Desgraçadamente, como bem o ilustra a história daquele lugar – mas também a vida humana nas cidades ocidentais ou ocidentalizadas do nosso mundo contemporâneo – nem sempre as incongruências se dei-

xam ouvir apenas por meio de ditos chistosos: vivemos tempos difíceis. Os intelectuais, cada um conforme seu campo de atuação, falam em crises: ética, civilizatória, urbana, energética, ecológica, socioambiental; em uníssono, todos alertam a humanidade sobre a urgência de transformações profundas no nosso modo de ser, viver e conviver. Incontáveis esforços têm sido feitos para promover estas mudanças; em todos os lugares, áreas e esferas de atuação, muitas pessoas trabalham incessantemente para encontrar maneiras de recuperar e manter condições mais favoráveis e sustentáveis para a vida no planeta e para o bem-estar das comunidades humanas. Os resultados desses bem intencionados esforços, por vezes, anunciam-se como alimento para a esperança num futuro melhor; todavia, constata-se o agravamento, dia a dia, de problemas pessoais, políticos, sociais e ambientais já há muito conhecidos. Tudo se passa como na inquietante imagem do *moinho que mói tão devagar, que as pessoas podem morrer de fome antes de ele poder fornecer sua farinha*, lembrada por Freud em sua famosa correspondência com Einstein em 1932, sobre *os porquês* das guerras.

Em conclusão, penso que, após fitar as imagens correntes das muralhas das prisões e das muralhas da cidade, não se pode deitar – temos que tentar apressar o moinho! Resta-nos tentar esclarecer o papel crucial exercido pelo imaginário nos fenômenos psicossociais que configuram e sustentam (logo, também podem transformar) os modos humanos de ser, viver e conviver e encontrar modos mais responsáveis e benevolentes de administrar as fronteiras (da cidade, da prisão e do “self”) – negá-las ou idealizá-las (que vêm a ser atitudes equivalentes) apenas fortalece seu teratogênico poder, de engendrar, dentro e fora, vítimas e perpetradores – monstros, onde só haviam homens. húmus, pó...

Referências bibliográficas

- BISILLIAT, Maureen (Org.). **Aqui dentro**: páginas de uma memória: Carandiru. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
- JOCENIR. **Diário de um detento**: o livro. São Paulo: Labortexto, 2001.
- KAËS, René. O intermediário na abordagem psicanalítica da cultura. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 15-33, 2003.

_____. **A negatividade**: problemática geral. São Paulo: mimeo, 2002.

_____. Une conception psychanalytique de l'institution. **Revue de psychothérapie psychanalytique de groupe**, Paris, n. 32, p. 9-22, 1999. Group et institution.

_____; et al. **A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1989.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História**, São Paulo, n. 155, p. 191-203, jul./dez. 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política do Conselho Nacional de Estatística – IBGE. **Estabelecimentos Penais existentes no país, até 31 de dezembro de 1964**, Brasília, DF, Departamento de Imprensa Nacional, 1966.

PINTO, Manoel da Costa. O espelho tropical. **Cidade**: Revista do Departamento do Patrimônio Histórico, São Paulo, ano V, n. 5, p. 108-111, 1998.

RAMOS, Hosmany. **Pavilhão 9**: paixão e morte no Carandiru. São Paulo: Geração, 2001.

SOUZA, Percival de. **O prisioneiro da grade de ferro**. São Paulo: Traço, 1983.

_____. **A prisão**: histórias dos homens que vivem no maior presídio do mundo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

SPOZATI, Aldaíza de Oliveira. Dinâmica social, qualidade ambiental e espaços intra-urbanos em São Paulo: uma análise sócioespacial. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 83, p. 14-20, jan. 2003.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VICHIETTI, Sandra Maria Patrício; MASSOLA, Gustavo Martineli. Complexo Penitenciário Flamínio Fávero: uma cronologia, In: BISILLIAT, Maureen (Org.). **Aqui dentro**: páginas de uma memória: Carandiru. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

WOLFMANN, 'Luizão'. **Portal do inferno... mas há esperança**. São Paulo: WVC, 2000.





Provocações





Aportes teóricos à História Oral: os conceitos de “perpetrador” e “vítima”

Gustavo Esteves Lopes*

RESUMO: O presente ensaio se propõe a desenvolver um estudo sobre os termos “perpetrador” e “vítima” para considerá-los enquanto conceitos, fundamentados a partir de estudos em história do tempo presente e história oral. Para tanto, o autor utilizou de argumentos emanados de sua própria experiência relacionada ao assunto: uma pesquisa em história oral sobre a atuação de um grupo paramilitar durante os primeiros anos do regime civil-militar brasileiro (1964-85), o Comando de Caça aos Comunistas.

PALAVRAS-CHAVE: História Oral, História do tempo presente, Perpetrador e vítima, Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

ABSTRACT: This present article sets out to study on the vocabulary the terms “perpetrator” and “victim” to consider them as concepts, founded by areas of knowledge such present times’ history and oral history. At this sense, the author argued upon his own experience related to this subject: a research in oral history on the action of a paramilitary group named Comando de Caça aos Comunistas (Hunting Commando to Communists), during the first years of brazilian civil-military regime (1964-85).

KEYWORDS: Oral History, Present times’ History, Perpetrator and victim, Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

* Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-LEI-USP). E-mail: gustavoesteves@hotmail.com.

Faz-se necessário desenvolver um debate acerca dos termos *perpetrador* e *vítima*, para compreendê-los na condição de conceitos, uma vez que são frequentemente empregados em publicações acadêmicas de toda sorte. O entendimento dos termos é amplo. Correspondente vernáculo do latim *perpetrator/oris*, o qual se constitui dos elementos mórficos *per-* (de orig. latina, por meio de, em nome de), *-pater/-patris/-perpetr-* (orig. grega e latina, na qualidade de pai ou autoridade, que leva a cabo, desfecha, conclui) e *dor/tor* (suf. para *agente*), o termo “perpetrador” se vale para designar o empreendedor de ações, práticas ou efeitos de caráter reprovável, intolerante, violento, criminoso; também se refere ao responsável por ações arbitrárias, judiciais ou oficiosas; e ao indivíduo canhestro, incapaz de realizar algo com plenitude e habilidade. A partir da composição do elemento mórfico *victima/æ* (de orig. latina, animal que está para ser imolado), infere-se, para seu emprego moderno, que *vítima* corresponde à pessoa ferida, violentada, torturada, assassinada ou executada por outra; ou, por exemplo, em termos jurídicos, pessoa contra quem se comete qualquer crime ou contravenção (HOUAISS, 2009).

Quando se faz referência a um perpetrador, considera-se este, grosso modo, um algoz, um facínora: bandido, esturador, assassino, torturador, terrorista, genocida, etc. Vítima seria, pois, um indivíduo, coletivo ou grupo social sujeito às ações, opressões, arbitrariedades de um perpetrador. Ou seja, se há perpetradores, em quaisquer contextos, sempre haverá vítimas. Em diversas áreas do conhecimento, o emprego dos termos perpetrador e vítima, ou seus correspondentes sinônimos, desde há muito, está disseminado em resenhas, teses, ensaios, prosas e versos literários. É muito importante, contudo, o critério de uso dos termos por parte de pesquisadores em torno de temas relacionados à violência, à intolerância, e demais correlatas. Nisto reside a complexidade em empregá-los como ferramentas conceituais em investigações acadêmicas.

Não há facilidade alguma em reunir bandidos, torturadores, terroristas, genocidas etc. em uma mesma definição, pois para cada ação reprovável e/ou criminosa existe uma punição devida, e determinada pelo conjunto de uma dada sociedade, organizada (por exemplo, no modelo político e jurídico ocidental) sob um Estado democrático de direito. Em suma, um torturador é um perpetrador, ao passo que um violentador/

agressor de mulheres também o é (independentemente de sua intenção, ideologia ou crença). Para cada um, entretanto, haverá seu respectivo julgamento. À medida que mais contravenções ou crimes semelhantes a estes acima elencados perpetradores cometerem, em tese, mais severas serão suas sentenças.

Em uma sociedade historicamente arbitrária e autoritária como a brasileira – em que a *espada*, a *chibata* e o *porrete* sempre se fizeram mais presentes do que a *balança* para a manutenção ou correção da ordem institucional –, as leis constitucionais, infraconstitucionais e complementares existentes, desde a promulgação da democrática Carta de 1988, sempre foram criticadas devido a uma suposta brandura penal para com criminosos políticos e comuns – críticas estas, recorrentemente, partidas de cidadãos doutos e não doutos, grosso modo, alinhados ideologicamente com tudo que o regime civil-militar brasileiro (1964-85) representava e ainda representa. Pode-se dizer que a revisão ou ampliação do aparato legal para a humanização do direito penal no Brasil está completamente fora de cogitação neste presente momento. E, se algo está popularmente sendo discutido do ponto de vista jurídico relacionado ao assunto, é, em contrapartida, a legitimação de ações ostensivas do Estado, preparado para matar em resposta, por exemplo, aos crimes hediondos que vêm se tornando as principais manchetes estampadas nos meios de comunicação de massa. Mais grave que o fortalecimento legitimado do braço armado do Estado, é a preferência popular por *justiçamentos* ou retaliações que aconteçam ou existam informalmente, seja às claras ou às escuras, como a tortura e sevícia de presidiários, chacina de familiares e conhecidos de suspeitos de crimes hediondos, e outras crueldades mais contra supostos perpetradores. Fatalmente, em meio a esta parcela da população ignara, brasileira ou de qualquer outro lugar, por muito pouco, vítimas se tornam potenciais perpetradores, e vice-versa.

O emprego dos termos “perpetrador” e “vítima” tornou-se muito pertinente nos últimos vinte ou trinta anos, pois diversos estudos que denunciavam o autoritarismo, crimes políticos e desrespeito aos direitos humanos praticados em regimes de governo constitucionais ou de exceção, ao redor do mundo, nestes encontraram os modos de designar estes agentes da violência e da intolerância, em todos os níveis de temeridade e brutalidade possíveis, bem como as pessoas ou grupos direta-

mente prejudicados por suas ações. O não emprego dos termos não significa, porém, que o pesquisador/investigador esteja desatualizado quanto à sua importância conceitual na atualidade. Dentre os temas em evidência na atualidade, citam-se: perpetradores e vítimas de vícios em jogos, drogas e álcool; violência doméstica e familiar, contra mulheres, crianças e adolescentes; pedofilia; *bullying*; tráfico de pessoas, armas e drogas por organizações criminosas; casos de sequestros e de cárcere privado; conflitos armados de caráter étnico, religioso, urbanos e rurais; tortura, chacinas, terrorismo e genocídios etc..

Ao longo da história do tempo presente, as plurívocas versões de acontecimentos e desdobramentos marcados pela presença de perpetradores e vítimas se estabelecem como tentativas de (re)construções da memória coletiva e de (res)sentimentos sociais, econômicos, étnicos, religiosos, culturais; sejam estes de relevância para indivíduos, famílias, grupos sociais ou *comunidades de destino*; sejam para instituições públicas e privadas; para nações, governos e Estados-nação. Há um volume muito grande de publicações que tratam de temas traumáticos, preocupados, por exemplo, em narrar histórias de vítimas de opressão, intolerância e violência disseminadas por “perpetradores” atuantes sob os fascismos italiano, português e espanhol, e o nacional-socialismo pangermânico; os regimes de exceção civis-militares caribenhos e latino-americanos, africanos subsaarianos e austrais; as ditaduras do proletariado soviética, cubana, maoísta e do sudeste asiático; os estados teocráticos muçulmanos, todos em convulsão política e social desde suas instaurações; as *guerras ao terror* empreendidas e financiadas pelo governo dos EUA, sobretudo, após os atentados de 11 de setembro de 2001. Estas conjunturas acima elencadas são apenas alguns dos infindáveis panos de fundo para se narrar histórias de perpetradores e de vítimas, ao longo dos séculos XX e XXI.

Deve-se também salientar que o campo de estudos da história do tempo presente não mais somente comporta narrativas de vencedores e vencidos. Em ambos os lados de um conflito sempre se encontram mortos e feridos, órfãos e desaparecidos: compreender o passado por meio desta outra dualidade, ou oposição – perpetradores e vítimas –, pode tornar mais complexo o que se relata em termos de causa e efeito, ação e reação – principalmente a das chamadas histórias de *establishments*, institucionais, oficiais. As memórias individuais e

coletivas fiadas ou narradas pela evidência de traumas, ressentimentos, vitimizações; falseamentos ou (re)construções de acontecimentos, pessoais ou coletivos, tomados como motivações para o registro de relatos que serão socialmente entendidos como documentos, podem em muito servir enquanto fonte de compreensão e discernimento para historiadores e intelectuais de outras áreas do conhecimento, na escrita de outras histórias que não tábulas rasas do passado. Romper com o silêncio e as diversas formas de silenciamento, reavivar as memórias individuais e coletivas, encarar os traumas para demonstrar que a vida continua – apesar de tudo –, escrever ao avesso, pelo outro lado: eis os desafios dos estudos em história do tempo presente, e mais especificamente os estudos em história oral, quando deparados com questões relacionadas à existência de perpetradores e de suas respectivas vítimas que precisam ser ouvidos ou terem a palavra.

Historiadores do tempo presente e oralistas – cientes da importância de se revelar memórias subterrâneas, porque caladas, oprimidas pelo senso comum, envergonhadas por motivos que, talvez, jamais serão revelados – podem se por definitivamente ao seguinte desafio: encorajar não somente vítimas, mas também perpetradores e a si mesmos na composição de relatos de histórias de vida que contribuam para trazer à luz “passados sombrios”. Vive-se o momento de esclarecer aquilo que está confuso; de pôr em dúvida o que já é consenso; registrar a memória que não pode ser esquecida; documentar a história que aparentemente está perdida; mais precisamente, como oralistas, há que se praticar o quanto mais a disciplina como ação social, em busca do reconhecimento de identidades, sejam estas de origens étnicas, políticas, socioeconômicas, culturais e, excepcionalmente, traumáticas (MEIHY, 2005a; MEIHY e HOLANDA, 2007).

Há quase duas décadas, pesquisadores do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO) vêm se preocupando com esta intrínseca e patente relação entre perpetradores e vítimas, de modo que, cada vez mais, o desafio está no sentido de encarar os perpetradores, porque são identificados a seres muitas vezes asquerosos, desvalidos em termos de pureza ou sanidade moral e, portanto, excluídos do processo de composição dos discursos históricos, propriamente ditos.

São muitas as experiências intelectuais pelas quais pesquisadores do NEHO passaram ou vem passando ao longo destes últimos vinte anos,

de modo que cada uma destas pôde oferecer sua parcela de contribuição, inclusive em termos de atualização teórica, para uma história oral mais engajada e politicamente comprometida – condição primaz no lidar com temas desta natureza dolorosa, chocante, desesperadora. Citam-se: relatos de republicanos e fascistas partícipes da Guerra Civil Espanhola, e de suas crianças sobreviventes no exílio (VIEIRA, 2001); judeus sobreviventes da Segunda Guerra Mundial (NOVINSKY, 2001); militantes *nazifascistas* arregimentados por partidos brasileiros e alemães, bem como sobreviventes de campos de concentração construídos sob o mando de Vargas, durante o Estado Novo (DIETRICH, 2007a); experiências de guerrilheiros, militares e paramilitares, durante regime civil-militar de 1964-85 (SANTOS, 1998); policiais militares brasileiros, surpreendentemente, postos na situação de manifestantes em reivindicação de seus direitos trabalhistas, sem que com isto ferissem os direitos do Estado democrático e da restante da população, há pouco mais de 10 anos (ALMEIDA, 2010). Muitos destes trabalhos foram, anos atrás, debatidos pelo presente autor deste ensaio (LOPES, 2007b), além de contribuir para o debate com a dissertação de mestrado intitulada: “Ensaio de Terrorismo: História Oral da Atuação do Comando de Caça aos Comunistas” (LOPES, 2007a). Ainda assim, há um artigo de Ana Maria Dietrich (2007b) que inaugura a discussão sobre “perpetradores” nesta revista acadêmica.

Em *Ensaio de terrorismo*, o presente autor apresentou a história de uma organização de extrema-direita, paramilitar, conhecida como Comando de Caça aos Comunistas (CCC), atuante entre os momentos de preparação do golpe civil-militar, em 31 de março de 1964, e o fechamento total do regime de exceção, quando da edição do AI-5, a 13 de dezembro de 1968. Não somente carente de documentações tradicionais sobre o assunto, com exceção das publicações de livros de memória de vítimas e testemunhas de época, de publicações dos meios de comunicação de massa, e de um conjunto limitadíssimo de *papeladas burocráticas* provenientes de secretarias de segurança pública, decidiu-se pela busca direta de testemunhas, vítimas e dos próprios ex-membros do CCC. Não havia se passado mais do que 35 anos, entre o momento de trabalho de campo, quando da pesquisa em arquivos e realização de entrevistas, entre 2000 e 2003, e os próprios anos de perpetração dos atos violentos de maior notoriedade, ocorridos em São Paulo, capital,

entre julho e outubro de 1968 – como a destruição do Teatro Galpão (hoje Ruth Escobar), quando de uma encenação da peça *Boda Viva*, de Chico Buarque de Holanda; e dos também lamentáveis acontecimentos da Rua Maria Antonia, com a morte de um estudante secundarista, o incêndio e conseguinte fechamento e transferência da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (FFCL), atual Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, para a Cidade Universitária. Pôde-se, então, buscar um número razoável de *colaboradores* (pessoas entrevistadas), contabilizando o total de 12 relatos orais *transcritos* (transcrições *decupadas*, textualizadas e autorizadas para devolução pública por parte dos colaboradores).

Comprometimento e coragem, à época, confundiam-se dentre as várias atitudes levadas a cabo em meio àquela prática de história oral, uma vez que o presente autor jamais tinha se confrontado com cidadãos que tomaram parte em intimidações, sequestros, torturas ou assassinatos; e tampouco com vítimas destas formas de perpetração. Desnudado daquele estereótipo de entrevistadores que precisam urgentemente de *fatos inéditos, revelações bombásticas e momentos de emoção pura* – como à espera de lágrimas escorridas das faces destes perpetradores, ex-membros do CCC, bem como de suas vítimas –, o presente autor se apresentou a estes, bem como a todos os outros colaboradores, como mediador entre a oralidade e o texto escrito, entre aquilo retido na memória individual e coletiva de cada colaborador e o público no aguardo de histórias a serem registradas para o tempo presente e para a posteridade.

Procedimento assumido em quase todas as entrevistas: encontrar-se com o *colaborador* quantas vezes fosse possível, até o momento em que chegasse a hora da entrevista ser registrada em gravador de áudio. Participação vocal do presente autor durante a entrevista registrada em áudio: informação de data, hora local e nome do colaborador, e em esparsos estímulos à continuidade do *colaborador* em sua tentativa de monólogo. Procedimentos de *transcrição*: supressão simples de vícios de linguagem, e reordenação do texto com o objetivo de elaborar uma narrativa de melhor fluidez, sob o crivo do colaborador.

Eis que segue abaixo narrativas que tecem dois dos muitos lados de uma *mesma* história: Cassio Scatena, membro fundador do CCC, advo-

gado formado bacharel em Direito pela USP, em 1964; Elaine Farias Veloso Hirata, vítima do CCC, em 1968, estudante de História da antiga FFCL, atualmente professora do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Ambos foram *colaboradores* da pesquisa desenvolvida pelo presente autor, e em cada respectivo relato foram apresentadas várias das facetas possíveis de um “perpetrador” e de uma “vítima”. Percebeu-se em Cassio Scatena, reações como: contradizer-se recorrentemente; narrar algo em *off*, que não pode ser dito com o gravador de áudio ligado; minimizar acontecimentos trágicos e se eximir de outros comprometedores; assumir autoria e presença em alguns fatos que lhe dá orgulho dentre outros tantos sumariamente renegados; apontar com merecimento ou desmerecimento vítimas ou adversários. Em Elaine Hirata: precisão em detalhar o momento no qual fora vítima da ação perpetrada pelo CCC; por vezes, constrangimento em rememorar a impossibilidade de reagir (inclusive, legalmente) à tal violência; sentimento de impunidade; impressão de sobrevivência deste espírito intolerante, violento, agressor em movimentos conservadores presentes na atualidade.

No sentido de confrontar a complexidade narrativa entre colaboradores provenientes de *colônias* distintas de uma mesma *comunidade de destino* (no caso, a atuação do CCC), vale apresentar um excerto do relato de Elaine Hirata.

Em 1968, eu morava no CRUSP, Conjunto Residencial da USP. Durante a primeira quinzena de dezembro aconteceram episódios que todas as pessoas que viveram esta experiência acreditaram em um produto da ação do Comando de Caça aos Comunistas, o CCC. Dois episódios foram muito marcantes em minha vida, neste período. O primeiro deles foi por volta do dia 8, ou 10 de dezembro – eu não lembro exatamente. Aconteceu na Avenida Prof. Mello Moraes, a da Raia Olímpica, em frente aos blocos A e B do CRUSP. Eu morava no bloco A, apartamento 411, e à noite ou no início da madrugada, vimos da janela uma espécie de caravana, uma quantidade muito grande de automóveis estacionados com os faróis ligados; alguns tocavam buzina, numa atitude que se configurava agressiva e de intimidação. Esse episódio terminou dessa forma – que, de certa maneira, gerou uma série de boatos no sentido de que outras ações seriam promovidas. Isso deixou os moradores em estado de alerta e preocupados com o que viria depois. Passados alguns dias – eu não lembro se foi uma semana, ou dez dias –, aconteceu o segundo episódio, extremamente grave, na minha avaliação e na de todos. Mas

antes seria interessante detalhar um fato que esclarece melhor o episódio subsequente.

Neste apartamento moravam três pessoas, e havia um acordo entre nós, no sentido de que a luz do corredor do apartamento ficaria acesa até que a última pessoa chegasse. Era o que tinha acontecido naquela noite: apenas uma das moradoras já estava no apartamento, e a única luz, a do corredor, ficou acesa. Ao voltar mais tarde para o apartamento, deitei-me e de repente ouvi um barulho muito forte, que na hora não identifiquei como um tiro, absolutamente não identifiquei. Foi o que me levou a correr para janela, para ver o que tinha acontecido. Depois percebi que a respectiva janela correspondia exatamente à lâmpada acesa, que fora alvejada por dois tiros que – se não me engano – atravessaram a esquadria; trespassaram o quarto; estilhaçaram parte do guarda-roupa de madeira; e foram parar no bloco de trás, o bloco C.

Isso gerou toda uma situação de muita preocupação, por que não só eu como todas as pessoas que depois foram ao apartamento ver o que tinha acontecido, ficaram convencidas de que os tiros foram intencionalmente disparados na direção de onde se imaginava que existia alguém. Pois acertaram exatamente a janela que correspondia à área iluminada do apartamento. Na ocasião, o que se imaginou é que realmente fosse um atentado do CCC. O comentário geral era esse. Algumas avaliações, do que poderia ser a intenção desse atentado, eram no sentido de que isso gerasse uma reação por parte dos moradores do CRUSP que justificaria uma posterior invasão. Imaginávamos que tanto a polícia quanto o CCC tivessem a avaliação de que no CRUSP havia realmente um arsenal bélico, e que as pessoas estavam prontas para um confronto. Seria um motivo para justificar uma invasão do Conjunto Residencial.

Dois ou três dias depois desse episódio, o CRUSP foi invadido pela polícia. De certa maneira, confirmou-se a impressão que tínhamos. Foi uma ação preparatória de intimidação – e posteriormente, o CRUSP invadido. E quando houve a invasão policial e militar no CRUSP, esta foi absolutamente desproporcional ao que efetivamente existia em termos de ação política no CRUSP: tanques de guerra, metralhadoras apontadas para os prédios, cachorros treinados, polícias a cavalo, realmente configurando a perspectiva de que se imaginava que lá fosse um núcleo de reação ao governo.

Com relação à ação do CCC são esses dois episódios que presenciei, avaliados não só por mim como por outras pessoas: uma ação integrada aos policiais. Havia um processo de intimidação que culminou depois com a ação oficial. A polícia, oficialmente, invadiu; tirou os moradores; levou-os para a prisão. Alguns estudantes ficaram presos, alguns soltos.

De toda forma, na nossa avaliação, na minha avaliação também, o CCC se constituía em uma das formas de atuação extrainstitucional – mas extremamente vinculada à ação dos órgãos de repressão.

[...] Um estudo com o objetivo de analisar as raízes dessas formações paramilitares é importante, não só pelo conhecimento em si da época histórica, mas inclusive, no sentido de ter condições de diagnosticar situações semelhantes que possam ocorrer mais tarde. Existe um sentido latente de reação a mudanças, que pode aflorar em momentos nos quais essas pessoas se sentem ameaçadas de uma forma ou de outra. Vemos hoje em dia, por exemplo, as reações que suscitam a existência de movimentos como o MST. Quer dizer, à medida que essas pessoas se sentem ameaçadas e que a ação da polícia não corresponde àquilo que elas imaginam que deva ser, articulam-se. É importante conhecer as raízes, os sentimentos que estão por trás dessa articulação, para inclusive, no momento atual, a gente perceber isso em outras reações que possam surgir. Acho que se conhece muito pouco sobre esses movimentos reacionários. E realmente, isso daí se configurou como uma “queima de arquivo”. O esforço em recuperar essas informações é fundamental para entendermos a atuação da polícia e desses grupos paramilitares que agiram e tiveram papel importante naquela época. (LOPES, 2007a, p. 164-166).

Eis uma breve passagem, que pode caracterizar a mentalidade e conduta de quem foi um apoiador ativo do regime civil-militar brasileiro, à época, como jovem advogado, de porte físico avantajado, de origem familiar liberal-burguesa, formado pela Faculdade de Direito da USP, com razoável influência ou *livre trânsito* em meios repressivos, policiais e acadêmicos:

Há muita lenda sobre o CCC, inclusive esta envolvendo o CRUSP. Esta foi uma “bebedeira”, que antes da ocupação efetuada pelo Exército, o pessoal foi no CRUSP, lá no “morrinho”, e deu uns tiros com fuzil M-1. Pegou em um apartamento, e acharam que era um atentado. Mas não eram elementos do CCC, eram bêbados. E outra coisa que se comenta muito – e disto participei, embora eu estivesse fora do CCC – é o seqüestro do João Parizi. Era um rapaz do Direito-Mackenzie, forte. Diziam que era ligado ao CCC. E o Parizi foi seqüestrado no CRUSP, ficou preso lá. Fui chamado, houve reunião com várias pessoas, de vários grupos anticomunistas. Fomos na casa do parente dele, reunimo-nos e falamos: “Vamos seqüestrar algumas pessoas do CRUSP, para trocá-lo.” Não havia uma organização militar. Paramos o carro, pegamos cinco estudantes de Física. Eles ficaram presos com a gente, entramos em contato

com José Dirceu, que era presidente da UEE, e falamos: “Soltem o Parizi.”, e ele foi solto. Soltamos os cinco, e nem lembro do nome deles. Lembro que havia um de bigodinho, e que caiu a lente de contato dele. Peguei a lente, tratei-o bem. Foram muito bem tratados, comeram em talheres de prata nessa casa. Foi uma coisa muito bonita. Não pus máscara nem nada, porque eu sabia que não ia dar em nada – um iria soltar o outro. Foi a minha única ação junto com esse pessoal tido como o CCC, que eram grupos de direita, anticomunistas.

Este tempo passou, tivemos a invasão do CRUSP; a polícia invadiu; houve o Ato Institucional nº5, e o CCC perdeu a razão de ser. Acabou, não se ouviu falar mais. Ouviam falar de atos do CCC ocorridos no Nordeste, mas isso nunca existiu. Participei de algumas reuniões, dava minhas opiniões, era muito bem ouvido. Era tido como um “guru” político deles, e sempre condenava estes ataques. A coisa que me revoltou muito foi uma reunião, em que fui convocado para o “Ruth Escobar”, pouco antes do AI-5. Não aceitei que se quebrasse um teatro. Até minhas palavras textuais na época eram: “Vocês vão bater em viado, mulher e artista, isso não se faz. Isso é uma tremenda covardia, e isso eu não aceito. Então, vão brigar com os comunistas na escola, que eu até aceito. Porra-da, nada de tiro. Não aceito isso!” Não participei, e até fui muito criticado por causa disso. Acabou-se... Não me envolvi em brigas, grandes lutas armadas, porque o CCC era apenas um grupo restrito. E querer dar ao CCC uma conotação de que foi um movimento paramilitar, é um pouco de fanfarronice de seus próprios membros, ou da própria esquerda que criou uma figura financiada pela CIA. Isso é uma mentira, uma bobagem. Não tem razão de ser... Eu nunca tive medo de nada. Não tenho medo de nada até hoje. E a maioria desse pessoal de direita não tinha medo de nada. Vamos usar um termo certo: quem era mais “cagão” era o pessoal de esquerda. Uma vez, em uma briga, eu e o João Marcos Flaquer líder maior do CCCI, enfrentamos sozinhos um pessoal da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, e ninguém veio em cima. Se viessem, iriam apanhar. O que quero dizer é que não tenho medo de nada, e se algum crime houve, já prescreveu. É que todo mundo tem medo de falar. (LOPES, 2007a, p. 107-108).

Os tons vitais dos respectivos relatos são cabalmente distintos entre si. Pode-se dizer que, confrontados, estes se apresentam como o discurso da prudência e da indignação contra o da bravata e da bazófia. Percebe-se que para Elaine Hirata, o atentado ao seu antigo apartamento no CRUSP, que poderia custar aleatoriamente até mesmo a sua vida e a de colegas, deve ser contextualizado em um sentido mais amplo, no qual o CCC foi partícipe de relevância em um processo de endurecimento

político durante aqueles primeiros anos de regime civil-militar no Brasil, que culminaram com edição do AI-5, e a legitimação da tortura e do paramilitarismo, com a criação da OBAN (Operação Bandeirantes), em 1970. Cassio Scatena, utilizando-se do argumento de autoridade, porque membro fundador do CCC, minimizou a importância do grupo dentro deste contexto político mais amplo, demonstrando inclusive a irregularidade marcial que permeava a organização, publicamente à época tida como paramilitar, terrorista. Mas, por mais irregular que fora a atuação do Comando de Caça aos Comunistas naqueles anos, esta *organização política*, que muito prejudicou a sociedade civil em busca de lideranças democráticas, fez escola: ainda hoje suas ações repercutem no imaginário político nacional, inspirando grupos ideológicos e/ou armados, de tendências fascistas, neonazistas, esquadrões da morte, milicianos ou mesmo jagunços a mando de ruralistas. O CCC, seja compreendido em contextos políticos mais amplos, seja pela inconsequência em si de seus atos perpetrados (como assim preferem Elaine Hirata e Cassio Scatena, respectivamente), por fim, obteve seu lugar nos anais da história. Inevitavelmente, a sigla CCC se consolidou na história do tempo presente, quando o assunto é relacionado à violência, intolerância, terrorismo, regime civil-militar no Brasil. Basta buscá-lo em livros didáticos ou sites da internet: algo o leitor há de encontrar relacionado ao assunto.

É muito importante também perceber que a gravidade destas perpetrações não se encontram apenas nas ações em si, mas na intenção de desrespeito à dignidade da pessoa humana. A violência e a intolerância contra grupos legalmente desfavorecidos é algo recorrente na sociedade brasileira, *in illo tempore*. Esta história da atuação do CCC é apenas uma das tantas histórias de violência, covardia e excessos ocorridos durante o regime civil-militar instituído no Brasil entre 1964 e 1985. Obviamente, o tempo está passando, e as memórias individuais e coletivas marcadas pelas experiências ocorridas nesta época precisam ainda ser registradas, mais do que já o são. Nunca é demais querer saber mais – inclusive as versões de perpetradores, por mais intragáveis que sejam. A plenitude dos direitos e deveres de um cidadão quanto ao acesso à informações está garantido por lei constitucionalmente (Art. 5º), e o sucesso de uma sociedade fundada sob alicerces democráticos depende desta liberdade de expressão, de pensamento e de conhecimento

– com ou sem a instituição de *comissões da verdade*. Independentemente da reparação moral ou indenizatória a cidadãos lesados pelo regime civil-militar brasileiro, ou quaisquer ações semelhantes à *caça às bruxas*, historiadores do tempo presente e oralistas não podem deixar o tempo passar: dependem de pessoas dispostas a contribuir com o conhecimento sobre um *tempo presente/passado recente* que interfere diretamente nos rumos políticos, jurídicos e mesmo culturais da sociedade brasileira contemporânea, sejam estes perpetradores ou vítimas de outrora ou de hoje.

À guisa de conclusão – neste ensaio localizado entre as searas dos estudos em história do tempo presente e em história oral, após discorrer acerca da complexidade dos termos “perpetrador” e “vítima”, elevados à condição de conceitos – faz-se apenas um questionamento, o qual é latente e subjaz os trabalhos de pesquisadores/investigadores preocupados com as inter-relações entre oralidade e cultura escrita, entre memória e identidade, *tempo presente* e *passado recente*: “Qual o lugar da história oral, sobre estes assuntos em questão?” (MEIHY, 2005).

Para esta situação, de atualização teórica a partir dos conceitos de “perpetradores” e “vítimas”, sugere-se que há espaço para a história oral em todos estes temas específicos acima debatidos, sejam estes tratados de forma mais cuidadosa ou aqueles genericamente enunciados. A história oral se porta de maneira humana, valiosa, fértil e politicamente engajada ao lidar, muitas vezes, com a silenciosa violência doméstica, familiar, contra mulheres, homossexuais, crianças e adolescentes; como forma de conhecimento alternativo à exploração abusiva dos meios de comunicação de massa sobre assuntos delicados da atualidade; na revelação de memórias até então “subterrâneas” tanto de “perpetradores” quanto de “vítimas” de violências de toda natureza, sem que a dignidade da pessoa humana seja diminuída em prol do *conhecimento histórico* de caráter *mercadológico*; e parceira de ações sociais como as atuais *comissões da verdade* para apuração de crimes cometidos contra os direitos civis e humanos ocorridos sob regimes de exceção, ainda que atualmente estes sejam legalmente prescritos, como no caso brasileiro, cujo STF (Supremo Tribunal Federal) reafirmou a validade da Lei nº 6.683/79 (que determina a anistia ampla, geral e irrestrita em relação a perpetradores de quaisquer crimes políticos, seja à direita ou à esquerda, cometidos entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979).

Se história, em qualquer uma de suas modalidades, serve para compreender (ao invés de tão somente julgar), e, para que isso aconteça, deve o pesquisador/investigador, o quanto possível, ter sua mão estendida a quem queira participar da construção de um conhecimento abrangente, desprovido de intolerância e preconceito – em relação aos “perpetradores” –, compaixão e caridade – quanto às “vítimas”. A partir das perspectivas que o presente autor abordou no decorrer deste ensaio, vale por fim reafirmar que, especificamente, a história oral pode se envolver nestas e em muitas outras searas temáticas delicadas e dolorosas, uma vez que, para levantar problemas e desenvolver pesquisas, não depende exatamente de informantes, depoentes e testemunhas tidas como *objetos de estudo*, mas de pessoas, seres humanos entendidos como *colaboradores*, como aqueles que participam conjuntamente/solidariamente na produção do conhecimento, independente de suas origens, convicções, ações e destinos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. **Tropas em protesto: o ciclo dos movimentos reivindicatórios dos Policiais Militares no ano de 1997**. Tese (Doutorado em História Social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 ago. 1979.

DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo tropical? O Partido Nazista no Brasil**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007a.

_____. O outro lado da história oral: a versão dos perpetradores. **Oralidades**: Revista de História Oral, São Paulo, n. 1, p. 41-50, jan./jun. 2007b.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2009. CD-ROM.

LOPES, Gustavo Esteves. **Ensaio de terrorismo**: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007a.

_____. A atualização do NEHO nos últimos anos. **Oralidade**: Revista de História Oral, São Paulo, n. 1, p. 77-85, jan./jun. 2007b.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

NOVINSKY, Sonia Waingort. **As moedas errantes**: narrativas de um clã germano-judaico centenário. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SANTOS, Andrea Paula dos. **À esquerda das Forças Armadas Brasileiras**: histórias de vida de militares de esquerda. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

VIEIRA, Maria Eta. **A caballo entre dos mundos**: Guerra Civil Espanhola e o “exílio” infantil. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.





História oral de vida ou Entrevista





Entrevista com Sérgio Adorno

Marcela Boni Evangelista*

Sérgio França Adorno de Abreu é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo e possui Pós-Doutorado pelo Centre de Recherches Sociologiques sur le Droit et les Institutions Pénales (CESDIP), França. Atualmente é Professor Titular em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Coordenador Científico do Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV-USP) e Presidente da Associação Nacional de Direitos Humanos – Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP).

Grande referência nacional nos estudos sobre violência, o professor Sérgio Adorno gentilmente nos concedeu esta entrevista nas instalações do NEV-USP. Na ocasião, pudemos conhecer um pouco mais de sua experiência pessoal como pesquisador e ampliar o debate acerca da temática em evidência no presente dossiê da Oralidades: Revista de História Oral.

Oralidades – Como surgiu o tema da violência em sua trajetória como acadêmico, como pesquisador?

Sérgio Adorno – Este tema surgiu na graduação. Eu e um grupo de colegas, alguns dos quais sociólogos, outros que depois fizeram Mestrado, Doutorado, continuaram na área, fizemos um primeiro estudo sobre egressos penitenciários sob a orientação da professora Maria Célia Paoli e com apoio da FAPESP, no início dos anos 70, em 1973, 1974.

De um lado, tínhamos um programa de leituras coordenado pela professora Maria Célia Paoli, que contava com a participação de outros

* Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-LEI-USP). Membro da Comissão Executiva da Oralidades: Revista de História Oral. E-mail: marcela.boni@gmail.com

pesquisadores, como o professor José Carlos Bruni e a professora Maria Lúcia Montes. E, além disso, fazíamos entrevistas com egressos, sobretudo os que estavam num programa de acompanhamento mantido pelo Rotary.

Durante muito tempo fizemos entrevistas com eles e era uma época que podemos definir como conturbada. Estávamos vivendo a ditadura, o crescimento da criminalidade urbana já estava aparecendo e havia muitas situações em que a polícia matava suspeitos de cometerem crimes sem qualquer prestação de contas à sociedade. Foi uma época que ainda pegou o final do Esquadrão da Morte em São Paulo. Violência era um tema “quente”. Trabalhamos muito com material de imprensa, com entrevistas e acabamos depois fazendo um relatório e publicando alguns artigos.

O tema da violência, portanto, apareceu na minha vida um pouco por causa dessa situação. Havia também uma disciplina na graduação ministrada pelo professor Lúcio Kowarick: “Teorias da Marginalidade Social” que tocava num tema muito forte durante os anos 70, o da marginalidade. Havia uma grande discussão em torno dessa questão, que associava a marginalidade como um produto do desenvolvimento capitalista, uma desigualdade produzida pelo capitalismo, mas a maioria dos estudos tomava como referência o mundo do trabalho, um trabalho excludente.

Foi nessa época que começaram a surgir alguns trabalhos nesse sentido. A dissertação de Mestrado da Maria Célia Paoli, por exemplo, foi muito importante ao mostrar que a marginalidade não era alguma coisa fora do capitalismo, mas produzida por ele. A novidade foi trabalhar com o que se chamava na época de *lumpen proletariado*, ou seja, aqueles que não tinham um vínculo direto com o mundo do trabalho formal e nem propriamente com o mundo do trabalho informal. Eram pessoas que tinham tido histórias de vida muito acidentadas do ponto de vista ocupacional, de escolarização, em geral vindas de famílias muito pobres e que por alguma razão começavam a construir uma carreira na delinquência e na marginalidade.

Como naquela época se falava muito que a saída era a reintegração e recuperação dos presos, fomos estudar um pouco isso, o que era esse ciclo de saída e retorno da prisão. Eu estava no terceiro ou quarto ano de Ciências Sociais na USP quando iniciamos esse estudo.

Quando terminei a participação nessa pesquisa e me formei, fui convidado para trabalhar no IMESC (Instituto de Medicina e Criminologia de São Paulo). O IMESC era uma instituição híbrida. Seu criador era um médico legista ligado ao Instituto Médico Legal, professor da universidade e sua principal área de interesse era a parte das perícias médicas para o poder judiciário: acidentes de trabalho, de trânsito e, sobretudo, investigação de paternidade. Tinha toda uma parte de perícias e outra voltada para um centro de estudos que reunia médicos, psiquiatras, legistas, sociólogos, psicólogos sociais. Foi nesse contexto que começamos a desenvolver algumas pesquisas.

Minha primeira grande inserção foi um trabalho sobre reincidência criminal. Na ocasião, me juntei com dois ou três pesquisadores, fizemos uma pesquisa com base nos relatórios da Polícia Civil e realizamos um primeiro estudo sobre reincidência, o qual depois se tornou um verdadeiro programa porque começamos a descobrir quão importante era o tema. Descobrimos, por exemplo, que os dados que indicavam cerca de 80% de reincidência não eram corretos. Na verdade, fazendo um estudo rigoroso, metodologicamente muito conduzido, chegávamos a uma faixa que indicava que a cada dois que saíam, um voltava. É uma taxa alta, mas não é de 80%.

Antes disso, no entanto, coordenei um trabalho que hoje, quando penso, talvez não tivesse feito. Eu era muito jovem, tinha acabado de sair da graduação e fui dirigir uma pesquisa sobre uso de drogas na população escolar. Tratava-se de uma abordagem imensa entre jovens, pré-adolescentes e adolescentes na faixa de 13 a 18 anos que cursavam a sétima e oitava série do primeiro grau e as três séries do segundo grau. Uma amostra estatisticamente representativa das escolas públicas e privadas de todo o município de São Paulo e distribuída numa equipe de quatro ou cinco pessoas. Durante nove meses, num primeiro levantamento, aplicamos dois questionários. Lembro que quando fiz o relatório final fiquei um pouco aborrecido porque o diretor da instituição usou os dados de uma maneira não condizente com os resultados, fez uma espécie de alarde. Por isso, fui aos poucos deixando essa área de consumo de drogas e voltei a me concentrar no estudo da reincidência.

Sobre este tema, fiz um primeiro estudo exploratório sobre a reincidência com uma equipe. Depois passamos para um estudo mais complexo

porque trabalhamos com dados da Polícia Civil. Na época, fizemos um pedido e eles nos autorizaram a utilizar os dados. No entanto, para isso teríamos que fazer um cadastro enorme no qual tínhamos que decodificar o que estava sendo solicitado! Apesar desses obstáculos, conseguimos dar andamento ao trabalho. Esse estudo mostrou que a reincidência era mais ou menos de 47%. Entretanto, havia uma tendência maior entre os presos que tinham passado pela prisão propriamente dita.

A sequência disso, ainda durante o regime autoritário, na década de 1970, foi outro estudo sobre reincidência penitenciária. A primeira coisa que fiz foi ir à COESP (Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado), onde consegui acesso aos prontuários. Realizei uma análise desses prontuários e confirmamos que a taxa de reincidência era realmente de aproximadamente 50%. Foi um projeto muito rigoroso, conduzido com muito cuidado, no qual já utilizamos computador, o que permitiu processar as informações. Durante alguns anos interrompi esses estudos por conta de minha carreira acadêmica. Terminado o Doutorado, retomei a pesquisa sobre reincidência. Neste próximo passo, fui às prisões entrevistar diretamente os presos que identificamos como reincidentes. Tratou-se de uma fase que me deu muita satisfação, e creio que posso dizer que é um dos únicos estudos, de fato, sobre o tema porque esse tipo de trabalho tem um problema metodológico: se você tirar uma foto hoje na prisão, vai dizer que tem 80% de reincidentes. Mas, se você for ao hospital hoje e fizer o mesmo, tem 90% de doentes reincidentes. Isto acontece porque para saber exatamente sobre a reincidência é necessário reparar o movimento da população no tempo.

Desta forma, é preciso ver, por exemplo, quem em 1995 saiu da prisão e acompanhar durante pelo menos os cinco anos seguintes para identificar aqueles que cometeram novo crime e foram recolhidos às prisões e também aqueles que não foram. Isto é o que dá a medida da reincidência.

Trabalhei muito sobre esses dados e consegui desmistificar algumas ideias erradas em torno da questão da reincidência. A partir disso, virei diretor nesse instituto e comecei a desenvolver um programa de seminários. Na mesma época, criei uma revista chamada “Temas e

Métodos”, dedicada ao estudo sobre crimes e violência e montei um comitê editorial de primeiríssimo time, que contava, por exemplo, com nomes como os do professor Paulo Sérgio Pinheiro, Teresa Caldeira, Ruth Cardoso, Lúcio Kowarick, Miguel Reali Júnior. Podemos dizer que era uma revista como a Oralidades. Trabalhamos bastante e foi nesta ocasião que me aproximei do Paulo Sérgio Pinheiro.

Paulo Sérgio vinha em praticamente todas as reuniões, que aconteciam aos sábados porque nem todos tinham tempo durante a semana, afinal eram muito ocupados. Com isso, aos sábados discutíamos a pauta, os pareceres e foi uma experiência muito boa! Em 1985 me candidatei a uma vaga de professor na UNESP, em Franca. Estava indo para lá quando surgiu o concurso da USP. Fiz o concurso, passei e assumi em março de 1986. Por isso, acabei não indo para a UNESP. E foi bom porque quando cheguei aqui na USP, o Paulo Sérgio falou: “Vamos juntar nossos esforços e abrir um Núcleo de Estudos da Violência.”. Este é o começo do NEV.

A sala do Paulo Sérgio era ao lado da minha, até pensamos em abrir as paredes... Era ali naquele espaço que funcionava o Núcleo. Durante certo tempo, tínhamos um grupo muito pequeno de pesquisadores, era um projeto ainda pequeno e durou mais ou menos de 1987 a 1990. Na década de 1990 nos tornamos um Núcleo de Apoio à Pesquisa da USP e foi então que conseguimos um espaço nas Colmeias. Na mesma época, a professora Nancy Cardia passou a integrar o grupo e juntos começamos a desenvolver os projetos.

Esse foi o começo e, quanto a mim, fui me interessando pelo tema cada vez mais. Na época, em 1970, 1980, violência era um tema muito desconhecido no Brasil. Lembro que quando comecei a trabalhar na área, a Alba Zaluar no Rio de Janeiro ainda estava tateando o tema. Ela desenvolveu sua tese de doutorado aqui na USP em Antropologia com a professora Eunice Durham. Foi então que trabalhou um capítulo sobre bandidos e trabalhadores e, a partir daí, começou a desenvolver tais questões.

Mas, no geral, tinha muito poucos pesquisadores. Para citar alguns, tinha o Paixão em Minas Gerais, o pessoal do Cebrap, que também tinha realizado um trabalho sobre o sistema penitenciário em São Paulo. Entretanto, os estudos além de poucos eram ainda muito exploratórios,

afinal estávamos começando a estudar um tema ainda desconhecido. Além disso, vivíamos uma época muito difícil! Na ditadura, este não era um assunto que se podia falar abertamente. Falar em violência significava abordar a violência da polícia e durante o regime autoritário este não era alguma coisa que se podia falar e discutir. Foi um começo muito penoso! Tínhamos que ter cautela e durante muito tempo a relação com a polícia, mesmo academicamente, foi muito difícil! Trabalhamos muitas vezes com medo porque havia sempre algum tipo de ameaça direta ou velada.

Vários dos colegas que trabalhavam nessa área, sobretudo aqueles que começaram a denunciar a violência, o Paulo Sérgio mesmo, receberam muitas ameaças. Para piorar, a polícia nos desacreditava muito, sempre diziam que não sabíamos nada, que éramos um bando de sonhadores, militantes políticos, a desqualificação era muito grande. Além disso, não havia uma tradição de estudos sobre violência no Brasil. O que havia era um estudo do Octavio Ianni, mas era sobre violência política e não sobre a violência do crime.

No ano passado tive a oportunidade de fazer uma revisão de literatura de estudos de violência no Brasil, que me permitiu retomar e escrever a memória destes acontecimentos. Acho muito importante porque há poucos estudos documentando o período e, certamente, por mais que eu tenha sido cauteloso, é uma história parcial, muito da minha experiência vivida, sobre as pessoas que contactei e com quem me relacionei na época, muitas das quais continuo me relacionando até hoje. Foi realmente uma história pioneira!

O tema da violência só começa de fato a tomar mais pulso a partir dos anos 90. Em 70 era ainda muito incipiente, em 80 estávamos somente começando. O estudo que fizemos com a Maria Célia terminou em 1976, depois continuei com os meus sobre reincidência, que foram na metade dos anos 80 e eram ainda estudo primeiros, mas que estavam preocupados em fazer pesquisa séria, com metodologias definidas. Entretanto, ainda era muito pouco. Um dos marcos nesse período foi o seminário que o Paulo Sérgio organizou em Campinas chamado “Crime, violência e poder”, em que ele trouxe vários pesquisadores brasileiros e, sobretudo, estrangeiros.

O. – O senhor falou da violência policial e no NEV os temas da violência policial, das execuções sumárias e dos linchamentos são centrais, são as violações de direitos humanos. Em geral este tipo de trabalho de pesquisa acaba sendo direcionado para a vítima. No NEV há algumas iniciativas que visam ampliar um pouco esse cenário, por exemplo, com cursos destinados a policiais. Queria que o senhor comentasse um pouco sobre esse trabalho com os perpetradores.

S. A. – Ter colocado o tema dos direitos humanos da perspectiva das vítimas foi muito importante, não só por uma questão de justiça, mas por uma questão politicamente estratégica. Graves violações no Brasil sempre ocorreram por várias razões, mas uma delas é a falta de identidade entre a sociedade em geral e as vítimas em potencial.

Acontecem as chacinas, as mortes praticadas pela polícia e mesmo as praticadas por bandos armados, pelo crime organizado, a violência nas prisões e geralmente as pessoas acham que é um problema do “outro”. Sabemos que uma das formas de reproduzir a violência é a falta de solidariedade da sociedade para com as vítimas. Então, ter colocado o tema das vítimas foi não só uma questão de justiça, mas também uma questão politicamente estratégica. Uma maneira de tentar construir certa identidade no sofrimento entre aqueles que muitas vezes são espectadores e aqueles que efetivamente são vítimas.

Passei por vários momentos em que discuti, por exemplo, coisas até de ordem pessoal. Às vezes parentes e algumas pessoas próximas dizem: “Isso não é problema meu, é problema dos outros.”. E você pergunta: “Mas, você não tem uma auxiliar doméstica na sua casa? Já perguntou para ela como e onde ela vive, se ela tem filhos?”. E, quando as pessoas começam a perguntar, descobrem que sim, elas têm filhos, às vezes um está preso, outros foram assassinados por estarem envolvidos com o mundo do crime. A construção dessa solidariedade para com as vítimas foi muito importante do ponto de vista da pesquisa e nos fez olhar a realidade de outro modo.

Entretanto, tivemos que reconhecer que policiais também acabam sendo vítimas e, de fato, não se pode generalizar. Não se pode dizer que todo policial é criminoso, bandido, envolvido no crime. Suspeito que a grande maioria são pessoas sérias, trabalhadoras e que acabam tendo

suas imagens contaminadas pela existência de um pequeno número de pessoas. Apesar disso, trata-se de um número expressivo diante do contingente de policiais. Com isso, tivemos que começar a olhar para o mundo do trabalhador do sistema de segurança. Ele também é uma vítima na medida em que é socializado nessa cultura da violência, socializado mesmo para matar e muitas vezes não tem preparação e crítica suficientes para ter uma visão de valores diferentes. Esse profissional está enredado nessas histórias porque há pressão do meio ambiente. Embora muitos não tenham interesse em se envolver com o crime, começam com pequenas coisas: um pequeno favor aqui, um pequeno negócio ali, e acabam criando uma espécie de relação de troca com o mundo da delinquência, se envolvendo muitas vezes de uma maneira dura porque passam realmente para o outro lado. Transformam-se em matadores, praticam não só tortura, mas atos que são crimes e totalmente reprováveis se cometidos pelo cidadão comum. Imagine para aqueles que têm a função de exercer o controle da ordem pública!

Esse é um dado da questão. Agora, é claro que há um lado da discussão que não fizemos no NEV, que uma parte da literatura faz, que é o problema da relação entre vítimas e seus algozes. Nunca trabalhamos nessa direção de tentar explorar o âmbito do mundo relacional. Existem, contudo, estudos que mostram que isto é construído com base numa relação perversa. Mesmo o cinema aborda esta situação, como no filme de Lina Cavalli, "O porteiro da noite". Entretanto, nunca trabalhamos essa perspectiva que, em geral, tem um recorte muito psicanalítico. Nossa abordagem sempre procurou olhar diferentes vítimas em suas diferentes posições, inclusive aquelas que estão presas na condição de vítimas, porque têm a tarefa de exercer a violência e que muitas vezes a usam abusivamente. Essa armadilha de ser vítima e algoz ao mesmo tempo é algo que sempre nos interessou. A ideia é romper com esse círculo e fazer com que se tenha um profissional da área de segurança liberto desta obrigação de produzir dor e sofrimento e com condições de exercer suas funções de guardião da ordem e dos direitos sem ter que recorrer ao uso da violência. Esse sempre foi um desafio para nós.

O. –O episódio conhecido como "Maio do PCC" é muito ilustrativo no sentido de que temos uma mistura da ideia da vítima e do algoz, porque os ataques começaram aparentemen-

te pelos integrantes do PCC e a resposta foi a represália extremamente violenta da polícia. Entretanto, todos se colocavam como vítimas, mas ao mesmo tempo permaneciam cometendo atos de violência.

S. A. – Trabalho essa questão no meu curso na Universidade e procuro mostrar que desde o final da Segunda Guerra Mundial há a encenação da vítima na esfera pública e política. Trata-se de uma construção política da figura da vítima que tem como lado positivo uma maior atenção ao sofrimento, mas tem o lado negativo que é a tendência a transformar todo mundo em potenciais vítimas.

É possível encontrar essa discussão também no livro de Maria Filomena Gregori, “Cenas e Queixas”. Ela trabalha justamente essa questão quando a vítima é mulher. Uma construção perversa, pois se você é construída como vítima, inevitavelmente precisa de tutela e a tutela é um perigo porque o tutelado é, em princípio, uma pessoa anulada, que não tem vontade própria e depende do que o outro possa oferecer.

A questão da vitimização é sempre tema muito delicado porque não podemos ignorar a vítima e seu sofrimento, não podemos despolitizar o sofrimento. A história da Segunda Guerra e tudo o que aconteceu depois, os campos de trabalho forçado, o genocídio, não se pode esquecer isso! O problema é quando se politiza de tal maneira que se diz: “Essas pessoas não têm capacidade por conta própria de se libertarem, então precisam ser tuteladas, seja pelas associações da sociedade civil, pelas organizações do Estado ou pelas organizações internacionais.”. E isso gera pessoas que saem de um mundo escravizado e entram num mundo de não autonomia.

Trata-se de um tema que nós intelectuais temos que trabalhar com imenso cuidado. Mesmo na perspectiva psicanalítica há o perigo de direcionar o mal para vítima, sugerindo que é ela quem atrai o algoz em vez de trabalhar esta como uma relação perversa que precisa ser modificada. Tem espaço nesse contexto a culpabilização da vítima, outro tema fundamental nos nossos estudos, a ideia de que no fundo as coisas acontecem porque a vítima se expõe. Tomando as mulheres como exemplo, durante muito tempo o estupro foi visto desta forma. Era comum ouvir frases como: “Mas, ela estava de minissaia, se expôs.”. Deste modo, tem-se uma visão sobre o que é ser mulher, sobre o que deveria

ser e como algumas delas não se encaixam nesse perfil, o destino está traçado, é como se fossem escolhas pessoais.

O. – Outro exemplo muito forte nos trabalhos do NEV é a questão do linchamento, em que a relação vítima e agressor fica clara. A vítima da violação em geral é alguém que praticou algum ato violento e, mais que isso, os agressores no caso do linchamento dificilmente são vistos como agressores.

S. A. Esse é um paradoxo complicado. Quando fizemos a pesquisa, há muitos anos, sobre a continuidade autoritária e a construção da democracia elegemos como um dos focos temáticos a questão do linchamento. Fizemos vários estudos de caso, que têm a vantagem, como a história oral, de ter a história do presente em depoimentos vivos.

Nessas aproximações, tivemos a oportunidade de conhecer bairros muito pobres que tinham sido lugares tranquilos até pouco tempo, mas de repente começaram a ser transformados por altas taxas de homicídios e roubos. Os antigos moradores, por sua vez, começam a se sentir muito mal porque percebiam que tudo aquilo que havia sido modestamente conquistado, sua casinha, seus equipamentos domésticos ficavam em risco.

Suas casas começaram a ser arrombadas e isso foi criando uma espécie de ódio coletivo latente. É um sentimento coletivo principalmente porque é narrado muitas vezes nos espaços públicos da rua, nas conversas nas calçadas, onde as pessoas trocam experiências e isso aguça a sensação de que a justiça precisa ser feita. Nesses casos, sobretudo quando a coisa vai ficando grave, por exemplo, quando havia um estupro e a suspeita de quem era o culpado, gerava-se um pânico enorme. Morrer é uma situação, mas ter a violação do aspecto sagrado do corpo é uma coisa inaceitável, desde o lado mais físico e psíquico até religioso. O corpo é um lugar a não ser profanado.

Na época, peguei um caso muito interessante que sempre tomo como referência, que era um grupo de moradores que percebeu que o bairro estava se tornando muito inseguro. Essas pessoas se reuniram e foram ao vereador do bairro dizendo que queriam uma providência. O vereador disse que iria marcar uma audiência com o prefeito e de fato conseguiu, mas a prefeitura disse: “Isso não é comigo, é com o governo do estado, não posso fazer nada.”. Então, o vereador procurou um deputado

que era próximo e marcaram uma audiência com o governador. O governador disse o seguinte: “A situação está grave, eu não tenho tanta polícia, mas as coisas vão melhorar.”. Claro que não aconteceu nada e as pessoas continuaram se sentindo inseguras. O resultado foi que depois disso elas se juntam e resolvem aplicar a justiça por conta própria.

O interessante neste caso é que se esgotaram todos os mecanismos oficiais e somente depois decidiram fazer a justiça por conta própria. O enigma é saber quem é a vítima, porque se tem a suspeita de que alguém teria cometido um crime, essa pessoa pode ser um criminoso ou não, mas naquela circunstância é construída como o bandido. Uma das coisas que percebi fazendo aquele estudo foi que em geral essas eram pessoas que não tinham laços com a comunidade, tinham vindo de longe, eram estranhas, ficavam vagando pelas ruas, não se sabia muito bem quem eram, ou seja, se construía a figura do estrangeiro ameaçador e o linchamento se dava nessa relação.

Temos aqui uma vítima construída a partir da relação perversa de insatisfação com o mundo das leis e instituições. Nosso argumento era de que as leis existiam, mas não eram aplicadas ou o eram insuficientemente. Os cidadãos não eram incivilizados, aliás, eles eram tão civilizados que fizeram exatamente os caminhos que o cidadão deveria fazer: foram ao vereador e à prefeitura, depois ao deputado e ao governador, ou seja, exploraram o caminho. Essas pessoas iam à polícia, faziam de tudo, mas não acontecia nada, gerando um esgarçamento do tecido social e criando um vazio de direções, em que muitas vezes se constrói a vítima no imaginário coletivo de vingança.

Lembro-me de um caso muito dramático numa favela da zona sul em que tinha um jovem que morava com a mãe, bebia demais, atormentava a vida de todo mundo e um dia ameaçou estuprar a própria mãe. Os vizinhos se juntaram, foram na casa dele e o lincharam na frente na casa. Não me esqueço da declaração da mãe na ocasião: “Foi um alívio!”. Situação chocante em que nos perguntamos quem é a vítima. Neste caso, uma sociedade que está sendo destituída de seus direitos e das instituições encarregadas de proteger e garantir seus direitos. Isso não significa que ela é uma vítima sem autonomia. Ela pode se unir e, como tem acontecido mais recentemente, realmente se reúne e pressiona as autoridades.

O. – Um dos grandes trabalhos que o senhor coordena no NEV é sobre a impunidade. A esfera judicial é onde vítima e agressor deveriam equilibrar suas diferenças, mas temos a impressão de que há uma manutenção desse desequilíbrio. Como é isso?

S. A. – A pesquisa revelou que a impunidade é muito grande e ao dizer isso não estou querendo defender mais punição. O que estranho é que numa sociedade moderna, baseada na reciprocidade equitativa, deveria se imaginar que os crimes acontecem e há uma contrapartida punitiva. Historicamente, é isso que deve acontecer nas sociedades. Entretanto, percebemos que há um número muito grande de crimes que sequer são registrados e dos que são registrados são muito poucos os que são efetivamente investigados. Mesmo entre os investigados não há garantia de que vai existir uma sentença judicial final. A maioria fica só na esfera policial, gerando um desequilíbrio muito grande. Um dos aspectos que apareceu na pesquisa foi o da autoria conhecida. A polícia investiga crimes em que a autoria é conhecida. Se o crime aconteceu entre pessoas conhecidas, você tem investigação e eventualmente uma decisão final no processo. Entretanto, o mesmo não acontece se a vítima é desconhecida, o que representa a grande maioria dos casos, 90% das ocorrências, sobretudo de homicídios. O papel da polícia é ter instrumentos e fazer as investigações, mas o que a pesquisa está mostrando é que a polícia raramente investiga crimes de autoria desconhecida, o que se dá apenas quando há algum tipo de pressão.

Esta é uma pesquisa com dados dos anos 90, e embora saibamos que em uma década houve muita mudança na sociedade brasileira, do ponto de vista da impunidade, a sensação que tenho é de que não mudou muito e o que vemos nesses casos é uma profunda desconsideração, para não dizer desprezo, para com as vítimas potenciais. É como se fosse um destino a ser cumprido. Há uma delegacia especializada em homicídios que ainda tem mais recursos e condições, mas mesmo assim o resultado ainda é muito pouco.

Nos bairros onde habitam preferencialmente as classes populares, trabalhadores de baixa renda, esse sentimento de exploração é muito grande. Os crimes acontecem, as pessoas morrem e não tem investigação. É o mundo do não conhecimento, como se as pessoas passassem pela vida e não tivessem uma presença reconhecida e notada. Quando acontece nos bairros de classe média é mais difícil, mas mesmo assim é

comum que os crimes não sejam investigados. Isso tem a ver com uma sociedade que tem pouca sensibilidade para com a dor das vítimas.

O. –Professor, para terminar, gostaria de retomar algumas passagens em que o senhor comentou durante nossa conversa sobre a realização de entrevistas. O senhor mencionou sobre vários projetos, principalmente no início da carreira acadêmica, em que também fez entrevistas. Como foi essa experiência?

S. A. – Sempre trabalhei muito com entrevistas, ultimamente menos, mas eu gosto, aprendi muito. Acredito que devemos explorar metodologias distintas para problemas distintos e não porque gostamos de determinada forma de trabalhar. É uma delícia fazer entrevistas e conviver com as pessoas, mas é preciso ter um foco. Sempre trabalho entrevista quando preciso completar informações que os documentos oficiais ou as fontes disponíveis não me permitem responder as questões levantadas.

Por exemplo, na pesquisa sobre reincidência, fui aos presos ouvir suas experiências porque os dados me diziam algo, mas não tudo. Eu conseguia saber que os presos que tinham passado pela prisão e, sobretudo, os presos que tinham cumprido mais punições dentro da prisão tinham maior reincidência, ou seja, havia uma relação entre estar na prisão, ser punido dentro da prisão e a tendência de voltar.

Lembro da entrevista de um preso que me impressionou. Ele tinha várias entradas e saídas e um dia disse: “Acho que não nasci pra viver lá fora, meu lugar é aqui.”. Quer dizer, foi socializado para viver na prisão. Eu jamais pegaria isto se não fosse através de um depoimento vivo, se não tivesse alguém para me dizer isso. A entrevista é muito sugestiva porque você não tem só a questão do gesto, tem hora que o entrevistado se contrai, sorri, se emociona e tudo isso são linguagens importantíssimas na entrevista e permitem explorar outros pontos como a sensibilidade.

Quando se está fazendo uma entrevista sobre vítimas, você consegue falar sobre o que é viver em bairros onde a violência é muito alta, como é a relação de sociabilidade e de confianças, como é a relação com a polícia e isso só se reconstrói se tiver essa experiência. Estou com uma orientanda, Camila Nunes, que estuda o PCC nas prisões. A construção da relação com os presos foi muito difícil porque, para começar,

ela é mulher e até que eles assumissem que ela não era nem do PCC e nem da prisão, ou seja, que ela era uma pessoa estranha, foi um processo demorado e que várias vezes a colocou em xeque. Tem até algumas histórias muito engraçadas. No capítulo metodológico de sua tese, ela conta em detalhes o que é essa experiência.

Para mim, trabalhar com entrevistas sempre foi uma experiência muito rica. Uma vez entrevistei um preso que tinha sido condenado por estelionato. No mundo do crime, os estelionatários são considerados indivíduos muito inteligentes porque precisam enganar a vítima. Quando me apresentei, ele disse: “Ah, finalmente a USP veio aqui ver o que acontece?”. Ele era uma pessoa com muita imaginação e disse que um dia estava ouvindo a entrevista de um flautista que contou como sua vida era difícil porque ele tinha a flauta, mas as palhetas eram todas importadas e naquela época, década de 70, tinha limitações à importação. Ele virou para mim e disse que ficava pensando em como trazer essas palhetas para o Brasil, que devia ter algum esquema. É incrível porque a ordem para ele é tentar burlar o tempo todo e encontrar uma brecha e eu só consegui esse detalhe porque ele estava ali para contar.

Gosto muito de entrevista, mas reconheço outra coisa importante: entrevistar é uma habilidade que algumas pessoas têm e conseguem, de fato, explorar muito bem e ter a imaginação para fazer a pergunta certa no momento certo. É um modo de ver a realidade, sobretudo quando se consegue fazer com o que o entrevistado não seja apenas alguém que vai dar informações, mas seja capaz de fazer uma avaliação mínima sobre o que ele está falando e sentindo.



Tradução





Entre os discursos sobre o tráfico e o agenciamento sexual: brasileiras profissionais do sexo na Espanha^{1*}

Adriana Piscitelli^{**}

Tradução: Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho

Introdução

Durante a primeira década do século XXI a Espanha atraiu um grande número de imigrantes brasileiras. Ao mesmo tempo, o tráfico sexual neste país foi se tornando fonte de grave preocupação, alimentada pelas ações de polícias internacionais e por campanhas da mídia contra o tráfico, realizadas pelo governo brasileiro e por ONGs (BLANCHETTE, 2008; PISCITELLI, 2008). Tendo esta preocupação pública como referência, o presente artigo analisa os processos migratórios e as experiências de trabalho das profissionais do sexo brasileiras atuantes em cidades espanholas.

¹ Eu agradeço às bolsas de pesquisa de pós-doutoramento e auxílio das seguintes instituições: FAPESP, CAPES, CNPq e Gemma. Eu também gostaria de agradecer aos Consulados do Brasil em Barcelona e Madri e, em particular, a Gelson Fonseca (Cônsul Geral do Brasil em Espanha), Durval Ferraz, Dolores Juliano, Verena Stolcke, Isabel Holgado, Bea, Constanca, Carla, Justine Cristina Garaizával, Lurdes Perramon, Beatriz Espejo, Elena, Estefanía do Antigo e os outros membros do Licits, Adoratrices y Hermanas Oblatas, Genera, Dona Ambient, hetera, Proyecto Carretera en Calella, Colectivo de Transexuales de Cataluña, Comisión Ciudadana Antisida de Biskaia, Associação Pró-Direitos Humanos de Andaluzia e, especialmente, a Laura Agustín e a outros membros da rede online INDÚSTRIA DEL SEXO pelo apoio, material bibliográfico e contatos.

* N. T. Texto enviado à *Oralidades: Revista de História Oral* pela própria autora, sendo uma versão ligeiramente modificada daquela publicada em: ZHENG, Tiantian (Ed.). **Sex trafficking, human rights and social justice**. New York: Routledge, 2010.

** N.T. Professora de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. Doutora em Ciências Sociais pela mesma instituição e pós-doutora em Antropologia pela *Universidad Autónoma de Barcelona*. Professora visitante em diversas universidades e coordenadora associada do Núcleo de Estudos de Gênero (PAGU - UNICAMP).

Meu argumento principal é que os significados apresentados por profissionais do sexo brasileiras se chocam com aqueles expressos nas noções de prostituição e tráfico internacional de pessoas, presentes no atual debate público acerca destes assuntos. As crenças e atividades destas mulheres desafiam protocolos políticos e culturais em nível nacional e internacional e afrontam o “destino” que a sociedade brasileira estabelece para estes indivíduos.

Minha análise aqui é baseada em pesquisas antropológicas realizadas ao longo de sete meses entre novembro de 2004 e abril de 2009, em Barcelona, Madri, Bilbao e Granada. Meu trabalho de campo incluiu a observação direta nos espaços onde foram oferecidos serviços sexuais, entrevistas em profundidade com quatorze mulheres brasileiras e cinco indivíduos transexuais, todos brasileiros e que ofereciam serviços sexuais nessas cidades, e com cinco clientes espanhóis. Entrei em contato com alguns dos meus entrevistados através de ONGs que oferecem apoio aos profissionais do sexo e estes contatos iniciais me permitiram o acesso a outras profissionais do sexo. Minhas entrevistas foram realizadas nos locais em que os serviços sexuais eram oferecidos, e também em cafés, bares e apartamentos. A maioria das minhas entrevistas foi gravada com o consentimento dos informantes.²

Minha pesquisa de campo envolveu também entrevistas informais com quatro proprietários de casas de prostituição e entrevistas em profundidade com 28 agentes que trabalhavam para as entidades que ofereciam apoio a migrantes e/ou profissionais do sexo, com o representante legal para a Asociacion Nacional de Clubes de Alterne (ANELA) em Barcelona e com funcionários do consulado brasileiro em Barcelona e Madrid. Finalmente, minha pesquisa incluiu a análise de fontes secundárias, bem como de suporte midiático.

Na primeira seção deste artigo descrevo o debate acerca do tráfico de pessoas no Brasil e na Espanha, sinalizando alguns aspectos da indústria do sexo neste último país e apresentando o contexto para a melhor compreensão do leitor em relação aos pontos de vista e opiniões das

² Durante a minha pesquisa contatei diversas organizações associadas com a luta antitráfico e visitei abrigos para mulheres vítimas de tráfico. Durante essas visitas, não conheci nenhuma mulher brasileira, nem escutei relatos de segunda mão que digam respeito a isto. Nenhuma das minhas entrevistadas, no entanto, entendeu-se como traficada e as narrativas de ONGs e abrigos sobre o tráfico típico não correspondem às suas experiências como profissionais do sexo e imigrantes.

minhas entrevistadas brasileiras. Em seguida retrato as trajetórias de migração dessas mulheres, as rotas que conduziram à sua inserção no mercado sexual europeu, os modos como viajaram e as principais noções e conceitos sob os quais elas operam. Na conclusão, demonstro quais ideias têm importância fundamental nas significações dessas profissionais sobre o tráfico de pessoas.

O debate sobre tráfico de pessoas no Brasil

O Protocolo de Palermo³ é, no mundo, a mais recente tentativa de se desenvolver uma definição legal de tráfico de seres humanos. O governo brasileiro ratificou o Protocolo em 2004, num contexto de intensa mobilização social sobre o tema. O processo brasileiro demonstrou particularidades quando comparado com as experiências de outras nações. Primeiro, teve uma participação diferenciada dos movimentos sociais. Em segundo lugar, recebeu pressão bastante intensa de agências multilaterais internacionais. E finalmente, inaugurou duas definições diferentes e conflitantes de “tráfico” dentro do sistema jurídico brasileiro. As análises de como o Protocolo de Palermo foi elaborado chamam a atenção para as discordâncias entre as feministas anglo-americanas presentes, em relação às questões de pornografia e prostituição, e como estes *lobbies* impactaram a confecção do protocolo (DOEZEMA, 1998). Enquanto os debates sobre as “guerras do sexo” se alastraram no mundo de língua inglesa (CHAPKIS, 1997), o movimento feminista no Brasil foi envolvido com outros assuntos que em geral não incluem a prostituição. No final da década de 1990, quando a sociedade civil começou a retomar a luta contra o tráfico de pessoas, o principal estímulo não veio das feministas, mas de grupos de direitos das crianças.

Este processo foi intensificado graças às pressões políticas e o apoio financeiro concedido por organismos multilaterais supranacionais, especialmente o Gabinete das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Em conformidade com um acordo de cooperação técnica firmado com o governo brasileiro, o UNODC injetou altas somas de dinheiro que subsidiaram uma série de atividades que culminaram na

³ Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças, que complementa a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, de 2000.

formulação da Política Nacional do Brasil para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em 2007 (BRASIL, 2007). O processo político de elaboração incluiu ampla consulta junto aos movimentos da sociedade civil e das organizações, mas não incluiu qualquer interação substancial com as organizações de prostitutas brasileiras que existem desde o final de 1980 e que tendem a ver o discurso antitráfico como um modo de se combater a prostituição, apoiado por larga opinião pública.

No entanto, o movimento antitráfico acabou afetando o feminismo brasileiro. Através de seu envolvimento com a questão do tráfico, alguns conselhos importantes de grupos de mulheres começaram a incorporar um discurso antiprostituição também. As leis brasileiras acerca da prostituição podem ser qualificadas como abolicionistas em intenção e extensão. Embora a prostituição não seja considerada um crime, todas as atividades que a envolvem são criminalizadas.⁴

O feminismo brasileiro, com algumas exceções, começou a entender a prostituição recusando-se a vê-la como trabalho e de alguma forma reverberando no Brasil os discursos proferidos nos debates internacionais que situam os trabalhadores do sexo como escravos e que raramente levam em consideração as suas vozes (KEMPADOO; et al., 2005; AGUSTÍN, 2007). Dessa forma, os ecos do mundo de fala inglesa de “guerras do sexo” impactou o discurso feminista brasileiro através do debate do tráfico, 20 anos após a sua formulação no hemisfério norte.

Embora o Brasil tenha ratificado o Protocolo de Palermo, o crime de tráfico de pessoas no Brasil continua a acompanhar as disposições do Código Penal, criado em 1940. O Protocolo de Palermo considera vítimas de tráfico pessoas que são alvos de fraude, coação, abuso ou da exploração de algum tipo de vulnerabilidade durante o processo de migração, de modo que possam ser economicamente exploradas em qualquer atividade ou submetidas a situações de trabalho forçado ou análogo à escravidão. O Protocolo de Palermo inclui várias definições ambíguas em sua lista de situações entendidas como tráfico de seres humanos. No entanto, ele não tem a intenção de qualificar a migração

⁴ De acordo com o Código Penal brasileiro (capítulo 5, artigos 227 a 231), a prostituição, que envolve pessoas com idade acima de 18 não é considerada um crime, mas a exploração dos outros – ou lenocínio – é.

simples em função do trabalho na indústria do sexo como tráfico, já que este não resulta necessariamente em trabalho forçado como prostituta (DOEZEMA, 2001).

Em contrapartida, o Código Penal brasileiro apenas associou o tráfico à prostituição e, além disso, definiu o crime como auxiliar do movimento internacional de mulheres que vão trabalhar como prostitutas, independentemente da questão do consentimento, exploração, ou do respeito aos direitos humanos.⁵ Recentes modificações na lei ampliaram seu alcance para pessoas de todos os gêneros e em relação a viagens domésticas e internacionais.⁶

Diferentemente do Protocolo de Palermo, a legislação brasileira sobre o tráfico não baseia a sua definição do crime no uso de fraude, ameaças ou trabalho forçado – estes tipos de situações apenas potencializam a gravidade do crime. O Código Penal brasileiro qualifica qualquer migração para o trabalho sexual como “tráfico” e pune como criminosos quem ajuda as mulheres neste sentido (CASTILHO, 2006).

As interpretações diferentes sobre a migração de prostitutas foram possíveis por conta de duas definições jurídicas concorrentes sobre o “tráfico” e previsivelmente resultou em divergências significativas em relação ao modo como essas migrações são vistas e postas em prática em qualquer situação. Um dos efeitos mais importantes é que as ações policiais e interpretações judiciais que supostamente foram tomadas para reprimir o tráfico de pessoas no Brasil têm, de fato, se ocupado em reprimir a prostituição, mesmo naqueles casos em que o trabalho sexual envolve adultos conscientes e não uma violação dos direitos humanos ou trabalhistas como um todo (OLIVEIRA, 2008).

Estes efeitos práticos da “luta antitráfico” tendem a ser ignorados nos debates públicos e campanhas sobre o fenômeno no Brasil, que continua a ser orientado pelo discurso de “tráfico como escravidão”. Outra crença comum que aumenta o pânico social em torno do tema do tráfico é a ideia de que ele é de alguma forma orquestrado por “máfias” internacionais. O efeito total destas campanhas é o de lançar um olhar desconfiado sobre as redes sociais que tradicionalmente têm ajudado a migração no Brasil – especialmente quando os envolvidos são os

⁵ Capítulo V, Artigo 231, 1, 2 e 3.

⁶ Lei nº 11.106, 28 de março de 2005.

migrantes pobres, mulheres ou travestis. Dentro desse novo discurso, mesmo parentes dos migrantes são considerados suspeitos e supostos aliados dos grupos criminosos organizados em nível internacional.

As discrepâncias entre as duas definições de tráfico e seus efeitos jurídicos só agora têm sido publicamente discutidas no debate sobre o fenômeno (NEDERSTIGT; ALMEIDA, 2007; BLANCHETTE, 2008). No Brasil, as ações em torno da luta contra o tráfico se multiplicaram rapidamente, permanecendo quase totalmente dissociada da realidade jurídica do país. Escutando a discussão sobre o problema, realizada pela maioria dos ativistas antitráfico no final da primeira década do século 21, era como se nenhuma contradição legal existisse. Dentro deste contexto, um movimento generalizado e difuso orientado para reprimir a prostituição se iniciou em metrópoles brasileiras. Este movimento se valeu da retórica do “resgate de vítimas escravizadas” das garras das “redes internacionais de crime organizado” como justificativa para a instituição de campanhas antivício. Este contexto mais profundo deve ser mantido em mente ao nos voltarmos para a análise dos significados acerca da prostituição e migração na Espanha.

A indústria espanhola de sexo

Durante a década de 1990, a internacionalização da migração de trabalhadores começou a ter um impacto significativo sobre vários setores da economia espanhola incluindo o trabalho doméstico, o trabalho nas indústrias agrícolas e de pesca e, finalmente, o trabalho sexual. Cada vez mais, os trabalhadores estrangeiros de diversas partes do mundo tornaram-se presença importante nessas indústrias.

A multifacetada indústria do sexo espanhola inclui linhas de sexo por telefone, peep shows, clubes de strip, salas de show erótico, sites da internet e a oferta de serviços sexuais ao longo de rodovias e ruas, em apartamentos alugados (*pisos*) e em clubes (PONS; RODRÍGUEZ; VEGA, 2002). *Pisos* são diferentes de outros locais na sua organização, tamanho e “nível” (conforme expresso nos preços praticados). Alguns empregam trabalhadores do sexo feminino exclusivamente, enquanto outros empregam “trans”⁷; alguns têm força de trabalho mononacionais, enquanto outros são etnicamente diversos.

⁷ Um termo usado na Espanha para designar aqueles indivíduos transexuais conhecidos como travestis no Brasil.

Os clubes concentram uma parcela significativa dos serviços sexuais à venda na Espanha. Estes ambientes são muito diversificados, englobando estabelecimentos “tradicionais” relativamente pequenos num extremo e os grandes *hotéis-plaza* no outro. Estes são organizados de acordo com os fundamentos da moderna “filosofia de gestão” e pode empregar até 150 mulheres que trabalham e vivem ali por até 21 dias de cada vez (PONS, 2003).

Clubes e *pisos* estão aparentemente atravessando um período de expansão, seguindo a intensificação dos programas do governo espanhol que tentam reduzir a demanda por serviços sexuais. No primeiro semestre de 2000, as leis espanholas sobre prostituição e imigração foram modificadas simultaneamente.⁸ A sinergia entre os dois novos códigos legais fizeram com que a presença maciça de imigrantes estrangeiros na indústria do sexo (que foram oferecidas irregularmente na Espanha) fosse lida de forma quase automaticamente como prova de atividades ilegais, o resultado do tráfico humano.

Em 2006, no auge do pânico social a respeito da prostituição na Espanha, uma comissão do Congresso e do Senado abriu um debate sobre o possível reconhecimento da prostituição como profissão. A discussão foi concluída em 2007 com um pedido para que a prostituição não fosse reconhecida como trabalho e sim como “uma forma de exploração sexual, da violência contra as mulheres que são, em sua maioria, estrangeiras e ligadas ao tráfico humano.”⁹ Ao mesmo tempo, os governos municipais de várias cidades intensificaram a repressão à prostituição de rua através da utilização de *ordenanzas* que restringiram comportamentos em locais públicos, uma forma de repressão da prostituição semelhante à usada em bairros elitizados de outras cidades do hemisfério norte (BERNSTEIN, 2007). Na Espanha, estas medidas têm

⁸ No Código Penal de 1995, a prostituição não coercitiva envolvendo adultos com consentimento não é considerada um crime. O proxenetismo era penalizado, mas só foi entendido como tal o *café-tão* que extraía dinheiro através de abuso de poder, coerção ou fraude (MESTRE, 2004). Por causa das reformas legais discutidas acima, a obtenção de qualquer dinheiro com prostitutas, mesmo quando estas são adultas e trabalham voluntariamente, é considerado proxenetismo. Além disso, de acordo com a nova Ley de Extranjería (artigo 318 bis), a imigração ilegal tornou-se um crime para a AID, e um crime considerado agravado é o de migração para fins de exploração sexual (CANTARERO, 2007).

⁹ EL PAÍS. **La Comisión Congreso-Senado pide que no se regule la prostitución como trabajo**. 21 fev. 2007.

resultado em multas para os clientes das prostitutas e a deportação de mulheres que estão irregularmente no país.

Muitos relatórios apontam para a presença significativa de mulheres latino-americanas (inclusive brasileiras) em algumas regiões e nichos da indústria espanhola do sexo. A maioria destas mulheres tende a se concentrar em espaços fechados. O parecer do representante da Asociación Nacional de Clubes de Alterne (ANELA) em Barcelona confirma essa impressão. Segundo ele, aproximadamente 14.000 mulheres trabalhavam oferecendo serviços sexuais em estabelecimentos da Associação durante a segunda metade da primeira década do século XXI. Destas profissionais, cerca de 40% eram provenientes da Europa Oriental (russas, romenas, tchecas e cidadãs das nações provenientes da Iugoslávia). As mulheres latino-americanas – principalmente brasileiras e colombianas, e também uruguaias, venezuelanas, dominicanas e, muito ocasionalmente, argentinas – totalizaram outros 40%. Já as africanas, nitidamente consideradas inferiores, tinham uma presença menor.

Trajetórias

As brasileiras que entrevistei tiveram experiências de inserção no mercado do sexo bem diferentes, e também em relação ao tempo que estão na Espanha, sua situação jurídica, idade, estado de origem e cor da pele. Apesar desta diversidade, há certos padrões recorrentes em termos das noções que elas tinham em relação ao trabalho sexual e ao tráfico de seres humanos.

Essas mulheres trabalhavam principalmente em clubes e *pisos*, mas algumas também atuavam na rua. A quantidade de tempo passado na Espanha variou entre um e dez anos. Todas haviam chegado no país como turistas, e isto é relevante neste contexto em que a Espanha não solicita vistos de turistas para brasileiros, mas restringe a sua permanência no interior do país a três meses. Apenas cinco mulheres haviam obtido a residência permanente, a maioria destas através do casamento e apenas uma parou de trabalhar na indústria do sexo depois. O resto das mulheres estava na Espanha de forma irregular e lutava contra a extradição e os “avisos de expulsão”¹⁰, e tinha começado algum

¹⁰ Um documento emitido pela polícia de imigração que exige que os imigrantes deixem o país.

tipo de conflito jurídico para permanecer legalmente no país e não ser deportada. As mulheres brasileiras que trabalham na indústria do sexo europeu tendem a ser imaginadas como mães muito jovens e pobres, de pele escura, com baixos níveis de educação formal, provenientes dos estados mais pobres do país e sem qualquer história prévia de trabalho na indústria do sexo. Imagina-se igualmente que elas foram amplamente expostas à fraude e / ou violência por parte das “máfias do tráfico” que manipulam as vulnerabilidades socioeconômicas dessas mulheres para enredá-las em uma situação análoga à escravidão. O perfil das minhas informantes coloca estereótipos como estes em questão.

Algumas das mulheres mais jovens que entrevistei entraram no mercado sexual europeu após a conclusão da adolescência. Outras, porém, estavam com cerca de trinta anos e algumas na casa dos 40. Para este último grupo, migrar para a Europa tornou-se uma forma de prolongar sua carreira como profissionais do sexo, já que no Brasil há maior preconceito em relação às mais maduras.

O nível de escolaridade formal dessas mulheres é de fato, relativamente baixo, com apenas uma tendo frequentado a universidade, mas a maioria delas tem mais escolaridade que a média geral dos brasileiros. Algumas nasceram em estados pobres, mas outras em regiões consideradas relativamente privilegiadas no Brasil: o Sul e Sudeste. Apenas duas crianças haviam sido deixadas para trás no Brasil. Em termos de classificações raciais, a maioria considerou-se branca e apenas duas se disseram parda ou mulata. A maior parte era de classe média baixa na época de sua migração e apenas duas comentaram ser de classes mais baixas. As condições econômicas foram determinantes para a inserção de muitas destas mulheres no mercado do sexo espanhol, mas isto não significava que suas vidas antes fossem necessariamente infelizes. A maioria das entrevistadas falou sobre a sensação de que faltava um “futuro” econômico no seu país de origem. De acordo com uma mulher:

Eu não preciso estar longe da minha família para comer. No Brasil, você pode plantar a mandioca, pode criar galinhas. Você vai comer, tudo bem. Não foi a fome que me fez vir aqui: eu quis tentar fazer alguma coisa com a minha vida. [...] Eu sempre me preocupei com o amanhã, sobre como as coisas vão ser quando eu estiver com 60 anos.¹¹

¹¹ Entrevista em Barcelona, dez. 2004.

Todas as entrevistadas trabalhavam na indústria do sexo no Brasil antes da migração, após terem trabalhado em outras atividades nos setores formal e informal da economia.¹² Antes de se tornarem profissionais do sexo, haviam trabalhado como babás, empregadas domésticas, operárias, garçonetes, professoras, vendedoras, secretárias e donas de negócios, ainda que pequenos. Elas consideraram que essas formas de trabalho pagavam mal em comparação ao trabalho sexual. Esta foi a motivação que essas mulheres citaram para explicar por que decidiram trabalhar na indústria do sexo.

Ainda no Brasil, algumas trabalhavam na indústria do sexo apenas de modo intermitente. Algumas acabaram *fazendo programas* por breves períodos com brasileiros e estrangeiros no Rio de Janeiro ou no turismo sexual pouco organizado do nordeste brasileiro. Outras sobreviveram exclusivamente de programas por muitos anos antes de finalmente se deslocarem para a Europa.

A maioria das entrevistadas migrou com o objetivo expresso de trabalhar na indústria do sexo europeia. Nos seus testemunhos, o trabalho sexual foi retratado como sendo a melhor alternativa em relação às dificuldades encontradas pelos imigrantes, como encontrar um trabalho bem remunerado e não se submeter a condições extremamente abusivas. Neste contexto, destacaram-se as vantagens da prostituição em relação a outros tipos de trabalho disponíveis em termos de flexibilidade das condições de trabalho e benefícios obtidos para o esforço despendido:

Se eu fosse trabalhar em outra coisa qualquer... o que sobraria para mim? Limpar chão... Você faz tão pouquinho e esse é o problema. Se eu fosse fazer bastante, que diabo, eu varreria as ruas. [...] Mas trabalhar por 800, 900 euros [por mês]? Sai fora. Eu gosto de trabalhar como prostituta. Algumas pessoas dizem que é dinheiro fácil, mas não é. No entanto, você tem mais oportunidades de ganhar mais dinheiro... A nossa vantagem é que somos livres. Você é livre para fazer o que quiser!¹³

Apenas uma delas retornou ao Brasil quando seu visto de turista expirou. No entanto, uma vez em sua cidade natal, a comparação entre a

¹² A minha pesquisa é de natureza qualitativa e, portanto, eu não pretendo fazer generalizações baseadas em dados quantitativos. Outros estudos têm revelado a presença de brasileiras na indústria do sexo europeia, as quais não tinham sido profissionais do sexo antes da imigração (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2006).

¹³ Entrevista em Barcelona, dez. 2004.

dinâmica do mercado sexual daquela cidade com o trabalho sexual em Bilbao e a quantia em dinheiro que pode potencialmente ser ganha na Espanha fizeram com que ela decidisse voltar para a Europa:

Eu comecei a comparar o que eu fiz aqui e o que eu fiz lá... Isso foi em 2000. Um *programa* com um *gringo* me daria 100 reais... E no Brasil, você tem que ficar a noite toda com o homem, enquanto que aqui é só 20 minutos... Se você está com alguém que você não gosta – um velho gordo, por exemplo – é horrível ter que passar a noite com eles... Quando você está com muitos homens diferentes, as coisas mudam, pelo menos. Um é mais bonito, o outro mais agradável, o outro vulgar... O que realmente pesa sobre você lá é saber que vai ter que passar a noite inteira com um homem de 100 reais aqui, quando você poderia ter feito 3 ou 4 mil reais no mesmo período [...], entende?¹⁴

Viagens

Estudos sobre o tráfico internacional de seres humanos se concentram em detectar as redes de tráfico internacional operadas pelo crime organizado. As entrevistadas relatam três tipos de viagens internacionais. O primeiro tipo de viagem é feito de forma independente, não envolve o endividamento, nem um grande número de intermediários. As mulheres pagam sua própria viagem e vão com o objetivo expresso de encontrar trabalho na indústria do sexo europeia. Uma mulher descreve o processo assim:

Eu trabalhei como prostituta em São Paulo e ouvi as mulheres voltando da Espanha e falando sobre como era bom por aqui. Então eu comprei um bilhete com meu próprio dinheiro e convidei outras duas meninas para viajar comigo. Eu trouxe por volta de 800 dólares. Eu tinha um endereço de contato aqui na Coruña. Este lugar era um clube, no entanto uma mulher mais madura como eu não faz muito dinheiro nos clubes. Então fomos a Barcelona. Comecei a ganhar dinheiro trabalhando na rua na Carrer Sant Ramon.¹⁵

Dívidas surgem como elemento constante no segundo tipo de viagem. Neste, as viagens internacionais são financiadas por clubes espanhóis e envolvem redes mais amplas de pessoas. Em alguns casos, as mulheres são contatadas no Brasil. Em outros, elas investem tempo e esforço

¹⁴ Entrevista em Bilbao, dez. 2004.

¹⁵ Entrevista em Barcelona, nov. 2004.

para obter os contatos necessários. Narrativas de mulheres que migraram de diferentes cidades brasileiras para trabalhar em clubes de Bilbao e Almeria, na Andaluzia, aludem a esses intermediários e ao papel que as dívidas desempenham nestas viagens:

Eu trabalhava no Rio de Janeiro. Um argentino entrou em contato comigo e me convidou para vir a Bilbao. O problema é que ele queria fazer muito dinheiro às minhas custas.¹⁶

[...] Eu costumava ir a uma discoteca... Havia um motorista de táxi que eu sabia que ia me levar lá e ele dizia: “Menina, você não quer ir para o exterior para trabalhar?”. [...] Ele disse que eu poderia ganhar muito dinheiro... Ele nos ajudou a conseguir os nossos passaportes... e chegamos... através de Paris. Eu não percebi o risco que estávamos correndo, se a polícia nos apanhasse... Nós viemos para cá de ônibus de Paris... Assim que chegamos em Bilbao, chamamos a pessoa que estava nos esperando... e eles vieram para nos pegar. [...] O custo da viagem foi de 3 mil euros... e nós tivemos que pagar 40 euros por dia ao clube. Eu fiquei desesperada quando ele me contou sobre os 3 mil euros... Nossos passaportes e bilhetes de volta ficaram conosco... Eu passei vários dias chorando... Uma vez, o cara que nos pegou na estação de ônibus perguntou se eu queria ir para casa. Eu ia sem ter pago a dívida... Eu disse que não, pois não queria ter nenhum problema com essas pessoas. [...] E eu paguei tudo em um mês... O que eu consegui depois foi só meu.¹⁷

Levei algum tempo para descobrir como chegar à Europa. [...] nós temos a informação através de uma agência de viagens... Primeiro, eu fui para um clube em Almeria, que não era um bom lugar. Mas eu tinha uma amiga com contatos com outra garota em Barcelona, que tinha trabalhado em um clube... A mulher pertencia a este clube... enfim enviamos o dinheiro para saldarmos a nossa dívida e chegamos a Barcelona... [Quando eu cheguei em Barcelona], eu ainda tive que pagar 800 euros, mas na primeira semana eu tive sorte: fiz 1.700 euros, paguei a minha dívida e ainda sobrou algum dinheiro para enviar ao Brasil.¹⁸

¹⁶ Entrevista em Bilbao, nov. 2004.

¹⁷ Entrevista em Bilbao, nov. 2004.

¹⁸ Entrevista em Barcelona, set. 2006.

No entanto, o terceiro tipo de viagem é predominante nos testemunhos de minhas informantes. Trata-se de redes informais de amigos, conhecidos e parentes que já viviam na Espanha. Estas redes são análogas às utilizadas por outros tipos de migrantes latino-americanos e, no Brasil do passado, por migrantes internos que desceram das regiões Norte e Nordeste para procurar trabalho no Sudeste. A principal diferença é que as redes são ativadas com o fim de trabalhar na indústria europeia do sexo, e compõem-se, basicamente, de mulheres: amigas, vizinhas e parentes. Este tipo de viagem pode envolver dívidas ou não. Quando isso acontece, tende a envolver interesse semelhante ao cobrado pelos clubes. Quando este interesse não é “excessivo”, ele é visto como “lógico” e entendido como uma “obrigação” em pagar a “ajuda” recebida.

Quando um bilhete de avião é um presente que faz parte dos circuitos de reciprocidade de parentesco, este tipo de viagem não exige que o migrante pague suas dívidas. De acordo com um entrevistado que estava “ajudando” a sua irmã:

Minha irmã fazia lestadaval tecnologia de produção no Brasil. Suas aulas terminaram em dezembro, e vendo que ela não conseguia encontrar trabalho, eu paguei o seu bilhete para ela vir para a Espanha. Aqui, ela foi capaz de trabalhar em tempo parcial em sua área e em tempo parcial na prostituição, que é onde você faz o dinheiro de verdade.¹⁹

De acordo com o Código Penal brasileiro, os três modos de viagem descritos acima podem ser entendidos como tráfico criminoso de pessoas. Como é o caso de qualquer imigrante, as entrevistadas tinham algum tipo de ajuda ou apoio em suas viagens internacionais ou em relação à sua inserção na indústria do sexo espanhola, e isso pode ser legalmente entendido como “facilitação do tráfico”. Algumas mulheres, de fato, foram ao mesmo tempo tanto “vítimas do tráfico” como “traficantes”, tendo ajudado outras a migrarem e / ou encontrarem trabalho na indústria do sexo. Na definição estrita de tráfico do Protocolo de Palermo, no entanto, apenas as viagens subsidiadas pelos proprietários de clubes espanhóis combinadas a organizações transnacionais e à existência de dívidas são entendidas como elementos relevantes para se determinar crime de tráfico de seres humanos. No entanto, após esta definição, ainda seria necessário que existisse “exploração” para se qualificar a situação como tráfico.

¹⁹ Entrevista em Barcelona, fev. 2008.

O Protocolo de Palermo explora mais profundamente o conceito de exploração quando aborda outros tipos de atividades econômicas para além da indústria do sexo. Nestes casos, a exploração está claramente associada à ideia de trabalho forçado, escravidão ou servidão. O conceito torna-se turvo, porém, quando se discute a exploração sexual. Este termo não é definido pelo Protocolo e o seu significado é amplamente debatido. Os abolicionistas consideram exploração sexual qualquer tipo de prostituição, incluindo a venda de sexo consentido por adultos que trabalham por conta própria (BARRY, 1997). Em contrapartida, as organizações de apoio às profissionais do sexo fazem uma clara distinção entre prostituição e exploração. Nesta linha de pensamento, a exploração está ligada às características do mercado de trabalho global, que estão se intensificando devido à globalização (KEMPADOO, 1998). Esse entendimento da dualidade exploração/prostituição mantém claras congruências com o testemunho de meus informantes.

Trabalho

As condições de trabalho na indústria espanhola do sexo mudam de acordo com o nicho de ocupação, o tipo e “nível” do estabelecimento, a região do país onde está localizado e o status de imigração das profissionais envolvidas. As entrevistadas divergem sobre quais locais de trabalho preferem. Os clubes são geralmente mais apreciados pelas mulheres mais jovens, quando oferecem condições de trabalho consideradas adequadas, devido à possibilidade de fazer um monte de dinheiro e de trabalhar com outras garotas da mesma idade. Estes aspectos do trabalho do clube são identificados por uma delas, que trabalhou em um clube em Bilbao:

Tem dia que você pode fazer 3 ou 4 programas, tem dia que você faz 5 ou 6... Ele lo dono do clubel cobrava a diária e o resto era seu... Eu cheguei a fazer 400... Para mim, trabalhar no clube foi especialmente divertido, porque eu estava com minhas amigas e sempre conversávamos sobre o fato de que perdíamos um monte de dinheiro, pois ficávamos sentadas falando umas com as outras ao invés de ir atender os clientes... No bar, no clube, se você estivesse com o cliente e ele pagasse uma Coca para você de 18 euros, 9 euros era seu... Quanto eu consegui levar?... Eu joguei fora um monte de dinheiro tirando folgas e feriados... A gente viajava e ficava em hotéis de primeira... A gente morava no clube e comia num restaurante como pessoas normais... Se você não

comia lá, eles davam seu dinheiro de volta. Você podia ter os seus namorados, agora era assim: “OK, faça o que quiser, mas, por favor, esteja aqui às seis da tarde...”²⁰

De acordo com as mulheres que trabalham nas ruas, apesar de só cobrarem cerca de metade do preço de um programa de clube, elas acabam ganhando quase a mesma coisa que as meninas do clube porque não pagam taxas e nem sofrem deduções. Afora isso, as profissionais de rua têm outras vantagens: elas podem definir seu horário de trabalho e manter contatos sociais que não estão envolvidos necessariamente com trabalho sexual. Uma delas, que costumava trabalhar em um clube, mas agora oferece serviços sexuais nas ruas de Barcelona, afirmou:

Eu já trabalhei no Club X... e não é bom... Você tem que fazer *plazas*²¹ por 21 dias e durante esse período, você não vê ninguém l...l. Você tem que beber com os homens. Você tem que ser sempre simpática, pronta para bater papo l...l. Eu prefiro este tipo de vida. Eu trabalho de dia, eu posso me encontrar com os amigos e, se eu quiser, posso parar de trabalhar a qualquer hora e ir às compras no shopping. Você realmente não faz mais dinheiro nos clubes. Você ganha mais, na verdade, mas você também tem que pagar a taxa do clube... Há muitos lugares na rua onde você pode fazer um monte de dinheiro... 4 mil euros por mês, em média...²²

Entre elas, o conceito de exploração é puramente econômico e nunca de natureza sexual. Algumas consideram que qualquer porção de dinheiro, retido por outros a partir da aplicação de truques seja exploração. Outras associam esta ideia exclusivamente com retenções excessivas e abuso financeiro. O testemunho de uma das minhas entrevistadas, que vou chamar de “Verônica”, define com clareza esse segundo conceito de exploração em termos de relações de trabalho. Sua narrativa descreve o tipo de condições de trabalho que são possíveis a uma profissional do sexo em um país que se recusa a legalizar a prostituição, sobretudo quando essa situação é agravada pela situação de imigração irregular que inclui a exposição a situações de violência.

²⁰ Entrevista em Bilbao, nov. 2004.

²¹ Ocupar vagas do clube.

²² Entrevista em Barcelona, dez. 2004.

Verônica foi para a Espanha para trabalhar em um clube da Andaluzia acreditando que ganharia 100 euros por hora. Somente após sua chegada soube que metade disso seria tomada pela casa. Devido a um “período lento”, depois de um mês de trabalho, ela ainda não tinha pagado sua dívida de 2500 euros. Verônica não gostou das condições de trabalho no clube, as quais ela considerou ruins e inseguras... Mais tarde, trabalhou em um clube de Barcelona onde a segurança era melhor e os clientes geralmente eram espanhóis “mais calmos” e ocasionalmente turistas estrangeiros. Ela ainda se sentia explorada, no entanto:

Eles me exploraram. Eu paguei 450 euros por mês por um quarto que eu dividia com outras três meninas; eu não podia usar o telefone para pedir comida e o gerente cobrava absurdos 20 euros por uma pizza pequena. No clube em Almeria, a exploração era menor e nós podíamos sair e comprar a nossa própria comida.²³

Em Barcelona, Verônica pagou o resto de sua dívida em duas semanas. Depois de um tempo, inserida como estava em uma ampla rede de relações sociais, foi capaz de alugar um apartamento com colegas de trabalho, situação que considerou ser ideal, pois os custos eram compartilhados igualmente. Ela “ganhou bem” por um tempo, mas o trabalho ficou mais difícil na Espanha, já que “mais meninas começaram a aparecer e houve muita competição”. O tipo de corpo de Verônica está em conformidade com as preferências dos homens espanhóis que consomem sexo em nichos de prostituição de nível médio. Ela tem 30 anos, mas parece mais jovem, é magra, mas bem feita, dona de movimentos delicados e feições harmoniosas, pele clara e cabelo sedoso. Seu corpo tornou possível que ela trabalhasse em “bons” apartamentos em Barcelona, que eram sofisticados, seguros e caros. Ela não tem acesso a esses espaços de trabalho, no entanto, por causa de sua falta de “papéis”.

Verônica começou a trabalhar em apartamentos em cidades menores da Catalunha, que eram menos seguros. Em um desses, atravessou a situação mais dramática que já enfrentou em sua carreira no trabalho sexual: “Eu estava trabalhando... e um cliente tentou me matar... Ele está agora na prisão, acusado de estupro e espancamento.”. Após esta experiência traumática, decidiu trabalhar em um ambiente mais

²³ Entrevista em Barcelona, set. 2006.

seguro: uma casa de massagem que aceitava profissionais imigrantes em situação irregular. Em um dos meus últimos encontros com ela, em 2008, queixou-se, porém, que não estava ganhando bastante dinheiro.

Entre as “máfias” e o “apoio”

Verônica associa o conceito de violência com a experiência que viveu. Mas ela também vê a violência no tráfico de seres humanos, que ela entende como sinônimo de escravidão:

As escravas... Agora, essas pessoas são vítimas. Eu conheci uma. Seu pai a vendeu quando ela tinha 16 anos. Isso acontece muito com os romenos e os búlgaros. [...] Essas meninas querem fugir, voltar laos país, mesmo que tenham de ser deportadas para isto.

Em sua opinião, no entanto, há uma imensa distância entre as experiências das vítimas de tráfico e as suas próprias experiências como prostituta, ponto que foi reiterado por todas as entrevistadas. A forma como estas mulheres pensam suas experiências e, conseqüentemente, as relações destas com o fenômeno do tráfico de seres humanos é, portanto, bastante diferente das feministas abolicionistas em relação à prostituição, tráfico e definições jurídicas (e indefinições) desses dois fenômenos.

As entrevistadas contestam noções que estão presentes no código jurídico brasileiro sobre o crime de tráfico, mas repetem algumas das ideias e temas que estão presentes em campanhas antitráfico e no Protocolo de Palermo. Porém, as mulheres modificam esses conceitos, atribuindo sentimentos e significados específicos para termos genéricos como coerção, fraude, grupos criminosos organizados, abuso de vulnerabilidades, exploração e violência.

De acordo com o ponto de vista delas, o tráfico é sinônimo de privação de liberdade e de trabalho forçado. É algo que está ligado às “máfias”, entendidas como grupos organizados que trabalham em conjunto para desenvolver atividades criminosas. Estas mulheres brasileiras, no entanto, acreditam que as “máfias” controlam mulheres de outras partes do mundo. Uma de minhas entrevistadas, uma mulher que trabalha nas ruas de Barcelona, foi bastante explícita em distanciar a si mesma e seus colegas brasileiros pertencentes a esses grupos:

Máfia é quando uma mulher é escravizada, aprisionada. Quando ela é vendida. Isso acontece com as romenas aqui. Mas então a polícia vai e prende estas mulheres, mas não prende os homens que estão lá fora comandando o show! E estas meninas têm que trabalhar querendo ou não. Elas não podem parar de comer, e tem que comer o que é dado a elas.²⁴

Se uma mulher não sabe que precisa pagar um empréstimo para comprar um bilhete de avião, e com juros, isso é visto como inocência ou “estupidez” de sua parte e não como resultado de fraude. Também não é entendido necessariamente como indicativo de tráfico humano: para que isso ocorra, segundo a mulher, uma pessoa precisa estar presa ou escravizada. O fato de que alguém seja “assistido” enquanto está no processo de pagamento de sua dívida não é entendido como forma de prisão.

O endividamento é contemplado como uma fase no processo migratório, pois de outro modo não possuiriam os recursos necessários para migrarem. Também é associado a dois outros conceitos que são, por sua vez, conectados a diferentes formas de circulação internacional: “negócio” e “ajuda”. As entrevistadas acreditam que quando estão em débito com os proprietários dos clubes estão fazendo “negócio” como em qualquer tipo de transação comercial. Uma das minhas informantes definiu especificamente a situação da seguinte maneira:

O que é uma máfia? É pagar o dobro por um bilhete de avião? Isso não é uma máfia... você quer ir para a Europa, mas não tem dinheiro para o bilhete. O bilhete custa mil euros, eu compro para você, pois tenho dinheiro, mas eu quero 3 mil euros em troca. Você aceitou o acordo. Negócio fechado. Pronto.²⁵

“Apoio”, por outro lado, está ligado a viagens realizadas com a ajuda de redes informais feitas por pessoas que estão próximas ao migrante. Envolve empréstimos temporários de dinheiro que são pagos com juros semelhantes ao que foi cobrado por um clube para serviço semelhante. Pode envolver também a oferta de uma vaga em um apartamento de alto preço e / ou o auxílio na inserção em um dado ponto na rua. É importante ressaltar aqui que este tipo de práticas não se restringe

²⁴ Entrevista em Barcelona, dez. 2004.

²⁵ Entrevista em Barcelona, nov. 2004.

apenas aos imigrantes brasileiros (OSO CASAS, 2005), sendo comum entre os imigrantes que trabalham em outros setores econômicos. As entrevistadas que “colaboraram” com a migração de outras mulheres brasileiras, cobravam juros de cerca de 100% sobre os empréstimos que faziam. Elas acreditavam que estavam agindo de acordo com uma lógica econômica presente em qualquer circuito de migração internacional atual e também sentiam que estavam basicamente fazendo uma boa ação: “ajudar” as colegas a dar os primeiros passos para a construção de uma vida melhor do que aquela no Brasil.

A exploração pode ou não estar associada com os pagamentos de dívidas dos tipos descritos acima. A maioria considerou exploração uma situação em que grande parte do dinheiro ganho por elas é retido por outra pessoa. Neste sentido, a exploração por dívida é uma situação que as brasileiras associam às imigrantes nigerianas, que precisam pagar 30.000 ou 40.000 euros.

De modo semelhante, as taxas da casa ou “a parte da casa” paga em clubes e em alguns apartamentos pode ou não ser vista como forma de exploração. Mesmo nos casos em que se entende por exploração, no entanto, este tipo de exploração não é por si só suficiente para qualificar uma situação como tráfico; para ser considerada vítima de tráfico a mulher deve ser escravizada ou forçada a aceitar a exploração.

Minhas entrevistadas também diferenciam abuso do conceito de situação de vulnerabilidade. No debate internacional sobre tráfico de pessoas, o conceito de abuso está ligado à migração das regiões mais pobres do mundo. Na discussão brasileira, o termo está ligado a essas mulheres mais pobres e com menores níveis de educação formal, de regiões que estão distantes dos centros metropolitanos do país e às mulheres negras. Entre elas, porém, a migração para trabalhar na indústria do sexo espanhol foi realizada de acordo com uma forte crença de que no Brasil há poucas oportunidades para uma vida melhor. Nesse sentido, então, a consciência dessas mulheres em relação à “vulnerabilidade” social em seu país natal serviu de impulso para a migração em busca de novas oportunidades econômicas. As brasileiras delineiam claramente o conceito de violência em seus testemunhos, mas não ligam isto com *fazer programas*. Para elas, a violência envolve dano físico ou moral. Isso aparece ocasionalmente associado aos clientes e, em um grau ainda maior, à polícia de imigração. É evocada, com muita raiva e medo,

quando as mulheres discutem as atividades do governo espanhol contra o tráfico:

Eu não conheço nenhuma mulher latino-americana que foi forçada. Eles estão procurando nos lugares errados... Eles prendem as pessoas por falta de documentos de imigração e por esta razão as mulheres são detidas e deportadas. Algumas dessas mulheres acabaram de quitar suas dívidas e justo quando se torna possível que elas comecem a ganhar dinheiro, elas são deportadas... O que eles fazem é deportar as mulheres que não têm os documentos apropriados, mas que sabem que eles vieram aqui para fazer e querem fazê-lo!²⁶

Estas profissionais do sexo consideram as atividades de combate ao tráfico como um meio pelo qual o governo espanhol facilita a deportação de imigrantes irregulares brasileiros. Na experiência das minhas entrevistadas o tráfico não é a maior ameaça que elas enfrentam: são as atividades antiprostituição e antitráfico do governo espanhol que preocupam e assustam a maioria delas. Nesses tipos de situações, as ONGs que ajudam as profissionais do sexo adquirem importância máxima e são altamente respeitadas. Em particular, elas são valorizadas por seu trabalho em prol dos direitos das prostitutas e por seu apoio a mulheres com seus “papéis”, que são desejados, na maioria dos casos, justamente para que essas mulheres possam continuar a trabalhar na indústria espanhola do sexo, mas de uma forma mais regular. Este é o tipo de apoio e de divulgação que elas próprias dizem precisar com a máxima urgência.

Agência

Como os imigrantes brasileiros em outros setores do mercado de trabalho em todo o mundo, as profissionais do sexo na Espanha mantêm relações estreitas com sua terra natal. Embora tenham muitos planos diferentes para o futuro, estes tendem a girar em torno da ideia de retornar ao Brasil e geralmente envolvem investimentos em projetos para sua proteção e de sua família através da aquisição de bens no Brasil e de poupança que supostamente garanta uma tranquilidade no futuro.

Somente parte das mulheres faz o movimento de ida e volta entre Espanha e Brasil, pois os papéis de imigração irregulares tornam difícil sair e voltar para a Europa. Além disso, aquelas mulheres que são

²⁶ Entrevista em Barcelona, nov. 2004.

imigrantes recentes estão geralmente muito preocupadas em acumular dinheiro para querer gastar em viagens de volta para casa. Aquelas que podem viajar fazem-no regularmente e usam a oportunidade de reforçar as relações pessoais, especialmente com outros membros da família. Elas também viajam buscando oportunidades rentáveis de investimento econômico associados com a ideia do retorno definitivo ao Brasil, a longo ou a médio prazo. O mercado imobiliário é visto como uma aquisição valiosa. Três entrevistadas compraram casas ou apartamentos no Brasil e uma delas comprou terra e gado. Desta forma, o trabalho sexual na Espanha está diretamente relacionado aos investimentos lucrativos no Brasil.

Todo o dinheiro que eu ganho aqui invisto no Brasil. [...] Eu tenho terra e umas vacas lá [...]. Meus filhos estão lá e meu filho cuida das coisas para mim. Eu envio o dinheiro a cada mês, para que daqui a dois anos eu não tenha que trabalhar tanto. Envio cerca de 1.500 euros [por mês] ao Brasil. Por esta razão, eu sempre apreciei o que isso aqui [na Espanha] é. Sou paciente com os [clientes] velhos, porque eu sei que os 20 euros que me dão por 20 minutos [de sexo] paga o salário de quatro dias de um vaqueiro que volta para casa. Você precisa ter uma visão ampla das coisas. Eu quero as minhas vacas lá para cagarem dinheiro pra mim. Meu filho já está lucrando 100 litros de leite todos os dias. Mas eu quero consertar as coisas para ter uma renda fixa de cerca de 5 mil reais por mês. [...] Eu já tenho minha aposentadoria toda acertada.²⁷

Os estudos que tentam analisar a feminização das migrações atuais tendem a considerá-las como parte das estratégias de base familiar. Os projetos migratórios das entrevistadas não contestam essa interpretação, mas também demonstram componentes significativos que são voltados para projetos individuais. A maioria dessas mulheres reconhece e honra as obrigações de parentesco tanto com seus filhos – nos poucos casos em que estes foram deixados para trás no Brasil – mas também para com mães, irmãos e primos. Obrigações familiares se manifestam nas compras de bens e no pagamento para a renovação e reforma da casa, bem como nas remessas mensais de dinheiro e outras remessas em ocasiões especiais. O dinheiro é enviado através de transferência bancária e varia entre 100 e 1.500 euros por mês. Segundo diferentes entrevistadas:

²⁷ Entrevista em Barcelona, nov. 2004.

Minha mãe vivia em um casebre de barro... Eu reconstruí a casa dela, com cinco quartos e um pátio com pavimento em mosaico. Eu comprei uma geladeira, uma TV, um guarda-roupa... tudo, nesta casa, de colheres a pratos, eu comprei. Eu queria dar aos meus irmãos as coisas que eles nunca tiveram. Eu comprei uma bicicleta para cada um deles. [...] Todo mês eu envio 100 euros – mais se há uma necessidade urgente.²⁸

Minha família toda está lá no Rio. Minha mãe [...], os meus irmãos, meus primos... Eu não tenho filhos, mas eu envio dinheiro a cada semana. Tenho a sensação de que toda a família vive desse dinheiro.²⁹

Eu envio dinheiro todo mês. Eu pago todas as despesas da casa onde o meu pai, mãe e irmã moram. Além disso, eu pago por uma casa que eu comprei. Envio pelo menos 800 euros por mês. 600 para o aluguel e as despesas e similares e 200 para a minha casa [...].³⁰

Nos testemunhos dessas mulheres, as remessas de dinheiro e presentes são parte de uma contínua circulação de bens materiais e simbólicos. Destas remessas provêm recursos significativos para os membros da rede de parentesco que se encontra em outros países. Como é o caso de mulheres migrantes em outros setores, telefonemas, muitas vezes feitos diariamente, são fontes extremamente importantes de apoio moral, especialmente para as mulheres que vivem mais isoladas. Ao mesmo tempo, esses telefonemas são uma forma de interferir na vida familiar, do outro lado do oceano. Através desses contatos, as entrevistadas mantêm uma presença diária na vida dos circuitos de sua casa e regularmente interferem na vida das pessoas que estão ajudando. A transnacional circulação de benefícios tem também efeitos políticos, ampliando a influência dessas mulheres. Ancoradas em uma posição de relativa força econômica que elas adquiriram no exterior, tomam uma série de decisões diárias em relação às suas famílias, que vão desde o tipo de roupas e comida para comprar, como sobre a reforma das casas e se devem ou não instalar telefones ou visitar médicos e dentistas.

As entrevistadas também relatam “ganhos” que vão além do estritamente material ou familiar. Elas incluem a ampliação de seus horizontes culturais devido a essas interações sociais. Além disso, esses contatos também acabam criando novas autonomias e novos projetos de

²⁸ Entrevista em Bilbao, dez. 2004.

²⁹ Entrevista em Barcelona, dez. 2004.

³⁰ Entrevista em Barcelona, set. 2006.

gênero. Nas palavras de duas mulheres que trabalham na indústria do sexo em Barcelona:

Trabalhando na prostituição aqui você acaba aprendendo muito sobre as diferentes culturas e histórias. Eu acho isso encantador. Aqui na Espanha, você também convive com o francês, inglês, alemães e gregos. Então, quando eu saio daqui e volto ao Brasil e converso com as pessoas, vejo o quão grande eu me tornei, em termos culturais, entende? Você aprende muito aqui. Quando cheguei aqui, por exemplo, foi como se o mundo tivesse se aberto pra mim, entende? Agora eu não vou querer me limitar a apenas um homem. Agora eu quero ter quem eu quiser... Nós cozinhamos, limpamos e cuidamos deles e eles estão sempre à procura de alguém. Não, agora eu quero ele para cozinhar, limpar e cuidar de mim. Agora minha cabeça mudou e eu digo: "Agora, esta mulher que você conheceu é outra pessoa. Agora eu tenho as cartas na minha mão."³¹

Em meio a esses ganhos, violência e exploração, essas mulheres – mesmo aquelas que se veem como brancas – também se veem como sujeitas a um processo de racialização, mais ligado a sua nacionalidade que propriamente a sua cor. Este processo é expresso na visão espanhola de que as mulheres brasileiras têm certas qualidades “tropicais” como sensualidade, ternura e temperamento “quente”. Estas qualidades sexualizam as mulheres brasileiras – e, certamente, outras mulheres latino-americanas – aos olhos dos espanhóis. Esses estereótipos ambíguos podem ser usados de forma racista para situar as brasileiras como inferiores. As entrevistadas, no entanto, tendem a usar os estereótipos tentando transformá-los em fatores que criam valor econômico adicional para suas atividades no mercado sexual. Segundo elas, o estigma associado à prostituição é mais intenso na Espanha que no Brasil e afeta de forma mais séria do que o racismo.

Como é o caso de outras formas de migração das regiões mais pobres do mundo, essas brasileiras estão inseridas em um quadro estrutural feito de cruzamentos desiguais de gênero, sexo e nacionalidade / etnia. A estratégia dessas mulheres de sair do Brasil não resulta em sua liberdade da inferiorização em suas novas vidas no exterior. No entanto, a migração oferece maneiras de escapar das teias das desigualdades formadas no Brasil. Nesse sentido, as leituras da experiência dos migrantes que não são simplesmente orientados por valores “ocidentais”

³¹ Entrevistas em Barcelona, nov. 2004.

feministas, mas que chamam a atenção às experiências das mulheres do terceiro mundo subjetivo (ONG, 1999), em muito me ajudaram a refletir sobre o testemunho de minhas entrevistadas. Isso me obriga a situar as suas experiências dentro da rede interligada de materiais e processos simbólicos que compõem os sistemas translocais de gênero.

No Brasil, as atividades econômicas dessas mulheres já eram precárias, estigmatizadas e mal pagas. Em geral, minhas entrevistadas consideram seu trabalho na indústria espanhola do sexo como superior à prostituição e outras formas de trabalho no Brasil, em termos de benefícios obtidos pelo trabalho despendido. Elas percebem um estilo de vida na Europa melhor do que o que tinham no Brasil. A mobilidade social que muitas das informantes obtêm em suas trajetórias de migração transnacional tem efeitos sobre suas possibilidades de atuação social, provocando admiração e inveja até mesmo em seus lugares de origem. No contraste permanente que essas mulheres descrevem entre os espaços ligados pelo seu projeto migratório, elas situam claramente a migração para a Espanha para o trabalho sexual como algo que gera ganhos materiais e simbólicos. Acima de tudo, ressaltam que os resultados da imigração melhoraram seu posicionamento socioeconômico *vis-à-vis* em relação àquele que deixaram para trás no Brasil.

Conclusão

Os testemunhos das minhas entrevistadas descrevem os fluxos migratórios que envolvem diferentes tipos de viagens, mas que enfatizam os movimentos internacionais que são realizados com o apoio das redes informais interpessoais. Suas viagens sempre envolvem o apoio de outras pessoas e às vezes dívidas, mas não podem ser consideradas como o resultado das atividades de grupos criminosos organizados internacionalmente. O trabalho etnográfico revela que, ao contrário, devemos problematizar as narrativas generalizantes a respeito da migração do trabalho sexual, que atualmente limitam tanto os direitos sexuais e a livre circulação das profissionais do sexo através de fronteiras internacionais.

Racionalidade econômica e criatividade estão intrinsecamente entrelaçadas nas práticas dessas profissionais do sexo brasileiras. Estas mulheres utilizam as configurações culturais que atribuem a elas uma

posição de inferioridade na Europa, mas que também as tornam atraentes como profissionais do mercado do sexo. Elas também usam estratégias de ascensão social que muitas vezes resultam em melhorias concretas nas suas condições de vida e de seus entes queridos no Brasil. Segundo Judith Butler (1990), subverter remete a deslocamentos que interrompem a ordem cultural hegemônica. As desigualdades que marcam a migração de minhas informantes à Espanha e sua inserção na indústria do sexo daquela nação tornam difícil aplicar esse termo para os efeitos de suas escolhas e viagens. Contudo, embora as atividades dessas mulheres em busca de mobilidade social possam não alterar a ordem social coletiva, elas certamente confrontam conceitos de prostituição e tráfico de mulheres atualmente hegemônicos no debate brasileiro e internacional e isto, por sua vez, lhes confere um importante papel na agenda social.

Referências bibliográficas

AGUSTÍN, Laura María. **Sex at the margins: migration, labor markets and the rescue industry**. London: Zed Books, 2007.

BARRY, Kathleen. Prostitution of sexuality: a cause for new international human rights. **Journal of Loss and Trauma**, Philadelphia, v. 2, n. 1, p. 27-48, 1997.

BERNSTEIN, Elizabeth. **Temporarily yours: intimacy, authenticity, and the commerce of sex**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. A puta e o estado: prestígio nacional e o controle das mulheres, 1918 e 2008. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., jun. 2008, Porto Seguro. **Anais...** Porto Seguro: ABA, 2008.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. **Relatório: indícios de tráfico de pessoas no universo de deportadas e não admitidas que regressam ao Brasil via o aeroporto de Guarulhos**. Brasília: Ministério da Justiça, 2006. Pesquisas em Tráfico de Pessoas, parte 2.

_____. _____. **Política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas**. Brasília: Ministério da Justiça, fev. 2007.

BUTLER, Judith. **Gender trouble, feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1990.

CANTARERO, Joan. **Los amos de la prostitución en España**. Barcelona: BSA, 2007.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. A legislação penal brasileira sobre tráfico de pessoas e imigração ilegal/irregular frente aos Protocolos Adicionais à convenção de Palermo. In: SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO SOBRE TRÁFICO DE PESSOAS E IMIGRAÇÃO ILEGAL, 1, jun. 2006, Cascais. **Textos apresentados...** Cascais: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2006.

CHAPKIS, Wendy. **Live sex acts: women performing erotic labor**. London: Cassell, 1997.

DOEZEMA, Jo. Forced to choose: beyond the voluntary v. forced prostitution dichotomy. In: KEMPADOO, Kamala; _____ (Ed.). **Global sex workers, rights, resistance, and redefinition**. London: Routledge, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (Espanha). **Base de datos INEbase**: año 2006. Madri, 2006. Disponível em: www.ine.es. Acesso em: 10 jul. 2008.

_____. **Demografía y población**: migraciones. Madri, 2007. Disponível em: www.ine.es. Acesso em: 15 jan. 2007.

KEMPADOO Kamala; SANGHERA, Jyoti; PATTANAIK, Bandana (Ed.). **Trafficking and prostitution reconsidered: new perspectives on migration, sex work and human rights**. Boulder: Paradigm, 2005.

_____. Introduction. In: _____; DOEZEMA, Jo (Ed.). **Global sex workers, rights, resistance, and redefinition**. London: Routledge, 1998.

MESTRE, Ruth. Las caras de la prostitución en el estado español: entre la ley de Extranjería y el Código Penal. In: OSBORNE, Raquel. (Ed.). **Trabajador@as del sexo: derechos migraciones y tráfico em el siglo XXI**. Barcelona: Bellaterra, 2004.

NEDERSTIGT, Frans; ALMEIDA, Luciana Campello R. Brazil. In: GLOBAL ALLIANCE AGAINST TRAFFICKING IN WOMEN (GAATW). **Collateral damage: the impact of anti-trafficking measures on human rights around the world**. Bangkok: Amarin Printing/Publishing Public Company Ltd., 2007. Disponível em: http://www.gaatw.org/Collateral%20Damage_Final/CollateralDamageBRAZIL.pdf. Acesso em: 25 out. 2007.

OLIVEIRA, Marina Pereira Pires de. Sobre armadilhas e cascas de banana: uma análise crítica da administração de Justiça em temas associados a Direitos Humanos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 31, p. 125-151, jul./dez. 2008.

ONG, Aihwa. **Flexible citizenship**: the cultural logics of transnationality. Durham: Duke University Press, 1999.

OSO CASAS, Laura. Mulleres inmigrantes y prostitución en Galicia. **Andaina**: revista galega de pensamento feminista, Santiago de Compostela, n. 38, 01 jan. 2001. Disponível em: <http://www.andainamulleres.org/artigresul2.php?tiduo=Mulleres+inmigrantes+e+prostituci%F3n+en+Galicia&Submit2=intro>, 2005. Acesso em: 04 jan. 2007.

PISCITELLI, Adriana. Entre as “máfias” e a “ajuda”: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 31, p. 29-63, jul./dez. 2008. PONS, Ignasi. **Condicions de treball en la nova indústria de la prostitució**: els clubs d’alterne. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2003.

_____; RODRÍGUEZ, Roser; VEGA, Sonia. **Trabajo sexual, onforme Cataluña**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2002.





Resenhas





Revolucionários e intelectuais: memórias da barricada

Maurício Cardoso*



Utopia e barbárie:
histórias de nossas
vidas ou ter 19 anos
em 68,
TENDLER, Silvio.
2010.

* Professor de História da Universidade de São Paulo e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e pela *Université Paris X Nanterre*.

O filme de Silvio Tendler, *Utopia e barbárie*, faz um balanço colossal das lutas sociais e dos movimentos revolucionários que marcaram a história do século XX, particularmente a partir da Segunda Guerra Mundial. Utilizando-se de imagens de arquivo público, relatos diversos e imagens de família, Tendler refletiu sobre suas experiências e dilemas ao longo da trajetória como documentarista. A costura sutil entre biografia e análise histórica impõe à forma fílmica um tipo de representação do processo social muito específica e que nos orienta a entender o alcance da sua interpretação. Afinal, é um filme de história ou um filme de memória? Quem narra é o seu diretor, Silvio Tendler, ou um narrador imanente, uma instância criada pelo cineasta para contar esta história? Enfim, como entender o lugar de onde fala o cineasta, como ele articula sua experiência pessoal ao balanço que efetiva sobre o mundo?

Podemos descartar obviamente as opções polarizadas: o filme não é uma tese sobre a história, tampouco é um conjunto de impressões subjetivas do diretor sobre sua experiência no mundo. No entanto, o filme aponta uma interpretação coerente, articulada com objetividade sobre os acontecimentos históricos, traz uma reflexão teórica relevante sobre as duas forças simbólicas que deixaram marcas profundas na nossa história recente: as utopias e as barbáries. Mas, é também expressão subjetiva, visivelmente marcada pela memória e pela presença de Tendler na narração e nas imagens, pelos textos em primeira pessoa: autor e protagonista, intérprete e cicerone.

O filme parece convergir, portanto, para o campo da memória coletiva, dado que o arco de interpretação abarca uma comunidade mais ou menos difusa, mas capaz de ser identificada. A narrativa parece compartilhar as experiências de gerações de homens e mulheres que lutaram por um mundo melhor e enfrentaram as atrocidades, as intolerâncias, as barbáries, enfim, que atravessaram o século.

Há um conjunto de elementos na composição da obra que convergem nesta direção: um balanço das lutas sociais e políticas em direção à emancipação humana. Mesmo assim, o espectro desta memória coletiva é amplo demais. Seria, então, o balanço de milhões de seres humanos, “todos os cidadãos que não apenas vivem, mas transformam o mundo”, como diz Augusto Boal no filme? Há indícios suficientes para que o lugar de onde se fala no filme não seja tão vasto assim. E nem tão

restrito que diga respeito apenas à visão pessoal do cineasta.

Pretendo, nesta reflexão, apontar três elementos estruturais da obra de Tendler que nos permitem interpretar o filme como um mediador de memórias coletivas, um interlocutor privilegiado na produção de significado entre os ativistas, militantes e intelectuais que viveram as lutas políticas no Brasil, particularmente, a partir de 1964.

O percurso de análise que proponho leva em conta que é preciso compreender de que modo a economia do filme organiza, hierarquiza, equilibra os dados da história, de que forma certos procedimentos de linguagem definem significados para os processos históricos e atribuem um lugar privilegiado para a memória e a subjetividade do cineasta. Entendo que o princípio formal, o dado que estrutura a obra, é a tensão permanente entre memória e história, indivíduo e coletivo, tom ensaístico e esforço de totalização.

Os três elementos centrais que gostaria de destacar são o percurso narrativo, as inserções de balanços de memória coletiva e, por último, a presença expressiva da memória do cineasta, a memória pessoal.

I. Percurso narrativo

O percurso narrativo tensiona, de um lado, uma cronologia marcada pela datação e pelo encadeamento dos fatos, de outro, uma fluidez narrativa que lança novos temas, sugere pontos de vista pouco recorrentes, em geral, marcados pela experiência artística ou intelectual. Aqui a “grande história” dialoga com uma história cultural que, no entanto, aponta sempre o sentido último dos acontecimentos.

Desde o início do filme é possível capturar esta alternância entre a História dos processos históricos digamos canônicos, reconhecidos, e a história dos intelectuais. O primeiro intertítulo do filme explica: *Histórias de nossas vidas ou ter 18 anos em 68*. Seguem-se planos de imagens difusas, mas a primeira imagem histórica estabilizada é a bomba de Hiroshima: ato fundador da barbárie que marcou sob diversas perspectivas a história do século XX. Temor nuclear que nos acompanhou em pesadelos coletivos e esteve à frente dos mais importantes acordos multilaterais que teriam garantido a permanência da vida humana no planeta.

A Bomba, imagem planetária da destruição, define o primeiro plano histórico do filme a nos dizer “vamos começar a história de nossas vidas por este fenômeno”. Na sequência, relatos de sobreviventes da Segunda Guerra, sobre a memória, sobre a relação passado-presente, o poder da narrativa e a força do esquecimento. Finaliza-se com imagens indescritíveis dos campos de extermínio liberados em 1945 e a voz *off*: “Auschwitz é aqui hoje, Hiroshima é aqui agora, nos massacres que se repetem todos os dias.”.

A abrangência do fenômeno, sua importância incontestável, sua amplitude em termos de barbárie, seu território global está, no entanto, observado pelo modo de ver e interpretar de alguns intelectuais que trataram o tema. Isto é evidente não apenas na escolha dos relatos, mas fundamentalmente na seleção de imagens, de trechos de filmes, inclusive, que registram a memória dos sobreviventes.

A força das imagens, como sugere o segundo intertítulo *O século da imagem*, é capaz não apenas de capturar as experiências humanas mais diversas (da Bomba à fotografia posada da família Tendler, do rosto fotogênico de Che às ossadas do holocausto), mas de mediar nosso olhar sobre o século. Somos seres construídos e construtores de imagens, interpretamos a história desse século através das suas imagens. Predomina, simultaneamente, uma história intelectual e um vasto painel pictórico, costurado por dois procedimentos recorrentes: a fala de inúmeros cineastas do mundo todo, alguns célebres, outros menos conhecidos, e a presença marcante de cenas e trechos de filmes que se misturam a imagens de arquivo, como se nos dissesse que ambas, ficção ou não, nos falam verdadeiramente sobre o que vivemos e o que sentimos no século XX.

Nesta perspectiva, dois filmes ocupam um lugar especial na mediação entre memória e história, entre a experiência pessoal do cineasta e as marcas de uma geração de militantes. O primeiro, *Roma, cidade aberta*, inspiração estética e política dos personagens que povoaram as lutas encenadas nas telas de cinema e nas ruas das grandes cidades: as figuras do militante, da mulher, do carrasco foram desenhadas com maestria por Rossellini. O segundo, dirigido pelo canadense Dennis Arcand, *As invasões bárbaras*, expressa com melancolia e profundo respeito, o intelectual militante, os indivíduos que passaram a vida à procura de ideais, mergulhados na atmosfera do seu tempo.

Esta costura entre arte e sociedade percorre o documentário e define um lugar específico para o intelectual, cuja ação foi capaz de dar sentido à grande História, isto é, àquilo que tradicionalmente reconhecemos como processo histórico.

Não é, porém, uma história dos intelectuais e seus feitos. Trata-se de um olhar generoso sobre a humanidade, um olhar de quem lutou, combateu e procurou interpretar o curso da história humana e não apenas o lugar do intelectual na História.

Nesta direção, as sequências dedicadas à história política do país são naturalmente mais prolongadas e alternam o ponto de vista dos intelectuais e artistas com a memória dos combatentes. A construção de uma memória do combate, uma memória da luta, assume aqui papel decisivo na configuração histórica do filme.

II. As memórias coletivas

As memórias da tortura e as memórias do exílio explicam, na economia do filme, o significado último e primeiro da barbárie do regime militar, ou ainda, dos regimes militares latino-americanos.

Pode-se perceber, inclusive, que ao tratar do tema, o documentário se afasta de marcações cronológicas, e produz um ponto de relaxamento numa acelerada pontuação de eventos internacionais que precederam o tema da ditadura.

No capítulo sobre o golpe civil-militar de 1964, prevalece a longa digressão, o lugar privilegiado dos que viveram a barbárie, dos que sentiram o poder destrutivo da História em suas vidas. Tandler fala enfim sobre o trauma e desequilibra emocionalmente o balanço historiográfico num recorte que revela a ferida maior, não aquela que explica o golpe, nem ajuda a entender as estratégias da luta, mas a que reforça a barbárie, insiste no ato desumano do desaparecimento político – fenômeno que lança os porões da ditadura na luta política contemporânea.

Neste percurso, a inserção de comentários na voz *off* ou de intertítulos com referências aos marcos políticos e citações a novos contextos, não dissipa nem reordena o poder dos relatos. É o momento de parar o filme, deixar-se levar pela perplexidade e pelo silêncio.

Veja-se que procedimento oposto reequilibra o balanço quando trata das manifestações de 1968 no mundo. Na sequência, a mesma tensão

entre memória e análise pende decisivamente para a segunda: “68 foi o ano do maior orgasmo da História” pontua o narrador. Algumas sequências depois, ele retoma a frase, mas inverte o sentido: “89 foi a maior brochada da História”, ao tratar das eleições que conduziram Collor à presidência.

Emoldurados por estas datas emblemáticas, a experiência dos militantes que enfrentaram a barbárie de Estado na América Latina não é dada a metáforas, nem submetida a balanços de conjuntura. Lá, reina a fala do sobrevivente, a memória esculpida pela barbárie.

III. A presença do cineasta

Finalmente, o terceiro e último elemento do filme refere-se à presença das memórias de Silvio Tendler. Neste ponto, narrador e cineasta parecem, à primeira vista, ocupar a mesma posição. Entretanto, a composição do filme, isto é, uma dada manipulação da montagem, lhe confere um papel de mediador de memórias.

Retomemos as primeiras sequências. O filme tem uma dupla dedicatória: “A meus pais...” e “Aos que lutaram com ideias, palavras, gestos e armas.”. Portanto, uma dedicatória pessoal, intransferível; outra coletiva, histórica. Na sequência, vemos a imagem de homem que fala ao celular, em francês: “Um brasileiro que faz um filme sobre a continuação de 68.”.

No plano seguinte, um homem velho toca numa engenhoca de caixinha de música alguns acordes da *Internacional*. O mesmo homem velho estará tocando a mesma música na cena final. A referência sugere um diálogo entre gerações, talvez a expressão de uma paternidade seja do próprio cineasta, seja do seu tempo. Ainda nas cenas finais, a mesma moldura de dupla homenagem: a Apolônio de Carvalho, símbolo da longevidade da luta, e ao homem velho com sua singela *Internacional*. De um lado, um personagem público, referência para os que lutaram no século XX; de outro, um personagem anônimo, referência afetiva e intelectual para Tendler, comungados pela melodia da utopia da comunhão proletária.

Lembremos da primeira voz narrativa, enquanto passam os créditos iniciais:

O humanismo, a necessidade da arte e o destemor das revoluções, moveram gerações no século XX. Este filme é o recorte de histórias pós-segunda guerra mundial. Quando artistas, guerrilheiros, revolucionários se encontraram numa festa libertária. Muitos pagaram com suas vidas, outros com suas artes, sonharam e viveram lutando por um mundo melhor.

As imagens desta narração principiam com cenas domésticas, a fotografia de um menino, o retrato de um homem que reconhecemos: é Silvio Tendler, documentarista, historiador de formação e autor do filme. Seguem, então, imagens de homens públicos, personagens centrais na história do século XX: Allende, Che, Ulisses, Fidel, Sartre. A sequência sofre um trabalho de texturização e sobreposição de imagens – repetida em alguns momentos do filme – que se assemelha a membranas vivas, orgânicas, veias e artérias, enfim, algo visceral e que pulsa incessantemente, desestabilizando as imagens.

Surge, então, o título *Utopia e Barbárie*. Nova narração, agora feminina, informa, na primeira pessoa: “Eu queria contar um pouco desta história onde sonhamos utopias, vivemos barbárie, utopias, barbáries, utopias, barbáries...”.

Esta tensão entre a memória do cineasta e o balanço coletivo desenha as idas e vindas da narração e das imagens, sempre pontuando o lugar da experiência, o lugar do cineasta que interpreta na interlocução, portanto, na produção de sentido.

O dado mais evidente desta presença do cineasta é a narração *off* em primeira pessoa, quase sempre associada a material fotográfico onde se reconhece a figura de Tendler em momentos diversos da história. No entanto, outros procedimentos mais sofisticados procuram materializar certo modo de funcionamento, certa dinâmica da memória.

Ainda nesta sequência de abertura, dois procedimentos de montagem chamam a atenção: primeiro, a inserção de planos curtos, com imagens distorcidas, às vezes em P&B, interrompendo, por poucos segundos, a narrativa ou os relatos; em segundo lugar, a presença de duas vozes e de uma banda sonora sutil, mas evidente: no primeiro caso, a voz feminina cita nomes de mártires e guerrilheiros mortos, enquanto a masculina faz o balanço passado-presente.

De modo recorrente, o cineasta desestabiliza imagens e falas de personagens com inserções de planos muito curtos ao longo de todo o filme.

Do mesmo modo, a presença de mais de uma voz narrativa também coloca em xeque o trajeto linear das imagens. Articulados estes dois procedimentos, pode-se sugerir que funcionam como “curto-circuitos” de memória: lapsos, associações instantâneas, sobreposição ou ausência momentânea de sentido.

Somam-se as recorrentes inserções de imagens texturizadas, sempre retomando uma espécie de alegoria do mundo orgânico, da vida, talvez das sinapses cerebrais ou de corrente sanguínea. Há uma sequência emblemática desta subjetividade que se coloca no mundo, portanto, no filme: a interpretação onírica da tese de Benjamin sobre o Anjo da História – momento de voo livre, pura associação de imagens.

O conjunto destes elementos (voz narrativa, *flashes* e imagens figurativas) define uma posição marcante da memória do cineasta que se revela o tempo todo num diálogo com a História e a construção de memórias coletivas.

Entendo, portanto, que o filme soube recriar na montagem, uma interlocução simultaneamente generosa e tensionada entre a memória pessoal e outros dois pontos de vista: o dos intelectuais que interpretam o mundo e os militantes – ativistas que lutaram contra a tirania.

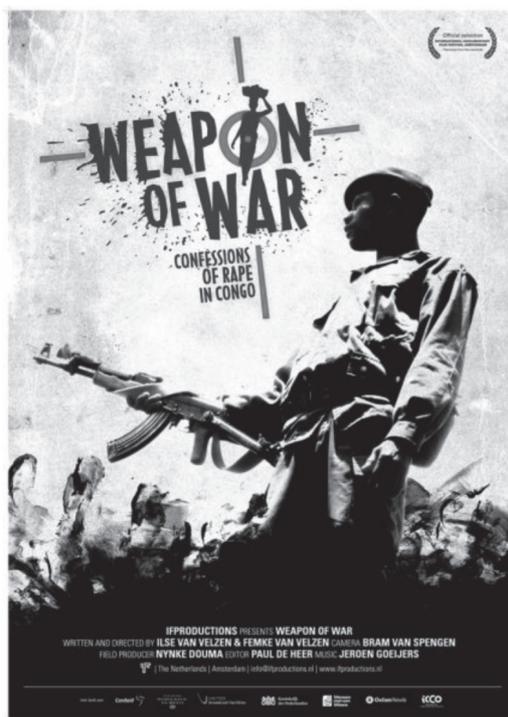
Por isto, o filme parece tão eficiente na expressão das memórias coletivas, pois ele esboça o balanço que todos fizemos ou desejamos fazer, no trançado difícil entre experiência e narrativa do mundo.

Um passo na direção certa

Jennifer Rosenberg*

Tradução: Elizabeth McDonald

*Weapon of war:
confessions of rape
in Congo*
(*Arma de guerra:
confissões de
estupro no Congo*),
Ilse e Femke van
Velzen, 2009.



* Historiadora e pós-graduada pela *University of California*.

O Documentário de 2009, *Weapon of war*, faz uma pungente jornada até o coração da crise de estupro na República Democrática do Congo. Desde 1996, o país é devastado por conflitos e uma onda de violência sexual sem precedentes. O problema é grave, especialmente na província de Kivu Leste, um lugar descrito pelo Conselho dos Direitos Humanos como “o pior lugar do mundo para ser mulher ou criança”.

Embora um acordo de paz tenha sido assinado em 2003, estatísticas das Nações Unidas mostram que a violência sexual ainda está aumentando. A organização calcula que mais de duzentas mil mulheres e crianças, bem como alguns homens e meninos tenham sido estuprados durante o conflito. O horror da situação fica ainda pior por falta de infraestrutura e de cuidados médicos, além da predominante cultura de impunidade. O relator especial das Nações Unidas descreve esses atos brutais como “destinados a destruir a mulher física e psicologicamente, mas com implicações para toda a sociedade”.

A violência sexual no Congo tem recebido atenção internacional nos anos recentes, mas esta preocupação tem privilegiado mais as mulheres como vítimas do que os homens como autores da violência. Trabalhar com mulheres é de vital importância, mas negligenciar o trabalho com homens é ignorar a raiz da crise. As diretoras Ilse e Femke van Velzen reconhecem e tratam esse problema no filme *Weapon of war*, oferecendo-nos um olhar introspectivo à mentalidade dos militares quando estes falam sobre o seu comportamento e as razões do uso do estupro como uma arma estratégica de guerra.

Uma das primeiras coisas que fica clara nas confissões desses homens é que antes mesmo da guerra, a discriminação contra mulheres e meninas já era uma causa da violência. O Capitão Basima, das Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC), relata que elas são tratadas como objetos sexuais e diz que esse tratamento é comum: “Se você quer uma mulher e não pode se controlar, então procura uma imediatamente.”. Anos de conflito ventilaram as chamas da discriminação de gênero e normalizaram a violência sexual. A mulher de Basima afirma, no filme, que seu marido é mais violento com ela enquanto está guerreando: “Um soldado pode deixar a guerra para trás, no *front*, mas as batalhas continuam em casa devido aos traumas de guerra.”.

O prolongado conflito resultou na desintegração do poder das autoridades tradicionais congolenses e das estruturas comunitárias, o que promoveu a impunidade generalizada para os perpetradores da violência sexual. Nenhum dos entrevistados considera que poderá ser processado pelas suas ações, e o mais gritante é que cidadãos civis e pacificadores também estão cometendo atos de violência sexual ao lado dos grupos armados, sem nenhum tipo de punição.

O filme *Weapon of war* reporta-se à estimativa de que além dos cem mil soldados governamentais, existem mais de cinquenta mil rebeldes divididos em cerca de sessenta grupos armados. Sugere que a violência sexual seja perpetrada por todos esses grupos, que a usam estratégica e sistematicamente. O comandante Taylor, do grupo rebelde CNDP (Congresso Nacional para a Defesa da Pessoa), um dos entrevistados, explica: “A violência sexual é a nossa arma. Fazemos isso para provocar o governo nacional. O estupro faz o governo querer negociar conosco.”. Mesmo no exército nacional, em que a violação não é uma ostensiva estratégia de guerra, Basima acredita que a falta de ordens claras encoraja essa prática entre os soldados, e que há uma regra implícita: “Vá, pegue e divirta-se.”.



Comandante Taylor, CNDP



Capitão Basima, FARDC

Os soldados apresentam o estupro como meio de controle e vingança nas comunidades locais. Basima afirma que: “Se você quiser destruir alguém, você estupra sua mulher. Quando soldados e os chefes militares conquistam uma comunidade... eles estupram as mulheres.”. A violação sexual rompe estruturas comunitárias, destrói as famílias, e assegura o controle sobre a terra e seus recursos. O Escritório do Alto Comissário para os Direitos Humanos, das Nações Unidas, explica que as mulheres são vistas como as responsáveis pela violência e são

forçadas a sofrer em silêncio ou são condenadas ao ostracismo por familiares e amigos. É justamente a vergonha e a devastação social que fazem do estupro uma arma muito efetiva.

Além disso, o estupro parece ser usado como método de treinamento e companheirismo para os grupos de combate no Congo. Alain Kasharu, um ex-rebelde Mai Mai, revelou que quando estuprava mulheres, os dois melhores amigos do grupo sempre estavam com ele. Basima diz que “quando você termina, é sempre a vez do outro”. Desta maneira, a identidade extremamente masculina é adquirida e reforçada, e a coletividade do estupro faz que os soldados não sintam a responsabilidade pelo que estão fazendo.

Weapon of war também explora o fato de que muitos perpetradores acreditam que a prática é um ritual que vai protegê-los de doença ou de algum ferimento. Karaseka, um rebelde Mai Mai Simba, relata que foi por isso que assassinaram uma mulher: “Nós nos tatuamos com magia... cortamos os seus seios e os órgãos genitais... e usamos as cinzas para as tatuagens.”. Karaseka destacou o efeito da violência a longo prazo: “Não nos importa. É assim no exército. Eu poderia assassinar o meu pai. Poderia matar até a minha mãe. No exército, você cumpre ordens. Não existe misericórdia.”.

Como os soldados estão cada vez mais brutalizados pela sua terrível experiência de vida, parecem cair num espiral de violência, em que notavelmente cometem atos cruéis com maior frequência e facilidade. Alain Kasharu descreve que na época em que era rebelde, “os nossos cérebros não funcionavam como o cérebro de gente normal. Eu era um animal selvagem. Não tinha consciência.”. Basima lembrou que, depois de estuprar seis mulheres no seu tempo de exército, começou a beber e a fumar maconha, o que anestesiava suas emoções e alimentava ainda mais a agressividade.

No entanto, o ato de fumar e beber não pode reprimir sentimentos de culpa por muito tempo. Muitos dos soldados que aparecem no documentário sofrem pesadelos, lembranças de desordens e estresse pós-traumáticos, e não conseguem encontrar formas para expressar os seus sentimentos. No centro de psicoterapia Sosame Fieles Oela Charite, um ex-soldado agitado fala para o psicólogo: “Se eu falar muito sobre isso, tenho pesadelos à noite. Quero um remédio para me curar.”.

Remédio, no entanto, não é uma solução de longo prazo. Alain Kasharu diz que se não tomar remédio e escutar música para se distrair, “tenho vontade de estuprar de novo”. A falta de espaço e de habilidade para os soldados falarem sobre as suas experiências, o silêncio ao qual também são relegados, torna sua integração na sociedade mais difícil e aumenta a possibilidade de que eles estuprem novamente.

Basima transformou a sua vida tornando-se pastor e agora ajuda outros a fazerem o mesmo. Conduz sessões de terapia em grupo e aconselha ex-soldados para ajudá-los a levar uma vida mais estável e menos violenta. A sessão destacada no filme parece ter um efeito profundo nos participantes, principalmente porque Basima conduz a reunião a partir de seu exemplo e de sua própria experiência. Em outro momento, aparece ministrando o culto religioso, em que educa a congregação sobre a gravidade do estupro e as suas consequências. Apoio e clareza são fundamentais para transformar a cultura de violência no Congo.

A reconciliação entre perpetradores e vítimas também é um tema explorado por *Weapon of war* como parte do processo terapêutico de cura. O filme destaca um encontro entre Alain Kasharu e uma mulher a quem estuprou, com um mediador para guiar a discussão. A mulher é capaz de explicar a Alain: “Desde que fui estuprada perdi todas as oportunidades na vida... Você destruiu a minha vida inteira.”. Alain tem a oportunidade de escutá-la, pedir perdão, e oferecer um leitão em apoio à subsistência dela. Depois do encontro, a mulher conclui: “Meu coração está começando a curar-se. Estou feliz que ele saiba que somos seres humanos também.”. É essa observação final que parece fundamental para combater as raízes da violência contra as mulheres no Congo: uma necessidade de ensinar para homens e soldados a compreensão de que as mulheres são “seres humanos também”.



Acabar com a impunidade, melhorar as condições de vida, resolver os conflitos, e cuidar das vítimas são soluções que devem continuar. No entanto, se não tentarmos compreender e trabalhar com os perpetradores da violência, as razões da violência permanecerão intocadas. *Weapon of war* é um passo importante e poderoso nesta direção.

Capoeira na roda do mundo...

José Carlos Sebe Bom Meihy*

CASTRO, Maurício
Barros de.
**Mestre João
Grande na roda
do mundo.**
Rio de Janeiro:
Garamond,
2010.



* Professor Titular aposentado do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Fundador do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-LEI-USP).

É surpreendente, mundo afora, a aceitação da capoeira como ícone do Brasil. Até pouco tempo, o futebol e o samba, eram marcas representativas do imaginário nacional projetado alhures. Uma volta pelos cantos do planeta, contudo, mostra a capoeira como alternativa nova capaz de chamar a atenção de quantos a veem como esporte, marcha, luta ou jogo. Por certo não faltam os que a consideram como forma terapêutica, artística, ginástica ou recurso pedagógico, sempre ligado ao Brasil. Sobretudo clama atenção o desconhecimento da trajetória histórica desta manifestação que na paralela da conquista de espaços no exterior exige explicações que deem conta do sucesso atual. Sim, é sutil o florescimento da capoeira que, afinal, não goza do aparato institucional de porte comparável ao futebol ou às manifestações corriqueiras que servem de indicações culturais do nosso país. Por sua estrutura espontânea, menos comercial, móvel e intimista, os grupos de capoeiristas fazem um trabalho mais solitário, mas não menos eficiente, sem precisar de estádios ou áreas de concentração de multidões. De regra, muitos rituais capoeiristas se exibem em pequenos salões ou em praças públicas, para uma audiência gratuita e ocasional.

Preocupado com o percurso da capoeira, alguns autores – nacionais ou não – se embrenham no emaranhado documental capaz de justificar diferenças entre modalidades da capoeira. Sim, não há apenas uma manifestação capoeirista, mas duas. A “regional”, consagrada, conhecida por lances acrobáticos e sensacionais, é a expressão mais comum. A “angola” devotada às raízes e de vieses vinculados à imitação dos animais remete à natureza e aos valores ancestrais e assim evoca origens remotas, africanas, negras. Maurício Barros de Castro tem proposto estudos desdobrados capazes de elucidar os caminhos das duas manifestações, com ênfase na “angola” que por anos ficou subterrânea, ocultada da consideração coletiva. Nascida de demonstrações de escravos como dança, jogo, ou artifício de defesa, a capoeira sofreu em seu longo trajeto variações coerentes com o tratamento cultural dado à construção da identidade oficial brasileira segundo propostas derivadas de ideólogos abrigados em postos do governo federal.

Em particular Getúlio Vargas se esmerou em europeizar nossas manifestações submetidas a uma padronização moderna e internacionalista. A ânsia “civilizatória” permeou seus dois governos (1930-45 e 1951-54) se caracterizando pelo esforço elitista, eugênico, de “embranquecimento

da raça”. Com o estabelecimento do Estado Novo em 1937, tudo ficou mais claro e ideologicamente explicitado: o Brasil pobre, negro, indígena, “primitivo” deveria ser apagado. Nesse afã, aspectos que remetiam às raízes africanas tenderiam padecer de crivo e uma das estratégias seria o abandono de referências ou o “esquecimento” provocado. Vigorava então o ideal modelar “puro” segundo cartilhas sombreadas pelos ensinamentos nazistas e fascistas. E Vargas foi seguidor sutil dessas linhas. Entre os “males” a serem evitados, a “capoeira angola” figurava e, estrategicamente, foi desvalorizada frente à “regional”. Como prática a ser preterida os “angoleiros” viram-se contrastados com os “rivais” que, afinal, pela valorização do corpo e difusão da ginástica estavam mais próximos dos padrões desejados de saúde e ostentação física.

Segundo Castro, a história do Mestre João Grande se confunde com a trajetória da “capoeira angola”. Nascido na Bahia, em Itagi no ano de 1933, mudou-se para Salvador onde foi aluno do pioneiro Mestre Pastinha que, em 1941, fundou o primeiro espaço oficial para capoeiristas, o “Centro Esportivo Capoeira Angola”. Desde 1928 as manifestações capoeiristas estavam dissociadas graças à ação de outro Mestre, Bimba, que ocultara a palavra “angola” a fim de evitar problemas de perseguição policial. A “luta regional baiana”, como ficou conhecida, contudo, manteve o berimbau, o canto e os pandeiros e, em 1937, institucionalizou-se como prática no “Centro de Cultura Física e Capoeira Regional” em Salvador. Na medida em que as manifestações dos “angoleiros” se retraíam do público, porque proibida, mantinham traços da ancestralidade e isto ajudou a preservar valores tradicionais como a religião de laivos afro, transplantada. Isso, aliás, articula o sentido da “roda menor”, universo metafórico criado pelos “angoleiros” para representar a “roda maior”, ou seja, o giro do mundo. Tudo com intenção evocativa de entidades divinas que fazem com que a ladainha cantada no início da roda seja associada a preces ou louvações.

O livro de Castro progride numa trajetória narrativa inversa. Ou seja, propõe uma roda que gira ao contrário da origem histórica, do presente para o passado, e, assim coloca Nova York como “centro do mundo”. Ao partir do imediato – da presença de Mestre João Grande “na capital do mundo” e de sua consagração como doutor *honoris causa* pelo Upasala College de New Jersey – vai retomando o pretérito de maneira a desvelar, pela narrativa do Mestre costurada às suas conclusões

fundadas, os segredos do dilema da “capoeira angola” remoçada recentemente. O livro *Mestre João Grande na roda do mundo* foi publicado pela Fundação Biblioteca Nacional em 2010, constando de duas partes, divididas em pequenos capítulos, além de um posfácio, imagens e bibliografia. Sobretudo o texto é leitura recomendada para quantos pretendem compreender os vínculos entre cultura, política e manifestações populares. Além do aparato informativo, por se basear prioritariamente em entrevistas, a narrativa indica formas atualizadas de promover análises apoiadas na memória e na construção de identidade no mundo moderno, mas, sobretudo, este livro é homenagem merecida a quem, como Mestre João Grande, fez vigorar em sua experiência pessoal uma das manifestações mais vibrantes da resistência cultural popular projetada no mundo globalizado. Sem o eco permitido por Maurício Barros de Castro, certamente, o conhecimento da capoeira “angola” ainda estaria sombreado pelo prestígio nos Estados Unidos e Europa e, aqui, ainda viveríamos a combinação do desconhecimento com os efeitos oficializadores da versão “regional”.

Normas editoriais

1. A Revista Oralidades recebe textos inéditos, em fluxo contínuo. São aceitos artigos em português, inglês e espanhol. Dossiês e números temáticos terão chamada e normas especiais.
2. São aceitos trabalhos nas seguintes modalidades: Artigos, Resenhas, Histórias de vida, Informes de pesquisa, Entrevistas e Ensaios. Artigos traduzidos podem ser enviados, desde que não publicadas no Brasil.
3. Entrevistas/histórias de vida e artigos traduzidos devem ser acompanhados de autorização de uso. Em ambos os casos, preferem-se autorizações formais por meio de carta de cessão. Autorizações informais (gravação em fita/mp3, escrito ou e-mail) e entrevistas anônimas passarão pelo conselho editorial para avaliação dos riscos legais.
4. Os originais (exceto resenhas e ensaios) devem ter entre 21.000 e 42.000 caracteres (contando espaços), fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas 1,5, devendo ser acompanhados de resumo (máximo 10 linhas) e palavras-chave (entre 3 e 5). Resenhas de livros deverão conter no máximo 12.000 caracteres. Ensaios têm apenas limite máximo de caracteres (42.000).
5. Título, resumo e palavras-chave devem ser apresentados em português ou espanhol e inglês.
6. As referências bibliográficas deverão obedecer à seguinte orientação: A) As remissões bibliográficas deverão figurar no corpo do texto, devendo constar, entre parênteses, o sobrenome do autor seguido da data de publicação da obra e número da página. Exemplo: (CARVALHO,1998, p. 128); B) As referências bibliográficas deverão ser listadas em ordem alfabética no final do artigo.
7. Os autores brasileiros deverão seguir as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), em especial a NBR 6023 e a

NBR 10520 que tratam, respectivamente, das referências bibliográficas e da apresentação de citações em documentos.

8. A publicação reserva-se o direito de devolver aos autores os textos fora dos padrões descritos.
9. A publicação reserva-se o direito de executar revisão ortográfica e gramatical nos textos publicados.
10. A simples remessa de textos implica autorização para publicação e cessão gratuita de direitos autorais.
11. As imagens devem ser enviadas separadamente em arquivos JPG com resolução de 300 dpi.
12. O nome do autor deve ser acompanhado por titulação, filiação institucional e função exercida no momento do envio do texto.
13. Todos os artigos apresentados dentro das normas serão analisados pela comissão editorial.
14. O processo de avaliação segue as normas internacionais de peer review. Os textos recebidos são encaminhados a dois pareceristas integrantes do conselho editorial, consultivo ou a convidados “ad hoc”. Em casos especiais, pode-se consultar um terceiro revisor. É mantido o anonimato do autor e dos consultores.
15. Em conformidade com a proposta de avaliação por pares, os autores com titulação mínima de Doutor que tenham textos aprovados podem ser incluídos no corpo de consultores “ad hoc” da revista.
16. Os textos devem ser enviados para: oralidades.neho@gmail.com.

Publishing rules

1. The Oralidades Journal receives unpublished writings in ongoing flood. Articles are accepted in Portuguese, English and Spanish. Dossiers and thematic volumes will have special convocation and rules.
2. Productions are accepted in the following sorts: articles, reviews, life histories, research reports, interviews and essays. Translated articles may be sent as long as they haven't been published in Brazil.
3. Interviews/life histories and translated articles must be followed by an authorization of use. In both cases, formal authorizations are preferred by using letter of cession. Informal authorizations (recording on tape/mp3 or any sound file type, writing or e-mail) and anonymous interviews will be sent to the editorial council for evaluation of legal risks.
4. The original papers (save reviews and essays) must have from 21.000 to 42.000 characters, in Times New Roman font, size 12, space between lines 1,5, followed by an abstract (maximum of 10 lines) and 3 to 5 keywords. Book reviews must have a maximum of 12.000 characters. Essays have only a maximum of characters (42.000).
5. Title, abstract and keywords must have both Portuguese and English versions.
6. The bibliographical references must submit to the following orientation: A) The bibliographical quotations must be in the text body, with the author's last name, the publishing date and the page, using parenthesis. Example: (CARVALHO,1998, p. 128); B) The bibliographical references must be listed alphabetically at the end of the article.
7. The publication has the right to return the articles to its authors without the patterns listed above.

8. The publication has the right to review the writings both orthographically and grammatically.
9. The sending of the writings implies authorization for publishing and remission of copyrights.
10. Pictures must be sent individually in JPG files with 300 dpi quality.
11. The author's name must be followed by academic background, institutional links and position hold at the current moment of the sending.
12. The editorial commission will analyze all articles presented within these rules.
13. The analysis process follows the international rules of peer review. The writings received are given to two different people from the editorial council, consultants or guests "ad hoc", who pass sentence upon the work. In special cases, a third reviewer can be consulted. Both the author and consultants' anonymity are kept.
14. The papers must be sent to: oralidades.neho@gmail.com.